

excellence

REVISTA CIENTÍFICA

www.excellenceeduc.com

**EDUCAÇÃO
CONTEMPORÂNEA:**
o uso das **tecnologias
digitais** no processo
de ensino.



REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE | V. 16. N. 01. SETEMBRO. 2022



ISSN 2595-8704

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Editor Chefe

Prof^o. Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva

Vice Editor

Prof^a. Dr^a. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Presidente

Weberth Martins Dos Santos

Coordenador de Extensão

Prof^a. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

Secretária de Assuntos Educacionais

Prof^a. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

Jornalista Responsável

Cleilton Bastos Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação

InovaES Editora

JUNTA EDITORIAL

Artur Quixona Finda

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

Claudia Simões Cardoso

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social - Anchieta - E. S.

Claudia Batista Ferreira

Secretária Municipal de Saúde de Muqui - E. S.

Dilzerly Miranda Machado Tinoco

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy - E. S.

Karla dos Santos Leal

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim - E. S.

Fátima Agrizzi Ceccon

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy - E. S.

Salatiel Elias de Oliveira

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apicá - E. S.

Tânia Mara Fontana Correa

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E. S.

Gilsete Lopes

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

Rusley Hiláro Medeiros Miorim

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E. S.

Hilário Jebeson Viana da Costa

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia - ALCAMA.

Sandreane Wélia Silva Paulino

Membro da Academia Cajueirense de Letras

Regilane Ribeiro Sansão

Avaliadora do MEC

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Pós-Dr^a Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Dr^a Maria Fabris Colodete
- Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutoranda Regilane Ribeiro Sansão
- Dr^a. Alexandra dos Santos Oliveira
- Dr^a. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr. Rinaldo Pevidor Pereira
- Dr^a. Betijane Soares de Barros
- Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Dr^a. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Artur Quixona Finda
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Francisco José Lopes Cajado
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Dr^a. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Dr^a. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Dr^a. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Pós-Doutorando Artur Quixona Finda
- Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Doutoranda Mariana Nascimento
- Doutoranda Cristiana Ana Lima
- Doutoranda Claudia Regina Stelzer Moraes
- Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Doutoranda Thalysa Botelho Monteiro
- Doutoranda Melina Barbosa Peixoto
- Mestra Débora Buril Rocha Ribeiro
- Mestra Nilza Claudina Dionísio
- Mestra Noslaine da Conceição Sant'Anna Celestino
- Mestre Bruno de Freitas Santos
- Mestre Rusley Hiláro Medeiros Miorim
- Mestranda Sandreane Wélia Silva Paulino
- Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Mestranda Gislaiane Pereira Souza
- Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Especialista Gilsete Lopes

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE

Departamento Acadêmico Instituto
Weberth Martins dos Santos
CNPJ: 31.655.465/0001-04

Endereço de correspondência:

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28. Ed. Praia do Sol.
Bairro Recanto da Sereia. Guarapari. E. S.
CEP: 29.227-100

APRESENTAÇÃO

A **Revista Científica Excellence** é um periódico multidisciplinar bimestral, concebido pela **Excellence Group** e **Inova Editora**, destinado à divulgação de produção científica e acadêmica referentes às Ciências da Educação, Direito, Administração, Tecnologia, Saúde e outros.

Seu **objetivo** é disseminar as comunicações técnicas e difundir as experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento e regiões do Brasil e países de língua portuguesa. Além de referendar instituições, que **primam por difundir conhecimentos produzidos com maestria de seus inúmeros**

discentes e docentes.

A Revista Científica Excellence possui uma plataforma que reúne vários periódicos eletrônicos, e divulga artigos acadêmico-científicos. De acesso gratuito, este veículo está disponível a todos os leitores interessados em acompanhar as práticas de pesquisa desenvolvidas em diversas áreas, em suas diferentes linhas. A multidisciplinaridade que orienta a elaboração do periódico tem como propósito salientar os pontos de contato existentes entre os campos de investigação.

A escolha do meio eletrônico para a publicação se fundamenta na democratização da era digital. Além do acesso pleno dos leitores aos conteúdos publicados,

proporciona aos pesquisadores uma oportunidade a mais para a divulgação de seus trabalhos.

Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da assessoria científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

Este projeto visa promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, sua formação, políticas públicas, saúde, educação, tecnologia, história, políticas, formação de professores e etc.

Torne sua **pesquisa reconhecida** e se conecte com **autores do Brasil e do mundo.**



PREFÁCIO

A humanidade é movida pelo avanço. A convivência, o crescimento, o desenvolvimento, a possibilidade de igualdade e a condição de vida — tanto no aspecto econômico quanto no social — são fatores que instigam as pessoas a aumentarem suas capacidades e encontrar alternativas para a harmonia. Isso também se reflete na educação, gerando os desafios da escola contemporânea.

Estamos acostumados a um processo de aprendizagem em que o estudante é passivo, mas a sociedade moderna exige repensar a estruturação tradicional, propondo novos mecanismos para fortalecer o elo entre professores, familiares e estudantes.

Disseminar a cultura da educação com o objetivo de instigar e estimular o gosto de aprender e transformar a maneira como a sociedade enxerga o processo educacional é um trabalho árduo, mas possível. **A educação contemporânea leva em consideração os aspectos sociais, a fim de superar os desafios e aprimorar o aprendizado.**

Para entender a importância da educação contemporânea, é preciso refletir. O modelo educacional não pode ser resumido a um conjunto de pessoas dentro de algumas paredes, pois esse cenário as destitui do pensamento crítico, gerando escolas com padrões de comportamento semelhantes às linhas de montagem de uma indústria.

A educação contemporânea é um enfrentamento. Sua missão é encarar esses desafios da sociedade conversando, descobrindo e desafiando, e não dando respostas prontas sem nenhum tipo de questionamento. Ela propõe a compreensão do sistema educacional como um todo, avaliando os processos adotados dentro da instituição de ensino e oferecendo uma nova roupagem de habilidades e competências para os estudantes.

Esse editorial, apresentamos análise, reflexão, crítica e esforços coletivos de pesquisadores de países de Língua Portuguesa que atuam em diversas áreas da ciência da educação, saúde, tecnologia e direito, tecendo aprofundamento de ideias com a temática: educação transformadora, gestão de educação e saúde, educação nos dias atuais e administração escolar, educação nutricional, entre outras.

Espera-se que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo de iniciação, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

Boa leitura!!

Pós-Doutorando
Cristiano de Assis Silva
Editor-Chefe



**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



**REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE
INOVA EDITORA**

V. 16. N. 01. SETEMBRO. 2022 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN(eletrônico): 2595-8704

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde Pública.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na
Revista Científica Excellence
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.
Todos os direitos de reprodução,
tradução e adaptações estão
reservados com identificação
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-Atual/>

ISSN 2595-8704



9 772595 870009 02



SUMÁRIO

PREFÁCIO	04
A GLOBALIZAÇÃO UM DOS FACTORES PUBLICITÁRIO DO TERRORISMO: LINHAS DE COMBATE <i>Inácio Mulenga Wimbo Katulumba</i>	08-13
A LEITURA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS NA ATUALIDADE <i>André Santos de Souza</i>	14-19
AS CONTRIBUIÇÕES DA PLATAFORMA PEGE MÓDULO SECRETARIA MUNICIPAL EM CAXIAS-MA <i>Noélia Rodrigues Bezerra Andrade</i>	20-24
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO <i>Sonái Maria da Silva</i>	25-28
FIOS DE ALTA TENSÃO E OS PERIGOS PARA AERONAVES <i>João Evangelista Neto</i>	29-33
ENSINO POR MEIO DE TECNOLOGIA DIGITAL: IMPACTO NA APRENDIZAGEM DO SÉCULO XXI <i>Custódio Cazenga Francisco</i>	34-42
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO DO ALUNO <i>Daize Alexandre da Silva Guimarães</i>	43-48
IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA <i>Izeni Teixeira Pimentel</i>	49-57
O USO DAS REDES SOCIAIS NA PRÁTICA DOCENTE: UMA ABORDAGEM PAUTADA NAS RELAÇÕES PESSOAIS, NO APROVEITAMENTO DA TECNOLOGIA E NO ENRIQUECIMENTO DO TRABALHO DOCENTE <i>Fabiana Maria Oliveira Gomes</i>	58-61
A NECESSIDADE DA PRÁTICA DA LEITURA NA SOCIEDADE MODERNA <i>Evalda Lourenço de Lima</i>	62-68
OS CONSTANTES DESPEDIMENTOS DOS TRABALHADORES SEM JUSTA CAUSA E O SEU IMPACTO NO FRACO CRESCIMENTO DA EMPRESA <i>Joaquim Diogo Brás</i>	69-76
A DANÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA APRENDIZAGEM <i>Isabel Cristina Costa de Souza</i>	77-83
TRABALHO DOCENTE E A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO PEDAGÓGICO: RELAÇÕES ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO NA ESCOLA <i>Neilinha Leite Paulo & Francisco José Lopes Cajado</i>	84-94
A DISLEXIA COMO DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM <i>Alexsandra Mendes Nascimento França</i>	95-108
SANGUE, SUOR E RESPEITO NO ESPORTE: UMA BREVE DISCUSSÃO <i>Cristiano de Assis Silva & Bruno de Freitas Santos & Antonia Angela de Lima & Jaaziel Rodrigues da Silva Marinho & Socorro José de Souza</i>	109-119
REFLEXÕES SOBRE PRECONCEITOS NA ESCOLA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS UM PARALELO DO FILME “UMA LIÇÃO DE VIDA” <i>Cristiano de Assis Silva & Bruno de Freitas Santos & Antonia Angela de Lima & José Guimarães Coelho Filho & Eduygina Karla de Oliveira Carvalho</i>	120-124
A ACESSIBILIDADE EM AMBIENTE EDUCACIONAL – O ESPAÇO DA UFMT <i>Abilio Anicesio de Oliveira Filho</i>	125-129
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA <i>Abilio Anicesio de Oliveira Filho</i>	130-141
GESTÃO EDUCACIONAL – DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO <i>Rauleyle Guerra das Neves</i>	142-147



Os **artigos** publicados são de total **responsabilidade** dos autores;

A Revista Científica Excellence não se responsabiliza pelas **opiniões, ideias e conceitos** emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É **reservado aos editores** o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas de publicação.

A GLOBALIZAÇÃO UM DOS FACTORES PUBLICITÁRIO DO TERRORISMO: LINHAS DE COMBATE**GLOBALIZATION ONE OF THE ADVERTISING FACTORS OF TERRORISM: COMBAT LINES**Inácio Mulenga Wimbo Katulumba ¹**RESUMO**

A globalização seja na perspectiva ideológica ou histórica é na sua essência um processo de interação e integração entre pessoas, bens e serviços no mundo. Contribuindo de que maneira nos efeitos sobre o ambiente, cultura, sistemas políticos, desenvolvimento económico e propriedade. A globalização apresenta novas formas de actividade social não territorial. O território tradicional enquanto parte da soberania dos Estados, isto é, geograficamente identificado, já não representa a totalidade do espaço social, no qual a actividade humana ocorre. Isto significa que o homem já não se encontra limitado pelas distâncias que se verificaram antes da invenção do barco a vapor, telégrafo, telefone, comboio, avião, satélite e internet. Nas palavras de Thomas Friedman (2021, p. 5), a globalização é sinónimo de “mais longe, mais rápido, mais barato e mais profundo”. Este processo jamais visto ao longo da história impulsor dos avanços das High Tecs. (altas tecnologias) é também uma boceta de pandora. Se de um lado, as vantagens são incalculáveis, do outro lado, apresenta desequilíbrios. De acordo o autor acima mencionado, a produção mundial se encontra sob domínio de empresas de países como Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Reino Unido. Estes cinco países detêm 55,8% da exportação mundial. São os proprietários maioritários dos produtos da vanguarda tecnológica (*microeletrónica, computadores, aeroespaciais, equipamentos de telecomunicações, máquinas e robôs, equipamento científico de precisão, medicina e biologia orgânica*). Os países com maior domínio tecnológico apresentam maiores alternativas de receitas.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Terrorismo. Investigação.

ABSTRACT

Globalization, whether from an ideological or historical perspective, is in essence a process of interaction and integration between people, goods, and services in the world. Contributing in what way to the effects on the environment, culture, political systems, economic development, and property. Globalization presents new forms of non-territorial social activity. The traditional territory as part of the sovereignty of States, that is, geographically identified, no longer represents the totality of the social space in which human activity takes place. This means that man is no longer limited by the distances that occurred before the invention of the steamboat, telegraph, telephone, train, plane, satellite, and internet. In the words of Thomas Friedman (2021, p. 5), globalization is synonymous with “further, faster, cheaper and deeper”. This process, never seen in history, has driven the advances of the High Tecs. (High tech) is also a pandora cunt. If, on the one hand, the advantages are incalculable, on the other hand, it presents imbalances. According to the author, world production is under the control of companies from countries such as the United States, Germany, Japan, France, and the United Kingdom. These five countries hold 55.8% of world exports. They are the majority owners of cutting-edge technological products (*microelectronics, computers, aerospace, telecommunications equipment, machines and robots, precision scientific equipment, medicine, and organic biology*). Countries with greater technological mastery have greater revenue alternatives.

KEYWORDS: Globalization. Terrorism. Investigation.

¹ Doutorando em Ciências Jurídicas pela ACU - Absolute Christian University: Linha de pesquisa em Criminologia com incidência em crime organizado; Mestre em Ciência Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Possui mais de cinco pós-graduações e de entre elas: Em Segurança Interna pela COGNOS, Portugal. **E-mail:** Katulumba79@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3973810228894231

INTRODUÇÃO

A globalização é um fenómeno inevitável e se posiciona nas linhas dianteiras do existir humano em todas as suas dimensões. Influencia no pensar, no agir, no querer, no falar, no viver, no decidir e fazer a cultura. Por isso, é um agente gerador de novas condições propícias para o desenvolvimento das pessoas, da economia, ambientes sociais, culturais e política. A globalização também pode ser um agente fomentador de terrorismo, isto porque, os meios de comunicação que ela usa alimentam formas evasivas a avidez por notícias dos atentados, guerras e mortes, multiplicando assim, o efeito perverso da sua eficácia em termos de escala intercontinental, ou seja, o fenómeno atinge uma proporção psicológica e social de dimensões muito maiores a sociedade da escala global.

O termo "globalização" banalizou-se ao longo das duas últimas décadas, havendo registos frequentes do seu uso a partir de 1972 por académicos. No entanto, desde o advento do capitalismo industrial que se reconhecem fenómenos semelhantes aos que têm chamado a atenção dos teóricos atuais da globalização (ACKOFF, 2021, 83). Ainda segundo o mesmo autor, a expressão "globalização" tem sido utilizada mais recentemente num sentido marcadamente ideológico, no qual se assiste no mundo inteiro a um processo de integração económica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social.

KATULUMBA (2019, p. 87), admite que a globalização é uma conquista ímpar da humanidade, isso é indiscutível. Inúmeras vantagens económicas e tecnológicas são apresentadas todos os dias. O homem nunca esteve tão perto e tão distante, antes da época contemporânea². Mas é também de admitir que a

² O critério seguido pelo autor na classificação das épocas é de carácter filosófico. No cogitar deste autor, a filosofia é a

globalização é como uma "boceta de pandora". Em proporções iguais aos benefícios, também os seus efeitos perversos são incalculáveis. Os criminosos aperfeiçoaram os seus "*modus operandi*" desafiando os métodos tradicionais de investigação criminal, podendo os crimes serem cometidos e dissipar os seus rastros a velocidade cruzeira, as culturas dos povos diluem-se nas culturas dos países e continentes com maior potencial de divulgar e ir mais longe.

OBJETIVO

Este artigo propõe-se de um lado, apresentar uma premissa contributiva a respeito da compreensão da globalização e sua componente de facilitador do terrorismo e seus efeitos, a importância da identidade cultural individual face ao global. Do outro lado, perceber que os atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política (lawfare), filosófica, ideológica, racial, económica, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los.

O esteio metodológico utilizado pelo autor permitiu apresentar uma matriz sociológica e filosófica na abordagem do tema em perspectiva transversal, isto é, direito, segurança e relações internacionais enquanto instrumentos de intervenção na realidade social voltados a resolução de conflitos e pacificação na "aldeia global" onde o problema de um país de um determinado continente pode afectar os emaranhados interesses coletivos.

perspectiva da realidade que a humanidade se forma em determinado momento da sua história. Dos jónicos a Plotino (época antiga), da patrística ao século XVI (idade média), do século XVI ao século XVIII (idade moderna) e do século XVIII até aos nossos dias (época contemporânea), MODIN (2005, Vol. I, II e II).

BREVE RELANCE HISÓRICO SOBRE O TERRORISMO

Diferente da globalização que é um processo que se aperfeiçoa todos os dias, o terrorismo não é um processo como tal, mas evolui com tempo. Os primeiros atos e ataques terroristas, ACKOFF (op. Cit.), tiveram início no século I d. C., quando um grupo de judeus radicais, chamados de sicários (Homens de punhal), atacava cidadãos judeus e não judeus que eram considerados a favor do domínio romano.

Outros indícios que confirmam as origens remotas do terrorismo são os registos da existência de uma seita muçulmana no final do século XI d. C., que se dedicou a exterminar os seus inimigos no Oriente Médio. Dessa seita teria surgido a origem da palavra assassino. O terrorismo moderno tem sua origem no século XIX no contexto europeu, quando grupos anarquistas viam no Estado o seu principal inimigo. A principal ação terrorista naquele período visava a luta armada para constituição de uma sociedade sem Estado – para isso, os anarquistas tinham como principal alvo os chefes de estado e não os seus cidadãos.

Foi no século XX que houve uma expansão dos grupos que optaram pelo terrorismo como forma de luta. Como consequência dessa expansão, o raio de atuação terrorista aumentou, surgiu novos grupos, como os separatistas bascos em Espanha, os curdos na Turquia e Iraque, os muçulmanos em Caxemira e as organizações paramilitares racistas de extrema-direita nos EUA. Um dos seguidores dessa última organização foi Timothy James McVeigh, terrorista que assassinou 168 pessoas na década de 1980, no conhecido atentado de Oklahoma, AA. VV (2021, p. 46)

MEDIDAS DE COMBATE DO TERRORISMO

Na resolução 49/60 da Assembleia Geral das Nações Unidas, pode-se depreender que a estratégia global da ONU no combate ao terrorismo baseia-se na convicção fundamental de que o terrorismo, em todas as

suas formas, é inaceitável e não pode nunca ser justificado. Por isso, o terrorismo deve ser combatido em todas as suas vertentes, a nível nacional, regional e internacional. Para tornar eficaz este combate defende ACKOFF (op. cit. p. 89) uma abordagem holística, isto é, governo e empresas privadas trabalhem juntos para desenvolver uma abordagem de combate ao terrorismo ao ponto de controlar seu impacto sobre os negócios e a sociedade em geral. Na verdade, o combate ao terrorismo é sempre conduzido em duas grandes vertentes:

- A. Antiterrorista;
- B. Contraterrorista.

Na perspectiva antiterrorista, faz sentido, o adágio claudicante “*mais vale prevenir do que remediar*” ou melhor, os Estados devem desenvolver atividades de segurança em pontos estratégicos como nos aeroportos, fiscalizar e controlar a imigração e receitas nos portos e fronteiras; garantir a segurança e a proteção dos serviços públicos essenciais de igual modo o patrulhamento das principais vias de transporte e comunicação. Acolhe-se a proposta apresentada pelo Presidente George Bush (2021, p. 90) sobre segurança interna: a criação das “*red teams*” (equipas vermelhas), isto é, especialistas de inteligência que consigam pensar como os terroristas para identificar possíveis alvos. Alias, a melhor forma de controlar é identificar. Reforçar a criação de uma legislação fortes para desmotivar o acesso à fraude a lei e as áreas vulneráveis de capitais.

Na perspectiva contraterrorismo, primeiro, os Estados encetam operações especiais que visam a captura dos autores e cúmplices dos membros de organizações terroristas; operações que visam a libertação de reféns que venham a cair sob o controlo das organizações terroristas. Depois de capturados os autores e os cúmplices dos atos terroristas devem ser responsabilizados criminalmente como sufraga a Resolução 49/60 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de acordo ao ordenamento onde os atos

terroristas foram perpetrados. Tenha-se em conta aqui o entendimento de BRIAN JENKIS (2021, p. 55), “um ato de terrorismo é, acima de tudo um crime no sentido clássico, como homicídio ou sequestro, vandalismo e outros, associando-se ao terror”.

O terrorismo constitui uma verdadeira ameaça para os Estados e para os povos. Para fazer face a tal ameaça, a África não tem demonstrado avanços nessas matérias visto que ainda se debate com problemas internos crónicos como a falta de água potável, alimentos e medicamentos para doenças tropicais como a malária. A nível da Europa, o cenário é diferente. A União Europeia estabeleceu uma estratégia de luta contra o terrorismo baseado em quatro objetivos:

- Prevenir e Proteger = Como medidas antiterroristas;
- Perseguir e Responder = Como medidas contraterroristas.

Aqui, de lembrar que cada país da UE dispõe de duas unidades: Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT) e Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT). A título exemplificativo, a UNCT é representada em Portugal pela PJ (Polícia Judiciária) que trabalha ativamente para dar resposta preventiva e repressiva ao fenómeno do terrorismo e demais ameaças que, pela sua natureza grave e violenta, atentem contra o normal funcionamento das instituições democráticas. A UCAT é um núcleo com representantes de nove entidades - o Sistema de Segurança Interna (SSI), o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) e os dois serviços secretos (SIS e SIED), a PJ, a PSP, a GNR, o SEF e a Polícia Marítima.

A proteção visa reduzir as vulnerabilidades dos alvos pretendidos e limitar o impacto destas. Realização de ações coletivas a nível de segurança fronteiriça, dos transportes e de todas as infraestruturas transfronteiriças. A proteção das fronteiras com recurso ao sistema de informação Schengen II (SIS II) e do sistema de informação sobre vistos (IS) bem como a agência FRONTEX. Os Estados membros da UR procedem ao intercâmbio de dados referentes a

passageiros e utiliza informação biométrica nos documentos de identidade; domínio da não proliferação de materiais químicos, biológicos, radiológicos e nucleares.

Perseguir os agentes dos ativos do terrorismo é medida que se enquadra no contraterrorismo e visa perseguir os terroristas para além das fronteiras (mandado de detenção europeu e mandado europeu de obtenção de provas); assegurando simultaneamente o respeito dos direitos humanos e do direito internacional; zerar ou eliminar as fontes de financiamento do terrorismo (grupos de Ação Financeira Internacional – GAFI); equipas comuns de investigação; congelar os ativos e impedir as transferências de capitais; pôr termo a planificação de ações terroristas, impedindo a comunicação e a disseminação de conhecimentos técnicos relacionados com o terrorismo, nomeadamente através da internet. Hoje quase que não se identificam centros de treinamento de terrorismo nos territórios da UE.

Outra medida ainda no âmbito do contraterrorismo é a resposta: A EU dispõe de uma base de dados que traça um inventário dos recursos e meios que os Estados membros poderão mobilizar em casos de ataque terrorista. De salientar que os mecanismos de resposta face ao ataque terrorista são muitas vezes idênticos aos postos em prática em casos de catástrofe, tecnológica ou provocada pelo homem. Acionam-se os mecanismos existentes no domínio da proteção civil, SYLVIE FIGUEIREDO (2021).

LINHAS INVESTIGATIVAS

Antes de mais, importa traçar uma linha paradigmática e diferenciadora entre a investigação criminal comum e investigação da criminalidade praticada com terror. A investigação comum utiliza na sua transversalidade o método histórico-dedutivo, isto é, procura saber de maneira retroativa o que aconteceu ou melhor interpela a história numa perspectiva de

reconstituição dos factos: antes, durante e depois do crime com incidência exclusiva ao *fato delicti*. A criminalidade praticada com terror no geral é muito violenta e por isso, os Estados usam mecanismos e métodos do raciocínio dedutivo e indutivo, numa perspectiva mais preventiva do que repressiva procurando perceber o futuro e antecipar a actividade criminosa.

O raciocínio indutivo predominante neste tipo de investigação é um conhecimento especulativo. Assim, para agir na prevenção tem de se conhecer melhor o meio. O conhecimento deve estar mais próximo da realidade. Os órgãos de produção de informação criminal e serviços de informações têm de andar juntos num espírito de cooperação. Este tipo de criminalidade exige dos Estados a adotar medidas especiais de investigação criminal. Por isso, a criminalidade praticada com terror é uma das submodalidades do crime organizado, por iniciativa do autor deste artigo, a equipara a uma doença grave. Estrategicamente falando, as doenças graves precisam de remédios mais fortes. Razão pela qual, este tipo de criminalidade está fora da competência dos agentes tradicionais da justiça criminal de investigação.

Para controlar e reprimir as organizações criminosas é imprescindível a intervenção de uma inteligência ao serviço da polícia para o acesso e a disponibilização de informações confiáveis e utilizáveis. A legislação é um dos sectores chaves porque se a legislação for fraca, certas ofensas aos bens jurídicos não podem ser combatidas. Os criminosos facilmente usarão o território com legislação fraca para praticarem os seus atos lesivos aos bens jurídicos protegidos.

GOMES (2009, p. 3). A inteligência aplicada aos serviços de polícia judiciária e de segurança pública, em geral, recebem informações de irrefutável interesse no enfrentamento e investigação de ações de organizações criminosas: identificação de grupos criminosos, do modus operandi e da divisão de tarefas; individualização de seus integrantes e comandos hierárquicos; traçam

perfis de tendências criminosas; monitoramento e documentação da atuação criminosa e do eventual informante (intercetação telefónica combinada com ação controlada, com recurso à vigilância eletrónica, móvel ou fixa); identificação do indivíduo criminoso mais propenso para cooperar com a investigação policial ou para ser oferecida a delação premiada; prevenção de crimes; proteção de testemunhas.

Os Estados têm de cooperar entre si para procurarem combater, pontos negros, podendo fazer recurso as agências existentes como a Interpol, Europol e outras agências nacionais ou internacionais de combate a criminalidade organizada. Estas estratégias devem ser seguidas de boas práticas de justiça penal.

No policiamento da criminalidade organizada (high policing) são utilizados todos os recursos e métodos admissíveis tanto pelo direito interno como ao resultante de convenções.

- Escutas telefónicas;
- Informadores;
- Infiltrados tanto os agentes policiais ou delatores em ativo nas organizações criminosas;
- Confiscação de bens. Mais do que serem detidos e levados a justiça penal, a confiscação de bens constitui a medida mais desestabilizadora do crime organizado. Um meliante a cumprir pena pesada com fortunas fora ainda pode encorajá-lo a continuar a delinquir e o contrário pode levá-lo a desistir. Esta medida visa fazer perceber aos meliantes que o crime não compensa;
- Responsabilização do sector privado, isto é, aplicação de multas pesadas as empresas que lidem ou facilitem as atividades da criminalidade organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização enquanto processo de interação e integração entre as pessoas, empresas e governos de diferentes nações impulsionado pelo comércio e

investimento internacionais, com o auxílio da tecnologia de informação é uma conquista da humanidade.

O mundo nunca esteve tão perto antes dos ventos avançados da tecnologia aplicada a globalização. Mas a humanidade assiste atos mais violentos do que antes conhecidos. O terror como uma das facetas do crime organizado tomou espaços a escala global. Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 revelaram tal fragilidade. O uso de violência, física ou psicológica, através de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e assim obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, incluindo, antes, o resto da população do território. É utilizado por uma grande gama de instituições como forma de alcançar seus objetivos, como organizações políticas de esquerda e direita, grupos separatistas e até por governos no poder.

Dai, os Estados despertaram para o combate às redes criminosas com recurso a estratégia multidimensionais que proteja os cidadãos, quebre a força financeira das redes criminosas e terroristas, desorganize as redes de tráfico ilícito, derrote as organizações criminosas transnacionais, combata a corrupção governamental, fortaleça o Estado de Direito, reforce os sistemas judiciais e melhore transparência.

REFERÊNCIAS

AA. VV. **Addressing Converging Threats to Nations Security**: July 2011.

AA.VV., Manual do Formando: Formação Avançada Pós-Universitária em Segurança Interna, Módulo IV, Luanda, 2021.

GOMES, Rodrigo Carneiro. **Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento**: in: Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 21, n. 8, ago. 2009.

SANDRONI, Gabriela Araújo et ali. **A Convenção de Palermo e o Crime Organizado Transnacional**: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca.

FIGUEIREDO, Sylvie (2021). **Criminalidade Organizada**. In: Manual de Apoio do curso de criminologia. 2021, Lisboa.

JEKKIS, BRIAN. **Globalização e Terrorismo**. In: Manual de Apoio do curso de criminologia. Lisboa 2021

A LEITURA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS NA ATUALIDADE

READING AS A FUNDAMENTAL INSTRUMENT OF CITIZEN EDUCATION TODAY

André Santos de Souza ¹

RESUMO

A partir de uma revisão bibliográfica, este artigo tem como objetivo constatar a efetiva utilidade da leitura na atualidade. A leitura retrata a criação de uma relação com o mundo, onde o leitor fortalece a aptidão de compreender o significado das inúmeras linguagens que se apresentam no debate social. Assim, sabendo que a leitura é o principal instrumento para o desenvolvimento de um pensamento crítico e para a formação de opinião e construção de diálogos, temos como questionamento: Qual a importância da leitura na formação do cidadão nos dias atuais? Cabe analisar que a mesma seja fundamental para a participação do indivíduo em uma sociedade globalizada e multicultural. A pesquisa se desenvolve a partir de um caráter qualitativo, seccionados em cinco tópicos, sendo eles: introdução, percurso metodológico, a leitura na atualidade e a leitura como instrumento da formação. Deste modo, se apresenta a realidade da prática de leitura na atualidade, bem como a importância da leitura na formação de um indivíduo social, trazendo à tona autores como Freire (1989), Silva (1991) e Michaelis (2002). Se compreende a leitura como aspecto fundamental para o entendimento e participação do indivíduo na vida cotidiana. Sendo um dos pilares da sociedade, a leitura ganha ainda mais força com o aumento do fluxo de informação que estamos expostos na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Atualidade. Formação. Educação.

ABSTRACT

From a literature review, this article aims to verify the effective usefulness of reading today. Reading portrays the creation of a relationship with the world, where the reader strengthens the ability to understand the meaning of the numerous languages that present themselves in the social debate. Thus, knowing that reading is the main instrument for the development of critical thinking and for the formation of opinion and construction of dialogues, we have the question: What is the importance of reading in the formation of citizens today? It is worth analyzing that it is fundamental for the participation of the individual in a globalized and multicultural society. The research is developed from a qualitative character, sectioned into five topics, namely: introduction, methodological path, reading today and reading as an instrument of training. Tooth mode, the reality of reading practice today is presented, as well as the importance of reading in the formation of a social individual, bringing to light authors such as Freire (1989), Silva (1991) and Michaelis (2002). Reading is understood as a fundamental aspect for the understanding and participation of the individual in everyday life. Being one of the pillars of society, reading gains even more strength with the increase in the flow of information that we are exposed to today.

KEYWORDS: Reading. Present. Formation. Education.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. E-mail: ph.moura1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A prática da leitura é um processo que está em construção na nossa vida desde o início da compreensão do mundo, até a explanação e explicação do sentido de tudo que nos rodeia, além da associação daquilo que lemos ao que de fato vivemos. O intermédio entre o homem e o mundo se faz a partir da leitura.

A leitura representa uma conduta essencialmente humana e assimilada como uma forma de arte, pode ser vista como a demonstração da alma e do intelecto humano, a partir de uma configuração da vivência.

De acordo com Martins (1994), a definição simples e direta do que é ler mostra que este ato não é simplesmente um aprendizado qualquer, mas um êxito na emancipação que permite a ampliação dos nossos horizontes. O leitor passa a captar melhor o seu universo, rompendo assim as barreiras, deixando o desinteresse de lado, encarando melhor a face da realidade.

O sentido ao texto é concedido através da leitura, relacionando-o com as circunstâncias e com as vivências antecedentes do leitor. Para Kleiman (2002), a leitura é um processo que se evidencia através da interação entre os diversos níveis de conhecimento do leitor: o conhecimento linguístico; o conhecimento textual e o conhecimento de mundo. Sendo assim, o ato de ler caracteriza-se como um processo interativo.

Soares (1998, p. 47) define que “A leitura é interação verbal entre indivíduos, indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e os outros; entre os dois: enunciação e diálogo”. Nesse contexto, a leitura dispõe então diversos valores em nossa cultura. Desfrutar do uso da escrita, no entanto, ainda é vantagem das classes economicamente privilegiadas, o que acaba por definir a utilização da sua

norma linguística, por ser a mais prestigiada socialmente.

Ler retrata a criação de uma relação com o mundo, onde o leitor fortalece a aptidão de compreender o significado das inúmeras linguagens que se apresentam no debate social e de expressar-se com sua própria linguagem, tomando aprendizado de todos os seus direitos e, conseqüentemente, podendo lutar por eles.

Diante do exposto, temos como questionamento: Qual a importância da leitura na formação do cidadão nos dias atuais?

Sabendo que a leitura é o principal instrumento para que o indivíduo saiba posicionar-se, ter opiniões próprias e ser crítico, se pode considerar que a mesma seja de fundamental importância para a construção de um indivíduo atuante. É necessário também afirmar que a leitura pode, por vezes, depender de regras e conveniências sociais, que pretendem a dominação de uma classe sobre outra, utilizando o analfabetismo funcional como um artifício opressivo.

Ainda, o ato de ler deve ser agradável e não apenas um compromisso do leitor, não pode apenas persistir no ato de reconhecer a história lida ou contada. É necessário amplificar e se concentrar na compreensão da complexidade e deslumbramento da leitura que espera pelo leitor, como um observador capaz de compartilhar com o autor um nível aperfeiçoado de comunicação intelectual, emocional e filosófica a cada virada de página, produzindo uma apresentação de descobertas e emoções.

Sabemos que nos dias atuais, muito se fala sobre o ato de se posicionar, argumentar e debater os mais diversos assuntos, e para isso é necessário que o cidadão tenha consigo o hábito da leitura, pois é através dela que se adquire novos conhecimentos.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo constatar a efetiva utilidade da leitura na atualidade. Como objetivos específicos, visa enfatizar o conceito de leitura, evidenciar a leitura como prática

para a formação do cidadão crítico e compreender o acesso à leitura como influência na formação do cidadão.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos desse trabalho, o método realizado foi de revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*. Fonseca (2002; p.32) afirma que qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Para alcançar todos os objetivos foi empregada a pesquisa qualitativa, que tem como função garantir mais familiaridade com o tema estudado. A pesquisa qualitativa não se baseia apenas em representação numérica, mas sim, se apropria do aprofundamento da compreensão de determinado assunto. Dessa forma, Lakatos e Marconi (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como objetivo analisar os aspectos com mais profundidade, detalhando com profundidade todo comportamento humano e trazendo análises mais detalhadas sobre o assunto pesquisado. Sendo assim, a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

A LEITURA NA ATUALIDADE

Noutro tempo, a leitura foi considerada como um meio de receber uma mensagem. Entretanto, atualmente, pesquisas nesse eixo definem o ato de ler, em si mesmo, como um desenvolvimento intelectual de

diversos níveis, que muito auxilia para o desenvolvimento mental. Segundo o dicionário Michaelis (2009, p. 525) pode-se ler a seguinte descrição de leitura

Lei.tu.ra (lat med lectura) sf 1 Ação ou efeito de ler. 2. Arte de ler. 3.aquilo que se lê. 4.Tip Ato de ler provas para descobrir e corrigir os erros de composição. 5. Ato de olhar e tomar conhecimento da indicação de um instrumento de medição ou de quaisquer sinais que indiquem medidas ou aos quais se atribui alguma significação. erte de decifrar e fixar um texto de um autor, segundo determinado critério. (MICHAELIS, 2009, p. 525).

Segundo Brito (2010), a definição leitura é algo muito extenso, não pode apenas ser considerada como uma descrição dos signos do alfabeto. Constituir sentido surge da experiência de cada um e é posto como exercício na compreensão do mundo na qual o sujeito está inserido. Tal experiência está ligada ao processo de formação geral de um indivíduo e sua qualificação dentro da sociedade, como por exemplo: o convívio com a sociedade, a atuação política, econômica e cultural, seja no trabalho ou dentro da família. Para os gregos, a leitura é a ideia simples, baseada na decifração dos códigos linguísticos, sendo o suficiente para alterar a estrutura de uma sociedade, o que não se adequa com a realidade. O indivíduo remodela sua visão de mundo através da leitura, não pela sua forma.

Para Kuenzer (2002, p. 101), “ler significa em primeiro lugar, ler criticamente, o que quer dizer perder a ingenuidade diante do texto dos outros, percebendo que atrás de cada texto há um sujeito, com uma prática histórica, uma visão de mundo (um universo de valores), uma intenção”. A leitura crítica é formadora de significados, em que ao ler, o leitor concorda ou discorda da ideia principal. Isto faz com que seja distinguida da identificação de sinais, replica mecânica de informações que por muito tempo foi vista como

interpretação textual. “[...] como atividade constitutiva de sujeitos capazes de interligar o mundo e nele atuar como cidadãos” (BRANDÃO; MICHELITTI, 1998, p. 22).

De acordo com Bamberger (1987) saber ler se equipara a um passaporte que ajudará o leitor a se transportar e conhecer outro mundo, o mundo dos leitores. Quando um indivíduo sabe ler bem, não existem limites para ele. Ele pode se transportar não apenas para outros países, mas também no passado, no futuro, no mundo da tecnologia, na natureza, no espaço cósmico. Depara-se também com o caminho para a porção mais íntima da alma humana, passando a conhecer melhor a si mesma e aos outros (BAMBERGER, 1987, p. 29). Considerando que a leitura é capaz de modificar a vida do indivíduo, é preciso que o mesmo conceda significados aos textos lidos e este venha tornar-se um verdadeiro leitor.

LEITURA COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

De acordo com Calçado (2011) a leitura tem uma relevância indispensável na vida das pessoas, pois é por intermédio dela que se alcançam novas ideias, e se obtém conhecimentos necessários. A leitura auxilia na satisfação pessoal e amplifica os anseios do indivíduo, ajuda no desenvolvimento e na personalidade, além de ser meio para obtenção de conhecimento e de socialização.

Segundo Silva (1991), a leitura é um ato de aprendizado, pois ler significa entender e distinguir as relações existentes no mundo. Sendo assim, a leitura vai muito além da decodificação de signos ou da utilização para a realização de práticas pedagógica, sendo ferramenta viável para o acontecimento dos processos de ensino-aprendizagem. A leitura é um componente indispensável para a formação do indivíduo e da sua inserção na sociedade.

Sendo assim, “a leitura é uma atividade ao mesmo tempo individual e social. É individual porque nela se manifestam particularidades do leitor: suas

características intelectuais, sua memória, sua história e é social porque está sujeita às convenções linguísticas, ao contexto social, à política”. (NUNES, 1994, p.14). É através da leitura que o indivíduo consegue compreender o meio onde e vive, bem como outras culturas que possam agregar na sua vivência.

Para Balbinot e outros (2012), ler é uma forma de obter um desenvolvimento dinâmico e ativo acarretando não só a compreensão do significado do texto, mas a agregação da experiência e visão de mundo como leitor. A cada leitura essa comunicação dinâmica leitor/texto beneficia a produção e a escrita de novo conhecimento e a expressão de uma linguagem especificada.

De acordo com Freire (1989, p. 13) “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente”. Dessa forma, podemos compreender que a leitura crítica desordena o mundo interior do indivíduo; lhe gera hesitação e ambição por mudanças. Em um primeiro momento, ocorre a agitação; depois, algumas adaptações são feitas no mundo interior do leitor por meio da observação para, enfim, ocorrer o exercício consciente, que consiste na decorrência do novo sujeito modificado, porém não definido. Afinal, outras leituras de mundo serão lidas e relidas.

“Para formar um leitor crítico, é importante que, desde o processo de aquisição da linguagem escrita e no ato de ler, haja a compreensão por parte daqueles que ensinam que o processo de alfabetização se dará na medida em que a leitura da palavra esteja inserida na leitura do mundo e estimule a continuidade da leitura dele” (FREIRE, 1989).

Para Silva (2002) a definição da criticidade na leitura se faz através da leitura crítica onde o sujeito estimula o mundo das certezas (principalmente as da classe dominante), desenvolve e impulsiona conflitos, organiza sínteses, enfim combate regularmente

qualquer tipo de conformidade, qualquer tipo de submissão às ideias referidas pelos textos.

Prevalece, portanto, no ato de ler, a independência por parte do leitor em exercer as suas escolhas. Sua prática aceita ainda articular os conteúdos culturais; expandir a memória; encorajar a produção de textos e deliberar processos de pensamento. Viabiliza ainda a formação de pessoas abertas ao mundo, cuja visão está orientada para o futuro (ALLIENDE; CONDEMARÍN, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, se entende a leitura como como aspecto fundamental para o entendimento e participação do indivíduo na vida cotidiana. Sendo um dos pilares da sociedade, a leitura ganha ainda mais força com o aumento do fluxo de informação que estamos expostos na atualidade. Vygotsky (1997) afirma que a leitura “é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas”, por isso, ela se coloca com fonte de conhecimento de aspectos pontuais ou fundamentais, mas também abre espaço para o conhecimento de novas culturas e vivências.

O ato de ler encaminha-se para o aumento do senso crítico, pois a sua prática favorece a cidadania e tende a fortalecer a criação da personalidade dos indivíduos. Desse modo, a leitura proporciona a formação do cidadão e como efeito a construção da cidadania, já que é por meio da leitura que o cidadão terá a viabilização de construir novos vínculos com as informações presentes no espaço global de uma forma proativa, crítica e emancipada.

Por isso, ler auxilia na compreensão do mundo e, conseqüentemente, favorece na participação do indivíduo nas diferentes esferas sociais e políticas. De fato, o indivíduo só se torna realmente atuante na sociedade visto o seu domínio sobre as informações e

seu posicionamento diante dos mesmos. O leitor como observador se torna apto a um nível alto de permuta de saberes e do pensamento crítico.

É com o ato de ler que o cidadão se torna crítico, pois através da leitura se forma uma personalidade e cria-se um vínculo com o mundo. A importância da leitura está diretamente ligada à formação do pensamento crítico dos cidadãos. Tendo em vista que é através do hábito da leitura que se pode expandir conhecimento e alcançar novos patamares.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE, Felipe; CONDEMARÍN, Mabel. **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. 8. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

BALBINOT, Édina Kolln; BALLESTER, Michele Maria; HOLTZ, Roseli Maria. de Souza; SEREMETA, Maria da Graça **PROJETOS | INCENTIVO À LEITURA**. 2012. Disponível em: <http://www.ceciliameireles.com/principal/projetos--incentivo-a-leitura>. Acessado em: 20 jan. 2021.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. Ática, São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Helena; MICHELITTI, Guaraciaba. (Coord.). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. 3 vol. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRITO, Danielle Santos de. **A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO SOCIAL DO INDIVÍDUO**. 2010. Disponível em: www.fals.com.br/revela12/Artigo4_ed08.pdf. Acessado em 04 de dezembro de 2020.

CALÇADO, Cristiane. **Amar e Educar**. Gama, DF. 2011. Disponível em: <http://cristianecalçado.blogspot.com.br/2011/07/projet-o-sacola-literaria.html>. Acessado em 05 de dezembro de 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza, UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 9. ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

KUENZER, Acácia (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 3ª ed. São Paulo. Cortez, 2002.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MICHAELIS: dicionário prático da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009. (Michaelis prático)

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial.** São Paulo: UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico.** São Paulo, Scipione: 1997- p 56.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura: ensaios.** Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2002.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura na escola e na biblioteca.** 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1991.

SOARES, Magda Becker. **Letramento – um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêtica, 1998.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PLATAFORMA PEGE MÓDULO SECRETARIA MUNICIPAL EM CAXIAS-MA

THE CONTRIBUTIONS OF THE PEGE PLATFORM MODULE MUNICIPAL SECRETARIAT IN CAXIAS-MA

Noélia Rodrigues Bezerra Andrade ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: As inovações tecnológicas trazem diversas possibilidades no campo educacional, dentre elas o monitoramento de indicadores educacionais, diário digital de classe, diário digital escolar, atualização de dados das escolas. Através desse artigo, iremos apresentar a plataforma PEGE (Programa Estatístico e Gestor Escolar) que possui os seguintes módulos Secretaria de Educação, Escola, Professor Online, Aluno/Pais Online e Comunidade. Nesse artigo focaremos no módulo Secretaria de Educação responsável pelo acompanhamento e controle de alimentação dos dados das escolas e gestão dos processos pedagógicos das escolas por meios de relatórios e estatísticas. **OBJETIVO:** Explorar e descrever as contribuições da plataforma PEGE (Programa Estatístico e Gestor Escolar) módulo Secretaria de Educação. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, onde se realizou uma revisão de literatura em livros, artigos e manuais de uso da plataforma PEGE. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em avaliação a revisão de literatura realizada, a plataforma PEGE auxilia no compartilhamento das informações em busca de melhores resultados e eficácia nos trabalhos realizados pela secretaria de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Pege. Secretaria de Educação. Gestão Escolar.

ABSTRACT

INTRODUCTION: technological innovations bring several possibilities in the educational field, among them the monitoring of educational indicators, digital class diary, digital school diary, updating of school data. Through this article, we will present the PEGE platform (Statistical Program and School Manager) which has the following modules Secretary of Education, School, Online Teacher, Student/Parents Online and Community. In this article we will focus on the Education Department module responsible for monitoring and controlling the supply of school data and managing the schools' pedagogical processes through reports and statistics. **OBJECTIVE:** Explore and describe the contributions of the PEGE platform (Statistical Program and School Manager) module Secretary of Education. **METHOD:** This is a bibliographic research, where a literature review was carried out in books, articles and manuals for the use of the PEGE platform. **FINAL CONSIDERATIONS:** In evaluating the literature review carried out, the PEGE platform helps in sharing information in search of better results and effectiveness in the work carried out by the secretary of education.

KEYWORDS: Pege System. Department of Education. School management.

¹ Doutoranda em Ciência da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Mestra em Educação pela Universidad San Lorenzo. Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Ciências Humanas de Vitória. **E-mail:** noeliarba@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1403579523126622

INTRODUÇÃO

O PEGE (Programa Estatístico e Gestor Escolar) é uma plataforma digital criada com o intuito de incitar o uso da tecnologia na Secretaria de Educação de modo a acompanhar as escolas tanto urbanas quanto rurais que funciona mesmo sem a internet. Diante dessa tecnologia, a secretaria de educação pode, através de uma sala de controle, gerir as informações pedagógicas e administrativa da escola por meio de monitoramentos dos registros feitos pelas escolas. Possibilitando um controle mais específico por escola, em busca de melhores resultados e eficácia no desenvolvimento do trabalho realizado pela secretaria.

A plataforma foi desenvolvida pela INFATEC (empresa idealizadora do sistema), responsável pela manutenção e capacitação do PEGE. Segundo o site oficial é uma instituição integradora de soluções de tecnologia da informação, *business*, automação de eventos, aproveitamento de energia solar, consultorias, treinamentos e pesquisas (saúde, segurança, educação, sustentabilidade econômica e responsabilidade social)

Buscando sempre investir em tecnologia como ferramenta para o progresso da sociedade. Ao implementar o PEGE, a INFATEC permite uma solução tecnológica que envolve a gestão, através da integração da Secretaria Municipal de Educação (SEMECT) e toda a rede educacional e seus setores como: Pedagógico, recursos humanos, transporte escolar, alimentação escolar, almoxarifado, biblioteca, bolsa família, patrimônio e o educacenso.

O sistema apresenta indicadores para uma boa governança, apontando soluções e cruzando dados para elaboração de projetos que possibilitam a captação de recursos. (INFATEC, 2019)

Com isso, a plataforma permite gerenciar a rede desses setores citados de forma bem dinâmica pois os dados são sincronizados, economizando tempo e

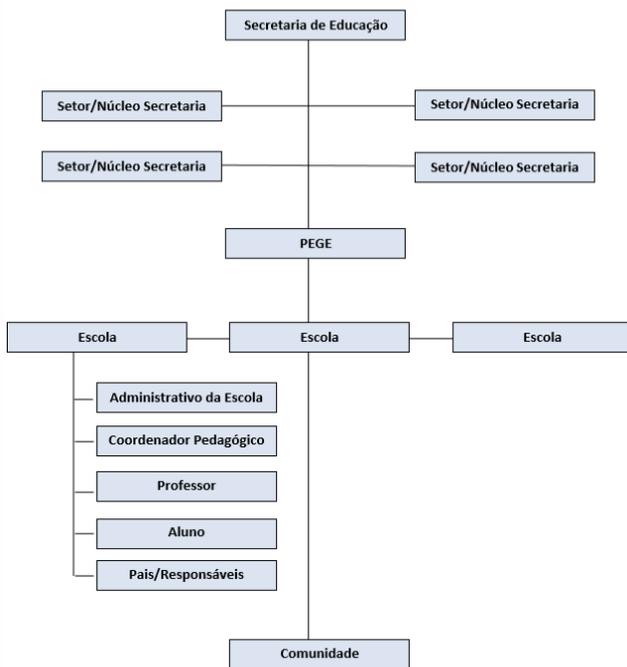
serviço. Segundo Pinheiro (2015), com esse tipo de sistema torna-se nítido através da visualização dos dados, porque com o aumento do conteúdo informacional estimulando o desenvolvimento de empresas de *software* especializadas nos serviços intensivos de conhecimento, tais recursos contribuem no aumento da produtividade e a capacidade de inovação da economia como um todo.

A plataforma PEGE constitui dos seguintes módulos:

- 1. Secretaria de Educação** – Acompanhamento/ Controle de alimentação de dados das escolas, gestão dos processos pedagógicos das escolas por meio de relatórios e estatísticas.
- 2. Escola** – Acesso as funções referentes a administração da Escola, e os processos diários pedagógicos dos professores, realizados pelos Gestores, Coordenadores e Secretários Escolares.
- 3. Professor online** – Lançamentos referentes aos processos diários de Sala de Aula, que são os planos, aulas, notas, faltas e ocorrências, se houver.
- 4. Alunos/Pais online** – Acesso a desempenho nas aulas/conteúdos/notas/faltas e desempenho do aluno em Sala de Aula.
- 5. Comunidade** – Acesso as informações abertas disponíveis para Comunidade em geral, como escolas, vagas, informações sobre a Educação/ Projeto Pedagógico (Manual de Uso da Plataforma do PEGE, p.7, 2020)

Todos esses módulos, através da sala de controle da plataforma PEGE podem ser monitorados trazendo as seguintes informações: indicadores educacionais, equipamentos para as escolas com a tecnologia do Diário Digital de Classe e Diário Digital Escolar, para lançamento de Conteúdo/Frequência/Nota pelos professores e atualização dos dados das escolas.

O organograma da Secretaria de Educação com a Plataforma PEGE, se apresenta da seguinte forma:



(Imagem do Manual de Uso da Plataforma do PEGE, p.6, 2020)

Nota-se, pelo organograma, que o PEGE é uma plataforma que traz uma solução completa para a Secretaria de Educação no que diz respeito ao controle de informações que são geradas através das Tic's (Tecnologia de informação e comunicação).

A integração e o compartilhamento das informações através do PEGE, proporciona para a Educação do Município, as melhorias na produtividade dos servidores da educação pública e no atendimento e acompanhamento do aluno, além de economia de recursos, como uso racional de papel, já que todos os registros escolares serão feitos dentro da própria Plataforma, contribuindo, dessa forma, para sustentabilidade ambiental, facilidade para a tomada de decisões acertadas, e informações gerenciais que apoiarão o cumprimento das metas e obrigações dos municípios relativas à Educação Pública Municipal.

A plataforma PEGE, fornece informações como estatísticas de aprovação, reprovação, repetência, frequência, evasão, admissão de novos alunos, matrícula inicial, rematrícula, distorção idade/ano, como também, o acompanhamento do IDEB (índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas e do próprio município e, ainda, estatísticas de saúde dos

alunos e servidores, como IMC (índice de Massa Corpórea), deficiências ou necessidades especiais e doenças congênitas, aproximação da família a escola, através de recursos de envio de mensagens instantâneas para notificação sobre a falta do aluno, ocorrências ou baixo rendimento.

A discussão sobre essa temática iniciou há anos, Almeida (2005) vem apresentado a ideia da incorporação das TICs no contexto escolar como um sistema que envolve distintos aspectos da gestão decorrente do efeito de gerir, administrar, preservar e colocar em ordem. Com isso, há uma necessidade de organização, registro e atualizações de informações assim como processos de avaliações. Corroborando com a pesquisadora, França (2010, p. 108) também apresenta as TICs como possibilidade de “novas maneiras de interação e compreensão do processo de Gestão Educacional e de ensino e aprendizagem, trazendo novas perspectivas e possibilidades”

Ao se tratar dos benefícios da plataforma PEGE para o município é unir a Secretaria de Educação, Escolas, Professores, Alunos/Pais e Responsáveis e toda população, tendo acesso em tempo real ou quando sincronizadas as informações por via de dispositivo, disponibilizando para que a população e o corpo da Secretaria de Educação faça gestão da parte pedagógica e administrativa, buscando melhores resultados, mais eficácia dos trabalhos realizados na secretaria, a introdução de um novo Modelo de Governança através das Tic's (Tecnologias da Informação e Comunicação), com combate à Evasão Escolar, melhoria dos indicadores como IDEB, aumento do número de Matrículas.

Segundo algumas pesquisas internacionais pela *Two Sides* (2017, 2018), vem esclarecer que “o papel é um produto que existe há cerca de dois mil anos”, tendo seu uso aceito e reconhecido como vital pela grande maioria dos cidadãos, em quaisquer dos países e regiões do planeta. Por outro lado, “a comunicação

eletrônica é mais ecológica do que a comunicação tradicional baseada em papel”.

É nítido perceber em quaisquer empresas, instituições de ensino e até mesmo nos serviços domésticos, como os recursos de papéis desenfreado são produzidos e deixando um volume de lixo cada vez maior, dificultando futuramente o descarte do material.

O SENAC (2011, p. 10) traz a seguinte reflexão: Reciclar é um ato que deveria ser posto em prática por todas as empresas existentes, pois além das questões ambientais como, a preservação dos recursos naturais, temos também a questão socioeconômica. [...] mas é interessante e extremamente importante que as empresas não invistam somente em reciclagem, mas que invistam também em campanhas de conscientização. Em relação aos pós e contra é muito difícil fazer tal afirmação sem considerar o ciclo de vida desses diferentes meios.

Tanto pelo uso desenfreado dos papéis quanto o uso dos recursos tecnológicos erroneamente é necessário uma reflexão sobre seus trabalhos, o uso desmaiado são questionamentos que não caberia nesta pesquisa e que poderá ser explorada em futuros trabalhos sobre essa temática.

OBJETIVO

Explorar e descrever as contribuições da plataforma PEGE (Programa Estatístico e Gestor Escolar) módulo Secretaria de Educação

METODOLOGIA

A pesquisa utilizada para o estudo é de natureza qualitativa, com abordagem básica e enfoque descritivo que estuda o objeto de forma subjetiva, dando ênfase para questões mais particulares e para o comportamento social. Trata-se de uma pesquisa exploratória, não experimental a qual serve para: aumentar o entendimento do problema; refinar a

questão de pesquisa; identificar informações que possam descrever a plataforma no uso do módulo Secretaria de Educação em Caxias-MA, Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo é uma forma de compartilhar as informações inerentes ao sistema PEGE, como forma de compreender sobre os pontos positivos assim como os negativos, em que os usuários do sistema através da inserção do PEGE no município de Caxias- MA, trouxe diversos resultados. Pode-se concluir que a ferramenta usada pela Secretaria de Educação, veio contribuir para redução de tempo gasto com o monitoramento de aprendizagem com tempo hábil para todos que fazem parte da comunidade escolar. Outro ponto também que merece atenção seria a autonomia dos usuários em busca de respostas e não somente procrastinar diante dos desafios. Assim, é preciso uma avaliação cuidadosa, para que se possa realizar um diagnóstico mais preciso sobre essa nova realidade.

Este artigo não se trata de uma obra acabada, poderá contribuir para melhoria da prática do uso do diário escolar digital, além de subsídios para mais estudos na área futuramente como também divulgação dos dados obtidos a quem possa interessar sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria; et. all. A formação de gestores para a incorporação de tecnologias na escola. In: XII Congresso Internacional de Educação A Distância - ABED: Florianópolis, 2005

FRANÇA, Talita Braz. A gestão educacional e as novas TICs aplicadas à educação. Anhanguera Educacional Ltda: São Paulo, 2011.

INFATEC, Soluções Tecnológicas. Infatec Net. Disponível em: <<https://www.infatec.net.br/>> Acesso: 15 de jul. de 2022.

INFATEC, Soluções tecnológicas. MANUAL DE USO PLATAFORMA PEGE. 2020.

SEMECT. Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia de Caxias / Maranhão. Disponível em: <<http://site.caxias.pege.com.br/>> Acesso 25 de jul. de 2022.

SENAC. Busca da sustentabilidade: uso consciente de papel no ambiente de trabalho. Faculdade de Tecnologia: SENAC: Tubarão, 2011.

TWO SIDES (2017). Impressão e papel em um mundo digital: Pesquisa internacional sobre preferências, atitudes e confiança dos consumidores. Disponível em: <<https://twosides.org.br/survey2017/>> Acesso: 17 jul. 2022.

TWO SIDES (2018). Comunicação impressa e papel mitos e fatos: O papel é sustentável, reciclável e biodegradável. Disponível em: <<https://twosides.org.br/Papel--ruim-para-o-meioambiente>> Acesso: 17 jul. 2022.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO**CHALLENGES IN IMPLEMENTING DIGITAL MEDIA IN EDUCATION**Sonaí Maria da Silva ¹**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Nos tempos atuais passamos por constantes mudanças, numa sociedade inserida em uma linguagem tecnológica. E para a Educação que está inserida na sociedade atual ainda é um desafio por razões diversas a inserção de mídias e tecnologias digitais, para a prática pedagógica, principalmente na escola pública. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os desafios para a implementação de mídias digitais principalmente numa realidade de escola pública. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para esta produção foi baseada em pesquisa bibliográfica através de estudos de artigos recentes referentes ao tema. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A sociedade contemporânea do pós-pandemia tornou-se tecnológica em virtude do isolamento imposto pelo lockdown. Devido a isso, principalmente para a educação foram considerados os ganhos que recursos tecnológicos representam para este segmento, sendo impossível conceber hoje educação sem pensar nas mídias digitais que colaboram para o ensino-aprendizagem formando o aluno para o exercício crítico da cidadania. Sendo assim, a instituição escolar tem além de suas funções a responsabilidade na capacitação de cidadãos que conviverão nesta nova sociedade tecnológica. No entanto, ainda há uma enorme lacuna para alcançar de maneira igualitária o que fora citado devido as dificuldades referentes a utilização das novas tecnologias ou mídias digitais seja pelo corpo docente como pela comunidade escolar pois o processo de globalização contribuiu para o avanço e democratização das mídias digitais porém não foi acompanhado do mesmo movimento, a capacitação para uma utilização consciente destas ferramentas digitais na construção de saberes, conhecimento e pertencimento, tornando-se um desafio ao novo contexto educacional em que mídias digitais são essenciais para a qualidade do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias digitais. Ensino-aprendizagem. Cidadania

ABSTRACT

INTRODUCTION: In the current times we go through constant changes, in a society inserted in a technological language. And for Education that is inserted in today's society, the insertion of digital media and technologies is still a challenge for different reasons, for pedagogical practice, especially in public schools. **OBJECTIVE:** The present work aims to analyze the challenges for the implementation of digital media mainly in a public school reality. **METHODOLOGY:** The methodology used for this production was based on bibliographic research through studies of recent articles on the topic. **FINAL CONSIDERATIONS:** Contemporary post-pandemic society has become technological due to the isolation imposed by the lockdown. Due to this, mainly for education, the gains that technological resources represent for this segment were considered, making it impossible to conceive education today without thinking about the digital media that collaborate for teaching-learning, forming the student for the critical exercise of citizenship. Therefore, the school institution has, in addition to its functions, the responsibility for training citizens who will live in this new technological society. However, there is still a huge gap to achieve in an egalitarian way what was mentioned due to the difficulties related to the use of new technologies or digital media, either by the teaching staff or by the school community, since the globalization process contributed to the advance and democratization of digital media, but it was not accompanied by the same movement, the training for a conscious use of these digital tools in the construction of knowledge, knowledge and belonging, becoming a challenge to the new educational context in which digital media are essential. -essential for the quality of education.

KEYWORDS: Digital media. Teaching-learning. Citizenship.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em: Administração Escolar; Gestão, Orientação e Supervisão (Universidade de Castelo Branco); Educação de Jovens e Adultos (ESAB); Planejamento Educacional e Políticas Públicas (WPOS – AVM Faculdade Integrada). Licenciatura em Matemática (UNIVERSO). Pedagogia (UNIRIO). Letras (UNIFACVEST). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3295227695264969

INTRODUÇÃO

Em tempos contemporâneos vivemos numa sociedade que passa por constante mudança. E neste tempo estamos constantemente conectados e interligados pela linguagem tecnológica a conteúdos diversos. Porém, um dos maiores desafios da Educação que está inserida na sociedade atual é a capacitação para uso destas mídias e tecnologias digitais, para a prática pedagógica, principalmente na escola pública, que estimule com qualidade o processo de ensino e aprendizagem.

Neste caso, considerando a necessidade de a escola acompanhar os avanços tecnológicos é importante refletir sobre as contribuições e os desafios que as mídias podem trazer ao processo ensino-aprendizagem e para uma formação educacional visando a cidadania crítica do aluno.

Com base nisto este trabalho visa a analisar desafios no uso das novas mídias no processo educacional, e também na formação do indivíduo dentro de um contexto social, pois é fato que as novas mídias e tecnologias são fundamentais ao ambiente escolar assim como vem sendo para a vida em sociedade.

O processo de globalização proporcionou acesso a uma significativa variedade tecnológica devido ao surgimento de novas tecnologias. No entanto, ainda há uma enorme lacuna para alcançar de maneira igualitária tal acesso referente a utilização das mesmas seja pelo corpo docente como pela comunidade escolar devido a fatores como capacitação e acesso.

Sendo assim em meio às atuais demandas vemos que a escola além de suas funções socialmente constituídas assume o grande desafio de educar para uma sociedade tecnológica e constantemente conectada, entretanto percebe-se uma assincronia, pois ainda é arraigada de costumes, cultura e valores tradicionalistas.

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os desafios para a implementação de mídias digitais no contexto escolar contribuindo para o processo ensino aprendizagem, tendo em vista os desafios principalmente numa realidade de escola pública.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esta produção foi baseada em pesquisa bibliográfica através de estudos de artigos recentes referentes ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adesão de mídias digitais na prática docente contribui para um campo de conhecimento que agrega novas possibilidades e metodologias utilizadas pelos professores. É fato que a inclusão de novas tecnologias no processo de ensino - aprendizagem no sistema educacional público ainda se configura em um desafio para a prática pedagógica dentro de sala de aula. Porém é importante ressaltar que essas novas ferramentas possibilitam transformações na sociedade, pois estas oferecem outras formas de conhecer, fazer e criar. É certo que:

“A educação, assim como as demais organizações, está pressionada pela mudança. O momento histórico em que estamos envoltos, aponta para contínua transformação voltada para o uso de novas tecnologias e cada vez mais surgem inovações aplicáveis nos diversos setores.” (CASTRO; RODRIGUES, 2020, p.6)

Sendo assim, mediante o contexto descrito pelos autores, a comunidade escolar terá decisões a seguir, as quais enfatizam três, sendo a primeira resistir às tecnologias e ficar fora do processo, a segunda seria apropriar-se da proposta de mudança e transformar a vida através da aceitação do novo, ou a terceira se apropriar dos processos que contribuirão para o

desenvolvimento de habilidades permitindo o controle das tecnologias e de seus efeitos.

Neste caso, vemos que a última opção se apresenta mais viável, por potencializar a formação do cidadão, lhe permitindo criar, recriar e pensar suas atitudes, incorporando características de transformação da sociedade. Para isso a educação precisa ter um propósito, e os educadores precisam acreditar em si e nos valores defendidos, ou seja, ter as convicções de seus ideais.

Para que isto de fato ocorra o professor e demais profissionais da educação devem passar por capacitação nesta área e estar abertos às mudanças, que os conduzirão a aceitar a diversidade, as exigências impostas pela sociedade que se comunica através dos diversos formatos de linguagem dentro de um contexto cultural cada vez mais amplo e tecnológico.

É importante ressaltar que, se as mídias digitais assim como os objetivos determinados para a formação de alunos e professores apontam para novos caminhos e ao mesmo tempo, trazem novas pontos a serem considerados e incertezas. Tendo em vista esta prerrogativa faz-se necessário refletir em como educar em um mundo que rapidamente se transforma, chamando a atenção para o caráter planetário de educação, tal como vislumbrado neste momento histórico. Nesse contexto, configura-se um duplo desafio para a educação nesta era planetária em que é preciso educar *'em'* e *'para'*, considerando-se a atual complexidade do mundo para além da concepção tecnoeconômica, que parece desconhecer os problemas humanos relacionados à identidade, comunidade, solidariedade e cultura.

De fato este novo, cenário de constantes mudanças e da utilização de tecnologias ao meio educacional, trouxe inquietações aos professores, principalmente para alguns mais tradicionais, devido ao fato dessas novas ferramentas exigirem práticas pedagógicas diferenciadas. Então caberá ao professor e aos demais profissionais da educação, vencer estes

desafios e percalços que surgirem já que são muitos e diversos os dilemas educativos da atual geração porque é composta de alunos que querem aprender de maneira mais dinâmica, atual e contextualizada, diferente dos alunos de décadas atrás.

É importante destacar que além dos desafios citados que os professores enfrentam para uma prática pedagógica com recursos tecnológicos, a instituição escola também se depara com diversas dificuldades como a falta de recursos financeiros, de infraestrutura, de formação para os professores, equipe pedagógica e demais profissionais da escola. Dentro deste contexto de dificuldades é comum que os equipamentos disponibilizados para a escola, pouco supram a demanda, sendo insuficiente para utilização de profissionais e alunos.

Visando estar preparada para os atuais desafios em decorrência das mudanças sociais, culturais e tecnológicas a escola deve ter suporte e recursos adequados, suficientes, uma vez que esta instituição assim como o professor possuem papel social relevante na educação de futuras gerações.

Para isso, instâncias do governo através de mantenedores, devem disponibilizar recursos e contribuir com políticas públicas viabilizando a transformação do ambiente escolar para lidar com estas novas tecnologias, inserindo inovação no fazer pedagógico, tendo foco na capacitação do professor, na formação integral do aluno e no atendimento a essa nova demanda social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente a escola passou a inserir em sua rotina, seja para a parte administrativa ou mesmo para a prática pedagógica, as novas tecnologias e mídias, fato este reflexo dos avanços da sociedade conectada em que esta utilização faz parte do cotidiano. O sistema educacional público, por sua vez tem acompanhado

estes avanços inserindo ainda que aos poucos, em sua realidade novas mídias e tecnologias.

Os atuais educadores, receberam tais ferramentas tecnológicas, sem haver capacitação para utiliza-las como instrumento de apoio e transmissão de saberes no processo de ensino-aprendizagem.

Vemos que a escola pública carece de políticas públicas como capacitação, aperfeiçoamento, geração de aprendizagens sobre novas mídias e tecnologias. Porém esta capacitação mencionada refere-se não apenas ao uso de recursos tecnológicos, mas sim a uma prática pedagógica que conscientize, problematize, que crie novos saberes, contribua na formação de caráter, comportamentos adequados a uma sociedade que está em constante mudança de hábitos e valores.

Portanto a instituição escola tem além de suas funções de educar, preparar para a vida e formar cidadãos, também tem o compromisso de formar alunos críticos e conscientes no uso das mídias, porém não houve investimento do setor público para capacitar os educadores, que desde já precisam ser os mediadores desta nova sociedade conectada que envia para a escola alunos que em parte já são nativos digitais. Só a partir desta consciência política, a educação cumprirá seu verdadeiro papel em consonância com os avanços sociais.

REFERÊNCIAS

FOLLY; P. Mídias na educação - Contribuições e desafios no processo de ensino-aprendizagem e formação do aluno/cidadão crítico. Monografias Brasil Escola. 2022. Disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/midias-na-educacao-contribuicoes-e-desafios-no-processo-de-ensino>. Acesso em 11- julho -2022.

RODRIGUES; R.F. CASTRO; D.T. **Revista observatório**. Os desafios da educação frente as novas tecnologias. 2020. VALLETTA, D. (2016). Educação digital brasileira: possibilidades e desafios. *XI ANPED SUL*, 1-12.

ARTUR; Margareth. **Portal de Revistas USP**. Artigo debate impacto das mídias digitais na *educação*. Baseados no pensamento do filósofo Edgar Morin,

pesquisadores buscam compreender as questões que afetam a educação hoje. 2020. Disponível em <https://jornal.usp.br/ciencias/artigo-debate-impacto-das-midias-digitais-na-educacao>. Acesso em 11-julho-2022

FIOS DE ALTA TENSÃO E OS PERIGOS PARA AERONAVES HIGH VOLTAGE WIRES AND HAZARDS FOR AIRCRAFT

João Evangelista Neto ¹

RESUMO

O presente artigo está relacionado a um tipo de acidente que pode ocorrer com fios de alta tensão e aviões e/ou helicópteros mencionando uma tragédia aérea no estado de Minas Gerais. Têm-se ainda mais um aspecto relevante conhecido, já que foi confirmado que houve colisão do avião com a rede elétrica, quando colocadas em lugares baixos ou próximos a aeroportos. Mencionará também sobre o acidente ocorrido com a cantora sertaneja Marília Mendonça e mais quatro tripulantes na cidade mineira de Caratinga/MG. A metodologia utilizada foi pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva não experimental, tecendo e fomentando questões inerentes a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Fios de Alta Tensão. Energia Elétrica. Aeronaves.

ABSTRACT

This article is related to a type of accident that can occur with high voltage wires and planes and/or helicopters mentioning an air tragedy in the state of Minas Gerais. There is still one more relevant aspect known, since it was confirmed that there was a collision between the plane and the electrical network, when placed in low places or close to airports. It will also mention the accident with country singer Marília Mendonça and four other crew members in the city of Caratinga/MG. The methodology used was qualitative research, with a non-experimental descriptive approach, weaving and promoting issues inherent to the theme.

KEYWORDS: High Voltage Wires. Electricity. Aircraft.

¹ Graduado em Licenciatura plena em Física (UNIFEG/MG), Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física (UNINTER/PR), Mestre em Educação: Formação de professores (UneAtlantico/Santander, Cantabria, Espanha) e Doutorando em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-mail:** evangelistanetojoao@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6554157807671129

INTRODUÇÃO

A transmissão de energia é dividida em duas faixas: a transmissão propriamente dita, para potências mais elevadas e ligando grandes centros, e a distribuição, usada dentro de centros urbanos, por exemplo.

Sabe-se que cada linha de transmissão possui um determinado de tensão, onde encontra-se valores bem altos de até 750 quilovolts. Tais linhas de distribuição são utilizadas entre 13,8 quilovolts no Brasil.

Para uma conversão entre níveis de tensão, são usados como equipamento fundamental o transformador de potência. Os transformadores de grande porte (para grandes elevações ou diminuições na tensão do sistema) encontram-se normalmente nas subestações.

Em se tratando de sistemas de grande porte, é comumente utilizado a interligação redundante entre sistemas, assim formando uma determinada rede. Os números de interligações normalmente aumentam a segurança dos sistemas, porém aumenta também a complexidade.

Tal interligação pode assim como contribuir para o aumento de energia quanto para a propagação de falhas nesse sistema.

Temos diversos componentes de um sistema de transmissão ao qual veremos ao longo desse artigo.

Sabe-se que de acordo com a expressão, temos que quanto maior o valor de determinada corrente elétrica, maior será a perda da energia através da dissipação de energia nos fios. Torna-se, mais vantajoso transportar em tensões muito altas e com correntes mais baixas. (PARANÁ, 2003)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva não

experimental, tecendo e fomentando questões inerentes a temática.

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que a transportar energia elétrica é o processo de conduzir energia entre dois pontos. Tal movimento de é realizado pelo que nós chamamos linhas de transmissão. Normalmente, é conduzida por utilizando corrente alternada, que de uma forma bem simples é conectada a uma usina às pessoas. Temos alguns componentes em um sistema de transmissão de energia, dentre eles destaca-se:

- Torres de transmissão: que para linhas aéreas, faz-se necessário levantar bem os cabos a uma distância segura do chão, de forma a evitar choques elétricos com seres humanos, vegetações, automóveis e veículos aéreos que passam por onde estão localizadas, daí o fato de serem erguidas tais torres. As torres devem aguentar os cabos em diversas condições, inclusive quanto aos fenômenos da natureza.

- Isoladores: tais cabos de transmissão devem ser suportados por tais torres através do que denominamos isoladores, evitando assim a perda da energia através da sua estrutura. Tais suportes tem como função garantir ao que nós chamamos rigidez dielétrica, além de suportar o peso desses cabos. Na maioria das vezes eles são feitos de polímeros, vidro ou cerâmica.

- Subestações: são as linhas de transmissão, sendo estes conectadas as subestações.

O projeto arquitetônico das torres deve ser bem feito para tornar o custo financeiro adequado, sendo não deixar de suportar os cabos de qualquer jeito devido às condições do vento, da temperatura, até mesmo, na formação de gelo (inverno).

As torres são normalmente construídas em aço, outras alternativas mais baratas de madeira ou concreto para tensões de até 13,8 quilovolts. Assim sendo, pode-

se destacar um problema de difícil solução no projeto de torres são os casos de vandalismo e desastres.

É comum vermos algumas bolas que são instaladas nas redes de alta tensão, estas são esferas de fibra de vidro, normalmente na cor laranja e tem como principal objetivo sinalizar os cabos da rede nos locais sujeitos a decolagens de aeronaves e helicópteros. Estas instalações são obrigatórias e está prevista nas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, por finalidade de evitar acidentes com aviões e helicópteros.

Sabe-se que para realizar uma ligação de fios em subestações e edificações que funcionem com uma alta tensão é necessário um tipo de fiação específica para que não coloque em risco o funcionamento ou talvez em não aguentar uma carga elevada; para isso, existem os cabos de alta tensão que são desenvolvidos para tais aplicações, para assim oferecer condições necessárias para a segurança, durabilidade e um bom desempenho.

Um acidente bem recente com esses fios de alta tensão foi em 05 de novembro de 2021, com a cantora Marília Mendonça e outros tripulantes.

O acidente aéreo com um avião Beechcraft King Air C90A de matrícula PT-ONJ vitimou cinco tripulantes na região rural de Caratinga, no leste de Minas Gerais. Como dito, dentre uma das vítimas foi a cantora sertaneja, além de dois membros de sua equipe e os dois pilotos.

Sabe-se que a aeronave caiu durante a aproximação para aterrissagem no Aeroporto Regional de Ubaporanga, ao lado da cidade mineira citada, onde aí então a cantora realizaria um show. O local da queda foi uma cachoeira que fica no rumo de uma pista do aeroporto, cerca de apenas dois quilômetros antes da cabeceira.

Percebe-se que desde então, residentes naquela região apontavam que o turboélice tinha colidido com uma rede elétrica de alta tensão, já que pessoas moradoras perto da região ficaram sem energia

elétrica ou tiveram um pico de luz exatamente quando este avião sofreu a queda.

Logo após o acidente aéreo apareceram imagens dos fios que ficam à margem da rodovia citada, que liga as cidades de Caratinga a Piedade de Caratinga. Tais fios são de alta tensão e de responsabilidade da CEMIG, que é uma companhia de energética do Estado.

A empresa confirmou em nota oficial a um site que tais fios foram rompidos por esta aeronave, que então teria perdido controle após tal colisão com estes cabos de alta tensão.



FONTE: Imagem disponível em: <https://www.aeroin.net/aviao-de-marilia-mendonca-bateu-em-fios-de-alta-tensao-antes-de-cair/>, acesso em 08 de novembro de 2021, às 16h50.

Alguns pilotos que operam com frequência na região de Caratinga relataram ao AEROIN que a região requer muita atenção nas operações, devido às quantidades de muitas serras. Onde uma maneira muito utilizada muito praticada para aproximação neste local seria vinda da direção oeste, o que não teria ocorrido nesse dia.



FONTE: Imagem disponível em: <https://www.aeroin.net/aviao-de-marilia-mendonca-bateu-em-fios-de-alta-tensao-antes-de-cair/>, acesso em 08 de novembro de 2021, às 16h50.

Sabe-se que para linhas, as quais denominamos de extra alta tensão, ou seja, acima de 345 quilovolts, o principal limitante é o efeito corona, onde os campos elétricos na superfície desses condutores atingem um limiar no qual o dielétrico, ou seja, um isolante elétrico que, sob a atuação de um determinado campo elétrico exterior acima do limite de sua rigidez dielétrica, permite um fluxo da corrente no ar rompe-se, criando assim pequenas descargas em torno do condutor, similar a uma coroa. (BONJORNO, 2001).

Este efeito é bem interessante, mas pode provocar grandes perdas elétricas no sistema e interferência em aparelhos eletrodomésticos. Ressalta-se que o efeito corona/croa torna-se mais intenso na ocorrência de chuva, no qual as gotas nos cabos provocam uma concentração do campo elétrico, e elevando o nível de perdas e interferência. Um outro fator que pode favorecer a ocorrência desse efeito são

as condições físicas da superfície dos cabos. Se este, porventura for arranhado, sujo ou sofrer algum processo que torne a sua superfície mais áspera.

Como exemplo, pode-se destacar caso deixarmos acidentalmente tal cabo arrastar-se sobre o solo, isso pode facilitar a ocorrência desse efeito. Algumas normas específicas, como a NBR 5422 no Brasil, estabelece um limite de interferência provocado pelas linhas de transmissão.

Por fim, vale destacar que temos ainda os fios de uma linha de transmissão, que é um sistema usado para transmitir a energia eletromagnética. Esta transmissão não é irradiada, e sim guiada de uma fonte geradora para uma carga consumidora, podendo ser uma guia de onda, um cabo coaxial ou fios paralelos ou torcidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, que os rompimentos de cabos de fios de tensão podem causar acidentes fatais. Ultimamente, baseando-se em muitas pesquisas, acidentes relacionando veículos e fios de alta tensão, têm chamado a atenção das autoridades.

De acordo com a Associação Brasileira de Conscientização para os perigos com energia elétrica, o número de mortes por choques elétricos também aumentou muito no país, sendo que as regiões onde se concentram os maiores números de mortes são as regiões Nordeste, com 266 mortes e a região Sudeste, com 123.

Nota-se que em meses anteriores ao acidente, outros pilotos de aviões já haviam relatado aos órgãos aéreos daquela região que tais fios elétricos atrapalhariam o pouso no aeródromo da cidade de Caratinga. São relatos e que indicam dados sobre riscos e alertam outros pilotos que se dirigem à região sobre perigos para operar no local.

Vale destacar que um fio de alta tensão tem uma tensão superior a 1000 volts em corrente alternada ou

de 1500 volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.

A presente pesquisa destacou-se também, sobre o ocorrido no acidente aéreo com a cantora Marília Mendonça onde um avião, fabricado no ano de 1984, decolou de Goiânia e caiu em uma cachoeira a dois quilômetros de uma pista onde faria o pouso. A aeronave citada tinha capacidade para 4,7 mil quilos e podia transportar até seis passageiros e que algumas informações preliminares relatadas por pilotos que sobrevoaram a região próximo ao momento do acidente e também de testemunhas são de que o avião "rasgou" fios de alta tensão ligadas a uma torre próximo ao local.

REFERÊNCIAS

BONJORNO, Regina Azenha; BONJORNO, José Roberto; BONJORNO, Valter, Ramos, Clinton Marcico. **Física completa**. Vol. Único, 2ª edição, Ed. FTD. São Paulo: 2001.

GASPAR, Alberto. **Física**. Vol. Único, 1ª edição, Ed. Ática, São Paulo: 2005.

LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ALVARES, Beatriz Alvarenga. **Física: Ensino Médio**. Vol. 1, 2 e 3. 1ª edição, Ed. Spicione. São Paulo: 2006.

PARANÁ, Djalma Nunes da Silva. **Física – Série Novo Ensino Médio**. Vol. Único, 6ª edição, Ed. Ática, São Paulo: 2003.

SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. **Física: Ensino Médio Atual**. Vol. Único, 1ª edição, Ed. Atual, São Paulo: 2003.

ENSINO POR MEIO DE TECNOLOGIA DIGITAL: IMPACTO NA APRENDIZAGEM DO SÉCULO XXI

TEACHING THROUGH DIGITAL TECHNOLOGY: IMPACT ON 21ST CENTURY LEARNING

Custódio Cazenga Francisco ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O ensino por meio de tecnologia digital aumentou, embora tem havido resistência sobre a utilização de dispositivos eletrônicos nas escolas por parte dos profissionais da educação. **OBJETIVO:** Refletir sobre o ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI. **METODOLOGIA:** O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico. Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluiu-se que após reflexões das discussões de vários autores, pode-se afirmar que há necessidade dos alunos ou estudantes estudarem por meio das tecnologias digitais no ambiente virtual, o qual permite que cada estudante aprenda em seu ritmo e obter progressos nos índices de aprendizagens para escola e adquirir êxito em sua função social. Constitui-se, assim, como um precioso auxiliar, tanto para futuros professores, como para todos aqueles que queiram atualizar os seus conhecimentos e aprofundar a sua formação. Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições acadêmicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Tecnologia Digital. Impacto. Aprendizagem.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Teaching through digital technology has increased, although there has been resistance to the use of electronic devices in schools by education professionals. **OBJECTIVE:** To reflect on teaching through digital technology and impact on 21st century learning. **METHODOLOGY:** The present text consists of a literature review of the Narrative type, and we use scientific databases to understand proposed authors. The aim was to bring relevant content to the theme with a focus on various theories. An analytical and bibliographic research was carried out with a qualitative approach to the subject through books, articles and in videos classes of databases such as Pepsic, Scielo and Google Scholar. Then, the most relevant materials were included, excluding content that did not concern the theme. **FINAL CONSIDERATIONS:** It was concluded that after reflections of the discussions of several authors, it can be affirmed that there is a need for students or students to study through digital technologies in the virtual environment, which allows each student to learn at his or her pace and to make progress in the indexes of learning for school and to acquire success in their social function. It is thus a precious helper, both for future teachers, as well as for all those who want to update their knowledge and deepen their training. It is expected that from this, research, the teachers of the academic institutions of the higher level and the related areas have a better understanding on the subject, a more comprehensive technical and scientific vision.

KEYWORDS: teaching; digital technology; impact; apprenticeship.

¹ Pós-Doutorando em Saúde Coletiva; Doutor em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Ciências Biomédicas (Segurança do Trabalho) pela UNIXAVIER; Pós-Graduado (*Lato Sensu*) em Administração Hospitalar pela Universidade Nova Lisboa; Graduado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-mail:** custodiofrancisco29.8@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/9024184123157315

INTRODUÇÃO

O ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI aumentou, embora tem a vido resistência sobre a utilização de dispositivos eletrônicos nas escolas tais como: celulares, computadores por parte dos profissionais da educação. É necessário que os professores ensinem a estudar fazendo o uso dos recursos tecnológicos.

Considerando que o ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI. Como um problema de políticas educacionais, com maior relevância nos países em desenvolvimento, escassez de dados publicados, foi motivo evidente do autor, para pesquisar, na esperança de contribuir para um melhor conhecimento deste tema.

Esta Pesquisa propõe: Produzir novos conhecimentos, obter informação desconhecida para a solução do problema, melhoria de Saberes e práticas educativas e contribuir para ciência.

A abordagem deste tema é de suma importância por se tratar de um levantamento para as Instituições de ensino. Sendo assim, pretende-se investigar neste trabalho: **Quais reflexões sobre o ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI?**

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre o ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI.

REFERENCIAIS TEÓRICO:

USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESTIMULADO PELA LEGISLAÇÃO

O uso das tecnologias digitais já era previsto e estimulado em documentos oficiais federais. Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDBEN 9.394 de 1996, quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs de 2006, dos cursos de pedagogia e outras licenciaturas, trazem em seus textos a urgência da necessidade de

inserção das novas tecnologias informacionais e comunicacionais (BRASIL, 2006), denominadas atualmente de Tecnologias Digitais em Rede, na educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, traz metas para o decênio de 2014 a 2024 e, como se pode verificar nas metas nº 6 e 7, há sinalização para uso da tecnologia como instrumento de melhoria educacional.

A meta nº 6, a qual trata da ampliação da oferta da educação em tempo integral prevê a ampliação de recursos tecnológicos nas escolas, conforme o trecho a seguir. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral (BRASIL, 2014, p.59).

A meta nº 7 trata do fomento à qualidade da educação com a finalidade de aumentar o fluxo escolar e melhorar aprendizagem, e enfatiza a necessidade da universalização do acesso à internet e a ampliação dos equipamentos tecnológicos, usando a tecnologia como instrumento em diversas de suas estratégias, conforme as transcritas a seguir:

7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; (BRASIL, 2014, p.63).

7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para

implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet; (BRASIL, 2014, p.63).

7.22) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação (BRASIL, 2014, p. 65).

A Base Nacional Curricular Comum - BNCC consolidou em 2018 as dez competências gerais da educação básica, dentre elas: compreender, usar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas ações escolares para comunicação, disseminação de informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercício do protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.9).

ENSINO À DISTÂNCIA X ENSINO ONLINE E REMOTO X ENSINO HÍBRIDO

Não se deve confundir o ensino remoto e online com a modalidade de Educação à Distância (EaD), pois aqueles surgiram devido aos decretos governamentais de quarentena e distanciamento entre pessoas, em caráter emergencial em 2020, para que os estudantes não ficassem sem contato com seus professores, colegas e com os conteúdos de suas grades curriculares, e assim, continuar as atividades pedagógicas com o objetivo de diminuir os prejuízos causados pela suspensão das aulas presenciais. Ademais, a EaD já estava amparada na lei como modalidade de ensino, há décadas. Com a promulgação do Código Brasileiro de Comunicações em 1962 (BRASIL, 1962), com o Decreto Lei nº 236/67 (BRASIL, 1967), e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº5.692/71 (BRASIL, 1971), elaborada sob forte

influência dos movimentos norte-americanos em prol da tecnologia educacional, houve a possibilidade para que o ensino supletivo, atualmente ensino de jovens e adultos fosse ministrado com o uso do rádio, televisão, correspondência e de outros meios de comunicação.

A LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), regulamentou a modalidade de EaD oferecidas por instituições federais e credenciadas. A EaD também foi contemplada no Decreto nº 9.057/2017, que a define em seu art. 1º como modalidade educacional, em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com: pessoal qualificado; políticas de acesso; acompanhamento e avaliações compatíveis, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, p.1).

O ensino híbrido, conhecido também como blended learning alia práticas de ensino online e presencial, com flexibilidade e rotação de ambientes e horários para estudar, em que, enquanto alguns estudantes estão em sala de aula física com o/a professor(a), os demais estão em outras dependências na escola: biblioteca, laboratórios, sala de informática ou de leitura, quadra de esportes ou fazendo algum trabalho de campo no terreno da escolar ou fora dele (DOS ANJOS et.al 2019).

Embora o ensino híbrido esteja recebendo mais atenção recentemente, sua concepção existe há tempos, também a busca para que estudantes estejam no centro do processo de aprendizagem, conquistem autonomia, responsabilidade na realização de tarefas, compromisso com a própria aprendizagem e seja protagonista do percurso que precisar percorrer. Essa modalidade de ensino se configura como uma das principais tendências da educação no século XXI, e tem sido aplicada por diversas instituições de ensino, já que as crianças têm acesso facilitado ao uso de dispositivos eletrônicos cada vez mais cedo (DOS ANJOS et.al 2019).

Dos Anjos et.al. (2019) elaboraram um Dossiê, o qual demonstra que o ensino híbrido já estava bem enraizado na educação brasileira. O documento apresenta o ensino híbrido como agente de inclusão de tecnologias digitais no processo educativo por meio da integração do ensino presencial e online.

O ensino híbrido dispõe de um suporte legal, a partir da autorização para a oferta semipresencial nos cursos de graduação desde o ano de 2004, com a publicação da Portaria MEC nº 4.059/2004, a qual foi substituída pela Portaria MEC nº 1428/2018, que estabelece nova redação para o tema. Conforme esta regulamentação, as Instituições de Educação Superior - IES podem oferecer entre 20 e 40% da carga horária total de seus cursos, na modalidade à distância, atendendo as condições e exigências especificadas na Portaria: Art. 7º A oferta das disciplinas previstas nos artigos. 2º e 3º desta Portaria deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico, bem como a mediação de tutores e profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso - PPC e no plano de ensino da disciplina, que deverão descrever as atividades realizadas a distância, juntamente com a carga horária definida para cada uma, explicitando a forma de integralização da carga horária destinada às atividades on-line (BRASIL, 2018).

Na visão de Santos (2019), o ensino online é um conjunto de ações de ensino e aprendizagem, mediados por interfaces digitais que facilitam e potencializam práticas de comunicação interativas, hipertextuais e em mobilidade. Cada vez mais pessoas aderem a esse conceito e promovem a difusão cultural de ideias potencializando a democratização da comunicação, informação e aprendizagem entre pessoas localizadas em espaços diferentes.

As tecnologias digitais mais utilizadas nas atuais práticas de educação online são os ambientes virtuais de aprendizagem disponibilizados no ciberespaço, bem como tele e videoconferências. Os ambientes virtuais agregam uma das características fundantes da internet: a convergência de mídias, ou seja, a capacidade de hibridizar e permutar em um mesmo ambiente várias mídias (SANTOS, 2019).

Além disso, comportam além de um conjunto de interfaces para socialização de informação e conteúdos de ensino e aprendizagem, as interfaces de comunicação síncronas e assíncronas. Os conteúdos podem ser apresentados por mistura de linguagens (imagens, textos e sons) e em diversos suportes, como hipertextos, multimídia ou hiperímídia (SANTOS, 2019).

Assim, o ensino online pode ser entendido como uma metodologia pedagógica que pode ser assumida como potencializadora de situações de aprendizagem mediadas por encontros (tele) presenciais, a distância ou em processos híbridos. Todavia, se existe o ensino online, existe também o ensino offline (desplugado), que pode acontecer na casa do estudante sem a mediação e contato físico com professores, ou na escola, com sua turma e professores (SANTOS, 2019).

Com o fechamento das escolas para prevenir a transmissão do beta-vírus SARS - CoV2, causador da Covid-19, outra terminologia de ensino e aprendizagem teve repercussão: o ensino remoto. A legislação federal, mesmo a elaborada em razão da pandemia, não contempla o ensino remoto como tipologia ou modalidade de ensino. No entanto, o termo se popularizou nas mídias, nas redes sociais digitais e entre educadores e gestores públicos a fim de nomear as ações pedagógicas criadas para atender às necessidades das escolas e estudantes. Regulamentações emergenciais como decretos e resoluções foram publicadas por governadores e órgãos públicos, no que se refere a educação escolar durante a pandemia (SANTOS, 2019).

As Portarias de nº 376, de 3/04/2020 e nº 544, de 16/06/2020 do Ministério da Educação – MEC, apenas dispõem sobre a substituição das aulas presenciais por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais na educação superior e na profissional, enquanto perdurar a pandemia de Covid-19 (BRASIL, 2020b, p.1). Entretanto, em dezembro de 2020, o MEC manifestou sobre a volta gradual das aulas presenciais e fez referência as atividades online síncronas e assíncronas (CNE, 2020).

Em relação ao gerenciamento da educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio), nos estados da federação, há legislação diversa sobre as aulas não presenciais. Apenas o estado de São Paulo por meio do Conselho Estadual da Educação com a Deliberação CEE 177 de 18/03/2020, e o Rio Grande do Sul com o Decreto 55.469 de 07/09/2020 adotaram o termo ensino remoto ou aulas remotas em seus decretos e resoluções inerentes à educação.

O Conselho Estadual da Educação por meio da Deliberação CEE 194//2021 chegou a nomear o ensino remoto como modalidade de ensino “Outra medida é o planejamento curricular no contexto de ensino remoto combinado com o presencial. Ao menos por um bom tempo, essas duas modalidades de ensino coexistirão. Nessa linha de pensamento, e após uma leitura atenta da LDBEN 9.394/1996, observa se que a própria legislação educacional abaixo da Constituição Federal de 1988, não especifica muito bem as modalidades de ensino, já que modalidade de ensino é a classificação dada pela LDBEN, de 1996, a determinadas formas/modos de educação com pedagogia própria, que podem localizar-se nos diferentes níveis da educação escolar, a qual contempla a educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio), e a educação superior. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é considerada como modalidade de ensino, da mesma forma que a Educação à Distância. Assim, a educação profissional deveria ser considerada como sendo de nível técnico e médio.

METODOLOGIA

O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática sobre o ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico.

Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Vale ressaltar que a Educação à Distância- EaD para o ensino supletivo, e o uso da tecnologia para fins educacionais, é autorizado desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN nº5.692/71 (BRASIL, 1971).

Não é a tecnologia que causa defasagens nas aprendizagens, e sim, a não aderência ao uso delas. Embora, aulas presenciais com contato físico são extremamente necessárias, principalmente para as etapas infantil e fundamental I, fases mais importantes do desenvolvimento do ser humano, pois aprender a se socializar, a ler e escrever demanda interação com afetividade, relações humanas que considerem o sentir e fazer comum (ENGZELL et al, 2021).

A Holanda, país que passou por um período curto sem aulas presenciais (8 semanas), e possui um sistema de financiamento escolar equitativo e a maior taxa de acesso de banda larga no mundo, teve uma perda de aprendizado de 3 pontos, quando os resultados das avaliações foram comparados com os 3 anos anteriores. Sendo que a perda foi equivalente a 1/5 do ano letivo, mesmo período em que as escolas

permaneceram fechadas. As perdas foram até 60% maiores em casas de pessoas menos instruídas e com menos dinheiro. Os resultados desta pesquisa permanecem robustos quando se comparam estudantes de várias famílias dentro de uma mesma escola. As descobertas revelaram que estudantes fizeram pouco ou tiveram nenhum progresso durante o aprendizado em casa, e sugeriram perdas ainda maiores em países com infraestrutura mais fraca ou fechamentos de escolas por mais tempo (ENGZELL et al, 2021).

Seymour Papert, matemático, preocupado com o desenvolvimento intelectual em países menos desenvolvidos, pioneiro da inteligência artificial, um crítico da aprendizagem tradicional, parceiro de trabalho de Jean Piaget e precursor da aprendizagem construcionista, já em 1967 defendia um computador por criança, pois acreditava na importância do uso das tecnologias por estudantes como meio auxiliar no processo de construção do próprio conhecimento (aprender fazendo), e indicava que as crianças deveriam usar tais equipamentos como instrumentos facilitadores da aprendizagem, para melhorar a criatividade, a inovação e concretizar o pensamento computacional (ELLISON, 2020; MORABITO, 2008).

Vygotsky et al (1988), autor da concepção sociointeracionista, contribuiu com as teorias de aprendizagem ao sinalizar a importância da interação social no processo educacional, por meio das trocas entre as pessoas e com o objeto de estudo. Nessa perspectiva, verifica-se a importância do meio social da escola como formador das funções psíquicas, em que o desenvolvimento das pessoas ocorre pelos relacionamentos, apropriação ativa e trocas do conhecimento existente na sociedade. Mas se os estudantes não comparecem na escola pelo menos em parte da semana, ao invés de aprender a: conhecer; fazer; conviver; ser, que são os pilares para a educação do século XXI, de acordo com Jacques Delors (1998), podem se tornar antissociais, e isso representa um

problema para sociedade, quando se tenta esperançosamente, educar para a paz.

Entre as recomendações que traz o relatório do Banco Mundial “Agir agora para proteger o capital humano de nossas crianças”, para combater a pior crise educacional já vivenciada pela humanidade, está o uso de tecnologias que possam favorecer a aprendizagem adaptativa e potencializar as soluções educacionais. Segundo o relatório, embora os sistemas educacionais da América Latina e do Caribe enfrentem um desafio sem precedentes, esta situação difícil abre muitas oportunidades para que a reconstrução torne os sistemas educacionais melhores, eficazes, igualitários e resilientes (WORLD BANK, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir, de forma logicamente organizada e sequenciada, um vasto conjunto de informação relativo a temas essenciais sobre o ensino por meio de tecnologia digital e impacto na aprendizagem do século XXI, permitir-se-á que o tempo consumido pelos professores, em pesquisa de informação – base possa ser, agora, utilizado com vantagem noutras pesquisas de aprofundamento adicional e em actividades reflexivas de relacionamento teria-prática.

Em temas desta complexidade, torna-se difícil, por vezes, definir onde se situa o nível de informação suficiente para iluminar as situações educativas e fundamentar as práticas. Assim, sem perda da noção de equilíbrio, as equipas de autores optaram por seguir um critério de alguma sistematicidade, de modo a permitir aos professores o acesso a diversas abordagens conceptuais e metodológicas através das diversas correntes do pensamento pedagógico e andragógico.

Concluiu-se que após reflexões das discussões de vários autores, pode-se afirmar que há necessidade dos alunos ou estudantes estudarem por meio das tecnologias digitais no ambiente virtual, o qual permite que cada estudante aprenda em seu ritmo e obter

progressos nos índices de aprendizagens para escola e adquirir êxito em sua função social e constitui-se, assim, como um precioso auxiliar, tanto para futuros professores, como para todos aqueles que queiram atualizar os seus conhecimentos e aprofundar a sua formação.

Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições acadêmicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente. Estudos futuros serão necessários para dar continuidade a este estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.** Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art.80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 25 mai. 2017.

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

Ministério da Educação. **Centro Nacional de Mídias da educação.** CNME. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/cnme>. Acesso em 03/06/2021.

Ministério da Educação. **Lei n. 9.394/96, 20 dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciatura.** Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.428,** de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 2018.

Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 544/2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jun. 2020.

Ministério da Educação. **Aulas com novas tecnologias podem ser assistidas pelos interessados.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/cnme>. Acesso em 05/06/2021.

CEE. Conselho Estadual da Educação. SP. **DELIBERAÇÃO CEE 177/2020.** Fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2020/Abril/16/exec1/pdf/pg_0014.pdf. Acesso em 29/06/2021.

Conselho Estadual da Educação. SP. 194 **DELIBERAÇÃO CEE //2021.** http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Janeiro/16/exec1/pdf/pg_0045.pdf. Acesso em 29/06/2021.

CEMEAM. **Centro de Mídias da Educação do Amazonas.** Disponível em <https://centrodemidias.am.gov.br/>. Acesso em 06/06/2021.

CNE. Conselho Nacional da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.** Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1671_41-rcp002-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10/06/2021.

CMSP. **Centro de Mídias de São Paulo**. Disponível em <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em 06/06/2021.

DELORS, J. Educação: **Um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília: UNESCO, 1998.

DOS ANJOS, Rosana Abutakka Vasconcelos; DA SILVA, Lídia Martins; DOS ANJOS, Alexandre Martins. **Ensino híbrido: Organização e sistematização de conceitos com base em revisão sistemática da literatura**. Em Rede-Revista de Educação a Distância, v. 6, n. 2, p. 203-220, 2019.

ELLISON, Nicole. **"Seymour Papert"**. Enciclopédia Britânica, 27 /07/2020. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Seymour-Papert>. Acesso em 04/07/2021.

ENGZELL, Per; FREY, Arun; VERHAGEN, Mark D. **Learning loss due to school closures during the COVID-19 pandemic. Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 17, 2021 e2022376118; <https://doi.org/10.1073/pnas.2022376118>.

LEMANN, Fundação (2021). **Datafolha: 40% dos alunos correm risco de abandonar a escola**. Disponível em <https://fundacaolemann.org.br/noticias/datafolha-40-dosalunos-correm-risco-de-abandonar-a-escola>. Acesso 03/07/2021.

LICHAND, Guilherme and Alberto Doria, Carlos and Leal Neto, Onicio and Cossi Fernandes, Joao Paulo, **The Impacts of Remote Learning in Secondary Education: Evidence from Brazil during the Pandemic** (May 21, 2021). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3841775> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3841775>.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. Mito. Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MORABITO, Seth. **"Seymour Papert"**. You Tube, 2008. Disponível em <https://youtu.be/xMzozQFyMo0>. Acessado em 04/07/2021.

RIO GRANDE DO SUL. RS. **DECRETO Nº 55.469, DE 07/09/2020**.

SANTOS; Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019. Ebook. ISBN: 978-85-509-0541-9.

SÃO PAULO. **DECRETO Nº 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19, e dá providências correlatas. Disponível em [https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-](https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-64864.pdf)

[content/uploads/2020/03/decreto-64864.pdf](https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-64864.pdf). Acesso em 22/06/2021.

DECRETO Nº 64.982, DE 15 DE MAIO DE 2020. Institui o Centro de Mídias de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64982-15.05.2020.html>. Acesso em 05/06/2021.

DECRETO Nº 65.384 de 17/12/2020. Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19, institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19 e dá providências correlatas.

LEI Nº 12.730, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007. Proíbe o uso telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula.

LEI Nº 16.567, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017. Altera a Lei nº 12.730, de 11 de outubro de 2007, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula.

VACINAJÁ. 2021. Disponível em <https://vacinaja.sp.gov.br/>. Acesso em 07/07/2021.

SEDUC/AM. Secretaria de Estado da Educação do Amazonas. **Centro de Mídias. 2021**. Disponível em <http://www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/centro-demidias/>. Acesso em 06/06/2021.

SEDUC/SP. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. 2020. **Resolução SEDUC nº 98, de 22 de dezembro de 2020**. Autoriza e regulamenta a utilização de serviço móvel celular pelos servidores da Secretaria da Educação. Disponível em <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/06/resolucao-seduc-n-98-22-12-2020.pdf>. Acesso em 21/06/2021.

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Resolução Seduc nº30, de 2- 3-2021**. Autoriza a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual e dá providências correlatas. Disponível em <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/06/resolucao-seduc-30-de-02-03-2021.pdf>. Acesso em 21/06/2021.

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. 2021a. **O Impacto da Pandemia na Educação**: <https://www.educacao.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2021/04/Apresenta%3a7%3a3o-Estudo-Amostral-1.pdf>. Acesso em 21/06/2021.

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. 2021b. **Estudantes dos anos iniciais tiveram regressão na aprendizagem durante a pandemia, mostra avaliação**.

Disponível em:
<https://www.educacao.sp.gov.br/estudantes-dos-anos-iniciais-tiveramregressao-na-aprendizagem-durante-pandemia-mostra-avaliacao/>. Acessado em 21/06/2021.
Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. 2020c.
Governo de São Paulo anuncia investimento de 700 milhões para o PDDE. Disponível em
<https://www.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-anuncia-investimento-de-r-700-milhoes-para-o-programa-dinheiro-direto-na-escola/>. Acesso em 03/06/2021.

STACCIOLI, Gianfranco. **As rotinas: de hábitos estéreis a ações férteis.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 54-73, ago. 2018. Título original: Le routine: da consuetudini sterili ad azioni fertili. Tradução: Fernando Coelho. Revisão técnica: Catarina Moro.

UNESCO. **TIC para o desenvolvimento sustentável: recomendações de políticas públicas que garantem direitos.** Paris, 2019. Disponível em:
<https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/8/14582020190716-tic-para-odesenvolvimentosustentavel.pdf>.
Acesso em: 14/05/2021.

VYGOTSKY, L.S. et al. (1988). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo (Brasil):Ícone.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO DO ALUNO

THE IMPORTANCE OF RELIGIOUS TEACHING IN STUDENT EDUCATION

Daize Alexandre da Silva Guimarães¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este presente artigo foi desenvolvido a fim de trazer uma reflexão sobre a importância do Ensino Religioso na formação do aluno no Brasil. Tem como ponto de partida a visão das propostas educacionais existentes, analisando as práticas pedagógicas do ensino religioso. **OBJETIVOS:** O objetivo principal é destacar o ensino religioso, como sendo fundamental coadjuvante no processo de formação integral do ser humano. Não temos interesse de abordar nenhuma religião específica, mas sim, trazer à tona a realidade pluricultural brasileira, que é recheada por uma grande diversidade religiosa. Iremos analisar a LDB 9394/96 e a BNCC e observar o que tem sido obedecido e o que precisa ser aprimorado para melhorar o processo educacional.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental compreendidos desde livros, artigos científicos, teses, documentos impressos e virtuais, enfim, pesquisa com base em fontes disponíveis as quais tornaram possível conhecer e refletir sobre a importância do Ensino Religioso na formação do aluno e as leis que estruturam as práticas pedagógicas deste Ensino no nosso país. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Chegamos à conclusão que o Brasil já avançou muito na conscientização da pluralidade religiosa, com a criação de Leis que amparam as convicções de um Estado Laico, mas as práticas metodológicas na sala de aula ainda precisam ser mais eficazes voltadas para o respeito à diversidade e a tolerância religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: LDB. BNCC. Ensino Religioso. Educação. Formação.

ABSTRACT

INTRODUCTION: This article was developed in order to bring a reflection on the importance of Religious Education in the formation of the student in Brazil. Its starting point is the vision of existing educational proposals, analyzing the pedagogical practices of religious education. **OBJECTIVES:** The main objective is to highlight religious education, as a fundamental adjunct in the process of integral formation of the human being. We are not interested in approaching any specific religion, but rather in bringing to light the Brazilian pluricultural reality, which is filled with a great religious diversity. We will analyze LDB 9394/96 and BNCC and observe what has been obeyed and what needs to be improved to improve the educational process.

METHODOLOGY: This is a bibliographical and documental research comprising from books, scientific articles, theses, printed and virtual documents, in short, research based on available sources which made it possible to know and reflect on the importance of Religious Education in the formation of the student and the laws that structure the pedagogical practices of this teaching in our country. **FINAL CONSIDERATIONS:** We came to the conclusion that Brazil has already advanced a lot in the awareness of religious plurality, with the creation of Laws that support the convictions of a Secular State, but the methodological practices in the classroom still need to be more effective in terms of respect for the diversity and religious tolerance.

KEYWORDS: LDB. BNCC. Religious Teaching. Education. Training.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University; Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela CGESP. Licenciatura em Matemática pela UFBA. Licenciatura em Pedagogia pela UNOPAR. Teologia pela FATECBA. **E-mail:** daizesilva976@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6688701373213106

INTRODUÇÃO

A religião é algo que faz parte da vida do ser humano. E por essa razão vemos que o ensino religioso na escola necessita de fundamentos epistemológicos, para direcionar a obtenção de resultados para formação integral. Porém vemos que o sistema educacional brasileiro, tem tido dificuldade para alcançar o cumprimento da LDB/96 instituída pela Constituição Federal e a BNCC por não ter aplicabilidade efetiva com profissionais qualificados para o ensino religioso. Dessa forma tem sido evidente o desprezo dos valores intrínsecos pelo ser humano, sendo os mesmos gerados por uma cultura preconceituosa. Pois acreditamos que ainda falta um desdobramento dessas leis para que o ensino religioso seja trabalhado de forma pedagogicamente eficaz nas escolas. Vale ressaltar ainda que, a função do ensino religioso também é atuar intermediando o diálogo entre as diversas religiões no ambiente escolar entre os discentes, o que possibilitará a conscientização da tolerância religiosa.

Acreditamos que com a ação efetiva do ensino religioso nas escolas brasileiras haverá uma formação integral, que resultará em cidadãos mais conscientes e humanos, que reconhecem o significado dos valores que circundam as relações entre as pessoas, que respeita ao próximo, vivencia a justiça, a solidariedade e dessa forma a sociedade terá mais cidadãos com práticas que almejam um futuro melhor.

O SER HUMANO E SUA RELIGIOSIDADE

Einstein (1981, p.13), fez a seguinte indagação: “Tem um sentido a minha vida? A vida de um homem tem sentido? Posso responder a tais perguntas se tenho um espírito religioso”. Notamos assim que a humanidade está interligada a uma religião. Para Oliveira (2009, p. 74) “(...) o indivíduo acredita vivamente que Deus existe”. As pessoas sentem necessidade de reverenciar, respeitar, adorar e

obedecer às doutrinas, cumprindo alguns rituais e liturgias, para sustentar a sua crença, sua fé. A isso denominamos Religião, que é o ato de tentar aproximar-se de um ser superior, de um Deus. Na enciclopédia de Champlin, temos como significado de religião:

A palavra Religião vem o latim, religare, “religar”, “Atar”. A aplicação dessa palavra é a ideia de que certos poderes sobrenaturais podem exercer autoridade sobre os homens, exigindo que eles façam certas coisas e evitem outras, forçando-os a cumprir ritos, sustentar crenças e seguir algum curso específico de ação. (ENCICLOPÉDIA DE BÍBLIA TEOLOGIA E FILOSOFIA, VOLUME 5, R. N. CHAMPLIN, 2004, p. 637).

A Religião é viva e faz parte da cultura brasileira, que se apresenta de várias formas, influenciando o modo de vida das pessoas. Para Oliveira (2009, p. 36) “a religião toca todas as dimensões do ser humano e a experiência religiosa exerce um forte impacto sobre o indivíduo. Ela provoca em seu comportamento uma mudança radical de direcionamento prático e de valores (...)”. A sociedade brasileira possui uma grande diversidade religiosa, as quais são manifestadas através dos ritos. Para Vilhena (2005, p. 21) “O Rito refere-se, pois, à ordem prescrita, à ordem do cosmo, à ordem das relações entre deuses e seres humanos e dos seres humanos entre si”. Os Rituais e liturgias são praticados de forma específica para cada tipo de religião. Onde as pessoas acreditam estarem agradando a seu Deus com tais ações.

A natureza do homem é religiosa, percebe-se que não é possível desassociar a religião do indivíduo, além disso, ressaltamos que, de acordo com Schlogl (2009, p. 21) “o ser humano é essencialmente religioso”.

A SECULARIZAÇÃO DA RELIGIÃO AO LONGO DO TEMPO

Há tempos atrás a religião era vivenciada de forma mais atuante pelas famílias. Ao passar do tempo muitas mudanças ocorreram e a religião foi sendo vista com outros olhos por parte da humanidade. Esse fato não quer dizer que a religião perdeu sua força e sua estrutura. Mas sim que muitas pessoas deixaram de se comprometer com uma instituição chamada “igreja” ou “instituição religiosa” por estarem preocupadas com outras funções e/ou com outros pensamentos.

Um dos fatores que contribuíram para esse processo de secularização se propagasse foi a desestruturação familiar. Aquele antigo formato de formação familiar constituída de pai, mãe e filhos morando juntos numa casa, pai sendo o provedor da família e a esposa cuidando do lar e da educação dos filhos. Ambos participavam de uma igreja onde tinha uma rotina de reuniões e eventos e assim aprendiam a palavra de Deus e as doutrinas da religião em questão. Assim, a religião era vivenciada de forma viva pelas famílias. O respeito, o amor ao próximo, a ética, a responsabilidade e a crença em Deus eram experiências praticadas e transferidas para os seus descendentes. O desenvolvimento integral do indivíduo era algo consolidado.

Outros fatores que também contribuíram para esse processo foram as mudanças que aconteceram bruscamente através de revoluções e guerras. As mesmas promoviam a perda da fé e da esperança de muitos. As quais deixaram marcas na sociedade, dando novas formas de ver o mundo, impregnando uma nova busca de compreensão de mundo, originando assim um pluralismo religioso. Sanches referindo-se a esse processo de transformação afirma que:

A ruptura do monopólio religioso não traz apenas mudanças para o campo religioso,

mas, sobretudo, altera as representações da realidade. O ser humano moderno, ao olhar o mundo, já não absolutiza a dimensão religiosa e, portanto, observa a realidade fora dos limites impostos pelo modelo religioso medieval. Se antes o seu olhar era unívoco, agora ele é plural. (SANCHEZ, 2010, p.41).

Para Sanches (2010, p. 30), “A secularização pode ser definida como o processo desencadeado pela Modernidade em que a religião perde o lugar de referencial primordial para a compreensão do mundo”. Ou seja, é um processo em que há um afastamento de vivenciar uma religião na íntegra e se conectar à busca de outros saberes.

A atualidade está repleta de tecnologias que se renovam a cada dia. As informações e ideias são divulgadas a todo e qualquer momento e às vezes os ensinamentos da família são confrontados com os ensinamentos anunciados nas mídias pelos amigos, por pessoas famosas que são totalmente desconhecidas, mas que acabam influenciando às crianças, adolescentes e jovens. Nesse entrave, esses sujeitos entram em um conflito interno e tendem - se a se deixar levar por influências desconhecidas, por ser inovador, por estar na moda ou para agradar aos amigos e deixam de ouvir sua família, abandonando a crença e religião que lhes são ensinadas por seus responsáveis e começam a se adaptar a outras tendências e crenças.

A HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: O NASCIMENTO DA LDB E DA BNCC

Desde antes de o Brasil ser colonizado por Portugal a religião já fazia parte da vida dos índios, os primeiros habitantes do Brasil. A religião indígena se baseava na crença em espíritos de antepassados e forças da natureza. Realizavam festas e cerimônias religiosas. Nestas ocasiões, praticavam danças, cantavam e pintavam os corpos em homenagem aos

antepassados e aos espíritos da natureza. Esses rituais eram ensinados aos seus descendentes e assim mantinham a sua fé viva.

Com a colonização do Brasil, os portugueses trouxeram os padres jesuítas para catequizar e humanizar os índios tornando-os dóceis para que os portugueses dominassem facilmente as terras e retirassem as riquezas naturais.

“De qualquer forma, sabe-se que os jesuítas conseguiram tornar essas missões autossuficientes, ensinando os índios não só a ler e a escrever, mas a se especializar em diversas artes e ofícios mecânicos, além, é claro, de submetê-los a conversão religiosa.” (ARANHA, 2002, p.146).

E foram trazidos os padres jesuítas para essa missão, porque a relação entre estado e igreja era próxima e havia um interesse entre ambas de expansão. Queriam implantar no nosso país a religião católica e explorar as riquezas naturais e o trabalho escravo dos nativos.

A ordem dos jesuítas foi criada no período da contrarreforma com o intuito de impedir a propagação da religião protestante e fortalecer a religião católica.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43).

O tempo foi passando e chegando aos anos de 1827, com a Lei de 15 de outubro, começam a ser criadas as primeiras escolas e com elas a estatização do ensino da religião/ou ensino religioso como afirma Miranda:

[...] o ensino da religião nas escolas públicas, não deixa de ser, também, um marco legal de tentativa de criação da disciplina de Ensino Religioso, já que com a Lei é criado o cargo de professores que confessem a fé católica, assumida em sua didática”. (MIRANDA, 2020, p.30).

O que podemos observar nas palavras do autor é que o Ensino Religioso ainda protagonizava o catolicismo como base da fé e doutrina a ser observada e seguida rigorosamente. Era uma prática que permeava todo o território colonial.

Um pouco mais de 100 anos mais tarde, a Constituição Federal lança o seguinte decreto para as Leis de Diretrizes e Bases:

Decreto nº 19.94, de 30 de abril de 1931, reinstituindo o Ensino Religioso e o colocando como facultativo nas escolas públicas. E assim, mais uma vez os debates a respeito dessa disciplina tomaram-se grandes proporções. (MIRANDA, 2020, p.36).

As leis eram criadas e alguns estudiosos por se manterem numa postura e proselitista não concordavam em tornar “facultativo”, já outros desejavam que houvesse mais adaptações das leis, pois o país existe uma pluralidade religiosa extensa e que o Brasil precisava amparar a todas. Dessa forma a Constituição Federal em seu Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que discorre sobre a LDB, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino

religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Ou seja, as leis ao decorrer do tempo foram se incorporando para atender a uma sociedade pluricultural. Mas será que as leis têm sido obedecidas, praticadas e vivenciadas de forma concreta? As indagações sobre o assunto não pararam por aí, o século XXI iniciou-se com a constante discussão curricular e a edificação de um documento normativo para embasar a Educação em nível nacional no Brasil. Esse documento, que veio a ganhar a sigla BNCC (Base Nacional Comum Curricular) propõe uma educação para a plena cidadania que tem como uma das metas aos educandos, no percurso educacional (Competência Geral 8) "Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas" (BRASIL, BNCC, 2017, p. 10). O documento também define que "[...] o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos: [...] d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania." (BRASIL, BNCC, 2017, p. 436). Dessa forma, constatamos que o Ensino Religioso na BNCC tem como meta:

"Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida". (BRASIL, 2018, p. 434).

Assim vemos que, ensinar o respeito às diferenças é uma das obrigações da escola, assim como

o é criar um ambiente em que as diferenças possam conviver. Essa convivência do diverso respeita e efetiva o Estado Laico, porque através dela se permite a inclusão dos sujeitos em uma sociedade com tamanha diversidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste artigo foi possível graças às pesquisas bibliográficas e documentais compreendidos desde livros, artigos científicos, teses, documentos impressos e virtuais, enfim, pesquisa com base em fontes disponíveis as quais tornaram possível conhecer e refletir sobre a importância do Ensino Religioso na formação do aluno e as leis que já estruturaram e estruturam as práticas pedagógicas deste Ensino no nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por tudo o que vimos nesta pesquisa bibliográfica, constatamos que em meio a uma grande história cheias de desafios e discussões, estamos à caminho de uma prática pedagógica eficaz do Ensino religioso dentro de nossas salas de aula. O ensino religioso já foi obrigatoriamente direcionado à uma única religião que era a católica, devido a forte união de estado e igreja católica, mas ao decorrer do tempo a constituição Federal através da LDB trouxe uma libertação de uma visão exclusivista a qual totalizava todo um país a aprender e praticar uma única religião. O século XXI chegou e com ele muitas discussões de estudiosos e educadores para transformar o Brasil em um Estado Laico. A LDB e a BNCC dão base à um Ensino Religioso onde se contempla o respeito à diversidade religiosa de nosso país e ampara a mobilização para que a tolerância religiosa aconteça.

Os professores de nosso país ainda precisam se capacitar mais para conseguir alcançar os objetivos delimitados do Ensino Religioso. Pois o Ensino Religioso

pede que trabalhemos valores, amor ao próximo, ética, responsabilidade, etc. são valores que visam ter um conhecimento mais profundo de si mesmo e um entendimento de aceitação ao jeito diferente do outro ser. "Aprender a conhecer, [...] Aprender a fazer, [...] Aprender a viver juntos, [...] Aprender a ser" (DELORS, 2004, p.101). É preciso suportar mais as fraquezas do outro, pois quando olhamos para dentro de nós também encontramos falhas.

Heine, poeta alemão do século XIX, afirmou: "Bendita seja uma religião, que derrama no amargo cálice da humanidade sofredora alguns doces e soporíferas gotas de ópio espiritual, algumas gotas de amor, fé e esperança" (HEINE, apud LÖWY, 2006). Em suma, o que mais desejamos é que o Ensino Religioso consiga despertar no(a) aluno(a) o propósito pelo qual ele(a) foi criado(a). Ao se ver no propósito o indivíduo começa a traçar expectativas, metas para alcançar conquistas que beneficiarão a si mesmo e a toda a sociedade. Aquele que entende seu propósito de vida consegue se desenvolver como cidadão, como ser emocional, como ser espiritual, como ser intelectual, ou seja, tem um desenvolvimento integral como ser humano que é o alvo da Educação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. **História da educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil**. 3.ed.São Paulo: Moderna,2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 22 de agosto de 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia** Volume 5. São Paulo: Hagnos, 2004, p. 637.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional**

sobre educação para o século XXI. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2004, p. 101.

LÖWY, Michael. **Marxismo e religião: ópio do povo?** In: Borón, A. et al. (Orgs) **A teoria marxista hoje**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MIRANDA, Antônio Michel de Jesus de Oliveira. **Da formação à prática na docência do ensino religioso**. São Bernardo do Campo, SP: Ambigrama, 2020, p. 30.

OLIVEIRA, Ednilson Turozi. **Ensino Religioso: fundamentos epistemológicos**. Curitiba: Ibpex, 2009, p, 36, 74.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo Religioso: As religiões no mundo atual**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010, p, 30, 41.

SCHLÖGL, Emerli. **Ensino Religioso: Perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio**. Curitiba: Ibpex, 2009, p. 12, 21.

VILHENA, Maria Ângela. **Ritos e expressões**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 21.

IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA

IMPACT ON THE MENTAL HEALTH OF HEALTH WORKERS DURING THE PANDEMIC

Izeni Teixeira Pimentel ¹

RESUMO

O presente artigo trata do Impacto na saúde mental dos trabalhadores da saúde durante a pandemia do Covid-19. Tendo como pergunta norteadora: Como a pandemia do Covid-19 afetou a saúde mental dos trabalhadores da saúde? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2017 e 2022, nos sites: Science e Scielo. O objetivo da presente pesquisa é identificar os danos causados à saúde mental dos trabalhadores da saúde pela a pandemia do Covid-19. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de junho de 2022. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática pandemia do Covid-19. Deste modo, conclui-se que a pandemia do Covid-19 afetou diretamente a saúde mental dos trabalhadores da saúde, que estão na linha frente, causando problemas como estresse, ansiedade, distúrbios, depressão, entre outros, chamando a atenção de todos para a necessidade das instituições de saúde e governos promoverem ações voltadas para atenção psicopatológicas dos trabalhadores da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores. Saúde. Pandemia. Covid-19.

ABSTRACT

This article deals with the Impact on the mental health of health workers during the Covid-19 pandemic. Having as a guiding question: How has the Covid-19 pandemic affected the mental health of health workers? The research analyzed scientific productions published between 2017 and 2022, on the websites: Science and Scielo. The objective of the present research is to identify the damage caused to the mental health of health workers by the Covid-19 pandemic. Using structured descriptors in DeCS and MeSH. The data collection period ran in June 2022. As inclusion criteria, scientific articles related to the topic and with less than 5 years of publication were used and, as exclusion criteria, scientific articles that do not cover the Covid pandemic theme -19. In this way, it is concluded that the Covid-19 pandemic has directly affected the mental health of health workers, who are on the front line, causing problems such as stress, anxiety, disorders, depression, among others, drawing everyone's attention to the need for health institutions and governments to promote actions aimed at the psychopathological care of health workers.

KEYWORDS: Workers. Health. Pandemic. Covid-19.

¹ Graduação em Administração pela Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns; Graduação em Administração Hospitalar e Serviços de Saúde pela Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns; Especialista em Saúde Pública pela UPE; Auditoria em Sistemas de Saúde pela Faculdade São Camilo -BA; Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela MS/Fundação Oswaldo Cruz/Aggeu Magalhães; Regulação em Saúde no SUS, pelo Hospital Sírio-Libanês, Mestre em Saúde Coletiva e Gestão Hospitalar, Administradora-Sanitarista. **E-mail:** izenimaecoruja2015@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7799601584880963

INTRODUÇÃO

A pandemia do Covid-19 (SARS-CoV-2) pegou todos de surpresa e causou grandes transformações no mundo, que alterou bruscamente a maneira de viver das pessoas. Situação esta, que demonstrou o tamanho da fragilidade humana, atingindo diretamente as relações sociais (BARROS et. al., 2021a).

Devido ao grande contágio do Covid-19, foram necessárias estratégias dinâmicas e atualizadas, que atingisse a grande população do país, com isso, a linha frente, formada por profissionais da saúde, teve que operar em variados cenários, na busca por melhores ações que atendessem um planejamento estratégico e epidemiológico (BARROS et. al., 2021a).

A pandemia do Covid-19, trouxe para os profissionais de saúde, o desafio de lidar com o desconhecido, além de número de pessoas necessitando de atendimento hospitalar muito acima da

média, pegando o sistema de saúde do país despreparado. Isso sobrecarregou os serviços de saúde, sobrecarregou os trabalhadores da saúde, causando problemas relacionados à saúde mental desses trabalhadores, diante da pressão, da insegurança e da sobrecarga, um desgaste emocional diário (CRISTINA; OLIVEIRA, 2021).

Ante o exposto, este texto objetiva identificar os danos causados à saúde mental dos trabalhadores da saúde pela a pandemia do Covid-19.

MÉTODOLOGIA

A metodologia empregada na presente pesquisa é a revisão sistemática, que apresentou as etapas organizadas no Quadro 1, conforme a seguir.

QUADRO 1 – Etapas da Revisão Sistemática.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Impacto na saúde mental dos trabalhadores da saúde durante a pandemia do Covid-19.		
	Pergunta norteadora	Como a pandemia do Covid-19 afetou a saúde mental dos trabalhadores da saúde?		
	Objetivo geral	Identificar os danos causados à saúde mental dos trabalhadores da saúde pela a pandemia do Covid-19.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Saúde mental	28451	D008603
		Pandemia	54399	D058873
	String de busca	"saúde mental" AND "profissionais da saúde" AND pandemia		
Bibliotecas Virtuais	Link			
	Science	https://www.sciencedirect.com/		
	Scielo	https://search.scielo.org/		
2ª	Período de coleta dos dados	junho de 2022		
	Crítérios de inclusão	1. Texto (artigos de espécie científico). 2. Publicação (2017-2022).		
	Crítérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática "Saúde mental dos profissionais da saúde".		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).	17		
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.	02		

5ª	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

FONTE: Elaborada pela autora.

RESULTADOS

QUADRO 2 – Total de documentos disponíveis nas Plataforma BVS e Scielo, obtidos por string de busca.

STRING DE BUSCA	BASES DE DADOS PLATAFORMA	TOTAL DE PUBLICAÇÕES SEM O FILTRO	PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS APÓS APLICAR OS FILTROS	PUBLICAÇÕES APROVEITADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA
Sistema Educacional AND Pandemia	Science	24	05	03
	Scielo	47	47	14
	TOTAL	71	52	17

FONTE: Elaborada pela autora.

Conforme o quadro 2, as plataformas pesquisadas disponibilizaram 71 artigos científicos relacionados a pesquisa, com o emprego de filtros 52 artigos científicos continuaram correspondendo aos critérios de inclusão, e destes 17 artigos atenderam aos critérios de inclusão

sendo feito downloads, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática

QUADRO 3 - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ART.	AUTOR(A)	TEMA	ANO	CONCLUSÃO
1	Betijane Soares de Barros; Luciana de Omena Gusmão; Rubiana de Omena Gusmão Moreno da Rocha; Cleidejane Soares de Barros; Fernanda Santos Azevedo	Adoecimento e transtornos mentais dos professores	2021	Espera-se que, com novos estudos sobre a temática se tenha um novo olhar direcionado a promoção da prevenção do adoecimento e os transtornos mentais dos professores, assim como, fomente ampla discussão da distorção da escola como local de adoecimento e da profissão docente caracterizada como de risco, sobretudo, para o adoecimento mental.
2	Betijane Soares de Barros; Andrea Marques Vandelei Fregadolli; Izeni Texeira Pimentel; Cleidejane Soares de Barros; Rubiana de Omena Gusmão Moreno da Rocha	Saúde mental: Trabalho docente e o adoecimento dos professores	2021	O trabalho contribuirá no desenvolvimento de novos pensamentos para novas alternativas e soluções, para os conflitos que o professor poderá ter em seu trabalho educacional, e para a prevenção do seu adoecimento psicológico. Portanto, foi possível observar que existe uma grave crise em relação à saúde mental do professor, e que se precisa investir em saúde mental e em qualidade de vida para que seus docentes sejam profissionais mais motivados e sadios.
3	Betijane Soares de Barros; Andrea Marques Vanderlei Fregadolli; Jamyle Nunes de Souza Ferro	Saúde mental: as principais causas do afastamento dos Profissionais da educação dos seus trabalhos	2020	Foi possível concluir que os profissionais da educação apresentam níveis elevados de sofrimento mental, muito superior ao esperado em outras categorias profissionais. As doenças preexistentes, o elevado número

				de alunos por turma, a carga horária de trabalho no ambiente escolar e a continuidade do trabalho em casa constituíram situações que corroboram com o sofrimento mental.
4	Betijane Soares de Barros; Cleidejane Soares de Barros; Izeni Teixeira Pimentel; Maria Goretti Fernandes; Wesley dos Santos Lima	A saúde mental do homem: Uma ação de resistir	2021	Acredita-se que com novos estudos ocorro um novo direcionamento para a promoção da saúde mental do homem.
5	Mariana Marques; Ricardo Ferreira; Luís Loureiro; Sofia Meneses; Fernanda Duarte; Antonio Marques; Ligia Fonseca	Saúde mental de profissionais de saúde, durante a primeira vaga Covid-19	2021	As mulheres apresentaram maior stress, ansiedade e somatização; o/a(s) assistentes técnico/a(s) e operacionais, médico/a(s) e enfermeiro/a(s) maior somatização [do que técnico/a(s) superiores, técnico/a(s) superiores de saúde e farmacêutico/a(s)]; o/a(s) enfermeiro/a(s) e assistentes operacionais maior somatização do que o/a(s) médico/a(s); quem trabalhou em serviços COVID e ficou em quarentena/isolamento maior ansiedade e somatização; quem não ficou em quarentena menor depressão; quem ficou infetado menor QV, maior ansiedade, depressão e somatização. Demonstrou-se o impacto da pandemia nas variáveis centrais nestes PS. Futuramente, em circunstancias igualmente aversivas, importa monitorizar a saúde mental do/a(s) PS e oferecer planos específicos de apoio psicológico.
6	Urzal M.; Donas-Boto I.; Moreira M.; Nogueira P.; Vian J.	Prevalência e fatores associados a sintomas de ansiedade, depressão e perturbação pós-stress traumático em profissionais de saúde durante a pandemia por covid-19	2021	A pandemia por COVID-19 associa-se a sintomas de ansiedade, depressivos e de perturbação pós-stress traumático nos profissionais de saúde, influenciados por alterações à rotina, suporte psicossocial, grupo profissional e trabalho clínico desenvolvido. Os presentes dados contribuem para a caracterização da dimensão do sofrimento psicológico dos profissionais de saúde e para o planeamento de estratégias de intervenção.
7	Fernanda Maria Vieira Pereira Ávila; Maithê de Carvalho e Lemos Goulart; Fernanda Garcia Bezerra Góes; Ana Cristina de Oliveira e Silva; Fernanda Carla Pereira Duarte; Claudia Pontes Braz de Oliveira	Sintomas de depressão em profissionais de Enfermagem durante a pandemia de covid-19	2021	os profissionais de enfermagem não apresentaram ou apresentaram sintomas leves de depressão. Variáveis como sexo, faixa etária, estado civil, região do país, ter contato com pessoas com covid-19 e não usar máscaras tiveram diferenças significativas com sintomas de depressão.
8	Romilda Guilland; Sarah Gisele Martins Klokner; Janete Knapik; Pedro Augusto Croce-Carlotto; Karen Rayany Ródio-	Prevalência de sintomas de depressão e ansiedade em trabalhadores durante a pandemia da Covid-19	2021	O Inventário de Saúde Mental Ocupacional mostrou maior sensibilidade para aferir sintomas de ansiedade e discriminar os trabalhadores que apresentam sintomas daqueles que

	Trevisan; Sofia Cieslak Zimath; Roberto Moraes Cruz			indicam ter saúde mental, quando comparado ao outro instrumento. Sugerem-se estudos longitudinais para capturar os efeitos de longo termo dos desfechos avaliados, a fim de aperfeiçoar a análise dos preditores dos valores críticos e não críticos dos sintomas de agravos à saúde mental.
9	Miguel Gallegos; H Andrés J. Consoli; Ilka Franco Ferrari; Mauricio Cervigni; Viviane de Castro Peçanha; Pablo Martino; Tomás Caycho-Rodríguez; Anastasia Razumovskiy	COVID-19: impactos na saúde mental e psicossociais na América Latina	2021	Os resultados empíricos de estudos epidemiológicos realizados em âmbito regional contribuíram para o desenho de políticas públicas em saúde mental da população latino-americana com o objetivo de reduzir os efeitos negativos e prevenir riscos futuros de uma pandemia que ainda não terminou.
10	Carmen Fontes de Souza Teixeira; Catharina Matos Soares; Ednir Assis Souza; Erick Soares Lisboa; Isabela Cardoso de Matos Pinto; Laise Rezende de Andrade; Monique Azevedo Esperidião	A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19	2020	Situando esta problemática na realidade brasileira, este artigo resgata a análise dos problemas crônicos que afetam os trabalhadores de saúde, decorrentes do sub-financiamento do SUS, do congelamento dos gastos no setor, da deterioração dos serviços e da precarização da força de trabalho e aponta os desafios agudos que se apresentam à gestão do trabalho e capacitação de pessoal, diante da expansão da infraestrutura de leitos hospitalares e da reorganização do processo de trabalho na atenção básica para o enfrentamento da pandemia, enfatizando as medidas necessárias para a proteção e a promoção da saúde física e mental dos profissionais e trabalhadores da saúde.
11	Adalgisa Peixoto Ribeiro; Graziella Lage Oliveira; Luiz Sergio Silva; Edinilsa Ramos de Souza	Saúde e segurança de profissionais de saúde no atendimento a pacientes no contexto da pandemia de Covid-19: revisão de literatura	2020	os estudos publicados no início da pandemia destacam a insuficiência de conhecimentos atualizados e falhas na proteção da saúde dos trabalhadores e recomendam o gerenciamento dos processos e locais de trabalho, dos casos de COVID-19, das políticas públicas e dos direitos dos trabalhadores.
12	Juliana Pontes Soares; Nathalia Hanany Silva de Oliveira; Tatiana de Medeiros Carvalho Mendes; Samara da Silva Ribeiro; Janete Lima de Castro	Fatores associados ao burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19: revisão integrativa	2022	Resultaram-se, inicialmente, 229 artigos, e após critérios de inclusão e exclusão, a amostra final foi de 12 artigos. Por meio da Classificação Hierárquica Descendente, realizada pelo software IRaMuTeQ, obteve-se um dendrograma com 6 classes, nomeadas 'Profissionais de Enfermagem e sexo feminino', 'Vivência no trabalho em saúde', 'Sobrecarga de trabalho e incertezas com o futuro', 'Idade dos profissionais', 'Medo de infecção e transmissão', 'Linha de frente no combate à pandemia'. Evidenciou-se que experiência profissional, condições de trabalho, situação financeira, relação

				entre trabalho e família, medo de contaminação e transmissão da doença foram os principais fatores associados ao desenvolvimento de burnout em profissionais de saúde.
13	Fernanda Canavêz; Camila Peixoto Farias; Giovana Fagundes Luczinski	A pandemia de Covid-19 narrada por mulheres: o que dizem as profissionais de saúde?	2021	Os resultados evidenciam como as questões de gênero repercutem nas mulheres que trabalham na área da saúde, reafirmando a necessidade de considerar as especificidades desse público na elaboração de políticas públicas e dispositivos de atenção em saúde mental.
14	Liliana Sousa; Jorge Miguel; Madalena Cunha; Eduardo José Ferreira dos Santos	Impacto psicológico da COVID-19 nos profissionais de saúde: revisão sistemática de prevalência	2021	A pandemia da COVID-19 apresenta um impacto psicológico muito significativo nos profissionais de saúde, assumindo importantes prevalências de depressão, ansiedade, insônia e estresse. Os profissionais de saúde da “linha de frente” são uma população particularmente vulnerável e merecem especial atenção/intervenção.
15	Julia Vieira; Isabela Anido; Karina Calife	Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas?	2022	Os achados corroboram com a literatura acerca da prevalência importante de sobrecarga de profissionais da saúde, e da discrepância entre fatores de sobrecarga apontados por gênero. A sobrecarga doméstica foi mais presente entre mulheres, reforçando que estas são afetadas de maneira desigual. Essa situação fragiliza a saúde mental, traz alterações no humor, sono, cognição, ansiedade, desconforto físico e pessimismo. Os resultados reforçam a necessidade de um olhar de gênero para as ações e respostas às consequências que surgirão à medida que a pandemia avança e na recuperação da sociedade no pós-pandemia.
16	Patrícia Campos Pavan Baptista; Daniela Campos de Andrade Lourenção; João Silvestre Silva-Junior; Arthur Arantes da Cunha; Cristiane Helena Gallasch	Indicadores de sofrimento e prazer em trabalhadores de saúde na linha de frente da COVID-19	2022	o sofrimento e a falta de prazer no trabalho estão associados às características ocupacionais e ao desgaste mental entre trabalhadores da saúde no cenário da COVID-19.
17	Betijane Soares de Barros	Saúde mental durante a pandemia do <i>sars-cov-2</i> (covid-19)	2020	Espera-se que com novos estudos ocorra um novo olhar direcionado a promoção da saúde mental em relação ao COVID 19

FONTE: Plataformas: Science, Scielo, 2022.

Através da Plataforma online *WordArt*, o conteúdo textual dos artigos escolhidos foi analisado através da constância de palavras, que resultou na nuvem de palavras, de acordo com a Figura 1.

Figura 1 - Nuvem de Palavras



FONTE: Elaborada pela autora.

A Nuvem de Palavras supra contribui para a elaboração das categorias com base nas palavras em destaque na nuvem, de acordo com a análise do conteúdo de Bardin. Assim, foi construída a Tabela 1, elaborada com as seguintes colunas: palavras, frequência e categorias. De acordo com o objetivo da

pesquisa, foram utilizadas as palavras que apresentaram maior frequência total e significação para pesquisa para formar as categorias.

TABELA 1 - Frequência das palavras (Plataforma *WorArt*).

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Saúde	14	Saúde Mental dos trabalhadores da saúde
Mental	11	
Pandemia	10	Saúde mental dos trabalhadores da saúde durante a pandemia do Covid-19
Covid-19	10	
Trabalhadores	8	

FONTE: Elaborada pela autora.

DISCUSSÕES:

SAÚDE MENTAL E PANDEMIA

Nunca se ouviu falar tanto em pandemia como em 2020, com a pandemia do Covid-19, e juntamente vieram as consequências dela, que trouxeram medo e muita insegurança em toda a população. Cada pessoa, cada família reagiu de maneira diferente, passando por uma situação de muito estresse (CRISTINA; OLIVEIRA, 2021).

Observou-se que o modo como cada pessoa reagi à pandemia está relacionado sua formação, seus hábitos, suas características pessoais, bem como, a comunidade em que está inserido (BARROS et. al., 2021b).

A pandemia atingiu a todos, modificou o modo de vida das pessoas, trouxe restrições à liberdade, afetou a economia do país. Diante disto, muitos fatores estressantes, durante a pandemia, que alcançaram toda à população e que causaram consequências de longo prazo nas famílias e nas comunidades (BARROS et. al., 2021b).

Temos como fatores estressantes dominantes: as redes sociais; restrições de convívio social; questões financeiras; o desemprego; questões relacionadas a moradia; insegurança diante das decisões dos governantes, insegurança diante dos procedimentos e

protocolos utilizados pelos profissionais de saúde; transtornos mentais por dificuldade em acessar serviços de saúde mental (TEIXEIRA et. al., 2020).

Esses fatores provocam na sociedade problemas de ordem psicológica, causando assim outros problemas relacionados a saúde das pessoas, só que de ordem mental.

O estresse e a ansiedade, durante o período de enfrentamento da pandemia do COVID-19, causados principalmente pelo distanciamento social, se destacam como os principais problemas de saúde mental (MARQUES, et al., 2021).

Compreender como ocorre a evolução do problema de saúde mental no período e decorrente da pandemia é essencial para preparar os trabalhadores da saúde, bem como a população (GALLEGOS et. al., 2021). Assim, é necessário implementar estratégias de prevenção, controle e informação a população e aos profissionais da saúde sobre riscos trazidos por uma pandemia, que atinge o presente e futuro (BARROS et. al., 2021c).

Assim, é imprescindível cuidar da saúde mental das pessoas que apresentaram tais sintomas a fim de dirimir o sofrimento psíquico e o aparecimento de manifestações psicopatológicas (CANAVÊZ; FARIAS; LUCZINSKI, 2021).

É essencial cuidar de sua saúde mental e seu bem-estar das pessoas em um momento de crise na saúde pública, como a pandemia do Covid-19, é igualmente importante quanto cuidar da saúde física (BARROS et. al., 2021a).

SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Como visto na categoria anterior, a pandemia por Covid-19 mostrou-se uma emergência de saúde pública de categoria internacional, desde janeiro de 2020, estando entre os maiores desafios da humanidade e da Ciência (VIEIRA; ANIDO; CALIFE, 2022).

Essa problemática atingiu diretamente a saúde mental e capacidade de resiliência psicológica dos profissionais de saúde, que foram atingidos como pessoas e como profissionais da linha de frente no enfrentamento da pandemia, merecendo toda atenção e cuidado durante e após a crise pandêmica (URZAL et. al., 2021).

Estudos tem demonstrado que após graves problemas de saúde pública, há um aumento nos índices de casos de problemas de saúde mental, como sintomas depressivos, ansiedade e estresse (incluindo o pós-traumático), dentre outros (CRISTINA; OLIVEIRA, 2021). Revelando, que momentos, como o vivenciado com a pandemia do Covid-19, repercutem negativamente na Saúde Mental da população (RIBEIRO et. al., 2020).

Os profissionais saúde, é a categoria que apresenta maior risco de infecção pelo Covid-19, além disso, ficaram expostos à insegurança relacionada a possibilidade da falta equipamentos de proteção individual, instrumentos e insumos hospitalares essenciais no combate ao Covid-19 (BARROS; FREGADOLLI; FERRO, 2019). Como se não bastasse, por vezes estiveram diante da situação em precisarem decidir quais pacientes teriam direito a determinadas tecnologias assistivas (SOARES et. al., 2022).

Ao identificar os fatores capazes de impactar a Saúde Mental dos profissionais de saúde durante a pandemia, necessita observar que quanto mais prolongada for a situação pandêmica, mais problemas referentes à síndrome de Burnout surgem. A síndrome de Burnout trata-se de distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico decorrente de circunstâncias de trabalho desgastante (SOUSA et. al., 2021).

Deste modo, diante do momento de crise vivido, os dirigentes de instituições de saúde, em acordo com os níveis governamentais, devem buscar implementar ações que reduzam o desgaste psicossocial dos profissionais de saúde (MOTA et. al., 2021).

Alguns exemplos de ações minimizadoras dos problemas de saúde mental dos profissionais da saúde são: disponibilizar plantões de atendimento psicológico nas instituições saúde; contratação de mais profissionais, em regime de urgência; garantir equipamentos de proteção individual; instalar um sistema de turnos de revezamento, para propor momentos de descanso aos profissionais da linha de frente, além de outros que possam ser pensados diante da realidade concreta de cada localidade e instituição (GUILLAND, et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou trazer a baila os problemas de saúde mental decorrentes da pandemia do Covid-19, principalmente, para os profissionais da saúde. Restou observado que vários são os problemas relacionados a saúde mental decorrentes da pandemia do Covid-19, como também, ações que podem contribuir para reduzir a incidência de tais problemas.

De estresse a depressão, são problemas de saúde mental, observados nos profissionais da saúde durante e após a crise pandêmica. Deste modo, é essencial investir em adequada assistência à saúde e na ciência, de modo geral, para que momentos como esse

sejam abreviados e que os profissionais de saúde estejam sempre em constante capacitação e preparo para os desafios advindos com uma pandemia e outras situações de crise de saúde pública.

Diante de tais considerações, observou-se que a pandemia do Covid-19 afetou diretamente a saúde mental dos trabalhadores da saúde, que estão na linha frente, causando problemas como estresse, ansiedade, distúrbios, depressão, entre outros, chamando a atenção de todos para a necessidade das instituições de saúde e governos promoverem ações voltadas para atenção psicopatológicas dos trabalhadores da saúde.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, P. C. P. et al. Indicadores de sofrimento e prazer em trabalhadores de saúde na linha de frente da COVID-19. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 30, p. e3555, 2022.
- BARROS, B. S. DE et al. A saúde mental do homem: uma ação de resistir. **Rev. Científica Sistemática**, v. 3, n. March, p. 6, 2021a.
- BARROS, B. S. DE et al. Adoecimento e transtornos mentais dos professores. **Rev. Científica Sistemática**, n. 1996, p. 6, 2021b.
- BARROS, B. S. DE et al. Saúde mental: trabalho docente e o adoecimento dos professores. **Rev. Científica Sistemática**, v. 3, n. March, p. 6, 2021c.
- BARROS, B. S. DE; FREGADOLLI, A. M. V.; FERRO, J. N. DE S. Saúde mental: as principais causas do afastamento dos profissionais da educação dos seus trabalhos. **Rev. Científica Sistemática**, v. 2, p. 9–25, 2019.
- CANAVÊZ, F.; FARIAS, C. P.; LUCZINSKI, G. F. A pandemia de Covid-19 narrada por mulheres: o que dizem as profissionais de saúde? **Saúde em Debate**, v. 45, n. spe1, p. 112–123, 2021.
- CRISTINA, A.; OLIVEIRA, D. Artigo Original Enfermagem Durante a Pandemia De Covid-19. **Cogitare enferm.**, v. 58, 2021.
- GALLEGOS, M. et al. COVID-19: impactos na saúde mental e psicossociais na América Latina. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, n. 3, p. 226–232, 2021.
- GUILLAND, R. et al. Prevalência de sintomas de depressão e ansiedade em trabalhadores durante a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, 2022.
- MARQUES, M. et al. Saúde mental de profissionais de saúde, durante a primeira vaga covid-19. **Revista Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 22, p. 778–788, 2021.
- MOTA, I. A. et al. Impact of COVID-19 on eating habits, physical activity and sleep in Brazilian healthcare professionals. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 79, n. 5, p. 429–436, 2021.
- RIBEIRO, A. P. et al. Saúde e segurança de profissionais de saúde no atendimento a pacientes no contexto da pandemia de Covid-19: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. 1–12, 2020.
- SOARES, J. P. et al. Fatores associados ao burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 385–398, 2022.
- SOUZA, L. et al. Impacto psicológico da COVID-19 nos profissionais de saúde: revisão sistemática de prevalência. **Acta Paul Enferm.**, p. 1–7, 2021.
- TEIXEIRA, C. F. DE S. et al. The health of healthcare professionals coping with the covid-19 pandemic. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3465–3474, 2020.
- URZAL, M. DE F. et al. Prevalência e fatores associados a sintomas de ansiedade, depressão e perturbação pós-stress traumático em profissionais de saúde durante a pandemia por covid-19. **Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional Online**, p. 75–87, 2021.
- VIEIRA, J.; ANIDO, I.; CALIFE, K. Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas? **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 47–62, 2022.

O USO DAS REDES SOCIAIS NA PRÁTICA DOCENTE: UMA ABORDAGEM PAUTADA NAS RELAÇÕES PESSOAIS, NO APROVEITAMENTO DA TECNOLOGIA E NO ENRIQUECIMENTO DO TRABALHO DOCENTE

THE USE OF SOCIAL NETWORKS IN TEACHING PRACTICE: AN APPROACH BASED ON PERSONAL RELATIONSHIPS, USE OF TECHNOLOGY AND ENRICHMENT OF TEACHING WORK

Fabiana Maria Oliveira Gomes ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este ensaio desenvolve investigações sobre o uso das redes sociais na prática docente, tendo como referência o novo formato da educação brasileira, pautada nas relações pessoais, no aproveitamento da tecnologia e no enriquecimento do trabalho docente, em meio à abrangência do alcance da rede de informações. **OBJETIVO:** Verificar como uso de redes sociais pode ajudar na construção de uma nova forma de trabalho docente. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque bibliográfico, cuja investigação partiu de uma vasta pesquisa sobre como o processo de aprendizagem foi favorecido pela acessibilidade digital, no que tange ao enriquecimento cultural, novas metodologias adotadas pelos docentes, bem como o quanto o uso das redes sociais pode alicerçar de forma positiva, a o trabalho que começa em sala de aula, até à prática laboral dos alunos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação não pode ignorar as mudanças sociais e precisa constantemente aliar o conhecimento aos aspectos da vida do aluno, procurando alicerçar as práticas pedagógicas aos avanços tecnológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Redes Sociais. Prática Docente. Educação.

ABSTRACT

INTRODUCTION: This essay develops investigations on the use of social networks in teaching practice, having as a reference the new format of Brazilian education, based on personal relationships, the use of technology and the enrichment of teaching work, within the scope of the network. of information. **OBJECTIVE:** To verify how the use of social networks can help in the construction of a new form of teaching work. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research with a bibliographic focus, whose investigation started from a vast research on how the learning process was favored by digital accessibility, with regard to cultural enrichment, new methodologies adopted by teachers, as well as the how much the use of social networks can provide a positive foundation, from the work that begins in the classroom, to the work practice of students. **FINAL CONSIDERATIONS:** Education cannot ignore social changes and needs to constantly combine knowledge with aspects of the student's life, seeking to support pedagogical practices with technological advances.

KEYWORDS: Social Networks. Teaching Practice. Education.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Tecnologia e Ciências. Licenciatura em Letras pela UFAL. **E-mail:** fabianadireitofama@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7964487394153426

INTRODUÇÃO

Quando indagamos sobre como era a educação antes da internet se tornar algo acessível, oportuno e cotidiano, precisamos recorrer a memórias, aos estudos e à busca incessante por justificativas que tentem associar as mudanças ocorridas atualmente, bem como a continuidade de uma prática que faz parte da evolução humana: a educação. Quando a internet se tornou algo acessível às diversas classes da sociedade, as redes sociais também surgiram pra estabelecer a comunicação instantânea, algo que ficou marcado como a solução para longas distâncias. O Facebook, por exemplo, marcou o início de uma nova era quando foi lançado, em 04 de fevereiro de 2004. Assim como revolucionou a forma como as pessoas se relacionam. Atualmente, é considerado a maior rede social do mundo. Nesse sentido, abriu portas para outras redes sociais com diferentes propostas. Afinal, você consegue pensar na sua rotina diária sem o uso do WhatsApp para se comunicar ou do YouTube para assistir vídeos?

Quanto ao uso das redes sociais na educação, é preciso reconhecer o potencial delas como plataformas para compartilhar conhecimento e aproximar, tanto alunos, quanto professores. A sociedade em rede e a escola em rede não podem estar separadas, pelo contrário, são expressões da globalização cultural iniciada com a internet e que hoje se manifesta nas redes sociais de partilha, nas comunidades virtuais, nos blogues e nos espaços de construção coletiva das novas narrativas de conhecimento na Web (PRETTO, 2013).

Tanto é que educadores buscaram alternativas para priorizar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos durante o Ensino Remoto na pandemia, o que veio como uma avalanche de possibilidades e, ao mesmo tempo, uma gama de obstáculos, pois unir redes sociais e educação vai além de uma dinâmica adotada pelo corpo docente de uma escola, pois as dificuldades surgem ao longo do percurso, ultrapassa a rede de internet, e chega até realidade individual de

cada discente. Embora as redes sociais sejam aliadas durante o processo de ensino aprendizagem, é necessário também que sejam traçadas metas que oportunizem que pelo menos a maioria dos alunos consigam ter acesso, o que seria, evidentemente, uma forma de trazer pra realidade daqueles que não tem condições de acessar a internet, de serem inseridos nesse novo roteiro de aprendizagem.

Então, poderíamos enfatizar que, as redes sociais é uma excelente ferramenta que oportuniza infinitas possibilidades de enriquecimento educacional, mas com restrição a determinadas classes sociais. Claro que as condições sociais e econômicas dos países e dos diversos grupos sociais fazem com que esse envolvimento e apropriação se deem de forma muito diferenciada (PRETTO, 2013).

Algumas das razões para o maior uso das redes sociais na educação são a facilidade de compartilhar informações, conteúdos, as possibilidades de exploração do espaço virtual enquanto extensão da sala de aula e o desenvolvimento de competências tecnológicas. O ato de educar está ultrapassando barreiras, ultrapassando o isolamento da escola, acelerando a autonomia de aprendizagem dos alunos em seus próprios ritmos, assim a educação está assumindo um caráter coletivo e um dever de todos.

A importância relevante das redes sociais como ferramenta na educação, além de estabelecer vínculos pessoais entre as turmas de uma instituição de Ensino, possibilita a criação de grupos de estudo virtuais. O uso de redes sociais na educação é uma maneira de construir a relação aluno-professor por meio de trocas de experiências e informações. A educação no mundo de hoje, trazendo para si todos os espaços de aprendizagem, não pode ficar indiferente e se furtar ao exame das possibilidades de uso do computador e da internet, enquanto elementos estruturantes de novos processos educacionais, novas linguagens e novas formas de se fazer ciência e cultura (PRETTO, 2013).

As redes sociais vão ser aliadas no ensino durante a orientação dos estudantes sobre como aproveitá-las para uma aprendizagem intencional, bem como podem inspirar professores a descobrir oportunidades de ensino significativas. Para isso, é necessário trazer o contexto da rede social para o dia a dia dos estudantes, porque a aprendizagem só vai ser significativa se o estudante conseguir conectar seu cotidiano à prática escolar. Outrossim, é de suma importância que o aluno assuma seu papel de cidadão consciente ao fazer uso das redes, pois essa cautela na escolha adequada de conteúdos é o que vai determinar a qualidade das pesquisas e partilhas de informações.

O cuidado sobre o uso adequado das redes sociais só reforça quão importante é o trabalho de conscientização dos seus usuários, a começar pela escola, pois são ferramentas poderosas para a disseminação de conhecimento, mas também de mensagens mentirosas. Por isso, as redes sociais na educação devem ser incluídas em diversas disciplinas para que crianças e jovens aprendam a fazer uso consciente.

Muitos alunos são considerados nativos digitais, o que significa que a tecnologia faz parte do seu cotidiano. Logo, ao fazer o uso consciente das redes, o processo de aprendizagem pode se tornar mais dinâmico e centralizado no estudante com o uso da tecnologia e das redes sociais na prática pedagógica. Neste cenário, é papel do educador é promover o uso consciente, ou seja, focado em entender tanto quem produz conteúdo e tem uma voz ativa capaz de influenciar diferentes contextos, quanto sobre quem consome e que tipo de conteúdo está sendo consumido. É saber aproveitar o que existe de melhor em ambos os casos.

Existem diversas formas de exploração das redes sociais. Por exemplo, o compartilhamento de metodologias e programas de estudo, sejam individuais ou coletivos, a criação de comunidades de aprendizagem e o desenvolvimento de relações mais dinâmicas com os alunos e outros educadores, o que

possibilita uma aproximação ainda maior entre a comunidade escolar.

Já os estudantes podem usar canais como Facebook, Instagram e YouTube para compartilhar informações, divulgar experiências, conteúdos abordados em sala, questões de exames, esclarecer dúvidas e realizar trabalhos. Dessa maneira, irão fazer das redes sociais um espaço complementar à sala de aula.

OBJETIVO

Verificar como uso de redes sociais pode ajudar na construção de uma nova forma de trabalho docente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem básica, com enfoque de cunho bibliográfico, cuja investigação partiu de uma vasta pesquisa sobre como o processo de aprendizagem foi favorecido pela acessibilidade digital, no que tange ao enriquecimento cultural, novas metodologias adotadas pelos docentes, bem como o quanto o uso das redes sociais pode alicerçar de forma positiva, a o trabalho que começa em sala de aula, até à prática laboral dos alunos.

O estudo revisa concepções para reconhecer a pluralidade e a objetividade que têm alicerçado as práticas pedagógicas, elucidando como os elementos tecnológicos, em específico as redes sociais, promovem a curiosidade e interferindo, diretamente, na formação cultural, aprendizagem, linguagem e em todas as dimensões da racionalidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, quando se trata de tecnologias educacionais, profissionais da área de educação se referem, mesmo que sutilmente, a uma mudança que esperam que aconteça no processo educativo.

Obviamente pelo fato de que a educação é uma área que abrange todos os processos dos quais as pessoas evoluem.

Educar é um processo complexo, que exige mudanças significativas, investimento na formação de professores, para o domínio dos processos de comunicação da relação pedagógica e o domínio das tecnologias. Só assim, poderemos avançar mais depressa, com a consciência de que, em educação, não é tão simples mudar, porque existe uma ligação com o passado, que é necessário manter, e uma visão de futuro, à qual devemos estar atentos (MORAN, 2012).

Devemos salientar que a tecnologia, por si só, não gera nenhuma transformação. Ela tornou-se um meio, eficaz e fundamental, de colaboração ao processo de ensino e aprendizagem. Para isso, é preciso que os professores estejam adequados à tecnologia, torne-se usuários da internet e estejam conectados aos recursos oferecidos pela web, como as redes sociais. O educador é um profissional que necessita conhecer as possibilidades e a importância agregada ao método de ensino e aprendizagem que as redes de relacionamento propiciam (LORENZO,2013). Acredita-se que, atualmente, o professor é um facilitador do processo de aprendizado e a pesquisa e interação proporcionadas pelas novas tecnologias e pelas redes sociais, propiciam algumas mudanças nas técnicas tradicionais de ensino, possibilitando uma nova linguagem, entre educadores e estudantes.

No entanto, é necessário ressaltar que, alguns desafios que surgem durante a utilização das novas tecnologias, não podem ser solucionados apenas pelo professor, como por exemplo, a inclusão tecnológica e acesso a internet a todos os alunos, o investimento em tecnologia, é de responsabilidade das instituições governamentais e de ensino.

REFERÊNCIAS

LORENZO, Eder Maia. **A Utilização das Redes Sociais na Educação: A Importância das Redes Sociais na Educação**. 3 ed. São Paulo: Clube de Autores, 2013,p.94.

MORAN, José Manuel. **A Educação que Desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. - 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012,p.168.

PRETTO, Nelson L. **Reflexões: ativismo, redes sociais e educação**. EDUFBA, Salvador, 2013,p.12,34,79.

A NECESSIDADE DA PRÁTICA DA LEITURA NA SOCIEDADE MODERNA

THE NEED OF THE PRACTICE OF READING IN MODERN SOCIETY

Evalda Lourenço de Lima ¹

RESUMO

Ler é uma forma de expandir nossa visão do mundo ao nosso redor. Quanto mais conteúdo você absorve na leitura, mais ele pode se misturar ao seu ambiente. Existem diferentes formas de ler, uma das principais formas de escrever é a leitura, que pode ser observada por meio de livros, revistas e jornais, muitos dos quais utilizam símbolos que podem ser reconhecidos por uma determinada sociedade. Desde que começamos a entender o mundo, começamos a tentar explicar o significado das coisas ao redor, e a conectar o conteúdo da leitura com a vida real, a prática da leitura sempre foi um processo de construção em nossas vidas. O intermediário entre o homem e o mundo é baseado na leitura. Assim, esta pesquisa tem o questionamento acerca da qual a importância da leitura na transformação social do indivíduo? A Leitura proporciona a formação de cidadãos e efetivamente promove a construção de cidadãos, pois por meio da leitura, os cidadãos poderão estabelecer novas conexões com as informações existentes no espaço global em uma atitude ativa, crítica e libertadora. O objetivo dessa pesquisa é enfatizar a necessidade da leitura na sociedade moderna. Será discutido conceito alfabetização e letramento, formação de leitores, construção social do indivíduo. O trabalho é baseado em autores como Soares (2007), Carvalho (2010), Martins (2006).

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Leitura; Sociedade.

ABSTRACT

Reading is a way to expand our vision of the world around us. The more content you absorb in reading, the more it can mix with your environment. There are different ways of reading, one of the main ways of writing is reading, which can be observed through books, magazines and newspapers, many of which use symbols that can be recognized by a particular society. Since we began to understand the world, we began to try to explain the meaning of things around, and to connect the content of reading with real life, the practice of reading has always been a process of construction in our lives. The intermediary between man and the world is based on reading. Thus, this research has the question of what is the importance of reading in the social transformation of the individual? Reading provides the formation of citizens and effectively promotes the construction of citizens, because through reading, citizens will be able to establish new connections with existing information in the global space in an active, critical and liberating attitude. The objective of this research is to emphasize the need for reading in modern society. Literacy and literacy concept, reader training, social construction of the individual will be discussed. The work is based on authors such as Soares (2007), Carvalho (2010), Martins (2006)

KEYWORDS: Education; Reading; Society.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University – ACU. E-mail: limaevalda@outlook.com
Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/0989822476799886

INTRODUÇÃO

Ler é uma forma de expandir a percepção do mundo que nos rodeia. Quanto mais conteúdo é absorvido na leitura, mais ela se funde com seu próprio ambiente. A leitura é feita de diversas formas, sendo que uma das principais formas de escrever é a leitura, que pode ser observada por meio de livros, revistas e jornais, muitos dos quais utilizam símbolos que podem ser reconhecidos por uma determinada sociedade. Desde que começamos a entender o mundo, e começamos a tentar explicar o significado de tudo ao nosso redor, e conectar o conteúdo da leitura com a vida real, a prática da leitura tem sido um processo de construção em nossas vidas. O intermediário entre o homem e o mundo é baseado na leitura.

Martins (2006) ao tentar entender as questões que envolvem a leitura podemos ver que ela é uma experiência individual e que pode ser entendida como a decodificação de símbolos ou signos linguísticos, por onde o leitor decifra os sinais presentes, sendo um processo de compreensão abrangentes onde o leitor dará significados e sentido aos sinais. A leitura é definida como “um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem” (MARTINS, 2006, p. 30). Diante disso temos como pergunta norteadora, qual a importância da leitura na transformação social do indivíduo?

As hipóteses para o questionamento é que o ato de ler leva a um aumento da consciência crítica, pois sua prática é propícia à cidadania e tende a fortalecer a criação da personalidade individual. Desse modo, a leitura proporciona a formação de cidadãos e efetivamente promove a construção de cidadãos, pois por meio da leitura, os cidadãos poderão estabelecer novas conexões com as informações existentes no espaço global em uma atitude ativa, crítica e libertadora.

Como todos sabemos, a leitura representa um passo importante para a aquisição de conhecimentos,

pois é através da leitura que se obtém uma percepção única do mundo. Além disso, a leitura também contribui para o funcionamento e desenvolvimento do pensamento crítico, orientando o leitor a questionar e avaliar a vida sob todos os aspectos.

Por tudo isso, é sabido que o mundo da leitura pode mudar a humanidade e enriquecê-la na cultura e na sociedade. Se não soubermos usar a comunicação corretamente, não podemos entender e ser compreendidos, portanto, a relação íntima com a leitura torna-se fundamental. Estamos vivendo uma era de entrada no mundo profissional, devemos ter uma boa formação cultural e muita informação. Nada pode melhorá-los do que ser um leitor regular, pois quem pratica a leitura faz o mesmo com consciência, raciocínio e olhar crítico.

Neste sentido o objetivo geral desse trabalho é enfatizar a necessidade da leitura na sociedade moderna e os objetivos específicos definir o concepções e finalidades de leitura, compreender o conceito de alfabetização e letramento, relatar as práticas de leitura na sociedade moderna, visto que hoje, a leitura é uma forma necessária de compreender o mundo, respeitando as diferenças individuais culturais, sociais e políticas. A formação de cidadãos não se limita a conceitos pré-estabelecidos que inviabilizam o comportamento de pensar.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo desta pesquisa, é necessário seguir algumas orientações metodológicas, em princípio, é necessário escolher os métodos utilizados e compreender que são essenciais para a realização de pesquisas científicas.

Uma teoria útil, para explicar o trabalho como disse Gil (2002) A pesquisa é desenvolvida combinando o conhecimento existente e usando de forma cuidadosa métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na verdade, a pesquisa é

realizada ao longo de um processo que envolve várias etapas. A partir da expressão plena de o problema à apresentação satisfatória dos resultados.

Vamos utilizar a pesquisa bibliográfica para coleta de informações, através da leitura de artigos científicos, livros e dissertações. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica ocorre através da investigação de referenciais teóricos publicados em métodos eletrônicos ou escrito que podem ser analisados. Para elaboração desse trabalho teremos a contribuição autores como Soares (2007), Carvalho (2010), Martins (2006) entre outros. Para atingir os objetivos dessa pesquisa será necessário utilizar o método de pesquisa qualitativa, pois Malhotra (2005) afirma que a pesquisa qualitativa tem como o objetivo compreender o problema de forma a expressar a suas qualidades. A apresentação da pesquisa qualitativa tem base em pequenos fatos, sem coleta de dados estruturada, podendo obter dados relacionados ao problema, com seu foco nas informações obtidas e as mudanças relacionadas a o objetivo da pesquisa.

A estruturação desta pesquisa é dividida em três tópicos, que estarão explanando as relações da alfabetização e o letramento, leitura, formação social do indivíduo, os tópicos

CONCEITO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Compreende-se que a alfabetização não é apenas um processo baseado na percepção de memorização de aprendizagem da leitura e da escrita, o aluno necessita construir conhecimento de natureza conceitual, ele não necessita apenas saber o que é escrita, mas sim o que ela significa graficamente no processo de aprendizagem da linguagem.

Alfabetização é o processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas, procedimentos e habilidades necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de

codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico) (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 15).

De acordo com Soares (2007) O termo Alfabetização que dizer que levar aprendizagem do alfabeto, dessa maneira ensinar a ler e a escrever, ou seja a alfabetização tem como especialidade levar o conhecimento dos códigos ortográficos e alfabéticos por meio do desenvolvimento da habilidade da leitura e da escrita

Segundo Soares (2003) o termo letramento tem surgido recentemente, e tem significado relacionado ao processo de relações entre as pessoas e a escrita. Dessa forma não é correto dizer que uma pessoa é “iletrada”, pois toda a pessoa tem contato com a escrita, porem existem vários níveis de letramento que variam de acordo com a realidade social e cultural.

Carvalho (2010) explica que uma pessoa alfabetizada conhece os códigos e domina as relações entres eles, entende os que as letras e os sons representam e é capaz de ler palavras e textos simples, nas necessariamente não é usuário da escrita e da leitura na vida social. O processo metodológico que possibilita o ensino e aprendizagem da alfabetização deve ser desenvolvido de forma que a leitura e a escrita estejam desenvolvidas em uma linguagem real, significativa e natural de acordo com o cotidiano de cada criança, a alfabetização tem como proposta criar situação na qual a criança perceba o seu desenvolvimento e obtenha a sua autonomia, possibilitando que o mesmo em sua fase adulta seja um ser crítico e conhecedor dos seus direitos.

Segundo os parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa (2001), para aprender a ler e a escrever é necessário pensar na escrita, pensando no que a escrita representa e como representa a linguagem graficamente.

Estas atividades exigem que os alunos prestem atenção à correspondência em quantidade e qualidade entre as partes falada e escrita, o aluno necessita ler essas partes, embora ainda não saiba ler e escrever. Portanto, a alfabetização e o letramento na educação infantil devem atuar de acordo com as características dessa fase, e explorar as atividades de forma adequada, interessante e necessária, adequadas às crianças dessa fase, entre as quais deve prevalecer o lúdico da prática docente. É necessário propor atividades baseadas nos interesses das crianças para facilitar o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Alfabetização e o letramento são processos inter-relacionados, mas diferentes. Segundo Soares (2004), a alfabetização é entendida como a aquisição de sistemas tradicionais de escrita, diferente do letramento que é entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades capazes de ler e escrever na prática social, pois esses conceitos estão relacionados ao conhecimento de objetos relacionados ao processo de aprendizagem da cognição e da linguagem, portanto, também está relacionado ao ensino desses diferentes objetos. Soares (2009) explica que o letramento é o resultado do ensino ou aprendizagem da leitura e da escrita: o estado ou condição adquirida por grupos sociais ou indivíduos devido à apropriação indébita da escrita.

Kleiman (2008) também entende o letramento como um fenômeno mais amplo que transcende o âmbito escolar. Segundo ela, hoje podemos definir o letramento como um conjunto de práticas sociais que utilizam a escrita como um sistema de símbolos e uma técnica para uma finalidade específica em um contexto específico. O conceito do autor enfatiza os aspectos sociais e utilitários da alfabetização.

FORMAÇÃO DE LEITORES

De acordo com Claret (2013) Se considerarmos a própria história da humanidade, e como ela veio do

Alcorão e da Bíblia para o nosso tempo, concluiremos que a "palavra" que nos distinguiu de outras coisas vivas por séculos é a razão do salto. Com o avanço da humanidade, várias formas de comunicação surgiram, dando ao receptor a oportunidade de rever o que aconteceu por meio do vídeo gravado. Porém, percebemos que a escrita tem um papel fundamental na evolução do mundo, pois sem ela serão difícil a comunicação e o desenvolvimento de novas invenções. A tecnologia é desenvolvida pelo homem para atendê-lo, mas se ele não tiver cultura e conhecimento, ele se tornará seu escravo e não poderá acompanhar a nova tendência. Somente com muito aprendizado e dedicação as pessoas podem ter sucesso. Por meio da escrita, várias mídias serão abordadas e até mesmo um livro será utilizado como material de pesquisa.

Segundo Claret (2013) o alfabetizador percebeu que deve estar atento à realidade sociolinguística das crianças e saber aproveitar o uso espontâneo da escrita e incorporá-la ao trabalho docente do ambiente escolar. Por outro lado, ao apoiar este trabalho na integração interdisciplinar de saberes, o educador percebeu que a alfabetização não consiste apenas em decifrar sílabas, palavras ou frases de forma funcionalista e decodificadora mecânica, mas ter acesso para permitir a participação das crianças. Às ferramentas da dinâmica do mundo da escrita, ampliam o alcance de seus comportamentos comunicativos, obtêm uma história registrada, conduzem conversas à distância em diferentes etapas históricas e, por tudo isso, as descobrem e exercitam como cidadãos que vivem em um letrado. Compreendendo as contradições e injustiças que existem em uma sociedade capitalista como a nossa, esta professora de alfabetização concluiu que, no fundo, a alfabetização é uma ferramenta básica para aumentar a conscientização e a liberação, expandindo a expressão e as formas de leitura das crianças.

Alfabetizar uma criança é, entre outras

coisas, ensiná-la a ler, a confrontar ou usar os textos escritos, compreendendo-os e situando-se melhor no mundo de acordo com os propósitos buscados nesses próprios textos (FREIRE; 1982).

Através da citação o autor traz em seu pensamento a ideia de que ao ensinar as crianças a ler é necessário que confrontem a mesma para que dessa maneira possam gerar pensamentos críticos através de leitura.

Quando o termo leitura é mencionado muitas vezes pensamos que se fala de algo subjetivo, porém uma das características da leitura é que ela possibilita ao indivíduo acesso a informação e conhecimentos produzidos na sociedade no mundo todo. Segundo Freire (2011), antes de obter a habilidade de leitura de palavras ele já tem a leitura do mundo, mas só passa a ser completa diante do momento no qual o indivíduo adquire domínio da leitura de palavras.

De acordo com Martins (2006) ao buscar compreender as questões presentes na leitura, pode-se afirmar que ela é uma experiência individual e definir que ela é a compreensão de símbolos linguísticos, onde o leitor vai decifrar os sinais, pois é um processo de compreensão abrangente, onde o leitor dará sentido aquilo que ele ler, o autor ainda afirma que a leitura se constitui diante do diálogo entre o leitor e aquilo que foi lido, sendo através de leitura escrita, sonora, gestual ou através de acontecimentos ou imagens. Entende-se que a leitura é “um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem” (MARTINS, 2006, p. 30), neste contexto a definição de leitura não envolve apenas decifrar sinais e códigos, mas sim possibilidades de compreensão de mundo.

As crianças que estão a caminho de tornarem-se leitores se comportam da mesma forma que os leitores fluentes. A sua tendência é primeiro pular, depois adivinhar e finalmente pronunciar a

palavra em voz alta. Se a fonologia for a primeira ou a única escolha, é porque as crianças estão refletindo aquilo que lhes foi ensinado e não o que as ajuda a entender o que estão lendo. (SMITH, 1999, p. 63).

Smith (1999) relata que a leitura não deve ser entendida apenas como decodificação de sons, como objetivo de traduzir uma linguagem através das letras e dos códigos presentes nas escritas para a fala, pois o seu significado não está disponível de forma instantânea nos textos escritos ou lidos. Para o desenvolvimento de um leitor fluente não é necessário que exista apenas conhecimento prévio sobre a grafia e os sons, mas através da sua prática os leitores podem desenvolver e compreender o que eles necessitam.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO INDIVÍDUO

De acordo com Carneiro (2014) a interação é um processo que envolve a formação da sociedade entre o indivíduo sendo socializado e a sociedade ao seu redor. Esse processo começa na primeira infância e dura a vida toda. Socialização se refere à transferência de hábitos, habilidades, valores e atitudes aos alunos para que eles possam começar a se comunicar, estabelecer conexões com membros da sociedade e ganhar sua própria identidade.

Segundo Silva (2009) como todos sabemos, a educação do leitor envolve várias instituições sociais: família, escola, biblioteca, amigos, etc, no entanto, a maioria das pessoas só consegue entrar no mundo da leitura mais tarde. No ambiente escolar, um lugar onde os profissionais da área contam muito com livros didáticos, receitas prontas que muitas vezes são desatualizadas e intelectuais estagnados por falta de habilidades e habilidades de leitura

Segundo Berger (2014), a socialização é um processo de entrada no mundo social com um grande número de formas interativas e pessoas. Portanto, a

socialização é um processo básico, não para a integração dos indivíduos na sociedade, mas para a continuidade do sistema social.

Berger (2014) relata que a interação principal é o primeiro contato vivenciado por um indivíduo na infância e tornar-se membro desta sociedade. A interação secundária é o processo de acompanhamento do encaminhamento do indivíduo socializado para outros ambientes sociais. A interação secundária é o sistema ou a internalização do “submundo” A socialização secundária é a aquisição de conhecimento de funções específicas, que estão diretas ou indiretamente enraizadas na divisão do trabalho.

Para Grossi (2008) a vida das pessoas que não leem se limita à comunicação verbal, sendo quase impossível ampliar seus horizontes, pois ficam expostas a ideias que lhe são próximas na conversa com os amigos. É nos livros que temos a oportunidade de entrar em contato com o desconhecido, aprender sobre outros tempos e outros lugares - e abrir nosso coração com eles. Portanto, incentivar a formação de leitores não é apenas essencial no mundo globalizado em que vivemos. Está comprometida com a sustentabilidade do planeta, garantindo que todas as pessoas convivam pacificamente e respeitando a diversidade.

De acordo com Batista e Galvão (2002) partindo da premissa de que a leitura é uma prática sociocultural inserida nas relações sociais de poder, muitos campos das ciências sociais consideram a leitura uma ferramenta interessante que pode compreender como diferentes grupos sociais representam o mundo de diferentes formas, compartilham significados e procuram construir um senso de realidade que melhor lhes convém por meio da leitura. Portanto, tendo em vista a diversidade de interesses relacionados à leitura e os diversos pontos de vista sobre seu estudo, embora a expressão "prática de leitura" seja de forma descentralizada, muitas vezes ela marca o perfil atual do interesse pelas ciências sociais relacionadas à leitura e comportamento de leitura CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi estudado concluímos que o letramento é uma prática que se insere no cotidiano da sociedade, portanto, é necessário mudar as sugestões pedagógicas que possam letrar / alfabetizar, pois o processo de ensino da aprendizagem da leitura e da escrita na escola não pode ser considerado um mundo isolado a fim de preparar o sujeito para a realidade em que ele se encontra.

Ler representa um grande passo na aquisição de conhecimento, pois é por meio da leitura que se obtém uma percepção única do mundo. Além disso, a leitura também contribui para o funcionamento e desenvolvimento do pensamento crítico, orientando o leitor a questionar e avaliar a vida sob todos os aspectos. Ler pode afetar a maneira como nos comportamos, pensamos e até falamos. Por meio da prática da leitura, tudo isso se expressa de forma clara e objetiva, claro que quem não está acostumado a ler ficará preso a gestos e métodos básicos de comunicação.

Ler é extremamente importante para todos nós, não só porque é o alicerce de nossa inteligência, mas também porque nos permite acessar o mundo das informações, das ideias e dos sonhos. Sim, porque a leitura pode alargar os seus horizontes e permitir que a imaginação desenhe lugares e situações desconhecidas, é um direito de todos.

Em nossa sociedade, a principal função da leitura é despertar e disponibilizar conhecimentos básicos, que contribuirão para a construção integral da vida social dos alunos e para o exercício da cidadania. A leitura não é apenas a base para a formação dos alunos, mas também a base para a formação dos cidadãos, e grande parte da realização dessa tarefa recai sobre as escolas que visam educar a sociedade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leituras práticas, impressos, letramentos.

Belo Horizonte: Ática, 2002

BERGER, Peter L. A construção da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. |por| Peter L. Berger |e| Thomas Luckmann. 36. ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, vozes, 2014.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo/ Moaci Alves Carneiro. 22.ed.-Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CLARET, Fabiane Guilherme Rosa. A Importância Da Leitura Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental I. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós- Graduação em Educação MEDIANEIRA 2013.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza, UEC, 2002. Apostila

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Questões da Nossa Época; 22).

FREIRE; Paulo, A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1982.

GROSSI, Gabriel Pillar. Leitura e sustentabilidade. Nova Escola, São Paulo, SP, nº 18, abr. 2008.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008. 294 p.

MALHOTRA, Naresh. Introdução à pesquisa de marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura? São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 74).

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização e letramento. Construir Notícias. Recife, PE, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5ª Ed. São

Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminho e descaminhos. Revista Pátio, Porto Alegre, Ano VII, N. 29, Fev. /Abr. 2004. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4663/1/MD_EDUMTE_II_2012_11.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento na educação infantil. Revista Pátio Educação Infantil – Ano VII – Nº 20 – Oralidade, alfabetização e letramento Jul/Out, 2009. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3ª Edição. Belo horizonte, MG: Autentica Editora, 2009.

SILVA, Rovilson José. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.) Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SMITH, F. Leitura significativa. Tradução Beatriz Affonso Neves. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

OS CONSTANTES DESPEDITOS DOS TRABALHADORES SEM JUSTA CAUSA E O SEU IMPACTO NO FRACO CRESCIMENTO DA EMPRESA

THE CONSTANT DISMISSAL OF WORKERS WITHOUT JUST CAUSE AND THEIR IMPACT ON THE WEAK GROWTH OF THE COMPANY

Joaquim Diogo Brás ¹

RESUMO

O direito ao trabalho, a manutenção de postos de trabalho, são fundamentalmente direitos que ficam de certo modo beliscado ante a uma crise financeira económica, ou mesmo, quando empregador entende que a redução de postos de trabalho trará maior rendimento à empresa ou mesmo para salvaguardar a continuidade da empresa. Nesta senda, actualmente tem se verificado no nosso quotidiano a frequência do despedimento de trabalhadores de forma ilícita por não cumprimento da lei o que pode causar impacto negativo no crescimento da empresa. É nesta perspectiva que o presente artigo se propõe a analisar os constantes despedimentos dos trabalhadores sem justa causa e o seu impacto no fraco crescimento da empresa. O estudo buscou responder o seguinte problema de investigação; qual é o impacto dos constantes despedimentos dos trabalhadores sem justa causa no fraco crescimento da empresa? Metodologicamente tratou-se de uma pesquisa essencialmente do tipo descritivo, com uma abordagem qualitativa apoiando-se, num leque de método teórico entre os quais pesquisa documental simples (estudo retrospectivo) e pesquisa bibliográfica fundamentalmente. Como resultado pretende-se colher o máximo de contributos para uma melhor condução da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Despedimentos. Trabalhador e Fraco Crescimento da Empresa.

ABSTRACT

The right to work, the maintenance of jobs, are fundamentally rights that are somehow pinched in the face of an economic financial crisis, or even, when the employer understands that the reduction of jobs will bring greater income to the company or even to safeguard the continuity of the company. In this way, in our daily lives, the frequency of dismissal of workers illegally due to non-compliance with the law has been observed, which can have a negative impact on the company's growth. It is in this perspective that this article proposes to analyze the constant dismissals of workers without just cause and their impact on the weak growth of the company. The study sought to answer the following research problem; what is the impact of constant dismissals of workers without just cause on the company's weak growth? Methodologically, it was essentially a descriptive research, with a qualitative approach based on a range of theoretical methods, including simple documentary research (retrospective study) and fundamentally bibliographic research. As a result, it is intended to collect as many contributions as possible to better conduct the research.

KEYWORDS: Layoffs. Worker And Poor Company Growth.

¹ Mestrando em Psicologia pela ACU - Absolute Christian University; Licenciado em Comportamento Humano e Terrorismo Internacional. **E-mail:** quimbraz@gmail.com. **Currículo lattes:** lattes.cnpq.br/9907383337527608

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico versa sobre os constantes despedimentos dos trabalhadores sem justa causa e o seu impacto no fraco crescimento da empresa. O despedimento de trabalhador reveste a forma de um direito de desvinculação do empregador, através do exercício do poder disciplinar. Do poder disciplinar, porque a mesma pode ser motivada em consequência ou resposta de uma infracção do trabalhador que viole gravemente os seus deveres.

Deste modo, o despedimento resulta do exercício do poder de organização, na medida em que é o empregador que dirige, organiza e faz a gestão económica da empresa e como detentor deste poder, no exercício das suas funções e no âmbito da gestão do negocio vê-se muitas vezes forçado a despedir trabalhadores ainda que em termos comportamentais, produção e competência sejam excelentes, mas lança a mão ao despedimento, não por existência de um facto imputável ao trabalhador, mas por se verificar motivos objectivos que torne impossível a manutenção da relação jurídica. Esta faculdade, a nosso ver, é-lhe legítimo em decorrência do poder gestor, de todo poderia ser do poder disciplinar do empregador por não se verificar a prática de uma infracção do trabalhador.

Porém a Constituição da República de Angola que vigora desde 2010, trouxe no nosso ordenamento jurídico o paradigma da protecção contra os despedimentos arbitrários, uma garantia dos trabalhadores que acaba por se concretizar no texto constitucional. Em 15 de Junho de 2015 é aprovada a lei nº 07/15, Lei Geral do Trabalho, notadamente, foi a primeira reforma da lei laboral na vigência da Constituição que também proíbe os despedimentos sem justa causa. Diga-se, no entanto, que a protecção contra o despedimento sem justa causa não é uma realidade nova, sendo que a lei 02/00 de 11 de Fevereiro também proibia despedimentos sem justa causa, mas como uma

garantia constitucional, apenas aparece em 2010 com a Constituição.²

Os constantes despedimento sem justa causa trazer um impacto negativo no desempenho da empresa, pois além de gerar insegurança nas pessoas (comprometendo o clima da organização), ocorre também perda de know-how, grandes custos de seleção e treinamento de pessoal, perda de produção e de imagem. Segundo Marques salienta que se o trabalhador despedido sem justa causa apresenta melhor desempenho do que os que ficam, o despedimento neste caso vai reduzir a produtividade da mão-de-obra remanescente. Essa espécie de 'fluxo negativo' de empregados exerce os efeitos mais sensíveis no caso de trabalhos complexos, que demandam muito tempo pra serem aprendidos.³

Silva, também afirma que o despedimento sem justa causa possui consequências organizacionais negativas, sendo o custo financeiro o mais representativo. Além do custo, a queda de nível de desempenho é bastante significativa, pois o empregado que deixa a organização possui experiência e domínio das actividades.⁴ Com isso as funções podem ser perduradas até que o substituto se torne totalmente funcional.

Deste modo, pode-se aferir que se os funcionários que saem, são trabalhadores valiosos, isso pode ter um efeito negativo sobre a coesão e interacção do grupo, podendo haver prejuízo no desenvolvimento de toda a equipe.

Ainda Silva, comenta que o despedimento sem justa causa faz a empresa ter uma queda moral, ou seja, pode afectar as atitudes dos empregados que ficam,

² Cfr. Lei 02/00 de 11 de Fevereiro, Lei Geral do Trabalho revogada pela Lei nº 07/15 de 15 de Junho.

³ Fernanda Antunes MARQUES, *Dispensa Imotivada: Captura da subjectividade do trabalhador*. In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI, 2004, p.52.

⁴ Glenio Luiz da Rosa SILVA, *Controle do Turnover: como prevenir e demitir com responsabilidade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

podendo estimular a rotatividade adicional ao perturbar os outros em suas atitudes.⁵

Diante desta realidade considera-se pertinente estudar problemática proposta e por conseguinte a pergunta de partida: Qual é o impacto dos constantes despedimentos dos trabalhadores sem justa causa no fraco crescimento da empresa?

Com o presente artigo pretende-se analisar os constantes despedimentos dos trabalhadores sem justa causa e o seu impacto no fraco crescimento da empresa. Descrever os fundamentos teóricos que sustentam os constantes despedimentos sem justa causa e o seu impacto no fraco crescimento da empresa; mencionar o impacto dos constantes despedimentos sem justa causa no fraco crescimento da empresa; Enunciar os motivos que estão na base do despedimento dos trabalhadores sem justa causa e Avaliar o procedimento do trabalhador caso seus direitos sejam lesados pelo empregador.

Segundo, Cervo Alcino e Bervian da Silva, os factos são observados, registados, classificados, e interpretados, sem que o investigador interfira neles, uma vez que são descritos aspectos relacionados com os constantes despedimentos sem justa causa e o seu impacto no fraco crescimento da empresa;⁶ com uma abordagem qualitativa apoiando-se, num leque de método teórico entre os quais pesquisa documental simples (estudo retrospectivo) e pesquisa bibliográfica fundamentalmente que segundo Lakatos Maria & Marconi Andrade, a pesquisa bibliográfica consiste na obtenção de informações de obras de autores já publicadas em relação ao tema, para a sua fundamentação.⁷ Permitiu a consulta de várias obras e de diferentes autores a volta da nossa problemática.

⁵ Ibidem.

⁶ Cervo Amado Luiz Pedro ALCINO e Bervian, Roberto da SILVA, *Metodologia Científica*, 5ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 35.

⁷ Lakatos Eva MARIA e Marconi Marina de ANDRADE, *Fundamentos de Metodologia Científica*, 5ª Edição, São Paulo, Atlas, 2002, p. 36.

REFERENCIAL TEÓRICO

O despedimento é uma declaração de vontade do empregador dirigido ao trabalhador, destinada a fazer cessar o contrato de trabalho para o futuro, uma declaração que resulta de um poder discricionário, do dominus da empresa.⁸

Ao empregador são atribuídas várias faculdades, dentre elas a de estabelecer normas no seio da empresa para garantir a eficiência da atividade, tendo em conta os fins a que a mesma se propõe. Assim, uma vez violados, pelo trabalhador, certas obrigações laborais, o empregador tem a faculdade de impor, dentro dos limites normativos e respeitando as garantias formalmente estabelecidas pela lei, determinadas sanções aos trabalhadores, verificados determinados pressupostos que conduzem à sua aplicação.⁹ Reza o art. 46.º da LGT(Lei geral do trabalho Angolana), que o empregador tem poder disciplinar sobre os trabalhadores ao seu serviço e que o pode exercer em relação às infracções disciplinares por estes cometidas. Resulta deste artigo uma condicionante ao exercício do poder disciplinar que é o da existência de uma infracção disciplinar, definida pelo legislador como “o comportamento culposo do trabalhador que viole os seus deveres resultantes da relação jurídico-laboral, designadamente os estabelecidos no art. 44.º da presente lei”.¹⁰

MEDIDAS DISCIPLINARES

Prevê o art. 47.º, “medidas disciplinares”, que pelas infracções cometidas pelos trabalhadores pode o empregador aplicar as medidas disciplinares de:¹¹

⁸ Pedro Fortunato MARTINS, *Cessação do Contrato de Trabalho*, 3ª edição, Lisboa: Principia, 2012, p.149.

⁹ Cfr.; F.J. Coutinho de ALMEIDA, *Os Poderes da Entidade Patronal no Direito Português*, Revista de Direito e Economia, Ano III, n.º 1, janeiro/junho de 1977, p. 316.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Cfr.; Márcia NIGIOLELA, *O Exercício do Poder Disciplinar no Ordenamento Jurídico Angolano*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2014, pp. 20-21.

a) Admoestação verbal; b) admoestação registada; c) redução temporária do salário e d) despedimento disciplinar. Esta lei apresenta uma novidade relativamente à anterior, já que reduz as medidas/sanções disciplinares que podem ser aplicadas aos trabalhadores, em razão da exclusão da medida de despromoção temporária de categoria, com diminuição de salário e da medida de transferência temporária do centro de trabalho, com despromoção e diminuição de salário do n.º 1 do art. 49.º da anterior LGT.¹²

O despedimento disciplinar, ou individual por justa causa, ou ainda despedimento por causas subjectivas, é definido pelo legislador como sendo a ruptura do contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou por tempo determinado antes do seu termo, depois de concluído o período de experiência, quando houver, sempre que resulte de decisão unilateral do empregador” (cfr. n.º 12 do art. 3.º). Assim, o despedimento disciplinar é o acto unilateral, vinculado, constitutivo e receptício, pelo qual a entidade empregadora procede à extinção da relação laboral.¹³

Tecnicamente, o despedimento configura-se como uma declaração de vontade, recipianda (ou receptícia), vinculada e constitutiva, dirigida à contraparte, com o fim de fazer cessar o contrato de trabalho para o futuro.¹⁴

Ora, para que a conduta do trabalhador seja sancionada com o despedimento, a mesma não deve ser uma conduta qualquer mas sim uma conduta que, pela sua gravidade e consequências, torne praticamente impossível a manutenção da relação laboral. Ou seja, tem de existir a prática de uma infracção grave que constitua justa causa de despedimento (cfr. art. 205.º).

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem, p. 74.

¹⁴ Cfr., Pedro Furtado MARTINS, *Despedimento Ilícito, Reintegração na Empresa e Dever de Ocupação Efektiva: Contributos Para o Estudo dos Efeitos da Declaração da Invalidez do despedimento*, Centro de estudos e do Trabalho da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1992, p. 37.

O despedimento só pode ser validamente decidido com fundamento em justa causa se for considerada a prática de infracção grave pelo trabalhador, e caso se torne impossível a manutenção da relação jurídico-laboral. O legislador apresenta, no art. 206.º, uma lista de situações exemplificativas da justa causa.

Assim, o legislador angolano adoptou num ponto uma cláusula geral e noutra ponto enumera situações exemplificativas 26 da justa causa.

Este sistema misto contempla, por um lado, a definição do conceito de justa causa (205.º), e, por outro, apresenta uma enumeração, meramente exemplificativa, dos factos susceptíveis de integrar o conceito.

Esta circunstância deixa ao aplicador do direito um grande âmbito de concretização de condutas do trabalhador que possam ser consideradas graves, apesar da enumeração exemplificativa, sem com isso cair num subjectivismo.

FACTOS EXTINTIVOS DAS RELAÇÕES LABORAIS

O art. 76.º, n.º 4, da CRA (Constituição da Republica de Angola) proíbe o despedimento sem justa causa, o despedimento sem justa causa é ilegal, constituindo-se a entidade empregadora no dever de justa indemnização ao trabalhador despedido, nos termos da lei”. Nesta sequência o art. 198.º da LGT(Lei geral do trabalho Angolana) consagra o direito do trabalhador à estabilidade de emprego: “o trabalhador tem direito à estabilidade de emprego, sendo as razões susceptíveis de extinção da relação laboral as previstas na lei”.

Assim, o n.º 2 efectua uma classificação das causas de extinção do contrato de trabalho, distinguindo entre:

a) Causas objectivas, alheias à vontade das partes; b) por mútuo acordo; e c) decisão unilateral de qualquer das partes, oponível a outra. Refere ainda o

n.º 3 o caso particular da extinção do contrato de trabalho por exoneração, quando este tenha sido constituído por nomeação. Consideremos de forma meramente enunciativa estas formas de extinção da relação laboral previstas na lei.

Entre as causas objectivas alheias à vontade das partes temos a caducidade (art. 199.º). Como se sabe, esta é a extinção do contrato em resultado da verificação de um facto jurídico strictu sensu, ou seja, de um facto jurídico não voluntário. Assim admite a LGT, no seu art.199.º, que o contrato de trabalho possa caducar nas situações seguintes:

a) Morte do trabalhador; b) incapacidade permanente, total ou parcial do trabalhador, que o impossibilite de continuar a prestar o seu trabalho por período superior a 12 meses; c) reforma do trabalhador nos termos da legislação da protecção social obrigatória; d) condenação do trabalhador por sentença transitada em julgado à pena de prisão superior a um ano ou independentemente da sua duração nos casos previstos por lei; e) morte, incapacidade total ou permanente ou reforma do empregador, quando dela resultar o encerramento da empresa ou cessação da actividade; f) falência ou insolvência do empregador e extinção da sua personalidade jurídica; caso fortuito ou de força maior que impossibilite definitivamente a prestação ou o recebimento do trabalho.

A extinção por mútuo acordo das partes, ou revogação (art. 200.º): a todo o tempo as partes podem fazer cessar o contrato de trabalho, por tempo determinado ou indeterminado, desde que o façam por escrito, assinado pelas duas partes.

DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA

Tal como acabámos de explanar, o despedimento disciplinar, enquanto acto extintivo da relação laboral, está sujeito a apertados requisitos, formais e materiais, que condicionam a sua licitude, e quando assim não acontece este despedimento é ilícito.

Assim o despedimento disciplinar é ilícito sempre que seja decretado fora dos pressupostos legalmente previstos ou com inobservância dos procedimentos legalmente estabelecidos.¹⁵

A ordem jurídica estabelece, a favor do trabalhador ilicitamente despedido, a faculdade de impugnar tal acto. O trabalhador pode assim socorrer-se das acções de impugnação do despedimento disciplinar, em processo de recurso em matéria disciplinar, naqueles casos em que foi instaurado o processo disciplinar ou naqueles casos em que não foi instaurado, acções estas que devem ser intentadas no prazo de um ano a contar do dia seguinte da cessão do contrato, art. 302.º e 180 dias para as acções de reintegração, nos termos do art. 303.º¹⁶

IMPACTO DOS DESPEDIMENTOS SEM A JUSTA CAUSA NO FRACO CRESCIMENTO DA EMPRESA

O despedimento sem a justa causa faz a empresa ter uma queda moral, ou seja, pode afectar as atitudes dos empregados que ficam, podendo estimular a rotatividade adicional ao perturbar os outros em suas atitudes.

O empregado que deixou a organização tinha habilidades especiais e/ou ocupava uma posição-chave, a perda pode ter um efeito conturbador no desempenho da empresa.

O efeito do despedimento do trabalhador sem justa causa, sobre o comportamento dos que ficam na organização são, em parte, em função das razões percebidas para a saída de outros e da relevância desta para o desempenho dos que continuam na empresa.

Entendemos que os despedimentos sem justa causa podem ocasionar várias consequências no

¹⁵ Cfr.; Norberto Moisés Moma CAPEÇA, *Da Ilícitude do despedimento Disciplinar e Suas Consequências*, Casa das Ideias, Luanda, 2012, p. 90.

¹⁶ Ibidem.

crescimento empresarial e no trabalhador como sujeito em todas suas esferas e numa visão interdisciplinar.

Para Machado et al afirmam que o trabalho além de ser um meio de sobrevivência é também uma forma de se estabelecer relacionamentos e tal engajamento no mundo do trabalho é resultado comum de qualquer pessoa inserida em uma sociedade e dessa forma esse ambiente actuará como um dos formadores da identidade e das experiências do sujeito como pessoa. Por isso, a demissão não constitui um fato isolado, senão uma interrupção nessa construção psicológica decorrente da associação trabalho e identidade. Preliminarmente que o despedimento deixa suas marcas na pessoa despedida que irá carregar esta experiência por toda sua vida pessoal e profissional.¹⁷

Caldas, elencou consequências da demissão em nível empresarial em sua tese de doutorado, tratando-as como efeitos e imprevistos que podem afectar a empresa em seu ambiente de trabalho, eficiência interna, eficácia organizacional, relações de trabalho, imagem externa, além de poder causar efeitos em relação aos trabalhadores remanescentes que escaparem dos despedimentos.¹⁸

Ainda Caldas, entende que o ambiente de trabalho organizacional pode ser prejudicado com uma acção de despedimento sem justa causa. Levanta que estudos que indicam a ocorrência de uma perda significativa de lideranças e interações pessoais que se desenvolveram com o tempo, o que reduz ou praticamente elimina o trabalho em equipe. E por consequência disto, ocorreria uma perda de identidade. No caso o autor relaciona a familiaridade com a organização entre unidades e níveis hierárquicos e

¹⁷ Hilka Vier MACHADO; Cláudio Aurélio HERNANDES; Maristela MORAES, *Explorando Significados da demissão*. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. Ano 5, n. 10, 2004, p.7.

¹⁸ P. Miguel CALDAS, *Demissão plural e Singular: Um estudo sobre enxugamentos de pessoal no nível organizacional e sobre perda de emprego no nível individual*. ed. São Paulo: FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1998, p.83.

relata que os o despedimento podem afectar directamente o clima organizacional da instituição após sua ocorrência. Para ele, o mais grave efeito parece ser o clima de estresse gerado pelos despedimentos. Antes e durante os despedimentos, a expectativa e a incerteza parecem sempre provocar forte tensão psicológica e frustração. Por isso é possível argumentar que essa tensão causada pelos despedimentos de pessoal pode resultar, em menor auto-estima, menor motivação e satisfação, menor propensão a adesão em programas de envolvimento de trabalhador que ficam na empresa, assim como menor comprometimento com a organização, levando a absenteísmo, perda de produtividade, estresse, depressão, perda de prazos, queda de qualidade e insatisfação.¹⁹

A empresa poderá ser prejudicada por perder mão-de-obra já treinada, especializada e habituada com a forma de organização do trabalho.

Neste sentido a burocracia interna aumenta e a autonomia dos trabalhadores de modo geral diminui. Além disso, essa burocracia pode causar crises na comunicação entre os sectores internos da empresa, dificultando assim a tomada de decisões.

Segundo Caldas, se a eficiência interna é afectada a sua eficácia também o é. “Especialistas entendem, genericamente, que continuidade de emprego é um factor importante da melhoria de variáveis empresariais como qualidade e produtividade”. Isto é, a protecção ao emprego é importante para empresa maximizar seus resultados. Com as demissões, o desempenho organizacional declina devido a múltiplos factores, sendo um deles a motivação do trabalhador em sua subjectividade.²⁰ Então, trabalhando conceitos do campo dos estudos administrativos, Caldas concluiu que se a perda de qualidade de produtos e serviços, a queda da produtividade e do desempenho internos e a deterioração da visão estratégica ocorrem

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem, p.86.

simultaneamente, o resultado na eficácia global tende obviamente a ser negativo.

Quanto à imagem externa da empresa, esta pode ficar prejudicada quando seus actos forem relacionados à ruína de famílias, cidades, bairros, comércios locais, enfim, quando passam a serem percebidos os impactos indirectos da demissão de pessoas de uma organização, principalmente sem justa causa e Caldas reforça mesmo que nem sempre os investidores entendem como positivos o despedimento de pessoal.²¹

Assim, se houverem impactos negativos da política de demissões da empresa, ela ao invés de atrair o interesse sobre si, pode afastá-lo, isto porque nem sempre tais políticas são recebidas bem pela classe dos trabalhadores ocasionando possíveis greves e até actos de violência que podem macular a imagem pública da empresa. Um impacto clássico é a queda de capacidade de atracção de novos empregados. Caldas cita que quando desligados ou remanescentes percebem que os demitidos são tratados sem consideração e dignidade, relatos a esse respeito são publicados em jornais ou correm informalmente pela comunidade.²²

No limite, prejuízos à imagem externa podem não só reflectir-se nas relações com a comunidade, clientes, parceiros e novos empregados. Alguns autores lembram que a imagem negativa, trazida por despedimentos em massa podem, onde sabível, levar a intervenções governamentais na empresa. Mesmo organizações que não têm relações comerciais com o governo podem estar sob sua influência, seja porque o Estado pode intervir propondo legislação restritiva à acção da organização, seja por acções directas do poder executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²¹ Ibidem, p.89.

²² Ibidem, p.90.

Com base na análise relacionada com a temática, chegou-se as seguintes considerações finais:

Os fundamentos sustentam que a estabilidade no emprego é mais do que uma mera conquista social ou jurídica de protecção ao emprego. A protecção do emprego merece atenção especial por transcender a seara jurídica e atingir directamente o desempenho da empresa e a vida pessoal do trabalhador.

Assim sendo, os constantes despedimentos sem a justa causa além de seus impactos jurídicos, pode causar consequências alarmantes que um gestor empresarial consciente e instruído não pode deixar de considerar quando ocorrer a necessidade de realizar um despedimento.

É importante ressaltar que a protecção da dignidade das pessoas não é só um direito, mas um dever de todos, isto é, os empregadores também tem o dever de propiciar a partir de sua actividade empreendedora a promoção da dignidade humana e propor meios sustentáveis de desenvolvimento de suas actividades.

Portanto, pode se aferir que o despedimento sem a justa causa faz a empresa ter uma queda moral, ou seja, pode afectar as atitudes dos empregados que ficam, podendo estimular a rotatividade adicional ao perturbar os outros em suas atitudes e perder mão-de-obra já treinada, especializada e habituada com a forma de organização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA F.J. C. (1977). *Os Poderes da Entidade Patronal no Direito Português*, Revista de Direito e Economia, Ano III, n.º 1.

CALDAS, M. P. (1998). *Demissão plural e Singular: Um estudo sobre enxugamentos de pessoal no nível organizacional e sobre perda de emprego no nível individual*. 1ª ed. São Paulo: FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

CAPEÇA N. M. M. (2012). *Da Ilícitude do despedimento Disciplinar e Suas Consequências*, Casa das Ideias, Luanda.

CERVO A. L. P. A. E BERVIAN, R. S. (2005). *Metodologia Científica*, 5ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

LAKATOS E. M. e MARCONI M.A. (2002). *Fundamentos de Metodologia Científica*, 5ª Edição, São Paulo, Atlas.

MACHADO H. V.; HERNANDES C. A. e MORAES M. (2004). *Explorando Significados Da Demissão*. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. Ano 5, n. 10.

MARQUES, F. A. (2004). *Dispensa Imotivada: Captura da subjectividade do trabalhador*. In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI.

MARTINS P. F. (1992). *Despedimento Ilícito, Reintegração na Empresa e Dever de Ocupação Efectiva: Contributos Para o Estudo dos Efeitos da Declaração da invalidade do despedimento*, Centro de estudos e do Trabalho da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

MARTINS P. F. (2012). *Cessação do Contrato de Trabalho*, 3ª edição, Lisboa: Principia, p.149.

NIGIOLELA Márcia, (2014). *O Exercício do Poder Disciplinar no Ordenamento Jurídico Angolano*, Universidade Católica Editora, Lisboa.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). (2000). *Termination of employment digest: A legislative review*. Génèbra: International Labour Office.

SILVA, G. L. R. (2001). *Controle do Turnover: como prevenir e demitir com responsabilidade*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

ARTIGO 236-241 da Lei Geral do Trabalho (n.º 7/15, de 15 de Junho de 2015).

LEI 02/00 de 11 de Fevereiro, Lei Geral do Trabalho revogada pela Lei lei nº 07/15 de 15 de Junho.

CRA. *Constituição da República de Angola*, 2010.

A DANÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA APRENDIZAGEM

DANCE IN BASIC EDUCATION AND THE IMPORTANCE OF ART IN LEARNING

Isabel Cristina Costa de Souza ¹

RESUMO

Este artigo pretendeu refletir sobre o potencial da dança no ensino de arte na Educação Básica, buscando suas possibilidades de aprendizagem. A pergunta que move este estudo é: como a dança poderia contribuir para a aprendizagem de crianças e adolescentes por meio da sua experiência cotidiana? É sabido que os seres humanos desde os primórdios encontraram na dança formas de aprender, descontrair, interagir, inventar e reinventar utilizando a imaginação e a criatividade. Nesse sentido, se faz necessário que a dança seja experienciada na escola desde a Educação Infantil, etapa em que tudo começa e as crianças estão aguçadas para aprender, imitar, brincar, interagir, inventar e reinventar, a partir do estímulo dos professores. Nesse contexto, a escola tem o papel fundamental de inserir as crianças na linguagem da dança em especial e da arte em geral. As professoras e professores, embora façam parte de uma já tradicional formação insuficiente, precisam ser também ativas/os na própria formação, compreendendo a necessidade de buscar formações complementares a fim de utilizar essa importante ferramenta em suas aulas. Neste contexto, vivenciar novas formas de aprender desde a Educação Infantil é o desafio pedagógico que se vive todos os dias dentro da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Educação Básica; Educação Infantil; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article intended to reflect on dance as art teaching in Basic Education, searching for learning possibilities. The question that drives this study is: how could dance contribute to the learning of children and adolescents through their daily experience? It is known that human beings since the beginning of time have found in dance ways to learn, relax, interact, invent and reinvent using imagination and creativity. In this sense, it is important that dance is experienced in school since Kindergarten, the stage when everything starts and children are keen to learn, imitate, play, interact, invent, and reinvent, based on the teacher's stimulus. In this context, the school has a fundamental role in integrating children into the language of dance in particular and art in general. The teachers, who although they are part of an already traditionally insufficient formation, need to be active in their own formation, understanding the need to seek complementary formation in order to use this important tool in their classes. In this context, experiencing new ways of learning since Kindergarten is the pedagogical challenge that is lived every day inside the classroom.

KEYWORDS: Dance; Elementary Education; Early Childhood Education; Learning.

¹ Bacharel em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas IPEP; Licenciada em Pedagogia pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba; Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organizações de Eventos pela Universidade de São Paulo (USP); Licenciada na Formação Pedagógica para Professores de Nível Médio pela CETEC-FNDE; com pós-graduação-aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos pela CETEC-FNDE; Especialista em Gestão Pública pela UNIFESP; Mestranda em Administração pela ACU - Absolute Christian University. **E-mail:** icrisouza@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2047800192376137

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é levantar uma reflexão a respeito da importância da dança enquanto ferramenta no ensino de arte na Educação Básica. Embora a dança ofereça benefícios para todas as idades, aqui, em especial, a dança será abordada como meio de aprendizagem voltado para estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Embora não esteja claro o que motivou nossos ancestrais a iniciarem o ato de dançar, sabe-se que a dança oferece muitos benefícios e aprendizagens para quem a pratica. Nesse contexto, a escola pode buscar na dança um dos meios pelos quais estudantes aprendem, interagem, inventam e reinventam, seja de forma autônoma ou dirigida pelas/os professoras/es. Entretanto, é sabido que muitas vezes os profissionais da educação não trabalham com a dança por falta de alguma formação nessa linguagem, mesmo que básica, pois os cursos superiores de formação docente não priorizam e nem valorizam tal mecanismo de aprendizagem em seus conteúdos da graduação. Neste contexto, é importante que professores busquem em sua jornada profissional compreender a dança como uma ferramenta aliada na aprendizagem qualitativa.

Este artigo buscou compreender os benefícios da dança a partir de uma revisão bibliográfica de autores que valorizam a potência da linguagem da dança na aprendizagem de estudantes da Educação Básica e que mostram caminhos para se descobrir novas formas de aprender e atender às demandas e necessidades do século XXI. A bibliografia utilizada explora este novo conceito de escola, que busca alternativas de aprendizagem, dentre os principais autores consultados estão: BARBOSA (2001), SAVIANI (2001), FREIRE (2001).

DANÇA E EDUCAÇÃO

A dança na Educação Básica é entendida como

conteúdo da cultura corporal e figura nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dentro do bloco de Atividades Rítmicas e Expressivas para o segundo segmento do Ensino Fundamental. A dança é abordada, sobretudo, como forma de desenvolver a composição do conjunto de símbolos corporais e comunicação individual e de um bloco de pessoas, no processo de ensino-aprendizagem. No documento oficial, (1998), encontramos a seguinte definição:

Nessas atividades rítmicas e expressivas encontram-se mais subsídios para enriquecer o processo de informação e formação dos códigos corporais de comunicação dos indivíduos e do grupo. (BRASIL, p.71).

A experiência com a dança deve ser expressivamente aprimorada, por meio do uso de mímicas e temas do interesse das/dos estudantes, eventualmente criados por estes ou não, sendo necessária sua responsabilidade no funcionamento do conteúdo, proporcionando assim autonomia, além de fomentar a interação com a comunidade. Por fim, a proposta para os três anos do Ensino Médio é aprofundar os conhecimentos sobre a dança, adquiridos nos anos anteriores. Sendo esta linguagem utilizada como forma de comunicação e informação dos interesses sócio-político-culturais da comunidade em que as alunas e alunos estão inseridas/os.

Em sua *Pequena História da Dança*, o teórico Antonio José Faro, aponta alguns caminhos para a compreensão desse fenômeno quando afirma que:

Não se tem clareza de quando o homem dançou pela primeira vez, mas a arqueologia indicou que os primeiros registros da dança estão ligados diretamente às cerimônias religiosas. Além disso, os estudos de arqueologia encontraram registros de gravuras desenhadas em cavernas que representam a dança e ao mesmo tempo representam sua cultura como a morte,

a caça e a religião. (1986, p. 16).

Nesse sentido, para o homem primitivo não existia divisão entre religião e vida, a vida é religião, sua dança é vida, é uma ação derivada de sua crença. Além de ser a expressão corporal que dispensa ferramentas e acessórios, a dança é uma das formas mais antigas de manifestação, por meio da qual o corpo fala e representa sentimentos e experiências.

O surgimento da dança se deu à medida que o ser humano teve a necessidade de se comunicar e se expressar. É também uma das poucas atividades humanas em que se encontram totalmente integrados: mente, corpo e espírito. A dança na escola pode proporcionar aprendizagem por levar as crianças a aprenderem através de alternativas que vão além do ler e do escrever.

Acerca dos objetivos da dança na escola, LOMAKINE afirma que são:

[...] desenvolver a imaginação, a comunicação não verbal, o pensamento crítico, a autoconfiança, a cooperação e a criatividade; aprimorar o desenvolvimento motor, a consciência corporal e a percepção musical; integrar-se a outras áreas do currículo escolar, explorando o movimento dançante; estabelecer conexões dentro históricas, sociais e culturais. Diante desses objetivos, a dança não é vista somente como expressões de movimento e do indivíduo, mas também como criação ou aprendizado de um determinado vocabulário de movimento. Esse vocabulário não significa aprender uma técnica de estilo de dança, mas sim construir o seu próprio, ou seja, ampliar o repertório pessoal de movimento dos alunos. (2007, p. 44).

Como cultura corporal de movimento, nos documentos oficiais, a dança faz parte dos conteúdos de Educação Física, mas sem perder sua essência artística e expressiva. O que a diferencia nesse contexto educacional são os seus objetivos.

Ao pensar no importante papel da dança na

aprendizagem dentro do ambiente escolar, é necessário repensar a educação, além disso, os conteúdos selecionados para as aulas de dança na escola, devem emergir da realidade dinâmica e concreta das alunas e alunos e valorizar sua capacidade expressiva e espontânea. Nesse sentido, BARBOSA afirma que:

A dança escolar visa trabalhar todos os aspectos acima relacionados sendo que cada um, dentro de seus limites e possibilidades, executará os movimentos propostos não havendo nenhum compromisso em “acertar” ou “errar”, pois o objetivo é levar as crianças a descobrirem habilidades que desconheciam, trabalhando a reeducação postural, a psicomotricidade, disciplina, etc. (2001 p. 36).

O autor aqui chama atenção para o não compromisso com as ideias de “certo” ou “errado” na experiência com a dança em sala de aula, porque nesse estágio da aprendizagem o que vale mais é o contato com a linguagem como meio de expressão livre, mas que oferece os benefícios citados, como reeducação postural, psicomotricidade e disciplina, de forma lúdica.

A DANÇA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES OU EXTRA-ESCOLARES

A escola muitas vezes aborda a dança como conteúdo diretamente ligado a ensaios de apresentações em datas comemorativas, festas e outros eventos escolares tradicionais. A dança pode proporcionar autoconfiança, estimular a convivência social e as relações éticas e estéticas, além de facilitar a comunicação não verbal e a expressividade, o que promove relações equilibradas e mais humanizadas diante da sociedade em que vivemos.

Portanto, é importante que a escola lance mão da

dança como ferramenta de aprendizagem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Nesse sentido, o pesquisador e teórico do movimento, LABAN, declara que:

[...] um professor diante dos alunos sentados em suas carteiras pode, através da compreensão, fazer tanto para ajudar toda a classe e cada criança individualmente como o professor de dança ou de ginástica, cujo interesse pelo movimento é mais imediato. O docente que ensina matérias do tipo acadêmico deve apreciar os esforços expressados por meio do movimento, assim como o professor de dança que tem que se dar conta de que há um esforço mental implícito em toda atividade. (1990, p. 102).

Entretanto, no Brasil, é possível identificar que, apesar de uma pequena parcela dos professores terem feito algum curso na área da dança, muitas vezes isso não é suficiente para suprir as demandas do mercado e as exigências dos documentos oficiais da educação.

É possível afirmar que a linguagem da dança vai além do ato de dançar, além dos benefícios fisiológicos, ela possibilita aprendizagens muito mais amplas do que se pensa. FERREIRA (2009) elenca algumas delas, que apresentaremos a seguir:

O Corpo e o Espaço: trabalhar o corpo em diferentes planos, sentidos e direções, exercitando o domínio espacial individual e relacionado com o outro e com o ambiente. A relação do corpo do educando com seu espaço e objetos que compõem o seu ambiente, tem o papel de levar o educando a uma descentralização de seu próprio eu, fazendo-o olhar para o outro e para tudo que está a sua volta.

A Dança/Educação: ao explorar a noção do espaço deverá facultar a liberdade de exploração do espaço à volta da criança de forma espontânea e lúdica. As noções fundamentais dos contrastes alto-baixo, longe-perto, presença-ausência, grande-pequeno, etc., oportunizam às crianças observar,

perceber, explorar o espaço à sua volta pelo movimento.

Cinestesia Corporal: trabalhar as sensações que são transmitidas de forma contínua e que partem de todos os pontos do corpo, das articulações e dos músculos; regular o equilíbrio e as ações voluntárias coordenadas que são necessárias para realizar qualquer deslocamento do corpo desenvolvendo a criança em seus movimentos.

O Ritmo: parte fundamental na vivência da dança. Por meio de atividades lúdicas, montagens coreográficas e exercícios de movimentos livres, podemos exercitar a velocidade, a duração e a intensidade na dança, estimulando a criança a identificar esses pontos em músicas, por meio de sons corporais ou no silêncio. Quando a criança desenvolve essa capacidade rítmica, obtém maior disciplina na coordenação, economia de esforço, maior atenção e equilíbrio, e assim sua capacidade de aprendizagem torna-se mais eficaz.

Linguagem do Corpo na Dança: Um dos grandes desafios na dança é estabelecer comunicação e expressão por meio do corpo, sem precisar verbalizar. Além de estímulos em movimentos livres, é preciso desenvolver motivos e intenções no corpo e em sua relação com o espaço no movimento e com o todo.

LABAN (1990), demonstra a importância da dança para a educação, sinalizando assim a necessidade da escola se apropriar desse conteúdo e, mais que isso, dos benefícios pertinentes ao desenvolvimento como um todo das/os estudantes dentro do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, é preciso haver professoras e professores preparadas/os e dispostas/os a tratar desse tema.

Cabe aqui até mesmo uma crítica aos cursos superiores de formação de professores, que em seus currículos dificilmente oferecem como disciplina obrigatória uma aplicação pedagógica do ensino da história e das culturas africana e afro-brasileira nas

escolas, que poderiam ser campo fértil de abordagem das danças brasileiras. O que acaba por colocar, de certa forma, a Lei N. 10.639/2003 em contradição e faz com que muitos professores deixem de trabalhar essas considerações, ou que sua atuação nesse campo seja insuficiente. Contudo, isso não deve eximir os professores da responsabilidade de ministrar tal temática em diferentes momentos e possibilidades. É importante ressaltar que quanto mais cedo as crianças forem apresentadas a tais temáticas e ao contato com a dança, mais benefícios terão, já que ainda pequenas desenvolverão habilidades que serão utilizadas como meios para uma aprendizagem de qualidade.

EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA DANÇA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

A dança na Educação Infantil também possibilita uma flexibilidade de tempo e espaçona localização dos estudantes no aprendizado. Para educadores, a dança no processo do ensino-aprendizagem, é um poderoso apoio metodológico na elaboração das atividades que são planejadas e desenvolvidas dentro de um conhecimento apto para o ensino.

Tratando da dinâmica da dança na Educação Infantil, ao utilizar dessa ferramenta, educadores podem e devem fazer uso da interatividade e da ludicidade que a dança proporciona, usando a criatividade e a autonomia, favorecendo assim a compreensão dos conteúdos. Dessa forma, a dança propicia uma concretização da interação entre o educador e educando, possibilitando uma comunicação mais eficiente e dinâmica. Os educadores, ao ministrarem suas aulas utilizando-se da dança, atingirão resultados satisfatórios na medida em sua metodologia será mais flexível no ambiente escolar.

Todavia, a dança na Educação Infantil desempenha um papel primordial no desenvolvimento

das crianças, permitindo a interação social e fazendo com que as mesmas encontrem respostas por si mesmas, através da dinâmica da dança. Em salade aula, o educador poderá sem receios oportunizar situações desafiadoras, onde as crianças passarão a descobrir um universo mágico com movimentos criativos e de uma livre expressão com todos em seu entorno.

Outro fator que permitiu neste trabalho verificar na dança uma ferramenta potente de aprendizagem foi a evolução das crianças em se relacionarem com os coleguinhas e como passam a dominar seus corpos por meio dos movimentos oferecidos pela dança. Dando-lhes, assim, oportunidade de superar limitações e enfrentar seus próprios desafios. A dança na Educação Infantil é um meio de educar, alfabetizar e incentivar cada vez mais as crianças a traçarem seu desenvolvimento intelectual e emocional.

De fato, trabalhar a dança em sala de aula une as/os estudantes em uma interatividade que contempla uma organização eficaz do rendimento escolar. Na Educação Infantil, no processo de trabalhar com a dança em sala de aula aproveita-se a energia das crianças, pois propicia uma linguagem lúdica que contempla o universo infantil, favorecendo o trabalho com a expressão e o corpo em movimento.

Assim, a linguagem da dança é parecida com a linguagem da criança, elas criam, improvisam e, acima de tudo, se engajam na organização das atividades oferecidas pela/o professora/professor.

Um cuidado que educadoras e educadores precisam ter na dinâmica da dança é de não deixar que a mesma se torne uma obrigação ou que exijam movimentos repetitivos, principalmente nos momentos de apresentações oficiais da escola, como festinhas de final de ano ou festa junina. A dança deve ser expressiva e experimentar novos caminhos e não se limitar apenas a uma codificação.

A formação de docentes na linguagem da dança

é o ponto de partida para um bom desenvolvimento metodológico em sala de aula, pois no ambiente escolar há um déficit de professoras e professores habilitados/os para a prática de ensinar dança e música. Todavia, a dança na Educação Infantil não deve virar uma obrigação de fazer o repetitivo, mas sim ser uma ferramenta alternativa para o desenvolvimento da expressividade com muito divertimento e liberdade.

Consequentemente, ao desenvolver a dança em sala de aula, é fundamental estimular a interação de gestos e a sensibilidade corporal dos educandos. A dança é manifestação da comunicação entre todas/os em sala de aula, assim, o processo de ensino-aprendizagem ficará mais prazeroso.

É através dessa facilidade de aprendizagem que a cada minuto se aprendem coisas e informações novas do mundo da dança. Não podemos deixar de descartar ainda a resistência que existe entre educadores e educandos no processo de aprender com a dança. Todavia, aspectos e objetivos devem ser trabalhados dentro de uma compreensão que garanta a qualidade do ensino-aprendizagem, assim, o desenvolvimento do conhecimento da dança passará a ser muito mais claro e dinâmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança oferece uma alternativa a mais para professoras e professores realizarem o processo de ensino-aprendizagem. Embora as áreas da psicologia e da neurociência apontem a dança como uma forte aliada na aprendizagem, ainda se percebe um baixo número de profissionais que buscam na dança uma forma de estimular seus alunos a aprenderem.

É necessário que professoras e professores recebam e busquem formação e informação a respeito dos benefícios da dança. Além disso, os cursos superiores de formação docente também precisam se atualizar e apresentar o quanto a dança se faz

necessária na vida de todos nós, apontando assim a dança como umas das possibilidades de trazer para a sala linguagens menos rígidas que contribuam efetivamente para a aprendizagem das crianças e adolescentes da Educação Básica. De acordo com a bibliografia utilizada, é possível afirmar que a dança tem sua importância em todas as fases da vida de uma pessoa e sempre traz benefícios. E se priorizada, como forma de aprendizagem desde a primeira infância, a escola, a família e, principalmente, o corpo discente ganham, pois a dança, por ser uma linguagem artística, é mais uma das possibilidades de se obter equilíbrio, espírito de coletividade, aprendizagem e senso de humanidade, que buscamos cada dia mais para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.V.B. **A Dança na Escola**. Cultura Corporal de Massa, Popular ou Erudita? Monografia UFPE, como requisito para conclusão do curso de especialização em Pedagogia do Esporte. Recife, 1993.

BARBOSA, C. L. de A. **Educação física escolar da alienação à libertação**, 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.93

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física: MEC/SCF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: educação física. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio/ Secretaria de ensino médio. Brasília, MEC/SEM, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação física/ Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FARO, Antônio José. **Pequena história da dança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. FERRAZ, Osvaldo Luiz & MACEDO, Lino. **Reflexões de Professores Sobre a Educação Dança na Educação Infantil Incluindo o Referencial Curricular Nacional**. Revista Paulista. Educação Física, São Paulo, 15 (1):83-102, jan./jun. 2001.

FREIRE, I. M. **Dança-Educação: o corpo e o movimento no espaço do conhecimento**. Caderno Cedes, Campinas, v. 21, n. 53, p. 31-55, abr. 2001.

Pesquisa do Estado de São Paulo, Laban 1990, Editora Annablume, São Paulo, 1990.

MARQUES, I. A. **Dançando na escola**, Revista Motriz, v.3, n.1, p.20-28, 1997. NANNI, Dionísia. **Dança – Educação – Princípios, Métodos e Técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. 289p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**, ed. Petrópolis, vozes, 2001.

SANTOS, J.T. LUCAREVSKI, Juliana Araújo; SILVA, Renata Moreira. **Dança na Escola: benefícios e contribuições na fase pré-escolar**; 2005. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TL0046.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SAVIANI, D. Apresentação. In: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002a. p. IX-XII. SAVIANI, D. Escola e democracia. 34. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

STRAZZACAPPA, M. **A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola**. Cadernos Cedes, Campinas. 21, n. 53, p. 69-83, abr. 2001.

TRABALHO DOCENTE E A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO PEDAGÓGICO: RELAÇÕES ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO NA ESCOLA

TEACHING WORK AND THE ORGANIZATION OF PEDAGOGICAL TIME: RELATIONSHIPS BETWEEN PRESCRIBED AND PERFORMED IN SCHOOL

Neilinha Leite Paulo ¹

Francisco José Lopes Cajado ²

RESUMO

O trabalho docente se refere a estrutura educacional, condições de trabalho, métodos, opções didáticas, prática pedagógica e a organização do tempo em suas múltiplas dimensões, ou seja, tempo escolar, tempo administrativo, disciplinar, tempo de aprendizagem, dentre outros. A organização do tempo pedagógico é a distribuição dos conteúdos fixados no plano de curso, controlando a duração das atividades e promovendo a aprendizagem. Este estudo objetivou analisar a organização do tempo pedagógico no trabalho docente e suas relações entre o prescrito e o realizado na Escola Governador Adauto Bezerra em Jardim Ceará. Visou ainda, refletir como os professores organizam a dinâmica de sala de aula na realização das atividades pedagógicas, quais as estratégias utilizadas e a frequência com que usam os materiais pedagógicos disponíveis no processo ensino aprendizagem. Desta maneira, algumas questões nortearam o trabalho, a saber: quem prescreve o trabalho docente? Como o professor organiza o tempo pedagógico em sala de aula? É possível ressignificar o tempo em sala de aula? A pesquisa ocorreu através de uma análise qualitativa e quantitativa. O estudo foi baseado na reflexão teórica e na análise de dados coletados junto a um grupo de professores do ensino médio da escola. A análise dos dados permitiu compreender o tempo em sala de aula que possibilita ao professor novas formas de organização. Assim, foi possível ampliar a compreensão de que a presente pesquisa pode contribuir para a reflexão da lógica temporal que envolve o trabalho docente, evidenciando os pormenores da sala de aula e que não estão previstas nas normas e programas oficiais de ensino. Permitiu também, acreditar que este trabalho além de contribuir para dar visibilidade à complexidade de fazer do professor em sala de aula, pode iluminar aspectos da formação presencial ou continuada de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Organização, Trabalho Docente e Tempo Pedagógico.

ABSTRACT

The teaching work refers to the educational structure, working conditions, methods, didactic options, pedagogical practice and the organization of time in its multiple dimensions, that is, school time, administrative time, disciplinary time, learning time, among others. The organization of pedagogical time is the distribution of the contents fixed in the course plan, controlling the duration of activities and promoting learning. This study aimed to analyze the organization of pedagogical time in teaching work and its relationship between what is prescribed and what is performed at Escola Governador Adauto Bezerra in Jardim, Ceará. It also aimed to reflect on how teachers organize the classroom dynamics in carrying out pedagogical activities, which strategies are used and the frequency with which they use the pedagogical materials available in the teaching-learning process. In this way, some questions guided the work, namely: who prescribes the teaching work? How does the teacher organize pedagogical time in the classroom? Is it possible to redefine the time in the classroom? The research took place through a qualitative and quantitative analysis. The study was based on theoretical reflection and analysis of data collected from a group of high school teachers. Data analysis allowed us to understand the time in the classroom, allowing the teacher to have new forms of organization. Thus, it was possible to broaden the understanding that the present research can contribute to the reflection of the temporal logic that involves teaching work, highlighting the details of the classroom and that are not provided for in the rules and official teaching programs. It also allowed us to believe that this work, in addition to contributing to give visibility to the complexity of doing the teacher in the classroom, can illuminate aspects of face-to-face or continuing teacher training.

KEYWORDS: Organization, Teaching Work and Teaching Time.

¹ Graduada em Ciências com Habilitação em Biologia (URCA). Especialista em Ecologia (URCA). Especialista em Gestão da Educação Pública (UFJF). Mestra em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7177893579096242

² Doutor em Biotecnologia (UFC). Mestre em Engenharia de Pesca (UFC); Especialista em Análises Clínicas (Faculdade Única - MG); Licenciado em Biologia (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Professor da Faculdade Metropolitana de Horizonte e colaborador da ACU - Absolute Christian University. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

INTRODUÇÃO

O trabalho docente pode ser definido como a estrutura educacional, condições de trabalho, métodos, opções didáticas, prática pedagógica do professor. Já a organização do tempo é o tempo administrativo desta prática, de forma disciplinar ou também, o tempo de aprendizagem, dentre outros. A organização do tempo pedagógico é a distribuição dos conteúdos fixados no plano de curso, controlando a duração das atividades e promovendo a aprendizagem.

É importante, portanto, investigar nas escolas, questões levantadas nas reuniões do conselho de classe e pedagógicas, a respeito dos baixos índices de aprendizagem dos alunos e a relação do trabalho docente com a otimização do tempo pedagógico do docente.

O ofício do professor deve estar a favor do desenvolvimento, da informação verdadeira, do conhecimento e da educação, sendo de grande relevância para facilitar o processo de aprendizagem e a formação do educando. A escola deve, então, se organizar em função de um novo e moderno conceito de trabalho docente, que pressupõe a compreensão e auxílio ao trabalho do professor e à organização do seu tempo pedagógico como forma de contribuir para melhorar as relações entre o prescrito e o realizado na instituição.

Assim, o trabalho burocrático que o professor desempenha fora de sala de aula, faz com que exista pouco espaço para atividades espontâneas, ou seja, ao entrar em sala, o docente necessita passar o conteúdo programático a seus alunos e ao final dos ensinamentos eles devem ter compreendido e absorvido os conteúdos ministrados.

Desta forma, o plano de aula e objetivos bem elaborados devem ser cumpridos em um determinado tempo, onde, estes servem como um guia que orienta o professor sobre seus objetivos e abre assim, um leque de opções criativas.

Neste sentido, no presente trabalho foram levantados alguns questionamentos aos professores, sendo eles: Porque um grande número de alunos não compreende nem dominam os conteúdos trabalhados em sala de aula? Que estratégias e materiais pedagógicos são utilizados pelos professores? Como os professores organizam o tempo e a dinâmica de sala de aula, na realização das atividades e na relação entre o planejado e o realizado? Como os professores lidam com o tempo de aprendizagem dos alunos?

O trabalho docente consiste na mobilização de diversas tarefas realizadas pelo professor, seja ela presencial ou remota, tal como o planejamento de aula e de avaliação, por meio do qual possibilitará aos alunos a aprendizagem de um conjunto de conteúdos de sua disciplina, além do desenvolvimento de capacidades específicas relacionadas a estes.

A orientação às suas tarefas é parte de um projeto prescrito por diferentes instâncias superiores e com a utilização de instrumentos obtidos do meio social e na interação com diferentes outros que, de forma direta ou indireta, estão envolvidos na situação.

Desta maneira, esta pesquisa possibilitou servir como suporte reflexivo para as possíveis mudanças de atitudes de professores e alunos, através de ações práticas pedagógicas dos educadores da escola, onde esses agentes almejam promover um ensino de qualidade e eficaz.

Nesta perspectiva, o processo de ensino aprendizagem da escola deve ser uma constante troca de experiências entre docentes e discentes, com um relacionamento que leve a ambas as partes o protagonismo, ações reflexivas, promissores e construtores de sua própria história.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa e quantitativa, onde sua realização se deu a partir de levantamentos bibliográficos, observações com descrições em diário de campo, cadernos de anotações de diretores de turma e aplicação de questionários aos professores das turmas observadas.

Desse modo, considerando que a escola atual tem como função principal assegurar que os sujeitos se apropriem dos conhecimentos historicamente produzidos, a presente pesquisa busca, dentro de uma perspectiva democrática, discutir a forma de levar os alunos a participarem efetivamente do processo de ensino-aprendizagem, procurando garantir, ao mesmo tempo, o acesso a esses conhecimentos.

Contudo, diversas pesquisas apontam que, nos textos legais, o que mais se destaca é a relevância da gestão e do gestor escolar, que devem responsabilizar-se não apenas pelo desenvolvimento do sistema escolar, mas também pela realização dos princípios fundamentais de igualdade de oportunidades educativas e de qualidade de ensino.

Desta maneira, o trabalho buscou diferenciar os termos atividade e tarefa, com o objetivo de compreender melhor a maneira de agir do professor em sala de aula, considerando o prescrito e o real. Partindo do pressuposto que o professor organiza o tempo na sala de aula na produção de seu trabalho e nas relações com seus alunos, fez-se uma análise de como o professor organiza o tempo pedagógico de forma, a dar conta da tarefa de cumprir com o conteúdo planejado e promover a aprendizagem dos alunos.

Portanto, este trabalho objetivou investigar a organização do tempo pedagógico na sala de aula da Escola Governador Adauto Bezerra. Especificamente o trabalho procurou compreender como o professor administra o tempo em sala de aula; Compreender como o professor lida com o contraditório, em momentos de confronto, de tensão entre o prescrito e o realizado, entre cumprir o conteúdo planejado e promover a aprendizagem do aluno e verificar como os professores organizam a dinâmica de sala de aula na realização das atividades pedagógicas, quais as estratégias utilizadas e a frequência com que usam os materiais pedagógicos disponíveis no processo ensino aprendizagem.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste, foi verificado a organização e o trabalho docente em uma escola da rede estadual do ensino médio regular, a Escola Governador Adauto Bezerra, situada na Avenida Wilson Roriz, centro, no município de Jardim, estado do Ceará.

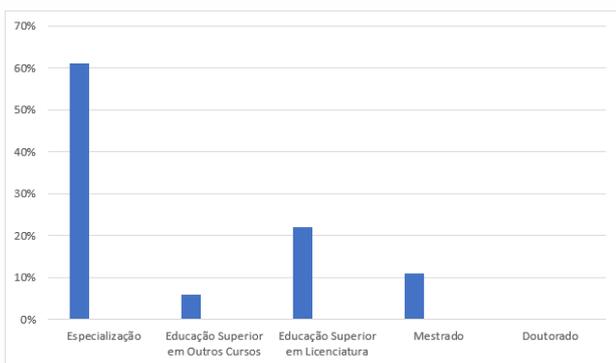
Esta pesquisa, de natureza qualitativa, foi fundamentada conforme DEJOURS (2005); FACCO (2022); SOUZA E SILVA (2004); AMIGUES (2004); SAUJAT (2004); LOUSADA (2004), entre outros, que indicam os caminhos metodológicos deste trabalho. Neste estudo, foram aplicados questionários semiestruturados aos sujeitos da pesquisa, professores 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio, da escola citada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a análise e discussão dessa pesquisa, buscou-se desenvolver uma análise reflexiva desses dados, correlacionando com a revisão teórica da literatura a respeito da temática. Para fins de preservar do anonimato dos professores na análise das respostas, os mesmos receberam uma identificação para que suas respostas e relatos fossem identificados sem expô-los, por isso, seus nomes foram substituídos pela letra seguido de um número que vaiou de P1 até o P18.

A formação de professores é elemento fundante para a contribuição da transformação docente, não somente no que diz respeito à aquisição de conhecimentos para exercer o ofício, mas especialmente para a promoção de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas. A formação continuada é o processo essencial para o aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, garantindo assim, umas práxis fundamentadoras (SOUZA MONTEIRO, 2021).

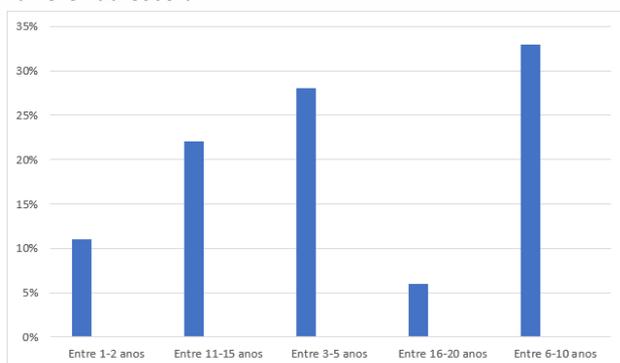
GRÁFICO 1 - Formação acadêmica dos professores.



FONTE: Autora.

O tempo que o professor leciona e se dedica ao ensino na referida escola é mostrado no Gráfico 2, a seguir:

GRÁFICO 2 - Tempo de Magistério dedicado ao ensino na referida escola



FONTE: Autora.

Com relação a faixa etária, a maioria dos professores pesquisados encontram-se com uma faixa de idade entre 30 a 39 anos (56%). Enquanto que a menor parcela dos professores se encontrava, no momento da pesquisa, entre 25 a 29 anos (17%).

Com relação a titulação de professores da rede pública universitária, em 2010, a rede pública já contava com 77,74% do seu quadro de professores com formação em nível de mestrado e doutorado, enquanto na rede privada os professores com essa formação representavam apenas 35,71% do total.

Com a expansão do número e da qualificação dos docentes, a rede pública chegou em 2018 com 89,75% de seu quadro docente formado por doutores, o que representa um crescimento percentual de 12,01%; e a rede privada chegou a um

quadro com 40,79% de professores com essa formação, um aumento de 5,08%.

Ainda é preciso destacar que diminuiu o percentual de mestres na rede pública, que passou de 29,66% para 26,74%, o que representa um decréscimo de 2,92%. Porém, os doutores, que representavam 48,08% em 2010, chegaram a 63,00% em 2018, o que significa um aumento de 14,93%, que elevou a qualificação dos docentes dessa categoria administrativa. Já na categoria administrativa privada, o percentual de mestres teve uma pequena elevação no mesmo período, passando de 26,38% em 2010 para 26,91% em 2018, e o percentual de doutores passou de 9,33% para 13,89%, um crescimento da ordem de 4,55% (MEDEIROS ROSA, 2021).

Quanto à forma de trabalho na rede estadual de ensino, especificamente na referida escola, 56% dos professores pesquisados trabalham em regime de contrato temporário. Enquanto 44% são efetivos por concurso público. O Plano Nacional de Educação do Brasil (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de uma década, estabelece no seu artigo 2º as diretrizes a serem seguidas, dentre as quais e destacado a valorização dos (as) profissionais da educação (BRASIL, 2014, p. 1).

Mas como valorizar sem conhecer? Quem são esses professores? Qual a sua formação e situação funcional? Essas perguntas nortearam esta pesquisa, pois acreditamos que para elaborar e empregar medidas efetivas de valorização dos professores é fundamental traçar, dentre outras informações, o seu perfil pessoal profissional.

Assim, compreender o perfil dos professores que compõem o cenário das políticas educacionais, em especial das políticas diretamente relacionadas aos docentes, é de fundamental importância para o fornecimento de informações relevantes para o monitoramento e avaliação dessas políticas, tanto para aferir a qualidade do ensino quanto para

identificar eventuais ajustes necessários às políticas analisadas (CARVALHO, 2022).

Perguntado sobre como organiza e distribui as atividades pedagógicas no tempo da hora aula em sala de aula, 89% dos professores responderam que primeiro organiza a sala e acolhe a turma, enquanto que 78% afirmaram que conversa com a turma sobre a aula anterior, realiza atividade motivacional e introduz o conteúdo da aula do dia. Já 22% afirmaram introduzir logo o conteúdo do dia.

Observou-se que o item de percentual 89% e o de 78%, podem ocorrer de forma sequencial e simultânea, a realização de um, não descarta a realização do outro.

A Pedagogia da Alternância tem se constituído como um diferencial eficaz na articulação de saberes produzidos em diferentes espaços culturais e vem sendo praticada em uma série de situações de educação formal nos diferentes níveis de ensino, sobretudo a partir do segundo segmento do Ensino Fundamental.

Ela contém princípios que consideram e valorizam os saberes produzidos nos contextos socioculturais, o que difere substancialmente de muitas propostas educacionais, especialmente porque o processo de ensino e aprendizagem preconiza “o envolvimento e a participação dos pais na educação formal dos filhos e na gestão da escola, embasamento teórico construtivista e adoção de método dialético de ensino” (VIZOLLI, 2018).

Com a declaração do estado de pandemia, emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, e a entrada do vírus no Brasil, em 13 de março, houve o primeiro anúncio de suspensão de atividades educacionais em território nacional, ação tomada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, dias depois, seguida por outras instituições do Ensino Superior e da Educação Básica. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em

16 de março, já eram cem países a anunciar a suspensão das atividades presenciais nas escolas como medida de contenção do contágio, colocando o ensino remoto como alternativa para minimizar os efeitos indesejados da crise.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) constituiu um comitê para pensar a dimensão educacional na crise (BRASIL, 2020a), o qual atuou para a regulação da substituição de aulas presenciais por atividades em meio digital e para a flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima legalmente estipulada (BRASIL, 2020b; 2020c).

Tal como ocorreu em outros estados, Ceará por meio do Decreto legislativo nº543, de 03 de abril de 2020 e o Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, respectivamente, reconhecem e decretam no Estado do Ceará, estado de calamidade pública e situação de emergência em saúde, decorrentes da COVID - 19. Estes decretos, autorizaram a oferta de atividades não presenciais, com exceção à Educação Infantil, ação referendada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no Parecer CNE/CP n. 5/2020, homologado em 1º de junho (BRASIL, 2020d), o qual ofereceu diretrizes, ainda que inconclusivas, para a reorganização do calendário escolar de 2020 (UNESCO, 2020).

Sobre a frequência com que os professores planejam suas atividades pedagógicas, em um percentual menor 17% responderam que planejam a cada 15 dias. Já 83% afirmaram que planejam semanalmente, fazendo ajustes sempre que necessário. Desta forma, é imprescindível destacar que a prática docente, ou seja, que é um fazer pedagógico e um fazer científico concomitantemente, está intrinsecamente ligada à concepção e filosofia de vida/mundo do professor-pesquisador. Assim, a consciência do que somos e do que fazemos é um grande e necessário passo no processo de desenvolvimento e mudança. A identidade do

professor pesquisador é, portanto, o que fundamenta sua formação que, aliada a outros fatores, relação com demais profissionais na escola, refletirá na sua atuação na sala de aula (BERTOQUE, 2018).

Com relação a importância do planejamento, 60% dos professores pesquisados consideram o planejamento importante para uma boa atuação docente, já 40% consideram o planejamento decisivo para o êxito de suas atividades.

Os espaços educativos estão incorporando a cada vez mais uma gama de recursos tecnológicos para intermediar e disseminar informações, denominados ambientes virtuais.

Cabe destacar que a incorporação de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem deve possuir o objetivo de contribuir e enaltecer os propósitos almejados na formação da prática pedagógica, adequação de ferramenta ao professor e às necessidades dos alunos para que possa contribuir no processo de comunicação e interação entre os sujeitos. Os usos dessas tecnologias foram amplamente utilizados pelos professores na Pandemia de Covid-19 no atual período (KONELL, 2022).

Desta forma, o planejamento de aulas na escola é de extrema importância, desde que, na sua elaboração, os principais autores saibam relacionar os conteúdos contextualizando com a realidade educacional. O plano não deve estar desvinculado das relações que há entre a escola e a realidade do aluno, no sentido de buscar novos caminhos, cujo objetivo é transformar a realidade existente. A seguir, é relatado a sua importância na opinião dos docentes entrevistados.

O planejamento de ensino configura-se como um roteiro organizado de unidades didáticas para um ano ou semestre composto dos seguintes elementos: justificativa da disciplina; conteúdos; objetivos gerais e específicos; metodologia e avaliação, todos ligados à concepção que a escola e os professores têm como

princípio básico a função da educação, da escola, das especificidades das disciplinas e sobre seus objetivos sociais e pedagógicos. Tais elementos visam a assegurar a racionalização, a organização e a coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina. Sobre esses elementos materializam-se os referenciais político-pedagógicos da prática pedagógica dos professores (KONELL, 2022).

A estratégias metodológicas e as práticas escolares utilizadas pelos professores durante as aulas são mecanismos que os professores utilizam para que a indisciplina não atrapalhe suas aulas e prejudique a aprendizagem dos alunos.

A marcação no espaço correspondente significa as respostas assinaladas pelos professores no questionário. Então, é possível constatar que 13 professores afirmaram conversar em geral com os alunos, 06 acrescentaram que chamam em particular os alunos em situação de indisciplina e conversam, 02 afirmaram chamar os responsáveis, quando a conversa não resolve.

Nos casos comportamentais e relação com o outro, os resultados descritos na pesquisa da OCDE no ano de 2013 sobre a intimidação verbal entre alunos, o Brasil lidera a pesquisa com 34,4% dos relatos de professores, seguido pela Suécia (30,7%) e Bélgica (30,7%); Ferimentos em briga de alunos, o Brasil aparece em quarto lugar com (6,7%), neste caso o México lidera com (10,8%); o uso de drogas e/ou álcool o Brasil é o primeiro com (6,9%) o segundo é o Canadá com (6%).

Os alunos brasileiros apareceram nas pesquisas como mais indisciplinados, cujo dado intimidação verbal de professores ocupa o primeiro lugar no ranking com (12,5%), esses professores se sentiam ameaçados constantemente por seus alunos,

em segundo lugar ficou a Estônia com (11%) (OLIVEIRA, 2018).

Essa relação conflituosa entre alunos com alunos e intransigente entre aluno e o professor, às vezes, geram formas de protestos, ações de rebeldia e indisciplina, e que o professor, seja qual for a sua característica, sempre deixará sua marca na vida e no desenvolvimento intelectual do aluno.

Quando perguntado sobre quais materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores em suas aulas, identificou-se que a utilização do livro didático, data show, lousa branca, material impresso, apostila e pincel de quadro branco, obtiveram um percentual maior (56%) do que os outros itens pesquisados. Observou-se também que o índice de uso frequente do livro didático (11%) foi semelhante ao índice daqueles que não responderam a este item (11%).

Para que as aulas de quaisquer componentes curriculares aconteçam, é necessário que haja um espaço físico adequado. A estrutura física da escola é um fator importante para todas as áreas do conhecimento, respeitando as peculiaridades de cada uma. Em sentido complementar, os materiais pedagógicos disponibilizados são tão fundamentais quanto a infraestrutura oferecida, já que é com eles que são desenvolvidas as aulas (CARVALHO, 2020).

Em seguida, foi perguntado sobre a frequência com que os professores participam das reuniões da escola para discutir a visão e missão da escola.

Constatou-se que dentre as respostas, o percentual de docentes que afirmaram participar semanalmente é maior (78%), que o percentual dos que responderam participar mensalmente é igual ao percentual dos que responderam participar uma a duas vezes ao ano 11%.

Sobre o desenvolvimento do currículo, foi observado que 50% dos professores pesquisados sinalizaram que desenvolvem semanalmente, enquanto 28% afirmaram desenvolver mensalmente e 22% desenvolver duas a três vezes ao ano.

Quando abordamos as perguntas que dizem respeito se o professor discute e procura assegurar o uso de critérios comuns para avaliar o progresso dos alunos, 61% responderam que fazem isto semanalmente.

Outros 22% afirmaram que fazem mensalmente e 17% que fazem duas a três vezes ao ano. O que se evidencia que a discussão da temática também acontece no planejamento semanal.

Perguntado ainda, se o professor trabalha a prática da lição de casa e se leciona nas turmas em parceria com os colegas, 56% responderam que sim, fazem com muita frequência, semanalmente, 33% fazem duas a três vezes ao ano e 11% que fazem raramente, uma vez ao ano.

A pesquisa também abordou a questão se o professor apresenta de forma clara os objetivos de aprendizagem e os conteúdos novos nas turmas, e constatou-se que a maioria dos professores (66%) tem esse cuidado pedagógico, de expor de forma clara, os objetivos de aprendizagem em suas aulas.

Questionado ainda, se o professor passa trabalhos diferenciados tanto para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, quanto para aqueles que podem avançar mais rapidamente e todos os docentes foram unânimes em responder que sim.

Para 33% dos entrevistados, foi respondido, passar trabalhos diferenciados em cerca de um quarto de suas aulas. Outros 39% afirmaram passar tais tarefas em metade de suas aulas e 28% em três quarto das aulas.

Por muito tempo, na história da Educação no Brasil, seguiu-se o modelo tradicional de ensino, dominado apenas pela transmissão direta dos conhecimentos gerados pela ciência. Entretanto, a atividade prática se faz muito necessária, pois percebe-se com o avanço das tecnologias e a modernidade. Despertar nos educandos a preocupação com atividades de sala se faz necessário para fixação dos conteúdos lecionados pelos

professores. Outro ponto a destacar e ressaltar são as reflexões que as práticas possibilitam, mesmo em contexto de ensino híbrido e remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a história da ordenação do tempo escolar, compreende-se este tempo marcado pela prescrição do Estado com normas de ensino e com o controle das atividades dos docentes e discentes.

Percebe-se, portanto, que a prescrição de atividades pressupõe a ordenação do trabalho do professor, por meio da organização do tempo pedagógico nas atividades de ensino.

Desta maneira, as prescrições desencadeiam e constituem a organização do trabalho docente e dos alunos, levando em conta os programas de ensino, a sequência das atividades realizadas, as normas da escola, os calendários e as ferramentas pedagógicas.

Nesse sentido, alguns questionamentos foram levantados para o encaminhamento desta pesquisa, são eles, a saber: como o professor ressignifica o tempo dentro do seu trabalho em sala de aula? Como os professores compreendem o tempo de aprendizagem de cada aluno e as exigências prescritas pelo tempo escolar? Como eles organizam o seu trabalho na sala de aula, na execução das atividades em meio a rupturas e continuidades? Que estratégias são utilizadas pelos professores para administrar a distância entre o prescrito e o real na organização do trabalho docente?

No decorrer deste trabalho, ficou perceptível que a organização do tempo pedagógico no trabalho docente acontece no enfrentamento das situações do próprio trabalho. Ou seja, é no uso que o professor faz do tempo em sala de aula que possibilita novas formas de organização.

Essas formas caracterizam-se pela ressignificação das atividades frente aos acontecimentos gerados pela indisciplina dos alunos, pelas rupturas e continuidades, repetições, pelas interferências externas, pela

imprevisibilidade e, contudo, requer uma ação imediata do professor e, muitas vezes, uma reestruturação das atividades desenvolvidas.

Assim, foi com base nos problemas relacionados ao tempo prescrito, que a presente investigação foi motivada, através das relações entre o prescrito e o realizado no trabalho de ensino. Desta maneira, os resultados gerados deste trabalho se empreenderam nesta dissertação.

Seguindo as temáticas abordadas no presente estudo, pode-se perceber que ao dialogar sobre a profissão de professor, logo recordamos as palavras de Içami Tiba, em sua obra “Ensinar aprendendo”, ao afirmar que, na profissão de ensinar: “quanto mais se aprende, mais se quer aprender. Quanto mais se ensina, mais se quer aprender” (TIBA1998, p. 48).

Dando sequência com a análise sobre “Ser professor, um ofício em risco de extinção”, Luiza Cortesão, nos provocou a várias reflexões, dentre estas levantou o questionamento sobre o que quer dizer um “bom professor”? Qual o real significado de “educação de qualidade”?

Então, destaca-se que, qualidade na educação, representa sobretudo, a busca constante por se “fazer algo melhor pelo e para o aluno”.

Constatou-se, contudo, que a morte do professor significa a morte da aprendizagem não só cognitiva, mas também emocional. Que os alunos precisam desse profissional da educação para serem guiados na construção de conceitos importantes e da maneira mais correta possível, de formar-se não só na aprendizagem de conteúdos, mas sobretudo, como pesquisador, conhecedor das relações humanas e de outras contextualizações às quais a educação permite vivenciar através do professor.

Ao refletir sobre a função da escola como espaço de educação e cidadania, ficou evidente, que esta função está relacionada sobretudo, à forma como ocorrem os processos de socialização do conhecimento,

da organização social, e da relação da escola com a realidade à qual está inserida.

Portanto, diante da reflexão sobre os inúmeros desafios enfrentados na educação, nas diversas instâncias, principalmente pelo professor nos últimos tempos, não poderia faltar a abordagem sobre o ensino remoto e a pandemia da Covid-19. Visto que, a presente pesquisa foi construída em meio a um turbilhão de dificuldades que se instalou com a necessidade do isolamento social e do ensino remoto, com o avanço da pandemia no país e no mundo inteiro.

Porém, outras pesquisas apontam que, mesmo diante de tantos desafios, houve ganhos importantes conforme expressa Sathler apud Celestino e Silva, afirmando que, o mais interessante nessa pandemia, foi a busca pelo aprendizado. Os professores puderam aprimorar seus estudos nas diversas áreas de atuação e pesquisa, bem como, ganhar novas competências.

Nesse sentido, foi observado que o isolamento social e o ensino remoto também trouxeram ganhos significativos e não apenas percas.

Dando continuidade ao estudo e no aprofundamento da pesquisa sobre o trabalho docente e a organização do tempo pedagógico, e com base nos dados obtidos na investigação, pode-se constatar que, as relações entre o prescrito e o realizado se fazem em meio à complexidade do processo de ensino.

Outro aspecto essencial a ser ressaltado é que, um planejamento bem feito, otimiza o tempo que o professor dedica às atividades, pode facilitar o estabelecimento de uma rotina semanal e diária que define previamente o que será trabalhado, a melhor forma de se tratar didaticamente os conteúdos e os tipos de atividades a serem propostas.

Observou-se, portanto, que, o professor lida com diversas situações e muitas vezes vai resolvendo-as à medida que vão surgindo.

É importante destacar, no entanto, que, as prescrições são referenciais para o trabalho de ensino que o docente realiza em sala de aula.

Porém, no fazer real do seu tempo pedagógico, essas normas e orientações são reajustadas e reorganizadas pelo professor, conforme as situações vivenciadas e o ritmo dos alunos.

Assim, este estudo constatou também que, o tempo se faz numa realidade que se vivencia na escola, cada um a seu tempo. Que o principal papel do professor em sala de aula é ser um excelente orientador da aprendizagem e um grande motivador dos alunos.

Com relação a metodologia da pesquisa, tomou-se como referência principal neste trabalho, a definição de que conceitua metodologia basicamente, como um conjunto detalhado de métodos e técnicas científicas a serem executadas ao longo da pesquisa, visando atingir os objetivos propostos.

Escolheu-se então, como instrumentos da pesquisa, o questionário aplicado e recolhido com 18 professores, anotações dos cadernos de diretores de turma, a observação da dinâmica escolar, a escuta e os debates nas reuniões pedagógicas.

Depois dessa breve descrição sobre o caminho metodológico traçado e os instrumentos utilizados na coleta de dados, destacou-se os principais aspectos da dissertação, resultantes do processo investigativo. Apresentou-se uma análise e uma discussão dos dados coletados, onde serão destacados a seguir, os principais pontos.

Foi constatado que: um percentual significativo de professores (56%) dialoga com os colegas da mesma área ou áreas afins, no planejamento coletivo semanal, sobre a questão do processo ensino-aprendizagem; fazem troca de material didático, lecionam em parceria com os colegas nas turmas, assim como, orientam atividades para seus alunos desenvolverem em casa.

Verificou-se também, entre outros pontos que, 66 % dos professores que responderam ao questionário, tem o cuidado pedagógico de expor de forma clara em suas aulas, os objetivos de aprendizagem, principalmente quando se trata de apresentação de conteúdos novos nas turmas.

Sobre a questão da indisciplina em sala de aula, ficou evidente que, os professores lidam com a situação da seguinte forma: chama a atenção em geral dos alunos sobre a importância da boa postura nas aulas e do compromisso com a aprendizagem; chama em particular os alunos reincidentes na indisciplina e esclarece que a indisciplina atrapalha o processo de ensino aprendizagem ou chama os responsáveis e junto, família, aluno e professor dialogam sobre as ocorrências.

Constatou-se ainda que, 100% dos professores pesquisados valorizam o planejamento e adotam em sua prática docente. Que diversificam suas aulas, utilizando os seguintes materiais e estratégias: quadro branco, pincel, livro didático, data show, material impresso, dentre outros, uns utilizam com maior frequência e outros com menor percentual.

Dessa forma, os resultados da pesquisa permitem ampliar o entendimento sobre o trabalho realizado pelo professor em sala de aula. Indicando que nas prescrições predomina a concepção de tempo cronológico, linear e sucessivo. Enquanto que na situação concreta, no acontecimento da prática pedagógica, o professor trabalha com os conteúdos prescritos, porém, ao mesmo tempo ressignifica, no confronto com a situação real e com o momento em que atua.

Verificou-se ainda, que no trabalho realizado também se incorpora e lida com o tempo cronológico das prescrições, com os acontecimentos simultâneos no tempo, com rupturas e repetições.

Assim, acredita-se que a presente pesquisa possa contribuir para a reflexão sobre a lógica temporal envolvendo o trabalho realizado pelos docentes, evidenciando os pormenores que acontecem nas atividades de sala de aula e que logicamente, não estão previstas nas normas e programas oficiais de ensino.

Espera-se, portanto, que este trabalho, além de contribuir para dar visibilidade à complexidade da

docência em sala de aula, possa iluminar aspectos da formação presencial e/ou continuada de professores.

REFERÊNCIAS

AMIGUES, R. **Trabalho do professor e trabalho de ensino**. In: O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva / Organização Anna Raquel Machado. Londrina: Eduel, 2004, p.35-53.

BERTOQUE, L.A.D.P. Linguagem, neurociência e cognição: ampliando os fundamentos para o planejamento de aulas de língua portuguesa. **Polifonia**, v. 25, n. 38.2, p. 273-302, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. MEC. **Portaria n. 329**, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação – COE/MEC. Diário Oficial da União: ed. 49, seção 1, Brasília, DF, 12 mar. 2020a.

BRASIL. MEC. **Portaria n. 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial da União: ed. 53, seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2020b.

BRASIL. MEC. **Súmula do Parecer CNE/CP n. 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União: ed. 83, seção 1, Brasília, DF, 04 de maio de 2020c.

CARVALHO, A. P.; CORRÊA, L.B. Educação inclusiva: o professor enquanto gestor frente aos processos de inclusão no âmbito educacional. **Revista Ilustração**, v. 3, n. 2, p. 17-34, 2022.

CARVALHO, J.P.X.; BARCELOS, M.; MARTINS, R.L. D.R. Infraestrutura escolar e recursos materiais: desafios para a educação física contemporânea. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 10, p. 218-237, 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. **Decreto nº 34.722** de 30 de abril de 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. **Decreto nº 34.693** de 14 de abril de 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. **Decreto legislativo nº543** de 03 de abril de 2020.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Tradução Maria Irena Stocco Betiol, Maria José Tornelli. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FACCO, C.P.C. Tecnologias digitais nas práticas educativas durante a Pandemia de Covid 19. 2022. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

KONELL, A.E.; GIOVANELA, A.; SILVA, R.L. da. Planejamento de aula: ação colaborativa. **Revista científica FAMAP**, v. 3, n. 03, 2022.

LOUSADA, E. Os pequenos grandes impedimentos da ação do professor: entre tentativas e decepções. In: **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva** / Organização Anna Raquel Machado. Londrina: Eduel, 2004, p. 271- 298.

MEDEIROS ROSA, C. de. O nível de formação dos professores da educação superior brasileira-2010 a 2018. **Revista Teias**, v. 22, n. 65, p. 252-266, 2021.

OLIVEIRA, C.L.; MÜLLER, A.J. A indisciplina na escola: desafios e transformações. **Educere et Educare**, p. 10.17648/educare. v13i29. 15756-10.17648/educare. v13i29. 15756, 2018.

SOUZA e SILVA, M.C.P. O ensino como trabalho. In: **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva** / Organização Anna Raquel Machado. Londrina: Eduel, 2004, p. 81-104.

SAUJAT, F. O ensino como trabalho. In: Machado, A. R. O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduel. 2004.

SOUZA MONTEIRO, B. de, et al. Formação continuada de professores na Educação Básica no Brasil: para além dos limites da titulação. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 3, p. 650-661, 2021.

TIBA, I. **Ensinar aprendendo**: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempo de globalização / Içami Tiba. São Paulo: Editora Gente, 1998

VIZOLLI, I.; AIRES, H.Q.P.; BARRETO, M.G. A Pedagogia da Alternância presente nos projetos político-pedagógicos das escolas famílias agrícolas do Tocantins. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação: da interrupção à recuperação**. [s./ s.n.]. 2021.

A DISLEXIA COMO DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM DYSLEXIA AS A LEARNING DIFFICULTY

Alexsandra Mendes Nascimento França¹

RESUMO

Esse artigo tem como finalidade organizar os professores para que sejam capazes de identificarem a dislexia e interferirem dentro da sala de aula sobre os seus alunos, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental, levando em consideração a importância do tema para o aperfeiçoamento da aprendizagem no dia-a-dia e também para melhorar o sistema de ensino que influencia de forma direta e indireta o rendimento do aluno. A dislexia representa um grave problema escolar para a qual todos os profissionais da educação estão cada vez mais conscientes que uma criança com dificuldades de leitura e escrita apresentará lacunas em todas as restantes matérias e a diminuição da autoestima; o diagnóstico da dislexia se realizado há tempo, contribui para a interferência, é considerada dislexia, psicopedagógica e a minimização dos efeitos da dislexia no aprendizado e desenvolvimento da criança disléxica. Como principais resultados têm-se muito para ser estudado e agir para o cumprimento do papel do professor e do psicopedagogo enquanto um profissional que opera no campo interdisciplinar da dislexia e ainda que os professores e os psicopedagogos saibam da existência da dislexia como uma dificuldade de aprendizagem, eles ainda necessitam de formação e qualificação que lhes favoreçam intervir pedagogicamente frente a essa questão. Esse trabalho foi embasado nos autores DAVIS (2017), FONSECA (2005), LUCZYNSKI (2018) e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Dislexia. Intervenção Pedagógica. Intervenção Psicopedagógica.

ABSTRACT

This article aims to organize teachers so that they are able to identify dyslexia and interfere with their students within the classroom, especially in the first years of elementary school, taking into account the importance of the topic for the improvement of learning on a day-to-day basis and also to improve the education system that directly and indirectly influences student performance. Dyslexia represents a serious school problem for which all education professionals are increasingly aware that a child with reading and writing difficulties will present gaps in all other subjects and a decrease in self-esteem; the diagnosis of dyslexia, if performed for a long time, contributes to interference, is considered dyslexia, psychopedagogical and the minimization of the effects of dyslexia on the learning and development of dyslexic children. The main results have much to be studied and acted upon to fulfill the role of the teacher and the psychopedagogue as a professional who operates in the interdisciplinary field of dyslexia and even though teachers and psychopedagogues know about the existence of dyslexia as a learning difficulty, they still need training and qualification that favors them to intervene pedagogically in this issue. This work was based on the authors DAVIS (2017), FONSECA (2005), LUCZYNSKI (2018) and others.

KEYWORDS: Dyslexia. Pedagogical Intervention. Psychopedagogical Intervention.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Neuropedagogia Aplicada à Educação pela Fabec Brasil, Licenciada em Pedagogia pela UEG – GO e Bacharela em Serviço Social pela Unopar. **E-mail:** alexsandra.mkv@hotmail.com. **Currículo lattes:** lattes.cnpq.br/75926459314881

INTRODUÇÃO

Atualmente há uma estimativa de que, no Brasil, cerca de 15 milhões de pessoas possui algum tipo de necessidade especial. As necessidades especiais podem ser de diversos tipos: mental, auditiva, visual, física, conduta ou deficiências múltiplas. Deste universo, acredita-se que, pelo menos, noventa por cento das crianças, na educação básica, sofram com algum tipo de dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem: dislexia, disgrafia e disortográfica.

Entre elas, a dislexia é a que mais se destaca e merece toda atenção por parte dos gestores de política educacional, especialmente pelos professores.

Nem todo professor está preparado para compreender as questões patológicas relacionadas a linguagem e tais patologias tem levado a dificuldades em lidar com aquelas que envolvem o processo de aprendizagem, sendo necessário esclarecer as diferenças entre as alterações pertinentes ao processo normal de aprendizagem e aquelas compatíveis com o distúrbio.

Saber que outra pessoa também tem dislexia é bom para a autoestima de todos os disléxicos pois sabem que terão a chance de comunicarem melhor com o outro que tem o mesmo problema. Se sentem importante saberem que o fato de terem um problema com leitura, escrita, ortografia ou matemática não significa que sejam burros ou idiotas.

A mesma função mental que dá origem a um gênio também pode originar muitos outros problemas. O lado mental que causa a dislexia pode ou não ser um dom, pode ser uma habilidade natural, um talento. Alguma coisa especial que diferencia a pessoa.

São pensamentos que tem como pretensão remover uma atitude menos excludente, em que o “diferente” seja considerado e atendido adequadamente e não continue a aumentar os índices do fracasso escolar.

A convivência em sala de aula com crianças que apresentam distúrbio de leitura exige, inegavelmente, um nível de preparo mais específico do professor, que vai além dos níveis atuais. O professor precisa ter consciência da necessidade de se conhecerem as possibilidades e limites do portador de déficits de linguagem, procurando lhe ampliar o potencial.

Falar sobre a dislexia e suas funções e esclarece o que venha realmente é a aprendizagem, e a forma como ela acontece e sempre mostra as dificuldades encontradas nas crianças com dislexia. Os disléxicos têm grande dificuldade para ler palavras simples e também orações deixando clara a dificuldade que eles têm ao soletrar as palavras monossilábicas.

Quando a dislexia está no contexto escolar na alfabetização e a escola desempenha um papel fundamental no trabalho com os alunos que apresentam dificuldades de linguagem e escrita, tendo em vista que é no ambiente escolar que os sinais da dislexia começam a ser percebidos, pois é o local onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas.

CONCEITO DE DISLEXIA

Dislexia é uma específica dificuldade de aprendizado da Linguagem: em leitura, soletração, escrita, em linguagem expressiva ou receptiva, em razão e cálculo matemáticos, como na linguagem corporal e social. Não tem como causa falta de interesse, de motivação, de esforço ou de vontade, como nada tem a ver com acuidade visual ou auditiva como causa primária. Dificuldades no aprendizado da leitura, em diferentes graus, é característica evidenciada em cerca de 80% dos disléxicos. (FBD, 2011)

Antes de qualquer definição, dislexia é um jeito de ser e de aprender; reflete a expressão individual de uma mente, muitas vezes arguta e até genial, mas que aprende de maneira diferente.

Entende-se por dislexia:

Um conjunto de sintomas reveladores de uma disfunção parietal (o lobo do cérebro onde fica o centro nervoso da escrita), geralmente hereditária, ou às vezes adquirida, que afeta a aprendizagem da leitura num contínuo que se estende do leve sintoma ao sintoma grave. A dislexia é frequentemente acompanhada de transtornos na aprendizagem da escrita, ortografia, gramática e redação. A dislexia afeta os meninos em uma proporção maior dos que as meninas (DROUET, 2018.p.34.).

A dislexia é uma disfunção, um problema, um transtorno, uma deficiência, um distúrbio. Refere a uma dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem, se transforma em um transtorno, uma perturbação, uma dificuldade estável, isto é, duradoura ou parcial e, portanto, temporária, do processo de leitura que se manifesta na insuficiência para assimilar os símbolos gráficos da linguagem. Também pode ser vista como sendo uma doença, porém, não se pode falar em cura. Ela é congênita e hereditária, e seus sintomas podem ser identificados logo na pré-escola.

A dislexia é distinguida devido à dificuldade na leitura, escrita (ortografia e semântica), matemática (geometria, cálculo), atraso na aquisição da linguagem, comprometimento da discriminação visual e auditiva e da memória sequencial, enfim no ensino aprendizagem.

Dislexia é um tipo de distúrbio de leitura que provoca uma dificuldade específica na aprendizagem da identificação dos símbolos gráficos, embora a criança apresente inteligência normal, integridade sensorial e receba estimulação e ensino adequados (DAVIS, 2017).

OS SINTOMAS DISLÉXICOS

Os dislexos possuem vários sintomas e cada um se manifesta de maneira diferente e sempre demonstrando dificuldade.

Segundo Ellis (2013):

Pode ser citada como alguns dos sintomas que aparecem em crianças disléxicas os seguintes: a falta de interesse por livros; dificuldade de montar quebra-cabeças; falta de coordenação motora; dificuldade de soletrar; dificuldade de aprender rimas e músicas; desatenção; dificuldade de manusear dicionários, listas e mapas; timidez excessiva, depressão; dificuldade nas aulas de matemática e desenho geométrico; dificuldade de copiar matérias do quadro-negro ou de livros; dificuldade de pintar desenhos e recortar papel; vocabulário pobre; dificuldade de identificar direita e esquerda, entre outros. (2013, p. 27).

A criança disléxica tem dificuldades em decodificar certas letras, este problema não se relaciona com o déficit cognitivo, e na maioria das vezes esses alunos possuem um QI totalmente de acordo com sua idade.

O aluno disléxico é comparado de maneira igual com todos os outros, porém, deve-se levar em consideração a falta dessa semelhança em relação às crianças, pois, cada uma pode expor os erros mais caracterizados e abordar a leitura de maneiras bem diferentes.

Por toda complexidade do que, realmente, é Dislexia; por muita contradição derivada de diferentes focos e ângulos pessoais e profissionais de visão; porque os caminhos de descobertas científicas que trazem respostas sobre essas específicas dificuldades de aprendizado têm sido longos e extremamente laboriosos, necessitando, sempre, de consenso, é imprescindível um olhar humano, lógico e lúcido para o entendimento maior do que é Dislexia (FBD, 2011).

O professor deve observar mais seus alunos para poder detectar aquele que possui certa dificuldade, que tem mais problemas referente ao aprendizado, a socialização com outras crianças

Sinal na pré-escola fique alerta se a criança apresentar alguns desses sintomas:

- Atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem.
- Dificuldade em aprender rimas e canções.
- Falta de interesse por livros impressos.

Devido à apresentação alguns desses sintomas citados, não quer dizer que a criança seja Dislexo; existem outros fatores a serem analisados. Porém, com certeza, ficaremos diante de um quadro que pede uma maior atenção e/ou estimulação.

Sinais de dislexia na idade escolar.

Para Lanhez (2016) estes são sinais importantes de dislexia na idade escolar:

- Lentidão na aprendizagem dos mecanismos da leitura e escrita;
- Trocas ortográficas ocorrem, mas dependem do tipo de dislexia;
- Problema para reconhecer rimas e alterações (fonemas repetidos em uma frase);
- Desatenção e dispersão;
- Desempenho escolar abaixo da média, em matérias específicas, que dependem da linguagem escrita;
- Melhores resultados, nas avaliações orais, do que nas escritas;
- Dificuldade de coordenação motora fina (para escrever, desenhar e pintar) e grossa (é descoordenada);
- Dificuldade de copiar as lições do quadro, ou de um livro;
- Problema de lateralidade (confusão entre esquerda e direita, ginástica);
- Dificuldade de expressão: vocabulário pobre, frases curtas, estrutura simples, sentenças vagas;
- Dificuldade em manusear mapas e dicionários;
- Esquecimento de palavras;
- Problema de conduta: retração, timidez, excessiva e depressão;
- Desinteresse ou negação da necessidade de ler;
- Leitura demorada, silabadas e com erros. Esquecimento de tudo o que lê;
- Salta linhas durante a leitura, acompanha a linha de leitura com o dedo;
- Dificuldade em matemática, desenho geométrico e em decorar sequencias;
- Desnível entre o que ouve e o que lê. Aproveita o que ouve, mas não o que lê;

- Demora demasiado tempo na realização dos trabalhos de casa;
- Não gosta de ir à escola;
- Apresenta “picos de aprendizagem”, nuns dias parece assimilar e compreender os conteúdos e noutra, parece ter esquecido o que tinha aprendido anteriormente;
- Pode evidenciar capacidade acima da média em áreas como: desenho, pintura, música, teatro, esporte, etc;

FORMAS SIMPLES DE “DIAGNOSTICO”

A análise diferencial em Dislexia tem sido orientada devido aos sintomas e sinais típicos. Nos fatos menos rígidos, as dificuldades só passam a ser percebidos como dificuldades expressivas de exercício, em comum, pelo professor, tornando-se mais claros a partir do segundo ano do curso primário.

Contudo, quando as condições são muito delicadas, correm o risco de não serem analisados, embora, a falta do diagnóstico e da apropriada proteção psicopedagógica a esse disléxico pode vir a agravar os seus problemas sociais e também de aprendizado. E quanto mais graves ou rigorosas se apresentem tais dificuldades, elas podem ser entendidas, como sendo tendência ou risco a partir dos primeiros anos da vida escolar dessa criança, por seus pais, principalmente por sua mãe, e por seu professor.

A advertência de especialistas com base em estudos conclusivos mais recentes é de que, crianças que apresentam sinais característicos e passam a receber efetivo treinamento fonológico já a partir do jardim de infância e do primeiro ano primário, apresentarão significativamente menos problemas no aprendizado da leitura do que outras crianças disléxicas que não sejam identificadas nem devidamente assistidas até o terceiro ano primário (FBD, 2011, p. 22).

A Dislexia não se distingue por dificuldades específicas de grupo, mas em ajustes e níveis individuais

de facilidades e dificuldades de aprendizado; em Dislexia estão envolvidos fatores que solicitam a leitura de profissionais de diversas áreas da Educação e da Saúde com especialização eficaz, esse diagnóstico diferencial solicita o abalçamento de equipe multidisciplinar para ser equacionado.

Especialistas também esclarecem que o diagnóstico diferencial e o treinamento remediativo para o disléxico adulto deve seguir orientação idêntica àquela que é adequada à criança e ao jovem disléxico.

Para se improvisar um diagnóstico mais preciso sobre a dislexia deve-se verificar inicialmente a história familiar, se existe ou já existiu algum caso de dificuldade de aprendizagem e se na história desenvolvimento mental da criança ocorreu um atraso na aquisição da linguagem, As crianças ou adultos disléxicos pensam primariamente através de imagens e sentimentos, e não com sons e palavras, sendo assim bastante intuitivos.

A Dislexia é um dos distúrbios de aprendizagem que se expõe no momento como um dos problemas educacionais mais debatidos da atualidade, ou seja, no passado foi diagnosticada de maneira errada que no presente e no futuro, em alguns casos, este distúrbio passa despercebido, e passará a ser definido como objeto de estudo.

Laurent (2019), diz que é muito frequente nas falas dos profissionais que trabalham com educação, o procedimento “distúrbios de aprendizagem”, que vem a ser o conceito de uma disfunção cerebral mínima (DCM), e têm como demonstrações alterações no comportamento ou na percepção, inconstância no humor, agressividade, hiperatividade e outros; porém, qualquer uma dessas formas de manifestar, mesmo não sendo bem acentuado, qualquer um dos sinais é satisfatório para considerá-lo como sendo uma disfunção. Dessa forma, qualquer criança que apresente dificuldade se encaixa nessa análise.

Para diagnosticar a dislexia é indispensável uma análise quantitativa e qualitativa das atividades tanto da fala, da escrita e também da parte motora.

O diagnóstico pode ser feito através de ditados e na produção de textos.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS CRIANÇAS COM DISLEXIA

Os disléxicos têm grande dificuldade para ler palavras simples e também orações deixando clara a dificuldade que eles têm ao soletrar as palavras monossilábicas.

Os disléxicos, sejam criança ou adulto invertem as palavras de jeito total ou parcial, como exemplo a palavra casa é lida “saca”. Não é uma brincadeira ou jogo de palavras, o disléxico não consegue ler da maneira correta.

É só observar a produtividade morfológica ou sintagmática dos léxicos de uma língua, uma outra coisa é, sem intencionalidade, a criança ou adulto trocar a sequência de grafemas. Invertem as letras ou números, por exemplo: /p/ por /b/, /d/ por /b /3/ por /5/ ou /8/, /6/ por /9/ especialmente quando na escrita minúscula ou em textos manuscritos escolares. Assim, é patente a confusão de letras de simetria oposta.

A ortografia é distorcida, podendo estar ligada a chamada consciência fonológica (alterações no processamento auditivo).

Até mesmo ao copiar as palavras eles fazem de maneira errada, mesmo estando olhando no quadro-giz ou no livro como são escritas corretamente.

Geralmente as professoras chegam a ficar desesperadas quando vêem que eles copiam ou leem de maneira contrária, mas é preciso que compreendam que o processamento da informação léxica é de ordem cerebral e deve estar invertida ou é deficiente.

Mesmo as crianças disléxicas conhecendo o texto ou a escrita, elas usam outras palavras, de maneira inconsciente. Trocam as palavras quando lêem ou escrevem, por exemplo: panela por caçarola, ou seja, veem o objeto e fazem a ligação do mesmo com o nome.

Os disléxicos têm falha na construção gramatical, especialmente na elaboração de orações complexas (coordenadas e subordinadas) na hora da redação espontânea (ALMEIDA, 2019, p. 41).

DIFICULDADES DE LEITURA EM CRIANÇAS COM DISLEXIA NO DESENVOLVIMENTO

Segundo Almeida, (2019) “Os distúrbios de leitura e escrita atingem, de forma severa, cerca de 10% das crianças em idade escolar. Se forem considerados também os distúrbios leves, este percentual chega a 25%”.

A avaliação de distúrbios de leitura é dos trabalhos mais frequentes de psicólogos, psicopedagogos e profissionais. Portanto, é que o profissional tenha conhecimento sobre os vários tipos de distúrbios sobre leitura, e que também seja capaz de conduzir o diagnóstico diferencial entre eles e que fundamentado neste diagnóstico, possa realizar a intervenção adequada.

Conforme descrito por Laurent (2019),

O distúrbio específico de leitura é geralmente chamado de dislexia nos países de língua francesa e de distúrbios de leitura (reading disability) nos países de língua inglesa. Apesar das divergências quanto ao nome da síndrome, há uma razoável concordância sobre sua definição. (2019, p. 19)

A dislexia é conhecida como sendo o o distúrbio onde a criança, mesmo tendo acesso à escola, ela tem dificuldade em apanhar as habilidades de leitura, escrita e também soletração que seriam esperadas, de acordo com seu desempenho intelectual.

Segundo a definição no National Institute of Health americano,

A dislexia é “um dos vários tipos de distúrbios de aprendizagem. É um

distúrbio específico de linguagem de origem constitucional e caracterizado por dificuldades em decodificar palavras isoladas, geralmente refletido habilidades de processamento fonológico deficientes. Essas dificuldades em decodificar palavras isoladas são frequentemente inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas e acadêmicas, elas não são resultantes de um distúrbio geral do desenvolvimento ou de problemas sensoriais.” (THE ORTON DYSLEXIA SOCIETY, 1995 p. 44).

Para que diagnóstico da dislexia do desenvolvimento seja feito, é preciso que a presença de outros sintomas seja excluída.

A dislexia se diferencia através de um distúrbio na linguagem expressiva e/ou receptiva que não pode ser imposto devido ao atraso geral do desenvolvimento, distúrbios auditivos, e também as lesões neurológicas importantes tais como paralisia cerebral e epilepsia ou distúrbios emocionais.

Além da dislexia do desenvolvimento, anteriormente descrita, há a dislexia adquirida, também denominada de alexia. Nas dislexias adquiridas, a perda da habilidade de leitura é devida a uma lesão cerebral específica e ocorre após o domínio da leitura pelo indivíduo. Nas dislexias do desenvolvimento, ao contrário, não há uma lesão cerebral evidente, e a dificuldade já surge durante a aquisição da leitura pela criança. A divisão clássica dos tipos de dislexia foi feita com base nos quadros de dislexia adquirida, e baseia-se em qual etapa, ao longo do processamento de informação, está afetada (MORAIS, 2018 p.29.).

De acordo com Frith (2017), este processamento da informação escrita pode acontecer através de três estratégias: a logo gráfica, a alfabética e a ortográfica.

Na logo gráfica, a leitura e a escrita ainda são principiantes, pois se diferenciam pelo uso de pistas contextuais e não linguísticas. Sem tais pistas, o

reconhecimento não acontece. As cores, o fundo e a forma das palavras são algumas das pistas utilizadas para a leitura logo gráfica. É uma tática, onde o leitor inclui a palavra com seu contexto específico e a palavra é ajustada como se fosse um desenho.

Enfim, na estratégia ortográfica, os níveis lexicais e morfológico são distinguidos sem precisar da conversão fonológica, de maneira que a leitura se diferencia através do processamento visual direto das palavras.

Nesta fase, a criança tem acesso direto ao sistema semântico a partir da representação ortográfica, isto é, o leitor já tem um léxico mental ortográfico, e pode ligar a palavra escrita diretamente com o seu significado, fazendo uma leitura competente. E tornando possível fazer a leitura de palavras irregulares.

São estratégias não são mutuamente excludentes e podem coexistir simultaneamente no leitor e no escritor competente. A estratégia a ser utilizada, em qualquer dado momento, depende do tipo de item a ser lido ou escrito, sendo influenciada pelas características psicolinguísticas dos itens, tais como lexicalidade, frequência, regularidade grafo-fonêmica e comprimento (MORAIS, 1995).

TIPOS DE DISLEXIA E SUAS DIVISÕES

São vários os tipos de dislexia conhecidos, pois segundo a visão da Neuropsicologia, a dislexia também pode ser uma definição neuropsicológica é que se encontram alterados os métodos periféricos e central.

As Dislexias Periféricas são originadas por um comprometimento no sistema de análise visual-perceptiva, enquanto que as centrais são originadas por comprometimento do processamento linguístico dos estímulos.

- **Dislexia de Superfície:** Caracteriza-se basicamente pela falha de leitura de palavras irregulares, em um comprometimento da via lexical (OLIVER, 2017).

- **Dislexia Fonológica:** Caracteriza-se pela incapacidade para leitura de “não palavras” e habilidade para leitura de palavras reais, sugerindo danos ou lesões na via de conversão de grafema ou fonema. Os estudos realizados na intenção de correlacionar esta dislexia com substratos neuro anatômicas ainda não são conclusivos (OLIVER, 2017).

- **Dislexia Profunda:** Assemelha-se à dislexia fonológica, com igual bloqueio para leitura de não palavras, mas a diferença é que, nesta dislexia, há presença de paralexias semânticas e maior facilidade em leitura de palavras concretas e frequentes. Alguns pesquisadores creem que, nesta dislexia, existem lesões múltiplas no hemisfério esquerdo. Outro creem na possibilidade “de habilidades residuais do hemisfério direito no contexto de extensa lesão no hemisfério dominante” (OLIVER, 2017).

Nas Dislexias Periféricas, encontramos também três subdivisões:

- **Dislexia Atencional:** O indivíduo lê palavras isoladas, mas encontra dificuldade ou barreiras para ler várias palavras simultaneamente. Esse tipo de dislexia foi encontrada em pacientes com lesões no lobo parietal esquerdo (OLIVER, 2010).

- **Dislexia por Negligência:** É atribuída à lesão na região da artéria cerebral média do hemisfério direito (lobos frontal, parietal e temporal) e caracteriza-se por ausência ou dificuldade de leitura no campo visual contralateral à lesão cerebral.

- **Dislexia Literal ou Pura:** O indivíduo consegue ler letras individuais, mas apresenta (subentendido). Esta dislexia está relacionada a lesões occipitais inferiores externas a esquerda (OLIVER, 2017).

Pela visão da Neuropsicologia, todas as dislexias, assim como outros distúrbios de aprendizagem, partem de uma lesão, sendo cada tipo em um ponto do cérebro e, a partir daí, o tratamento deverá ser voltado ao controle desta lesão. (OLIVER, 2017).

INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE SALA DE AULA

A criança disléxica pode ser insegura ou demasiadamente vaidosa e devido ao seu problema escolar, ostenta uma atenção inconstante e não se interessa pelos estudos, pois não tendo motivação e nem tampouco curiosidade não haverá rendimento nos estudos.

Existem estratégias e também atividades que os professores dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos poderão usar para ajudar tanto a criança quanto o jovem com dislexia a ultrapassar as suas dificuldades de leitura. Essas estratégias são:

Na Língua Materna quando o aluno em nível da leitura silenciosa sabe apresentar os conhecimentos adquiridos e resumir o texto que foi lido; lê de maneira atenta, troca os sons, se esquece das palavras, fazendo com que não compreenda o texto; é punido devido à sua memória contígua e depara com dificuldades na decodificação;

Quando a leitura é feita de forma expressiva, lê oralmente com expressividade; não aceita as contraversões, as falhas e nem tampouco as confusões, os sons difíceis, as linhas que saltam; quando é perturbado pela emoção tem dificuldade.

Na ortografia quando o aluno faz ditado de palavras, ou de frases, mas confunde os sons e o sentido; mesmo que conheça as regras de ortografia, está com dúvidas e quando as vai aplicar já não sabe mais; sabe ler e compreender um texto, mas ao fazer a interpretação confunde, esquece-se letras, sílabas e até palavras, se perde o que se refere à linha onde está, volta atrás e escreve duas vezes a mesma palavra, está sempre repetindo; demora tanto tempo a voltar ao texto que esquece o que já escreveu; para ele a cópia é o pior castigo que possa existir.

Nessa situação o professor deve:

- Só deverá considerar os erros ortográficos nos ditados ou em exercícios de ortografia (no caso da regra aprendida, não nas outras palavras);

- Fazer contratos com a criança quanto ao número de erros ou à natureza dos mesmos. Por exemplo: “Hoje não quero erros no a/à, mais tarde, pedir-lhe que faça o acordo dos plurais simples;

- Se bloqueia na escrita, deve encorajá-lo a escrever textos pessoais dizendo-lhe que a ortografia não será avaliada (por exp.: pedir-lhe para inventar uma história de quatro linhas, diferente todos os dias, em vez de lhe dar exercícios gramaticais, durante um determinado tempo);

- Dividir o texto e acentuar as referências visuais;
- Permitir-lhe sublinhar ou fazer marcas no texto;
- Ajudá-lo na sua forma de “fazer” (ou palavra a palavra ou então letra a letra).

Na Gramática quando o aluno identifica frases e tipos de frases; distingue grupo nominal e verbal, nome, adjetivo, determinante, gênero e número, mas não compreende o vocabulário mais formado; confunde, por exemplo, “palavra” e “nome”. O professor deve:

- Simplificar as instruções (torná-las progressivamente mais complexas);
- Aceitar que ele só aprenda parte de uma regra gramatical;
- Evitar fazer o aluno decorar regras do gênero: “O adjetivo qualificativo qualifica o nome”, neste caso a palavra não tem sentido;
- Evitar explicações tais como: O adjetivo pode suprimir-se, o disléxico pode suprimir tudo, para ele qualquer problema;
- Averiguar se o disléxico compreende e distingue o sentido dessas palavras.

Na conjugação quando o aluno distingue passado, presente e futuro; faz a concordância do verbo; faz conjugações, mas mostra dificuldades com frequência na orientação temporal.

Nesse caso o professor deve:

- Não contabilizar os erros nos sons ou os erros de ortografia, se escreveu corretamente a terminação e se fez a concordância;

- Orientá-lo na identificação dos indicadores de tempo, ajudá-lo e pedir-lhe para sublinhá-los;
- Ensinar-lhe os verbos menos complexos ao nível da ortografia e que sejam mais vezes utilizadas para que possa encontrar mais facilmente a terminação

No referente ao Vocabulário, quando o aluno encontrar palavras da mesma família, antônimos, distinguir os homônimos...; utilizar o dicionário; colocar palavras por ordem alfabética; porém, se embananar com os sons o que causa confusões de sentido (perfeito/prefeito, erupção/irrupção, há/à/); Se encontrar dificuldade em localizar a palavra na página; dificuldades nas referências espaciais e temporais (antes, depois),

Nessa situação, o professor deve:

- Não contar os erros se a definição estiver correta;
- Ajudá-lo a buscar as palavras no dicionário e propor-lhe um alfabeto escrito que irá pôr no seu dicionário

Na expressão escrita, quando o aluno criar uma frase, ampliá-la, diminuí-la, pontuar; fazer um comentário, dar continuidade a uma frase ou uma história, ordenar e escrever um texto; porém, com o tempo, com as sequências mostra problemas; tem dificuldade em nortear-se no texto e entendê-lo; inibe perante a escrita devido às dificuldades.

Quando isso acontece o professor deve:

- Ajudá-lo a compreender o que lhe é pedido e a estruturar as suas ideias;
- Não deverá contabilizar os erros nem os sublinhar.

Na escrita quando o aluno escrever de maneira legível, fizer a pontuação da maneira correta, colocar os acentos e as maiúsculas; mas na maioria dos casos é digráfico, não se sente à vontade com a escrita e não gosta de escrever; não respeita as grandezas devido à sua dificuldade de representação no espaço. Quando acontecer isso o professor deve:

- Insistir com os pais para vigiarem a forma como o aluno segura no lápis, visto a mesma ter muita

importância na percepção dos ritmos (ponto fraco dos disléxicos);

- Retornar a esclarecer como acontece o curso das letras;
- Ser paciente face à sua grafia e ao seu lado desorganizado/confuso;
- Aceitar as rasuras (que são autocorreções) e a sua apresentação pouco cuidada;
- A página do caderno não pode ser arrancada.

Na composição, quando o aluno apresenta as mesmas dificuldades encontradas na expressão oral aparecem da mesma forma na escrita; mostra falta de respeito pela sintaxe; nível de língua exageradamente familiar; vocabulário principal e repetitivo; não utiliza os tempos verbais da maneira correta; falta de pontuação; acentuação deficiente; não sabe demarcar as diversas partes de um texto (introdução, desenvolvimento e conclusão), prender e estruturar cronologicamente o seu discurso; perde muito tempo com as dificuldades ortográficas;

Na matemática, quando o aluno mostrar dificuldades em ler enunciados com palavras complexas, como contíguos, circunscritas, paralelograma; opõe-se os signos, os algarismos, sem, entretanto errar os resultados; troca com frequência os sinais > e <; manifesta dificuldades em seguir um raciocínio lógico; inverte as referências em geometria: em cima, em baixo, direita, esquerda; sempre confunde as letras que designam um ângulo ADC por ABC; possui problemas de visualização e não tem cuidado e nem tampouco rigor.

Nesse caso, o professor deve:

- Permitir que chegue a um resultado correto mesmo que o jeito de o fazer seja diferente do que foi ensinado;
- Sugerir uma reeducação lógico-matemática;
- Compreender que pode inverter os sinais, mas fazer um cálculo correto;

- Sempre lembrar que o resultado assim como o raciocínio valoriza os progressos e os sucessos;
- Ensinar-lhe a fazer desenhos e esquemas para a resolução de alguns problemas.

Cada disciplina tem a sua maneira de trabalhar e ajudar o disléxico para que ele esqueça as dificuldades que tem no que refere ao ensino aprendizagem.⁷

A DISLEXIA NO CONTEXTO ESCOLAR NA ALFABETIZAÇÃO

O estudo dos problemas relacionados a leitura e a escrita, e também da dislexia, em particular, há tempos vem gerando o interesse de psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, neuropediatras e outros profissionais que se interessam por investigar os fatores incriminados no sucesso e/ou insucesso da aprendizagem e também do desenvolvimento

Segundo LUCZYNSKI

A função da escola é agir como suporte facilitando o desenvolvimento potencial acadêmico, social e formativo dos alunos. Entretanto, diversas vezes, se vê a escola excluindo-os pela falta de capacidade de saber trabalhar com eles. É necessário que os professores tenham a oportunidade de realizar cursos de formação continuada para promoverem a aprendizagem de educandos com diferentes dificuldades de aprendizagem (2018, p 27).

No momento a dislexia representa um grave problema escolar, para a qual todos os profissionais da educação estão cada vez mais conscientizados.

Na pesquisa referente à dislexia e suas consequências, não se encontra muito conteúdo relacionado a indivíduos que se vê exposto às possíveis restrições decorrentes desse distúrbio. No dia-a-dia observa-se que a pessoa que convive profissionalmente ou no conjunto familiar com pessoas portadoras de

dislexia, percebe-se que não existe êxito na vida escolar e isso pode originar dificuldades em outras instancias de suas vidas.

Além dos questionamentos mais formais, ligada a atividades que exigem as habilidades de leitura e de escrita, possuem as decorrências socioculturais que facilita o surgimento de comprometimentos de origem emocional.

LIMA enfatiza que:

As competências de leitura e escrita são consideradas como objetivos fundamentais de qualquer sistema educativo, pois constituem aprendizagens de base e funcionam como uma mola propulsora para todas as restantes aprendizagens. Assim, muito provavelmente, uma criança com dificuldades nestas áreas, apresentará lacunas em todas as restantes matérias, o que provoca um desinteresse cada vez mais acentuado por todas as aprendizagens escolares e uma diminuição da sua autoestima. (2019 p. 47)

Observando que os professores geralmente só percebem a dificuldade nos seus alunos sobre a aprendizagem na leitura e na escrita quando estão na alfabetização, percebe-se a necessidade de procurar encontrar o problema mais rápido possível e, ter o cuidado para que a dislexia não prejudique a aprendizagem da criança, isto é, o diagnóstico deve ser realizado assim que o aluno começa sua vida na escola.

Os resultados obtidos mostram que há ainda muito para estudar e agir para que o cumprimento do papel do professor e do psicopedagogo enquanto um profissional que atua no campo interdisciplinar da dislexia.

Os resultados mostram também que mesmo que os professores e os psicopedagogos saibam que a dislexia dificulta a aprendizagem, eles precisam de formação e qualificação que lhes favoreçam intervir pedagogicamente e psicopedagogicamente com tal

questão. Quanto à fundamentação teórica no campo da dislexia, esta já está relativamente avançada.

Lima (2019, p. 51), “coloca que é função da escola ampliar a experiência humana, portanto a escola não pode ser limitada ao que é significativo para o aluno, mas criar situações de ensino que ampliem a experiência, aumentando os campos de significação”. Do ponto de vista do desenvolvimento e da constituição de sentidos, só pode ter importância para a pessoa aquilo do qual ela tem pouca experiência e informação.

Portanto, o disléxico deve olhar e ouvir de maneira atenta, estar sempre observando os movimentos da mão quando escrever e prestar atenção aos movimentos da boca quando fala. Desta maneira, a criança disléxica associará a forma escrita de uma letra tanto com seu som como com os movimentos, pois falar, ouvir, ler e escrever, são atividades da linguagem.

Fonseca (2005. p. 17), esclarece muito bem isso quando diz que uma coisa é a criança que não quer aprender a ler, outra é a criança que não pode aprender a ler com os métodos pedagógicos tradicionais. Não podemos assumir atitudes reducionistas que afirmam que a dislexia não existe.

Realmente, a dislexia é mais do que uma dificuldade na leitura, ela nem sempre aparece sozinha, ela surge ligada a uma série de problemas que explicam uma deficiente manipulação do comportamento simbólico que se refere a uma conquista somente do ser humano.

Muitos autores têm defendido o método fonético como o mais adequado na alfabetização de disléxicos e não disléxicos. Os métodos fonéticos favorecem a aquisição e o desenvolvimento da consciência fonológica que é a capacidade de perceber que o discurso espontâneo é uma sequência de sentenças e que estas são uma série de palavras que as palavras são uma sequência de sílabas (consciência silábica) e que as sílabas são um encadeamento de fonemas (consciência fonêmica), o que auxiliaria muito nas dificuldades dos alunos disléxicos.

Para ajudar o aluno disléxico em suas dificuldades, a escola deve encorajar, atender e também respeitar as capacidades e os limites da criança, estar sempre se informando para poder ajudar a criança em sua dificuldade, fazer com que o professor se mantenha familiarizado e sensibilizado com o assunto para que possa compreender e apoiar a criança, na sala de aula, reconhecer a necessidade de ajuda extra e desenvolver um clima de calma, para que as crianças possam ter tempo suficiente para cumprir suas tarefas e, até mesmo, repeti-las várias vezes se for necessário.

É importante, também, ter noção de que toda a comunidade escolar que estas “facilidades” dadas aos disléxicos, na realidade, simulam a única forma que este tem para competir em base de igualdade de condições com os colegas.

O estudo da dislexia, em sala de aula, tem como ponto de partida a compreensão, das quatro habilidades fundamentais da linguagem verbal: a leitura, a escrita, a fala e a escuta. Destas, a leitura é a habilidade linguística mais difícil e complexa, e a mais diretamente relacionada com a dificuldade específica de acesso ao código escrito denominada “dislexia”. (PINTO, 2020).

A criança em idade escolar, a psicolinguística define a dislexia como sendo um déficit imprevisto na aprendizagem da leitura (dislexia), da escrita (disgrafia) e da ortografia (disortográfica) na idade em que essas habilidades já deveriam ter sido automatizadas. É o que se denomina “dislexia de desenvolvimento”.

Para ensinar crianças com distúrbios de aprendizagem, é preciso conhecer os processos educacionais. Tendo como resultado a importância da pré-escola, que é a época favorável para que se possa desenvolver a capacidade cognitiva da criança normal ou mesmo disléxica, através de métodos funcionais e fundamentados na psicologia, de Jean Piaget. É preciso aprovar os estágios de desenvolvimento mental da

criança, sem pressa de alfabetizar, antes que ela esteja madura neurologicamente.

Para a criança disléxica, o método multissensorial aparece com o objetivo de trabalhar a criança, para que essa possa aprender a dar respostas automáticas duradouras (nomes, sons e fonemas) e também desenvolver habilidades tais como sequenciar palavras.

Na alfabetização, a introdução de cada letra, com evidência na sua relação com o nome/som e com a importância em dar a sua forma correta, torna o ensino sistemático e cumulativo, e deverá ser avaliado regularmente, de forma a verificar a sua eficiência.

A DISLEXIA NA ALFABETIZAÇÃO

É na escola, que acontece o aprendizado da leitura e a escrita e que são sempre utilizadas e, principalmente, valorizadas, que a dislexia aparece. Existem disléxicos que podem expor suas dificuldades em outros lugares e situações, mas nenhum deles se compara à escola.

Portanto, a dislexia pode ser percebida pelo professor durante o processo de alfabetização, e ele deve avaliar muito bem as condições que a criança tem de responder ao seu programa de ensino apoiado, sempre que possível, pelos demais profissionais responsáveis por essa tarefa.

Diante de um quadro de dislexia, através de atividades pedagógicas do dia-a-dia, o profissional da educação percebe que alguma coisa não está bem, e é obrigação da escola orientar a família da criança para que procure ajuda especializada tendo em vista o diagnóstico multiprofissional e o tratamento do problema.

Para Muter (apud SNOWLING E STACKHOUSE, 2016), os profissionais da educação sentem mais segurança em trabalhar com crianças ainda pequenas que foram diagnosticadas precocemente e o professor tem um papel fundamental no auxílio para o

diagnóstico, pois suas informações são utilizadas no processo de avaliação.

As suspeitas sobre o quadro de dislexia geralmente partem da família por parte dos pais, responsáveis ou até mesmo por indicação do professor como representante da escola. Sobre o papel da família e da escola ambas são corresponsáveis pelo aprendizado eficaz do disléxico.

Na opinião de Sanchez (2017), deve existir uma rede em sintonia entre, escola, família e os profissionais do grupo multidisciplinar envolvidos no acompanhamento do disléxico tanto relativo aos instrumentos globais quanto aos específicos, pois todos contribuem para avaliação do progresso e reconhecimento das dificuldades.

A família deve ter informação completa sobre o problema e ser orientada a lidar com esta situação, os pais ou tutores são os principais responsáveis pela ligação entre os especialistas e a escola, é necessário que haja confiança recíproca entre as partes envolvidas.

Os especialistas também devem estar em contato com a escola e com o professor, e também cientes da proposta pedagógica da escola, tanto o fonoaudiólogo quanto o psicopedagogo poderão orientar o professor a executar os ajustamentos pedagógicos em função da evolução do quadro do disléxico.

O Psicopedagogo pode intervir através de tratamento que é feito através de intervenções explícitas e intensivas em leitura, que demoram de acordo com o tipo de dislexia. O objetivo não é alfabetizar, pois esta é uma função do professor. O psicopedagogo irá explorar atividades de aprendizagem com o objetivo de promover o desenvolvimento em leitura e escrita do aprendiz disléxico.

O DISLÉXICO E A ESCOLA

A escola desempenha um papel fundamental no trabalho com os alunos que apresentam

dificuldades de linguagem e escrita, tendo em vista que é no ambiente escolar que os sinais da dislexia começam a ser percebidos, pois é o local onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas.

Braggio (2018) aponta que:

A experiência tem demonstrado a necessidade de se manter a comunidade educativa permanentemente informada a respeito da dislexia. Informações sobre eventos que tratam do assunto e seus resultados, desempenho dos alunos portadores de dislexia, características da síndrome, maneiras de ajudar o aluno disléxico na escola, etc.(...)Não é necessário que alunos disléxicos fiquem em classe especial. Alunos disléxicos têm muito a oferecer para os colegas e muito a receber deles. Essa troca de humores e de saberes, além de afetos, competências e habilidades só faz crescer a amizade, a cooperação e a solidariedade. (2018, p. 40)

Portanto, percebe-se a necessidade da comunidade escolar manter-se sempre informada sobre a dislexia, a maneira de garantir uma educação de qualidade, garantindo aos mesmo um espaço adequado para troca de experiências, onde possam se sentir a vontade e não ter vergonha de suas limitações. É importante que o professor desenvolva metodologias que também possam integrar os alunos disléxicos com os demais colegas, facilitando assim o seu trabalho e trabalhando a inclusão..

Segundo a AND (Associação Nacional de Dislexia) o disléxico tem uma história de fracassos e cobranças que o fazem sentir-se incapaz. Motivá-lo, exigirá de nós mais esforço e disponibilidade do que dispensamos aos demais; não receie que seu apoio ou atenção vá acomodar o aluno ou fazê-lo sentir-se menos responsável. Depois de tantos insucessos e auto-estima rebaixada, ele tende a demorar mais a reagir para acreditar nele mesmo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que a dislexia é um transtorno de aprendizagem que tem como causas atualmente estudadas, a genética e neurológica, ou seja, os últimos trabalhos a respeito da dislexia assinalaram que existem processos cognitivos e psicolinguísticos que se desenvolvem na etapa pré-escolar e que são decisivos para o aprendizado da leitura na criança.

Fundamentado nas informações sobre a Dislexia apresentadas neste estudo, o professor será capaz de identificar em seus alunos o distúrbio de aprendizagem em questão, para tomar as devidas providências dentro da sala de aula e com a família do disléxico, podendo contar com a ajuda da intervenção psicopedagógica e de outros profissionais como: fonoaudiólogo, neuropediatras, psicólogos educacionais e clínicos, e linguistas. Todos eles têm seu papel no manejo das crianças com dificuldade na linguagem escrita e falada.

A escola e o professor devem flexibilizar o planejamento das aulas com novas maneiras de facilitar a aprendizagem do aluno disléxico, promovendo, contudo, o desenvolvimento de algumas habilidades para que este possa saber lidar com suas dificuldades, tais como: habilidade corporal, lateralidade, noção direita-esquerda, orientação espacial e temporal, ritmo e outros, e ter uma vida melhor, sem angústias e medos.

Tanto a família quanto o professor devem buscar formas que facilitem a aprendizagem na escola pela criança, o estabelecimento de horário para as atividades do dia-a-dia, ajudar a organizar o material escolar e as roupas a fim de diminuir a ansiedade do disléxico.

E para que aconteça o aprendizado do disléxico é preciso que cada vez mais os profissionais da educação se dediquem ao estudo, não somente, deste distúrbio, mas também de todas as dificuldades de aprendizagem e, se empenhem na busca de formação especializada para a intervenção apropriada dentro da

escola e da sala de aula, visando a inclusão destes alunos no ambiente escolar e social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ferraz de. **O aluno e suas necessidades**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2019.
- BADDIO Antoni Dias. Entendendo as necessidades especiais. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2018
- CORREIA, L.M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto, Porto Editora.2007.
- COLL, César PALACIOS, Jesus e MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 vol.3.
- CONDEMARIN, Mabel; MARLYS, Blomquist. **Dislexia: Manual de leitura corretiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- DAVIS, Ronald D. **O dom da dislexia**. Rio de Janeiro: Rocco. 2017.
- Dec.-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro. DR, I Série-A. DROUET, Ruth C. da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem**. 4ªed. São Paulo: Ática, 2018.
- ELLIS, Andrew W. **Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva**. 2. ed. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas. 2013
- FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- IAK, Fátima Ali Zahra. **Um estudo sobre os sentidos atribuídos ao aprender por pessoas com dislexia**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos, São Paulo, 2004.
- LANHEZ, Carlos Rodrigues. **Dislexo e aprendizagem**. São Paulo: Plexis Editora, 2016
- LAURENTI, Luca. **Desvendando a dislexia**. São Paulo: EDICON, 2018.
- LIMA, Maria Sanches. **Dislexia e o aprendizado**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.
- LUCZYNSKI, Zeneide Bittencourt. **Dislexia: você sabe o que é?** Curitiba: 2018.
- MASSI, Gisele. **A dislexia em questão**. São Paulo: Plexis Editora, 2007.
- MORAES, A.M.P. **Distúrbios da aprendizagem: Uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: EDICON, 2018.
- MUTER, in: SNOWLING, Margarete; STACKHOUSE, Joy et al. **Dislexia, fala e linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVER, Francine. **Educação e ensino especial**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas,2017.
- RIBEIRO, A.B. e Baptista, A.I. **Dislexia: Compreensão, Avaliação e Estratégias**. Coimbra, Quarteto.2006
- PINTO, Antônio Amaral. **Buscando compreender a dislexia e suas complicações**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas,2020.
- SANCHEZ, E. **Estratégias de Intervenção nos problemas de leitura** - in COLL, PALACIOS, MARCHESI (Org). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2007.
- STACKHOUSE, Jose. e SNOWLING, Marta. (2004). **Dislexia, Fala e Linguagem**. Porto Alegre, Artmed.2004.

SANGUE, SUOR E RESPEITO NO ESPORTE: UMA BREVE DISCUSSÃO**BLOOD, SWEAT AND RESPECT IN SPORT: A BRIEF DISCUSSION****Cristiano de Assis Silva**¹**Bruno de Freitas Santos**²**Antonia Angela de Lima**³**Jaaziel Rodrigues da Silva Marinho**⁴**Socorro José de Souza**⁵**RESUMO**

O artigo tem como objetivo analisar a importância de dá o nosso sangue e o nosso suor no sentido de querer conquistar uma saúde plena e integral sob o viés dos esportes, tanto fisicamente como emocionalmente. Assim, buscou-se verificar quais são as melhores estratégias para amenizar os diversos problemas que afetam a saúde física, emocional e psicológica. Para a realização do artigo, buscou-se respaldos em autores como: Mota (2015) Brach (2014), Correia (2014) que traz à tona essa importante discussão, de que quando nos dedicamos de forma integral a um objetivo X ou Y alcançamos o sucesso desejado. O tipo de pesquisa que foi adotada é a pesquisa bibliográfica, na qual consiste em uma revisão de literatura, analisando os pontos convergentes e divergentes da temática. Assim, conclusões que o estudo chegou é que todo e qualquer ser humano tem uma força incrível dentro de si mesmo, no qual precisa ser explorado.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Saúde; Dedicção; Persistência.

ABSTRACT

The article aims to analyze the importance of giving our blood and our sweat in the sense of wanting to achieve full and integral health under the bias of sports, both physically and emotionally. Thus, we sought to verify which are the best strategies to alleviate the various problems that affect physical, emotional and psychological health. For the realization of the article, we sought support from authors such as: Mota (2015) Brach (2014), Correia (2014) that brings up this important discussion, that when we dedicate ourselves fully to an objective X or Y we achieve the desired success. The type of research that was adopted is bibliographic research, which consists of a literature review, analyzing the convergent and divergent points of the theme. Thus, conclusions that the study reached is that each and every human being has an incredible strength within himself, in which he needs to be explored.

KEYWORDS: Development; Cheers; Dedication; Persistence.

¹Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³ Licenciatura em Letras (Inglês) da Universidade Estácio de Sá (ce). Especialista em Docência do Nível Superior (FIP/Patos/PB). Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-mail:** angelaxavieroliveira9@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3983799201246380

⁴Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri, URCA Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico. **E-mail:** jaazielrmarinho@gmail.com – **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6455390443409729

⁵Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Fundação Universidade Regional do Cariri. **E-mail:** professorasocorrojosedesousa@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/0656129974847800

INTRODUÇÃO

A reflexão em torno das questões voltadas para a saúde tem sido algo preocupante e ao mesmo tempo necessário para todos os públicos e todas as faixas etárias. Inúmeras ações e intervenções, ainda precisam ser realizadas para amenizar os problemas de saúde e de doenças crônicas, que na sua grande maioria poderia ser evitada e combatida por meio de políticas públicas, que contemplem os esportes.

Porque o número de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que ainda precisam dar o seu sangue e seu suor para se livrar do sedentarismo e de tantas outras doenças crônicas, dos quais os números são assustadores. E tal realidade precisa ser mudada, através de um novo padrão e de um novo estilo de vida, voltado para o viés de exercícios, aeróbica, musculação e todas as demais variações dos esportes.

Diante do exposto, a situação problema que nortearam este trabalho foram as seguintes: Como combater as doenças crônicas como a hipertensão, colesterol elevado, diabetes e obesidades através do derramamento de muita transpiração e suor com a eliminação de várias toxinas que são prejudiciais a saúde humana? Que recursos podem ser usados para obter e manter uma saúde plena, tanto fisicamente como emocionalmente? Que estratégias são mais eficazes para assegurar, que todos tenham os direitos básico de viver uma vida ativa, realizada e plena sob o viés dos esportes e das suas muitas variações das práticas esportiva?

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar a relevância da praticas esportivas para todos os humanos, como um instrumento propiciador de saúde, energia e de disposição. A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca por ações, que auxiliem na obtenção e manutenção da nossa saúde, sob a ótica esportiva.

A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação dos posicionamentos de alguns

teóricos, acerca da temática, mostrando os pontos convergentes e divergentes alicerçados em teóricos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, abordagem básica, enfoque descritivo e traços retratando cunho bibliográfico, na qual teve como analisar a importância das práticas esportivas, quando é dado com suor e sangue, frente a sua formação e construção enquanto pessoas e cidadão, onde foram levantadas diferentes posicionamentos acerca da manutenção e obtenção da saúde, efetivada sob a luz dos esportes, mostrando seus muitos conceitos, bem como os prejuízos, que muitos sofrem pela inatividade física. Quanto à análise dos dados coletados, foram colhidas informações pertinentes, para melhor fundamentar a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

DISCUTINDO MELHOR A TEMÁTICA: SANGUE, SUOR E RESPEITO

Seja na vida pessoal, na vida profissional, sentimental ou na vida atlética duas coisas que são imprescindíveis dar o sangue e dar o suor em prol de um determinado objetivo. E essas frases no mundo esportivo, ganha maior peso e amplitude. Porque a cada esforço, a cada sacrifício, a cada “não” que somos obrigados a dar. É preciso muita perseverança, coragem e foco.

E de acordo com Bracht, Fensterseifer (2014) organizadores do dicionário crítico de educação física, dar o sangue e o suor representa dá o melhor de si para um determinado alvo, projeto de vida ou um ideal. E nessa lista como representantes daqueles que deram o seu sangue e o seu suor por um ideal de vida, podem ser citados os ícones da musculação: Arnold Schwarzenegger, Franco Columbu, Frank Zane, Albert

Beckles, com sua história de vida e com um legado, que hoje serve de inspiração para todos.

A vida seja, qualquer o aspecto requer que todos nós sejamos guerreiros e no ringue da vida, todos nós somos lutadores, e não há como escapar dessa desafiadora missão. E quando se trata de esportes, isso ganha maior veracidade (CAPARROZ, 2007).

Torna-se um lutador na vida, tanto no sentido literal como no figurativo, requer um treinamento específico, que exige tempo, foco e dedicação integral. E o espaço das academias é um ponto de referência, para se alcançar esse tipo de êxito na vida. Os esportes conseguem trabalhar determinadas competências e habilidade de forma harmônica e perfeita, das quais são muito úteis para a vida humana. Servindo de suporte e de apoio para as tomadas de decisões, resolução de situações problemas da vida como um todo.

O esporte, seja ele qual for, tem as dinâmicas de formar os maiores lutadores na história de vida de cada indivíduo, capaz de vencer o sedentarismo, a depressão e a ociosidade. Três grandes vilões, que tem levando muitos a morte. E podem ser combatidos com eficácia, sob o viés dos esportes. Dessa forma, políticas públicas, que contemplam as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), já existem para combatê-lo os diabetes, alguns tipos de cânceres, hipertensão, cardiopatias, asma, obesidade. Sob a ótica dos esportes, oferecendo melhor qualidade de vida, uma vez que essas doenças aqui citadas, são as principais causas de mortes com o público de 30 a 69.

O primeiro papel do esporte e um dos principais dentre outros tantos, é o desenvolvimento do estímulo e da motivação de viver. E isso, é muito nítido no olhar e na vida daqueles que adotaram em suas vidas as práticas regulares de algum tipo de esporte ou de vários esportes ao mesmo tempo (CORREIA, 2014).

Para que este importante trabalho aconteça, é preciso dar o seu sangue e o seu suor diariamente, para se alcançar um determinado objetivo. E isso, é válido para todos os aspectos da vida cotidiana.

Atingir um recorde mundial, não ficou apenas para os atores, lutadores e atletas consagrados no mundo moderno como o Arnold Schwarzenegger, Franco Columbu, Frank Zane, Albert Beckles. Alcançar um recorde mundial é encontrar forças para vencer as drogas, a criminalidade, o suicídio, o tempo ócio, a depressão, o sedentarismo. E os esportes, conseguem dá os subsídios necessários para alcançar todos esses recordes, que não é calculável em dinheiro. E que, cada um mesmo no anonimato da vida, pode ser campeão de sua própria história de vida e bater seus próprios recordes, mesmo que haja plateia, nem aplausos.

A história de vida de cada indivíduo pode e ser a mais marcante possível. E quando adotamos hábitos diários, que sejam saudáveis para a saúde física, mental e psicológica. Começamos a construir uma nova história de sucesso e conquistar. E o melhor remédio para a nossa saúde física, mental e psicológica, é sem sombras de dúvidas as práticas esportivas contínuas. E para Messina (2001), isso recebe o nome de mudança e inovação educacional, tão necessária para toda forma de ensinar e de educar, seja na prática ou na teoria.

AS LIÇÕES DE VIDA DO ESPORTE

O esporte é uma oportunidade e ao mesmo tempo um recurso, para se extrair o maior número de lições possíveis, que serve de aprendizado para toda uma vida. O esporte requer inicialmente muita disciplina, dedicação, inovação, esforço, sacrifício, coragem. Que se resumem em dá o seu suor e o seu sangue literalmente, ou seja, dá o que se tem de melhor. As práticas esportivas é um momento emocionante, que pode e deve ser agregado na vida de todo e qualquer indivíduo. Para que taxas apresentadas pelo programa Vigitel (Sistema de Vigilância de Fatores de Risco para DCNT, do Ministério da Saúde), diminua. Uma vez, que o número de brasileiros com diabetes cresceu 61,8% nos últimos 10 anos. E em parte, isso se dá pela inatividade física (OMS, 2015)

Outro ponto importante é que independentemente do esporte, que seja praticando, ele sempre transforma pessoas simples em grandes campeões tanto no sentido literal como figurativo. Na linguagem esportiva, ser um campeão ou uma campeã, não é apenas aquele, que sobe em um determinado pódio e ganha uma medalha ou uma taça.

E sim, aqueles que vencem o alcoolismo, o tabagismo, a depressão, o sedentarismo, e a ociosidade. Esses campeões, não aparecem nos pódios dos eventos esportivos, mas aparece no pódio da vida particular de cada sujeito. Sem falar, que os esportes tem a capacidade de inspirar os indivíduos a ser de fato campeões, seja literalmente ou de forma figurativa. Sem falar no índice de mais de 300 mil novos casos de neoplasia malignas no Brasil, sendo as principais causas uma vida sedentária (INCA, 2018).

A paixão pelo esporte é algo muito benéfico para os seres humanos, pois incentiva a concretização de sonhos, a busca por ideias, a consolidação da disciplina, a formação do caráter etc. E tais sonhos, começam pela arte de educar. Desse modo, esporte e a educação devem estar juntos. Essa dobradinha deve acontecer de forma harmônica e contínua. E a escola é um dos lugares mais propícios, para introduzir toda essa gama de possibilidades, até se alcançar toda essa realização, que vem na forma de resultados, tais como o resgate de adolescentes e jovens da criminalidade, das drogas, das prostituições e de tantas outras situações adversas (STIGGER, STIGGER, LOVISOLO, 2009).

O cérebro e o físico têm que caminhar sempre juntos. Assim é de suma importância, que escola e práticas físicas, estejam enquadradas dentro do mesmo patamar. A sintonia de escola versus esportes, é sempre um degrau para o sucesso em todos os sentidos. E nessa conquista, não há espaço para sintonizar os fracassos. E em concordância a tudo isso Almeida (2017) explica que é necessário desenvolver a competência do corpo e consciência, e cabe a escola, enquanto instituição social

dar as primeiras contribuições nesse pilar. Que será útil para todas as instâncias da vida humana

A interação e a socialização dos esportes é uma excelente forma de aguçar o trabalho em equipe. E essa sintonia precisa acontecer de forma ampla e significativa. O esporte é dito como válvula de escape para as mazelas sociais, auxiliando na formação do caráter e desconstruindo o caráter alienado de muitos.

O esporte é hoje recurso interventor dos problemas da sociedade, e de acordo com as leis 11.438/06, 10.891/04, 9.615/98 é visto como leis de incentivo para resgatar muitos. Desse modo é importante, que os esportes, sejam tratados como política pública social para todos e de acesso a todos, principalmente, aqueles que se encontra em maior vulnerabilidade social.

Trabalhar em equipe, montar um grande time, uma lista de competidores, uma equipe de funcionário em empresa, planejar ações, dar treinamentos, podem ser algo desafiador. Por outro lado, se somos reeducados sob o viés do esporte, tudo isso se torna algo bem simples e facilitador. Uma vez que, os esportes conseguem contemplar todas essas competências e habilidades. E é de direito previsto na Constituição da República de 1988, disciplina, em seu artigo 217, que o dever de proporcionar atividades desportivas, assim como de lazer, é dever do Estado.

É importante entender, que as relações que são desenvolvidas, sob o viés dos esportes com as pessoas, são sempre benéficas. Entender como cada esporte atua na vida do sujeito. É também uma possibilidade de entender um pouco de todas as pessoas em sua essência, algo que é tão desafiador, porem necessário.

E ao falar de relações do homem com os esportes, essa relação é sempre de parcerias, que são importantes para toda nossa vida, independentemente do ciclo em que estejamos. Todo e qualquer ser humano, nasce incompletos. E a cada momento, que é construída uma relação de parceria com as práticas esportivas, os indivíduos acabam se complementando. E isso é algo

surpreendente, que precisa ser contemplado e alcançado por todos.

A universalização das práticas esportivas é sempre abrangente e ela consegue contemplar a nossa casa, a nossa família, depois no nosso trabalho e o nosso dia a dia como um todo. Dentre tantos benefícios, que os esportes conseguem trazer, ele é sempre um subsídio para a descoberta de pessoas com espírito de liderança, servindo de inspiração para que outros se desenvolvam e se destaquem como futuro líderes (FENSTERSEIFER, 2011).

O trabalho brilhante, que é desenvolvido sob o viés dos esportes é sempre bem-vindo sempre. Porque a qualidade técnica, a concentração, a experiência, o poder do dialogar e do escutar é sempre algo presente e serve de motivação para todos.

Os esportes não trazem apenas as dores nas articulações e em todo o corpo, ele é sempre compensador, traz as delícias e os prazeres para nossa vida, mesmo que em curto prazo, não se percebe tudo isso. Como por exemplo, a garra e determinação de nunca desistir de algo. Promover mudanças de hábitos, por meio da conscientização, da comunicação social, do acesso a uma alimentação saudável e da continuidade de práticas físicas (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Manter o foco, a concentração e a disciplina são marcas registradas dos esportes. E isso ganha, grande ênfase para a tomada de decisões e para a resolução de problemas, que o tempo todo estamos agindo e interagindo. É imprescindível, nunca perder a concentração, manter a disciplina, pensar, raciocinar diante das situações adversas, que enfrentamos todos os dias. E isso, é o tempo todo estimulado dentro das ações esportivas, que são desenvolvidas diariamente.

E como já dizia Zaluar (1994), o esporte vem sendo reconhecido como um fator de inclusão social, sendo imprescindível cada vez maior expansão do mesmo, desde as instituições governamentais e privadas, agindo em parceria com escolas e toda a sociedade.

Tudo que fazemos, ou que planejamos exige preparação, tempo e planejamento. E com os esportes, isso não seria diferente. Desse modo, podemos assumir dois papéis na vida o de ser protagonista ou coadjuvante da nossa própria história. E o ideal é que todos, sejamos protagonistas da nossa história, agentes ativos da tomada de decisões e na resolução de problemas. No que, se refere a superação diária, as batalhas que enfrentamos no cotidiano, a tomada de decisões e a resolução das diversas situações problemas. E tudo isso se resume nas palavras de Moraes (2013) como desenvolvimento humano sustentável e duradouro para um uma maior e inclusão social através do esporte.

Em vários momentos da vida o ser humano é colocado a prova e a cada instante isso acontece, que queira ou não. E isso, é muito bem representado pelas práticas esportivas, sendo necessário o alto confiança, a calma, a tranquilidade, o bom senso. E todos esses adjetivos são preciosos no esporte e fora dele. É o que chamamos de domínio próprio, frente as mais diversas situações problemas, que todos os dias encaramos. E para melhor fundamentar tudo isso social, os esportes é visto como instrumento de controle social.

Uma vez, que dados do IBGE de (2015) mostraram que 56% dos presos do Brasil são jovens. Isso significa que, ações e intervenções, precisam ser articuladas para que o sistema penitenciário brasileiro, não cresça essas proporções assustadoras. Sem falar dos 22 mil jovens de menores, que estão presos nas 461 unidades socioeducativas das grandes capitais, sendo a primeira capital São Paulo e o segundo lugar aparece o Distrito Federal. (CASTELANI FILHO, 1983; BRACHT, 1986; GHIRALDELLI JUNIOR, 1988).

Outro ponto de grande relevância é a sede de nunca, se dar por contente, ou se dar por vencido. Essa lição é o tempo todo aguçada pelo viés dos esportes, e isso é algo muito válido para todos os aspectos da vida humana. Outra questão, a ser lembrada é que os esportes é um constante ciclo de oportunidades de fazer o seu melhor. E isso é algo muito louvável, pois o tempo

todo estamos amadurecendo e ampliando nossa visão de mundo, na tentativa sempre de superar os erros e fracassos e alcançar o nosso melhor, enquanto pessoas humanas. Para Gaya, Stigger, Vaz (2009), os benefícios das atividades esportivas são de 100 de melhorias na melhoria da qualidade de vida, o aumento na permanência do aluno na escola e ampliação do conhecimento individual,

Performances, capacidades e competências são atributos, que todos os indivíduos precisam desenvolver ao longo da vida. E com o auxílio dos esportes, isso fica mais viável para ser trabalhado. Uma pesquisa recente, explica que o cérebro humano, aceita o que a gente manda de mensagem pra ele. Isso significa que a força do pensamento, não é algo folclórico, e tem sim um fundo de verdade.

Dessa maneira, praticar alguma atividade física diariamente é um exercício diário muito proveitoso. Porque a partir dessa conexão os indivíduos conscientemente ou não estão sempre mandando energias positivas e motivadoras para ao cérebro, que é algo super saudável para essa máquina, tão bem projetada. Para Coelho e Burini (2009) a atividade física atua na prevenção e no tratamento das DCNT e atuando significativamente em um novo estilo de vida.

O esporte vem ainda, como um grande divisor de águas, no que se refere a contestar os padrões de vida, que são estabelecidos pela sociedade atual. A saber, aqueles que são adeptos das práticas esportivas abomina o sedentarismo, o comodismo, aos alimentos perigosos e venenosos. Eles são propícios a escolha pratos verdes, saudáveis e ricos em proteínas. E isso, é quebrar alguns padrões de vida, que na grande maioria das vezes, aprendemos erroneamente e adotar um novo estilo de vida.

Isso então, é a prova de que as práticas esportivas é sempre uma forma de contestar os padrões da zona de conforto e da preguiça para um novo patamar, muito mais ativo e feliz. Às vezes os padrões que a sociedade dita, não são positivos são até são

aceitos como corretos, mas que a curto e longo prazo, trará muitos malefícios. Procurar enxergar os equívocos, que praticamos diariamente, é algo sempre saudável e positivo, como por exemplos a má alimentação e o muito tempo ocioso, sem fazer algum realmente útil e com retorno. Assim, surge a necessidade da correção dos mesmos.

E o diferencial é que adotar as práticas esportivas é a prevenção de doenças das mais diversas causas, diminuição de gastos, com fármacos, exames, internação e tratamentos. Sem falar que é uma economia significativa para os cofres públicos, se houvesse maiores investimentos da saúde pública, sob o viés dos esportes, do que a distribuição gratuita de medicamentos em farmácias populares do Ministério da Saúde. (BIELEMANN; KNUTH; HALLAL, 2010).

A longevidade é um outro ponto chave, que é abrangente dentro do universo esportiva. A longevidade é tema de interesse e de discussão de muitos órgãos, que cuidam diretamente ou indiretamente da saúde. Nesse sentido, o segredo para alcançar a longevidade é aprendemos a adotar padrões de vida, alicerçado na boa alimentação e na prática contínua de esportes.

A qualidade de vida é algo, que é paulatinamente construída. E tal qualidade vida é embasada sempre no equilíbrio. E o equilíbrio é uma palavra chave no universo esportivo, que ganha tamanha importância em tudo, que fazemos é o que Sacristan (2011) explica educar e disciplinar por competência e com competências.

Aprender a vencer em qualquer circunstância da vida exige sempre o trabalhar de duas coisas, foco e esforços e nós controlamos ambos. Da mesma forma é nos esportes com foco e esforços, versos sangue e suor, não alcançaremos o êxito esperado (BORGES, 2005).

PERSPECTIVA DE VIDA SOB O VIÉS DO ESPORTE

Todo e qualquer ser humano, anseia em sua vida boas expectativas de vida, seja na vida pessoal ou na profissional. E o esporte, independentemente de qual for

a modalidade, vem com esses subsídios que dão suporte para um melhor perspectiva de vida. Para Castellón e Pino (2003) perspectiva de vida está intimamente relacionada com o conceito de qualidade de vida. E tudo, isso se resumem em boas condições de vida, desde o físico até o emocional. Uma vida plena e como a satisfação pessoal e profissional. A combinação de tudo isso, no que chamamos de qualidade de vida.

Ainda contextualizado a fala de Castellón e Pino (2003), o termo perspectiva envolve muito mais do que um mero conforto. Nas suas palavras eles ainda podem ser descritos como um bem-estar físico, um bem-estar material; um bem-estar social e um bem-estar emocional;

A grandiosidade dos esportes está aí. E tal grandiosidade está em contemplar os diversos significados, que expressam valores, experiências e conhecimentos individuais e coletivos, que precisam ser trabalhados de forma ampla e contínua da vida de todos os indivíduos. Porque o impacto da inatividade física, tem um alto custo no tratamento das doenças, que são geradas pela falta de práticas esportivas. E de acordo com o Sistema Único de Saúde, só na região sudoeste foi gasto R\$ 40 milhões em caso de internações de vítimas do sedentarismo (MOREIRA et al., 2017).

Não importa os contextos, a época ou o espaço, as práticas esportivas são sempre flexíveis e se enquadram dentro de qualquer contextualização. Para Minayo e colaboradores (2000) as práticas esportivas são sempre sinônimas de pluralidade, pois consegue permear pelos três parâmetros: O parâmetro histórico, o parâmetro cultural e o parâmetro das classes sociais. E todos eles, estão presentes em todos os contextos da vida humana.

Adotar pequenos hábitos diários é parte do segredo para o sucesso, seja nos esportes ou fora deles. Seja dia ou noite, todos os indivíduos tem hábitos, desde aqueles que vão desde o mais simples até os mais complexos. Hábitos, que realizamos e nem percebemos. E na magia dos esportes, adotar o hábito de se exercitar,

de se alongar, de se aquecer e de malhar é algo absolutamente saudável.

Esse foco de tais hábitos é saudável para ficar para com o corpo e a mente sadia. Só para se tiver uma ideia, a política pública, intitulada de Agita São Paulo, que incentiva a prática de atividades físicas, foi tão exitosa, que houve uma economia de \$310 milhões de dólares/ano no setor da saúde em internações comuns, que surgiria em casos movidas pelo sedentarismo (MOREIRA et al., 2017).

UM LUGAR SAUDÁVEL PARA OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE HUMANA

Se for para definir um lugar saudável, e rico nos subsídios necessários para a obtenção e manutenção da saúde física, mental e psicológica. Esse lugar é sem sombra de dúvidas a academia, seja ela aquela tradicionalmente construída para esses fins ou aquela improvisada na sala de casa, onde os móveis acabam ganhando outras funções. Porque, ali não se trabalha apenas um amontoado de músculos. Trabalha-se a autoestima, o ego, o eu motivacional, que cada indivíduo tem dentro de si, e que precisam ser bem trabalhados e explorados.

Esta intervenção de implantar academias ao ar livre, é importante para prevenir problemas nas fases iniciais e nos estágios a médio e longo prazo (MOTA et al., 2015). Sendo assim, verifica-se a necessidade de implantação a educação física, não apenas como um mero componente curricular, mas sim como um instrumento interventor, muito eficaz para a diminuição de muitos fatores de riscos (BIELEMANN; KNUTH; HALLAL, 2010; MOREIRA et al., 2017).

Desse modo as academias, podem ser um refúgio para se evitar o contato com as drogas, o crime, o consumo do alcoolismo ou do tabagismo. Para muitos adeptos das práticas esportivas as academias são carinhosamente chamadas de porto seguro, meu santuário, minha morada. E todas essas afirmações é

uma grande verdade, pois ali não há espaço para a preguiça, para o comodismo, para a depressão, para a ociosidade e tantas outras coisas.

Vale lembrar, que é nas academias que muitos encontraram os subsídios necessários para um viver com maior sentido e com maior significado, pois todo esse processo acaba sendo um ciclo muito saudável para espantar o negativismo, o pessimismo, as doenças no geral e a sombra de pensamentos ruins. E sem falar, que ajuda a esquecer de momentos de dificuldades, estimulando à superação frente as coisas ruins, que acontece a cada instante e a cada momento.

Quem vê o jogador de futebol, um atleta, um competidor ou qualquer outra estrela ou astro dos esportes, não imagina a história de vida, o suor que foi derramado, as lágrimas que caíram, por detrás dos bastidores dos esportes. Assim, a adesão e continuidade das atividades físicas é uma forma de maximizar os benefícios dá saúde em todas as instâncias (COELHO; BURINE, 2009).

Desse modo, a capacidade de transformação dos esportes, vai muito além da nossa imaginação ou do que os olhos podem contemplar. Mergulhar em uma academia é uma construção, onde cada tijolo tem sua importância. Em prol de uma vida bem sucedida e mais duradoura. No entanto, tudo isso consiste em um trabalho duro e muito suor a ser derramado.

Assumir uma nova postura, abandonar o velho homem e a velha mulher, que erramos as velhas práticas, às vezes é necessário. E os esportes, conseguem estabelecer essa oportunidade de nos tornamos a cada dia pessoas melhores e maiores, tanto literalmente como figuradamente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. 2007).

Assim as lições de vida, que é proporcionada pelos esportes são sempre sinônimas de pluralidade. A saber, o trabalho duro, que é proposto pelo mesmo, sempre com objetivos grandiosos. O treino com peso, nas academias não treina apenas os músculos, mas também o cérebro, a determinação, a individualidade, a

garra e o encorajamento para as tomadas de decisões e a resolução de problemas.

Fazer os exercícios de forma repetitiva é para muitos cansativos. Isso não, tem apenas benefícios físicos. Tais benefícios, conseguem alcançar outras dimensões, que vão além das físicas. Um bom condicionamento cardiovascular e cardiorrespiratório é uma das melhores estratégias, que servem como a intervenção e prevenção. O que conduz a promoção de vida e saúde (COELHO; BURINE 2009; KUSCHNIR et al., 2016).

Pais que levaram e estimulam seus filhos ao universo dos campos de jogos e de toda e qualquer prática esportiva, tem um grande ponto positivo a seu favor. Porque ali, eles encontram tudo, que eles precisam para ter uma vida exitosa e prazerosa em todos os aspectos da vida.

O tempo que é investido em práticas esportivas tem o retorno garantido, na forma de um bem estar físico e mental. E a ligação do ser humano com as práticas esportivas é muito forte e representa sempre é um grande aprendizado. As atividades físicas têm sido citadas e apontadas como fatores importantes na vida das pessoas, portanto é imprescindível, que tudo esses benefícios sejam explorados por todos, na construção do conhecimento, da personalidade e do caráter da pessoa humana.

A carta brasileira de educação física CONFEF (2000) define o objeto da educação física como o sinônimo de qualidade, sem distinção de qualquer condição humana e sem perder de vista a formação integral das pessoas, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos. E isso é uma grande verdade que é nítida a todos. O caminho para o desenvolvimento de novos padrões e estilos de vida são encontrados nos atalhos dos esportes.

A grandiosidade dos esportes, é que não há idade, se somos muito jovens ou velhinhos da terceira idade. O trabalho, que ele desenvolve no corpo e na mente é insubstituível, embora seja um trabalho árduo, que exija sangue e suor ao mesmo tempo.

Se você quiser, aprender os mecanismos de ataques e de defesa para a resolução e a tomada de decisões. Comece um treino novo hoje com foco e determinação, que irá não só estimular os músculos, mas os sentimentos humanos, que está intimamente relacionado com as emoções humanas. E a usamos o tempo todo, e o domínio sobre todas elas são de suma importância, para nos tornamos pessoas mais sensatas e equilibradas.

Adquirir músculos, olhar para o espelho e se sentir belo e bela, estão bem com você mesmo é hoje a busca constante de muitos. No entanto, a segunda opção, que é está bem consigo mesmo, pode ser paulatinamente conquistada sob o viés dos esportes, pois os mesmos tem o estímulo do prazer e do bem estar físico e mental.

A dedicação e o trabalho são necessários para todos os setores da sociedade e da vida humana. A grandeza do esporte é sempre sinônima de consistência, insistência e persistência. Os muitos ensinamentos, que ele nos dá são sempre bem-vindos a todos nós.

A medida que, os esportes vai adentrando na vida um homem, ele consegue ver o seu mundo e o mundo do outro com outro olhar, sendo que dessa vez muito mais otimista. Por muitas vezes, os esportes tem o poder de recuperar, levantar e de impactar vidas sempre do lado positivo da persistência, esperança e perseverança.

Os esportes em vários lugares e épocas, sempre foi um instrumento social de resgate para os mais diversos tipos de crimes, delitos, roubos, brigas e até mesmo prisões. Sendo usando como recurso de recuperação de homens e mulheres, que precisam ser devolvidos na vida em sociedade, em completa e perfeita sanidade física e mental.

Outra importante característica dos esportes é a capacidade de moldar os sujeitos. Todo e qualquer ser humano é moldado tanto fisicamente como emocionalmente. Formando opiniões, visões e posicionamento sobre a vida. Mesmo que para muitos,

sejam um processo doloroso as práticas esportivas, é também uma oportunidade de trabalhar a resistência frente as adversidades da vida. (MALDONADO, 2016).

Por mais louco, que possa parecer, na mente de muitos o ato de se exercitar, pegar peso, sofrer a dor, transpirar, adquirir algumas lesões, até mesmo pequenos acidentes. Todos esses sacrifícios valem muito apenas, pois os resultados de todos esses esforços, vem na forma de bem estar, qualidade de vida e longevidade (TURNER et al., 2015)

A motivação, o brilho e o glamour dos esportes são sempre é algo permanente e todos aqueles, que já contemplaram todos esses benéficos para sua própria saúde e bem estar. Desse modo esses, que já saborearam o gosto pelas práticas esportivas, em hipótese alguma, querem abandona-los. É nesse momento, que surgem alguns fanáticos, que precisam ter certo cuidado e um alto controle com todo esse contexto (VAZ; STIGGER; LOVISOLO; 2009).

A certeza que é absolutamente garantida, por meio dos esportes é que cada sacrifício, vale muito apenas, quando é executado com disciplina, planejamento e da forma correta, principalmente quando é mediatizado com muito sangue, suor e dedicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, que as práticas físicas e uma boa alimentação são de fundamental importância para a qualidade de vida e para a longevidade, uma receita infalível, que até hoje tem grande relevância para todos os públicos de todas as idades. Benefícios esses, que já foram comprovados e revistos por meio de estudos, onde seres humanos são amostras vivas de inúmeras investigações, desde que as mesmas se doem com suor, determinação e foco.

A legislação garante teoricamente o direito aos esportes, é isso é de suma importância para formação do caráter, da personalidade e da identidade dos sujeitos.

No entanto, existem inúmeras lacunas e negligências por partes dos órgãos responsáveis, para que tal direito, realmente chegue a esses públicos, que se encontra em zona de vulnerabilidade social.

A atividade esportiva no Brasil, ainda requer muitos incentivos e investimentos, para que venha de fato acontecer. Falta por parte do governo, maior prioridade. Nesse sentido, proporcionar oportunidade para adolescentes e jovens adentrar no universo esportista é oportunizar uma chance na vida, para muitos que nas grandes maiorias das vezes, não tem nenhuma perspectiva de vida.

A entrada precoce no mercado do crime e das drogas se dá muitas das vezes por falta de oportunidades e pela falta de perspectivas de vida e de trabalho. Desse modo, custear os gastos com as práticas esportivas dentro e fora das escolas é oportunizar um ideal de vida para muitos, uma nova trajetória e umas novas perspectivas. E negar esse incentivo ao esporte. É contribuir para uma sociedade caótica, em meio ao excesso de violência e de criminalidade. Assim, conclui-se que, o direito de acesso ao esporte é mais do que uma dever do estado é umas estratégias de gestão política para evitar, que novos adolescentes e jovens, adentrem pelos caminhos obscuros do crime e das drogas.

Assim, as atividades físicas e uma boa alimentação, aparecem como excelentes antídotos no combate ao controle de doenças crônicas, como a hipertensão, obesidade, depressão e diabetes. Uma vida saudável, nem sempre depende de um alto custo, na maioria das vezes depende de pequenas atitudes comprometedoras e simples, como usar o espaço de sua sala e se exercitar periodicamente e alimentos simples, que podem ser comprados com baixo custo como os ovos ricos em proteínas, vitaminas e minerais. No entanto, para que tudo isso se consolidem é imprescindível garra, persistência e continuidade.

Hábitos saudáveis como estes precisam ser paulatinamente conquistados e praticados por todos, independentemente da idade, sexo, classe social, pois o

bem estar é necessário a todos. E a construção da saúde física, emocional e mental precisa ser conservada e mantida sempre. E a maior riqueza, que se pode conquistar é a saúde, seja ela qual for. E só pode, ser construído através de uma adequada alimentação versus atividades físicas (esportes).

Por fim, em resposta ao objetivo proposto, foi possível refletir sobre a temática construindo uma visão esclarecedora sobre a manutenção da saúde de maneira geral. Sugerem-se outros estudos dentro da temática em questão, para que sejam aprofundados pontos tão importantes como prática esportiva e alimentação, dentre tantos outros, que fazem parte desse segmento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FQ. **Educação Física escolar e práticas pedagógicas inovadoras: uma revisão. Corpoconsciencia.** 2017;21(3):7-16

ALMEIDA, Bárbara Schaustek de. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil.** Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/23953/ALMEIDA, BS>. Acesso em 31 de março de 2019.

BORGES, C.N.F. **Um só coração e uma só alma: as influências da ética romântica na intervenção educativa salesiana e o papel das atividades corporais.** 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

BIELEMANN, R.M.; KNUTH, A.G. HALLAL, P.C. **Atividade física e redução de custos por doenças crônicas ao sistema único de saúde.** Revista brasileira de atividade física & saúde, Pelotas, v.15, n.1, p.9-14. 2010.

BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A. **Saúde e seus determinantes sociais.** PHYSIS: Rev. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77-93, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília:Senado Federal, 1988.

BRACHT V, González FJ. Educação física escolar. In: GONZÁLEZ FJ, Fensterseifer PE, organizadores. Dicionário crítico de educação física. Ijuí: Unijuí; 2014. p. 241-7

CASTELLÓN, A.; PINO, S. **Calidad de vida en la atención al mayor.** Revista Multidisciplinar de Gerontología, La Rioja, Espanha, v. 13, n. 3, p. 188-192, 2003.

CAPARROZ.FE, Bracht V. **O Tempo e o lugar de uma didática da educação física.** Revista Brasileira Ciências Esporte. 2007;28(2):21-37.

CORREIA WR. **Educação Física escolar: desafiando a sua presumível imutabilidade.** Revista Brasileira Educação Física Esportes. 2014;28(4):691-700.

COELHO, C.F.; BURINI, R.C. **Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional.** Revista de nutrição. Campinas, v.22, n.6, p.937-946, dez. 2009.

CONFEE - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta brasileira da educação física.** Rio de Janeiro: CONFEE, 2000. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=21>. Acesso em: 10 mar. 2010.

FENSTERSEIFER PE, Silva MA. **Ensaio sobre o “novo” em educação física escolar: a perspectiva de seus atores.** Revista Brasileira Ciências Esporte. 2011;33(1):119-34.

GAYA, A. **Sobre o esporte para crianças e jovens.** In: STIGGER, M.P.; LOVISOLO, H.R. (Orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas: Autores Associados, 2009.

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. Cidades. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: Maio de 2019.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Índice de Câncer no Brasil.** 2018. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2018/sintese-de-resultados-comentarios.asp>. Acesso em: jul. 2018.

MALDONADO DT, Vieira PBA, Freire ES, Sanches Neto L. **Inovação pedagógica nas aulas de educação física da escola pública brasileira** [Internet]. In: Seminário LOED – **Avaliação da escola pública sob o viés da qualidade social.** 2016 [citado 28 Fev 2018]:75-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314426295_INOVACAO_PEDAGOGICA_NAS_AULAS_DE_EDUCACAO_FISICA_DA_ESCOLA_PUBLICA_BRASILEIRA

MESSINA G. Mudança e inovação educacional: notas para reflexão. Cad Pesquisa. 2001;114:225-33.

MOREIRA, T.M.M., GOME, E.B., SANTOS, J.C. **Fatores de risco cardiovasculares em adultos jovens com hipertensão arterial e/ou diabetes mellitus.** Rev. gaúcha enferm. Porto Alegre. v.31, n.4, p.662-669, dez. 2010.

MOREIRA, M.M. et al. **Impacto da inatividade física nos custos de internação hospitalar para doenças crônicas**

para o sistema único de saúde. Arquivo de ciência do esporte. v.5, n.1, p.16-19, 2017.

MORAES, Flávia de. **Desenvolvimento humano e inclusão social através do esporte, cultura, turismo e lazer.** Disponível em: <http://www.pdt.org.br/uploads/file/8esporte.pdf>. Acesso em 31 de março de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. Growth reference data for 5-19 years. 2007. Disponível em: http://www.who.int/growthref/who2007_bmi_for_ag e/en/index.html Acesso em: ago. 2019.

SACRISTAN JG, Gómez AIP, Rodríguez JBM, Santomé JT, Rasco FA, Méndez JMA. **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed; 2011.

STIGGER, M.P. **Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola.** In: STIGGER, M.P.; LOVISOLO, H.R. (Orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas: Autores Associados, 2009. p.103-34.

TURNER, A.P.; BELLHOUSE, S.; KILDUFF, L.P.; RUSSELL, M. **Post activation potentiation of sprint acceleration performance using plyometric exercise.** J Strength Cond Res, v.29, n.2. p.343-350, 2015.

VAZ, A.F. **Técnica, esporte, rendimento.** In: STIGGER, M.P.; LOVISOLO, H.R. (Orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas: Autores Associados, 2009.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social.** Rio de Janeiro: Escuta, 1994.

REFLEXÕES SOBRE PRECONCEITOS NA ESCOLA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS UM PARALELO DO FILME “UMA LIÇÃO DE VIDA”

REFLECTIONS ON PREJUDICES IN SCHOOL: MEANINGS AND MEANINGS A PARALLEL OF THE MOVIE “A LESSON OF LIFE”

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Antonia Angela de Lima ³
José Guimarães Coelho Filho ⁴
Eduygina Karla de Oliveira Carvalho ⁵

RESUMO

Vivemos em constantes transformações, a velocidade das informações nos impõe uma nova forma de pensar e agir no mundo em especial a educação com toda sua complexidade. Todas essas mudanças perpassam pela educação e seus ensaios culturais e sócio-antropológicos e a visão de sociedade existente em diferentes lugares. Tendo como premissa compreender os a relação existente entre escola, educação e seus contextos, trataremos da abordagem do filme Uma Lição de Vida, baseado em fatos reais, que trata da história de vida do queniano Maruge, um senhor de 84, que resolve ir para escola com intuito de aprender a ler. Promoveremos ao longo deste trabalho, um debate necessário sobre os desafios existentes na Educação em todas as suas instâncias. A pesquisa será de cunho bibliográfico, traçando um comparativo entre as teorias, políticas e realidades da educação como processo de formação humana emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Professor. Aluno. Educação Profissional e Tecnológica. Política. Sociedade.

ABSTRACT

We live in constant transformations, the speed of information imposes on us a new way of thinking and acting in the world, especially education with all its complexity. All these changes permeate education and its cultural and socio-anthropological essays and the vision of society existing in different places. Based on the premise of understanding the relationship between school, education and their contexts, we will approach the film A Lesson in Life, based on real events, which deals with the life story of Kenyan Maruge, an 84-year-old man, who decides to go to school to learn to read. Throughout this work, we will promote a necessary debate on the existing challenges in Education in all its instances. The research will be of a bibliographic nature, drawing a comparison between the theories, policies and realities of education as a process of emancipatory human formation.

KEYWORDS: Teacher. Student. Professional And Technological Education. Politics. Society.

¹Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³Licenciatura em Letras (Inglês) da Universidade Estácio de Sá (ce). Especialista em Docência do Nível Superior (FIP/Patos/PB). Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-mail:** angelaxavieroliveira9@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3983799201246380

⁴Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialização em Saúde Mental, pela Faculdades Integradas de Patos, FIP. Graduação em Educação Física, pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB. **E-mail:** jfcoelho60@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1484065392524812

⁵ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** eduygina@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2849346464482491

INTRODUÇÃO

A reflexão em torno das questões voltadas para a educação tem sido algo preocupante e ao mesmo tempo necessário para todos os públicos e todas as faixas etárias. Inúmeras ações e intervenções, ainda precisam ser realizadas para amenizar os problemas da exclusão social com esse importante e específico público.

O número de adolescentes, jovens, adultos e idosos que ainda precisam dar os primeiros passos na carreira estudantil é preocupante. E tal realidade precisa ser mudada, através de um novo padrão e de um novo estilo de educação que sejam muito mais eficientes e eficazes. Sendo necessárias inúmeras ações e intervenções na forma de políticas públicas, voltadas para a educação e para saúde desse público em especial.

Vivemos em uma era, em que cada vez mais é difícil assegurar um tempo para os cuidados com a educação, pois ainda temos sérios problemas com a gestão educacional e política. Onde impera a lei do capitalismo, da corrupção e da educação ainda como um privilégio de poucos.

Para amenizar tais situações problemas é imprescindível, que haja uma consciência n aspecto na gestão e das ações que vem sendo feita por aqueles que detêm o poder de reger a educação e as suas leis. Reconhecendo também, que partes desses problemas são históricas e culturais, mas que paulatinamente precisam ser trabalhados e novas realidades implantadas.

No entanto, muitas realidades podem ser pouco a pouco transformadas, principalmente daqueles problemas que são históricos, mas que precisa ser convertido em novos cenários sob a ótica do positivo e do sucesso educacional e pessoal de todo aqueles, que estão envolvidos dentro do processo de ensino aprendizagem.

A educação e a reeducação de uma consciência crítica e ativa, acerca da importância dos valores, da ética e dos princípios. Assim, criar e desenvolver estratégias,

na forma de políticas pública sociais para garantir a efetivação de uma educação unilateral. O artigo traz os resultados iniciais de uma pesquisa bibliográfica, que buscou analisar a importância das práticas educativas.

Diante do exposto, a situação problema que nortearam este trabalho foram as seguintes: Como combater os problemas envolvendo a educação de jovens e adultos? Que recursos podem ser usados para obter e manter uma educação plena dentro dessa modalidade educacional

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar a relevância da praticas educativas para todos os humanos, como um instrumento propiciador de transformação social e educacional. A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca por ações, que auxiliem na obtenção e manutenção de uma educação par aos jovens e adultos que contemplem os seres humanos em sua dimensão e em sua totalidade.

A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação dos posicionamentos de alguns teóricos, acerca da temática, mostrando os pontos convergentes e divergentes alicerçados em teóricos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, abordagem básica e enfoque de cunho bibliográfico na qual teve como analisar a importância das práticas educativas. A pesquisa foi realizada no período de trinta dias, onde foram levantados diferentes posicionamentos acerca da manutenção e obtenção da educação de jovens e adultos em sua totalidade, mostrando seus muitos conceitos, bem como os prejuízos, que muitos sofrem pela falta de oportunidades. Quanto à análise dos dados coletados, foram colhidas informações pertinentes, para melhor fundamentar a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

DISCUTINDO MELHOR A TEMÁTICA E PRECONCEITOS NA ESCOLA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

Na visão de Mantoan, (2003) o preconceito escolar está presente em todas as dimensões da sociedade e das ações humanas. E quando se trata do espaço de aprendizagens para idoso ganha-se cada vez mais força. Desse modo, a luta para combater os diferentes tipos de preconceitos em nome do diálogo, do respeito à diversidade, e o direito a inclusão social tem sido um dos grandes desafios na atualidade. A Constituição Federal de 1988 diz a respeito à igualdade, independentemente de origem, raça, sexo, cor, idade, etc. No entanto, os (Art.1º, incisos II e III) no qual se refere as questões do preconceito escolar, que acontece de forma escancarada, como objetivos poéticos, mas que não garantem de forma fundamental, a promoção de todos, e não são capazes de amenizar os impactos negativos e as marcas deixadas pela força dos diferentes tipos de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de tantas outras formas de discriminação. (MANTOAN, 2003).

“Larrosa e Skliar (2001, p. 11) enxergam o preconceito como uma forma de manipulação, onde alguém que se julga com maior poder acaba abusando e praticando algum tipo de humilhação, ofensas ou algum tipo de violência ou tortura psicológica”.

A soma de todos os tipos de torturas psicológicas é vista como um uma espécie de preconceito. Na escola os termos (democracia, comunidade, diálogo, diversidade, inclusão e respeito são ditas em discursos e oratórias belíssimas, mas o que se vê ainda ação graus elevados de manifestações de preconceitos dos mais variados tipos. Que interfere não só no corpo mais deixa marcas profundas na alma, onde na maioria das vezes se convertem na forma de traumas e de inúmeros bloqueios, que podem ser carregados em toda a existência humana. E em concordância com tudo isso Stobäus (2003) fala da necessidade de uma prática de uma educação que seja de fato inclusiva, que seja

mais eficaz ao combater a discriminação, construindo assim uma sociedade muito mais inclusiva e de real educação para todos, sem distinção construindo assim a equidade educacional.

Baptista (2009, p.7), diz que no último século, cresceu progressivamente, os mais variados tipos de preconceitos que afetam os indivíduos em suas muitas dimensões. “Assim, é necessário ampliar o universo escolar as medidas preventivas e recuperativas para que o preconceito seja combatido em sua totalidade”.

Dessa forma, qualquer atitude, ações e tarefa (im) posta pela força e pela violência devem ser trabalhadas de forma que se combata positivamente os diferentes tipos de preconceitos. A escola é sem dúvida alguma um espaço para construção positivas e de vínculos de afetividade. Sem crucial quebrar os muros das desigualdades e dos preconceitos entre as classes, e a cor e a idade que nos diferencia uma das outras. E como reforço a essa fala a Declaração de Salamanca, 2004, ressalta mais uma vez como princípio a base da equidade e do respeito as diferenças que deve existir nas escolas devem, sem fazer distinção de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc. (MIRANDA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações e pontos importantes sobre a educação para jovens e adultos é ainda preocupante e precisa de uma atenção específica, além de ressaltar os impactos negativos dos diferentes tipos de preconceitos existentes na educação nacional e mundial também. As necessidades de uma educação inclusiva no Brasil e no mundo é um item prioritário quando se pensa e se sonha com uma educação unilateral. As muitas dificuldades e preconceitos presentes no dia-a-dia de alunos da terceira idade para consolidar seus objetivos e sonhos dentro do processo de escolarização que não se encaixam dentro dos padrões da normalidade que forma historicamente impostos pelo sistema educacional alienador tido como

o regular de ensino. Motivos estes que podem ser diversas, barreiras para a exclusão social que acontece de forma covarde com os mais necessitados e os fragilizados socialmente. O sistema educacional continua corruptos e a seguir velhos paradigmas do tradicionalismo e se mostrar inflexível a mudanças e renovações, pautados em um regime alienante e alienador, tornando o quesito exclusão escolar cada vez mais nítido.

Além do fato de que o preconceito é algo intrínseco na sociedade atual, e que precisa de uma atenção especial para evitar maiores prejuízos na formação do fazer do ser humano. A educação inclusiva ainda é um sonho utópico e que estar presente nos imaginários de muitos profissionais de educação que sonho com novos cenários e novas realidades. Verifica-se que a prática da negligência com a EJA e com todas as suas dimensões é ainda preocupante, faltando políticas públicas educacionais específicas para essa importante área. Diante de um longo percurso de descaso, omissões e alienação social a história se repete. Onde o desrespeito a determinação de leis e documentos oficiais, e o direito de todos à educação sem distinção é roubado e negligenciado o tempo todo nas mais diferentes realidades sociais dos pais e do mundo.

Os fatores que contribuem com a exclusão escolar é de uma maneira geral como, a falta de ambiente físico acolhedor, a falta de investimento financeiro, quantidade de professores que algo é suficiente para atender as muitas demandas e a falta de investimento para um melhor preparo dos profissionais de ensino da educação regular e também do ensino irregular para jovens e adultos. Por fim, em resposta ao objetivo proposto, foi possível refletir sobre a temática construindo uma visão esclarecedora sobre a educação, sobre alfabetização e acessibilidade da mesma de maneira geral. Sugerem-se outros estudos dentro da temática em questão, para que sejam aprofundados pontos tão importantes como prática de políticas públicas educacionais sob a inclusão dos jovens, adultos

e o público da terceira idade, dentre tantos outros, que fazem parte desse segmento.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

ALMEIDA, Ana Maria. **Da educação à formação das elites**. Jornal da Unicamp, Campinas, 11-17 nov. 2002. Entrevista.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRANDÃO, Zaia et. al. **Algumas hipóteses sobre a permanência e a mudança no capital cultura das elites no Brasil**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2003, Caxambu. Anais... ANPOCS, 2003a.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BAPTISTA, C. R. (2009). **Educar e incluir: introduzindo diálogos**. Em C. R. Baptista (Org.), **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas** (pp. 7-16). Porto Alegre: Editora Mediação.

BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Disponível em: Acesso em: 01 março 2022.

Blog do UNASP, disponível em <https://www.unasp.br/blog/uma-licao-de-vida-4-ensinamentos>: Acesso em: 01 março 2022.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: Acesso em: 01 março 2022.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DO QUÊNIA. **Sobre o Quênia**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.kenyaembassybrazil.com.br/pt/sobre_o_quenia>. Acesso em: 01 março 2022.

FERREIRO, Emilia, **Los Adultos no alfabetizados y sus conceptualizaciones del sistema de escritura**. México, Instituto Pedagógico Nacional, 1983.

_____. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1987.

FRAGO, Antônio Viñao.; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- FREIRE, P. A. **Importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo, Cortez, ed. 49, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira.** São Paulo: Cortez Editora/Instituto Paulo Freire, 2003.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **A Voz do Biógrafo Brasileiro: A prática a altura do sonho.** IN: GADOTTI, Moacir (Org.).
- _____. **Uma bibliografia.** São Paulo: Cortez Editora / Instituto Paulo Freire, 1996.
- LARROSA, J., & SKLIAR, C. (2001). **Babilônios somos. A modo de apresentação.** Em J. Larrosa & C. Skliar (Org.), **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença** (pp. 7-30). Belo Horizonte: Autêntica.
- LARROSA, Jorge. **Nietzsche e a Educação.** Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- O ALUNO.** Direção de Justin Chadwick. Produção Sixth Sense. Distribuição: Europa Filmes. Londres: BBC Filmes, 2014. Película, 102 min.
- MALINOWSKI, Bronislaw C. **Argonautas do Pacífico Ocidental Tradução** Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976
- MEC, **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental, proposta curricular-1º segmento-** Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O Que é. Por quê.** 1ª edição, Editora Moderna, 2003.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães e FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** 2012.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução de Eloá Jacobina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- _____. **O método 5: a humanidade da humanidade.** Porto Alegre: Sulina, 2012.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologie de la bourgeoisie.** Paris: La Découverte, 2003.
- ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. A Escola Comum Inclusiva.** Coleção: A educação especial na perspectiva da Inclusão Escolar. 2010.
- ROZEK, Marlene e VIEGAS, Luciane Torezan. **Educação Inclusiva: Políticas, Pesquisa e Formação.** EDIPUCRS, 2012.
- SAMPAIO, Cristiane T. e SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação Inclusiva: O Professor Mediando Para a Vida.** EDUFBA, 2009.
- STOBÄUS, Claus Dieter. **Educação especial: em direção à educação inclusiva.** Edipucrs, 2003.
- SOARES, M. G. R. **As múltiplas facetas da alfabetização.** In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contextos, 2003.
- _____. **Alfabetização e letramento.** 2º ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização/Leda Verdiani.** 7.ed.-São Paulo, Cortez, 2005.- (Coleção Questões da nossa época; v.47)

A ACESSIBILIDADE EM AMBIENTE EDUCACIONAL – O ESPAÇO DA UFMT

ACCESSIBILITY IN EDUCATIONAL ENVIRONMENT - THE SPACE OF UFMT

Abilio Anicesio de Oliveira Filho ¹

RESUMO

Existem diversas situações de afronta que trazem à tona como a população portadora de alguma deficiência física ou mental vêm sendo tratada, assim depois do século XX, uma nova visão sobre como devem ser tratados e uma melhoria na acessibilidade dessas pessoas. Esse artigo traz uma visão sobre a acessibilidade no ambiente educacional. O objetivo é descrever sobre a como os portadores de deficiência físico e mental são tratados. Trata-se de um estudo de caso, onde foi observado um olhar crítico sobre a acessibilidade na Universidade Federal de Mato Grosso. Apresenta ações e discussões referente ao tema “acessibilidade nas Universidades”, buscando propiciar o aprendizado como forma inclusiva na área do conhecimento, tendo como perspectiva a identidade/diferença dos sujeitos e a necessidade de adaptação do espaço físico, bem como vivenciar um verdadeiro espaço democrático, onde todos tenham os mesmo direito e deveres e o ambiente educacional esteja aberto para todas as diferenças.

PALAVRA-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Adaptação. Espaço Democrático.

ABSTRACT

There are several situations of affront that bring to light how the population with some physical or mental disability has been treated, so after the 20th century, a new vision on how they should be treated and an improvement in the accessibility of these people. This article provides an insight into accessibility in the educational environment. The objective is to describe how people with physical and mental disabilities are treated. This is a case study, where a critical look at accessibility at the Federal University of Mato Grosso was observed. It presents actions and discussions on the theme "accessibility in Universities", seeking to provide learning as an inclusive way in the area of knowledge, having as a perspective the identity/difference of the subjects and the need to adapt the physical space, as well as experiencing a true democratic space, where everyone has the same rights and duties and the educational environment is open to all differences.

KEYWORDS: Accessibility. Inclusion. Adaptation. Democratic Space.

¹ Graduado em Tecnólogo em Redes de Computador pelo Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (2012). Mestrando em Ciência da Educação pela Agência Brasileira de Educação. E-mail: bilanil.50@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3242660817012624

INTRODUÇÃO

Muitas situações de humilhação e resignação sucederam com os cidadãos portadores de alguma deficiência física ou mental, colocados à margem da educação viveram até que no final da década de 90, no século XX, através da Constituição Federal do Brasil em 1988, inicia-se uma nova expectativa de melhoria e acessibilidade para a participação de várias atividades, antes não proibidas, mas dificultadas.

Nas últimas décadas do século XX essa situação vem mudando, pois, as demandas sociais passam a fazer com que a população busque de forma contínua por ações governamentais que tentem acabar com qualquer forma de discriminação (DUTRA; SANTOS, 2010).

E com a temática dos direitos humanos, todo cidadão com deficiência física, entre elas a pessoa em cadeira de rodas (P.C.R.), deve ter todo o direito de acesso aos meios que lhe propiciem as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, livre de qualquer tipo de discriminação, de tal maneira que se tente minimizar ou eliminar as barreiras existentes entre as condições das pessoas com deficiência e sem deficiência (PELLEGRINI; ZARDO, 2010).

Necessário se faz registrar que há a preocupação de inserir e reconhecer como essencial a educação exercendo papel fundamental na sua função social transformadora, tendo como foco principal a acessibilidade em espaço público, levando em consideração as leis que tratam sobre os direitos fundamentais das pessoas com deficiência física no que tange a acessibilidade.

Enfim para oferecermos um atendimento de qualidade as portadoras de necessidades especiais há a necessidade de adequações das condições de estruturação do espaço físico e, é nesse sentido que se faz necessária a efetiva concretização das políticas governamentais de integração de pessoas com deficiência.

Desta forma mais se luta em dar o direito a que todos participem através de uma política de inclusão social voltada a combater o problema de discriminação e exclusão educacional.

O PROCESSO DE INCLUSÃO E A IGUALDADE PELAS DIFERENÇAS

Quando se fala em acessibilidade, logo se pensa nos espaços físicos adequados para receber as pessoas com necessidades especiais, assim sendo, todo espaço público tem que criar oportunidades para o livre acesso de todos e todas nos lugares que desejem estar e participar. E neste princípio que a Universidade Federal de Mato Grosso desde a década de 90 vem se projetando e adequando seus espaços físico para atender a toda comunidade interna e externa, vale registrar que muito ainda há que ser reconstruído e remodelado, mas também muito foi readaptado.

Não podemos deixar de mencionar que o processo inclusivo deve ter posicionamento e direcionamento educacional/social, onde desperta-se a consciência social de respeito as diferenças de cada ser humano, entendendo e aceitando que a beleza da humanidade está nas diferenças, onde todos possam conviver e usufruir do espaço coletivo e o que nele é proporcionado.

O tema acessibilidade é novo no Brasil e regulamentado por etapas desde a Constituição Federal de 1988 e com último Decreto Federal 5.296/2004 sobre revisões técnicas sobre mobilidade e mobiliários urbanos e revisado a norma recente no final de 2015.

Lei da Acessibilidade trouxe avanços e adequações no espaço urbano, mobilidade urbana, espaços privados e públicos, porém as barreiras aos ambientes e realização de tarefas dificultam a locomoção dos usuários que ficam privados de acesso e conseqüentemente, sua inclusão social.

A Lei da Acessibilidade através do decreto 5.296/2004 contempla e define a pessoa portadora de deficiência:

I – Pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei n. 10.690 de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

As pessoas obesas também são consideradas portadoras de necessidades especiais no conceito da acessibilidade. Ainda são muitas as dificuldades e barreiras que as crianças/jovens e adultos com deficiência física encontram na escola em relação à acessibilidade.

A inclusão, passa a ser amplamente difundida principalmente depois da Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1997), incentiva e valoriza o convívio comum entre a diversidade de pessoas: *“A ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade”* (ARANHA, 2000, p.2).

A acessibilidade é um direito garantido por lei, conforme Machado (2007), e é fundamental para que as crianças, jovens e adultos com deficiência possam acessar todos os espaços de sua escola e realizar todas as atividades escolares com segurança, conforto e independência, de acordo com suas capacidades e suas limitações.

Existem inúmeras barreiras que impedem a readaptação da Educação Inclusiva nos espaços públicos, como a inexistência de adaptação nos espaços públicos e muitas vezes o descaso da sociedade em compreender a verdadeira necessidade.

O projeto de inclusão mencionado na Constituição de 1988 estabelece a partir de ações do Poder Público com o objetivo de assegurar a educação para todos e todas, oportunizando o livre acesso para participarem em todas as atividades que lhes cabem e lhes é de direito.

Mas como sentem os que tem alguma deficiência perante a sociedade? Segundo Araújo (2003, p. 26) *“o que define a pessoa com deficiência não é a falta de um membro nem a visão ou audição reduzida. O que caracteriza a pessoa com deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade”*. O que nos leva a refletir como educamos nossos filhos quanto a visão do “diferente”, como que indiretamente muitas vezes induzimos aos que convivem conosco a diferenciar seres humanos com necessidades especiais a serem tratados como “diferentes”, a não respeitá-los, a serem excluídos de nosso convívio, que seja em atividades culturais, pedagógicas, lúdicas, políticas, acreditando que sejam inferiores aos demais. E nessa

diferenciação de tratamento que afeta aos que necessitam de algum atendimento especial.

A questão da acessibilidade é uma reivindicação antiga e com grande visibilidade. No início, os movimentos defendiam que a pessoa com deficiência deveria se reabilitar da melhor forma possível. Nesta nova visão, é a sociedade que deve se readequar para atender à diversidade (SARRAF, 2007; BUENO & PAULA, 2006).

Acessibilidade é a ideia de um mundo sem obstáculos, respeitado e colocado em prática, onde todos e todas tem o direito de ir e vir, o que nos falta é o respeito ao diferente, entender, aceitar e respeitar as diferenças, criando assim um mundo mais digno, justo e natural.

A acessibilidade nada mais é que uma forma de inclusão social, onde oportunizamos a participação de toda a comunidade não diferenciando a classe social, política, econômica, e sua condição física. Em si todos devem ter direito, deveres e acesso, mas nunca devemos esquecer o respeito as diferenças pessoais.

A ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL

O termo acessibilidade tem sua aplicação associado a necessidade de eliminação de obstáculos arquitetônicos e até mesmo pedagógicos que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência no uso de locais públicos e privados.

O Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, em seu Artigo 3º, nos esclarece que *“deficiência é a perda ou a anomalia das funções psicológica, fisiológica, ou anatômica que causa a incapacidade para o desempenho de atividades, considerando normal para o ser humano. A deficiência permanente é caracterizada por ter ocorrido ou se estabilizado durante um período de tempo que não permita a recuperação ou probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. E a incapacidade é a redução efetiva da capacidade de interação social, que*

necessitem de equipamentos necessários para as suas adaptações, ou recursos específicos para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu dia a dia, desempenho das funções ou atividades a ser exercida (BRASIL,1999)”.

Todos devem ter direitos, deveres e acesso, porem o mais importante é o respeito as diferenças, que respeitando a diversidade e reconhecendo as necessidades individuais, permitimos a livre escolha e abrimos a oportunidade de igualdade, buscando uma sociedade mais justa no seu papel de pluralidade inclusiva, baseada nos direitos humanos.

No ambiente educacional os espaços devem ser democráticos, sempre prevendo o acesso a todo ambiente e atividades, e para que isso aconteça algumas atitudes devem ser tomadas favorecendo a acessibilidade como a colocação de rampas, corrimão, adequação de pisos, sanitários, portas e todo o entorno do espaço físico, flexibilizando o acesso interno do espaço. Importante registrar que não somente o espaço onde se desenvolve as atividades que devem estar adequados, mas sim todo o entorno dele para viabilizar o acesso do mesmo.

Vale registrar que a educação de qualidade é também definida como aquela que é inclusiva e acessível, ou seja, é aquela que realmente abre as portas para os excluídos e promove ações onde sejam inseridos como agentes ativos e participativos das mudanças sociais.

A legislação sobre acessibilidade já existe há algumas décadas, porem vemos que muito pouco se tem avançado sobre as soluções do problema, que seja pelo desconhecimento ou descaso do tema, mas também o que ocorre é que muitas vezes nos atentamos para tal situação quando nos deparamos em nosso dia a dia o problema de acessibilidade, isso ocorre na adaptação do espaço somente quando atendermos alguém com alguma dificuldade de acessibilidade ou quando temos

em nosso seio familiar alguém com necessidades especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção social é indispensável para que toda pessoa com deficiência seja aceita como um cidadão integrante participativo na sociedade, tendo o direito de ter livre acesso ao espaço urbano e poder desenvolver plenamente a cidadania, dando-lhe o direito de seu desenvolvimento pessoal, profissional, social e cultural.

As barreiras arquitetônicas e ambientais já limitam por si só o espaço existencial do portador de deficiência, que fica sem motivação para sair de casa e integrar-se à vida da sua comunidade, dando-lhe o sentimento de frustração e incapacitação de ser um agente participativo e atuante, que venha a contribuir com o avanço e mudanças de sua comunidade.

Não podemos deixar de garantir o respeito pela individualidade de cada ser, dando-lhes a voz a seus questionamentos quanto às suas necessidades de uma maior autonomia, garantindo de forma satisfatória uma compensação para atender suas especificidades de modo que os desiguais sejam tratados diferentemente, destaca-se realmente a importância de se fazer valer o princípio constitucional de ir e vir com independência de modo a garantir a autonomia e o respeito de todos.

REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Salete F. Integração Social do Deficiente: Análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia. Ribeirão Preto, v. 2, p. 63-70, 1995

ARAÚJO, M.P.S.; ALVES, F.P. SÁ, L.A.C.M. Estudo da Acessibilidade empregando modelagem de dados espaciais – MDE – Estudo de Caso: Rampas. XXI Congresso Brasileiro de Cartografia, 2003. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/076-SG17.pdf> Acesso em: 07 de janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de

Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 31 mar. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out.1988 e IBGE 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

DUTRA, C. P.; SANTOS, M. C. D., Os rumos da Educação Especial no Brasil frente ao paradigma da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP/MEC, v. 5, n. 2, p. 19-24, 2010.

MAZZOTTA, M.J.S. Acessibilidade e indignação por sua falta. I Conferência Nacional dos direitos da pessoa com deficiência – Acessibilidade: você também tem compromisso – Promovida pela SEDH/CONADE e CORE, Brasília, 2016.

PELLEGRINI, C. M.; ZARDO, S. P., Acessibilidade Escolar: O direito ao acesso e à participação dos alunos com deficiência. Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP/MEC, v. 5, n. 2, p. 64-69, 2010.

SARRAF, V. P. O conceito de acessibilidade ganha força entre os museus brasileiros. Rev. Cidadania. Ano 5, Nº. 40. Bunge. São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 07 de Janeiro de 2019.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

INCLUSIVE EDUCATION: A NECESSARY REFLECTION

Abilio Anicesio de Oliveira Filho ¹

RESUMO

A educação inclusiva é um dos maiores desafios da sociedade. Desenvolvido na década de 70, envolve muito mais que a pessoa com deficiência, assim como a família, escola e sociedade. Este é o foco do trabalho e foi reservado alguns escritos sobre a história da modalidade jovens e adultos que, à custa de embates, desafios e barreiras superou seus direitos negados ao longo do tempo e, por isso, foi considerado “diferente” e analfabeto”. O sistema de ensino atual vem desenvolvendo programas inclusivos pois escola e profissionais da educação estão despreparados para receber estes alunos em sala de aula, buscando derrubar equívocos e estigmas criados pela escola e professores em relação a terminologias como integração e inclusão, utilizadas no processo de inclusão, o qual tem em sua essência filosófica a defesa de propostas e estruturas pedagógicas que acompanhem o aluno desde o início da vida, de tal forma que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva baseiam-se numa concepção de educação de qualidade, que é para todos, principalmente no respeito à diversidade dos educandos, buscando suprimir o pensamento atribuído à integração como um processo de inclusão em seu formato global. O termo “integração” é resultado de acolhimento à aquele que um dia, por motivo e circunstância não levado em conta pelo sistema de ensino escolar, foi voluntariamente se evadindo da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Inclusão. Integração. Práticas Sociais.

ABSTRACT

This article aims to bring to possible readers and educators a reflection on the inclusive education system in the field of special and regular school. To this end, as a working reference, some writings on the history of youth and adults were reserved, which at the expense of challenges, challenges and barriers overcame their rights denied over time and was therefore considered "different" and illiterate ". The current education system has been developing inclusive programs, seeking to overturn misconceptions and stigmas created by the school and teachers regarding terminologies such as integration and inclusion, used in the process of inclusion, which has in its philosophical essence the defense of proposals and pedagogical structures that accompany the student from the beginning of life, so that the theoretical-methodological foundations of Inclusive Education are based on a conception of quality education, which is for everyone, especially with respect to the diversity of the students, seeking to suppress the thought attributed to the as an inclusive process in its overall format. The term "integration" is the result of welcoming one who, one day, for reasons and circumstances not taken into account by the school system, was voluntarily evading the classroom.

KEYWORDS: Literacy. Inclusion. Integration. Social Practices.

¹ Graduado em Tecnólogo em Redes de Computador pelo Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (2012). Mestrando em Ciência da Educação pela Agência Brasileira de Educação. E-mail: bilanil.50@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3242660817012624

INTRODUÇÃO

Desde 1950, apesar da crise, a Educação de Jovens e Adultos vem travando enfrentamento em relação à criação de programas educacionais inclusivos que integrem e modernizem culturalmente o povo brasileiro, marginalizado ao longo da vida, e por isso essências de políticas públicas educacionais abrangentes e desafiadores que promovessem a reformulação do ensino, em larga escala, possibilitando a instrução e a inclusão social no país. Em meio a conflitos entre governo e diferentes classes sociais formadas por sociólogos, educadores, filósofos e diferentes segmentos sociais surge a política para acesso de pessoas há tempos afastadas da escola, como a Educação de Jovens e Adultos.

A EJA é uma modalidade que vem enfrentando intensos desafios quanto à conquista de espaço na Educação Básica Brasileira, devido a condição do seu público, que por razões determinadas pelas circunstâncias de vida, como pobreza e falta de oportunidade, tiveram seus sonhos tolhidos e negados e hoje buscam retomar suas vidas oportunizadas pelas políticas educacionais inclusivas que até aqui, ainda em experiências pouco expressivas em relação a sua finalidade.

Nessa perspectiva, surge o termo “Inclusão” com a finalidade de ressignificar o papel da escola para que se tornem instituições abertas de aprendizagem, tendo como base iniciativas procedentes da vida prévia do aluno, para que este tenha sua formação integral, transformando-os em seres ativos e cômicos do seu papel social e não um ser passivo que se sustenta pela decisão de outrem como concebia a escola neoliberal.

A escola inclusiva, cujas ideias são tecidas neste artigo pressupõe a formação do aluno que conscientemente aprende a conduzir o seu barco, ou seja, sua capacidade é revertida na transformação social onde todos, independentemente de suas origens, sejam cidadãos participativos, solidário, acolhedores e

envolvidos com as constantes mutações do mundo com temporâneo.

Sendo assim, este artigo tem o objetivo de refletir sobre a política de inclusão de Jovens e Adultos, refletindo sobre os reais significados de “inclusão e integração”, abrindo discussão sobre o acesso à Educação de classes menos favorecidas, que por circunstâncias singulares se afastaram da escola e por isso tiveram seus direitos de acesso interrompidos, além disso, serão abordadas políticas públicas inclusivas destinadas aos alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, cujos direitos à educação estão garantidos pela Constituição e Lei de Diretrizes e Bases, 9.394/96, os determinam o acesso destas categorias ao conhecimento sistematizado da educação básica formal brasileira.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE ATUAL: ENTRE A INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

Vieira Pinto (1982) foi, juntamente com os educadores da década de 50, como Paulo Freire e Anísio Teixeira, um dos adeptos estimuladores da reformulação da Política de inclusão social da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Tornando um incansável militante desse tema, este autor lembra que a educação, como instrumento de transformação social, tem a responsabilidade de inventar métodos científicos, onde a construção do conhecimento e a produção humana devem responder à necessidade humana de promoção social.

Muito diferente de modelos educativos da sociedade feudal, onde a educação era privilégio da nobreza, apontando para o poder absoluto da igreja, a qual negava o direito a classe proletariada, em pleno século XX assistia-se a criação de modelos pedagógicos excludentes e segregadores de classes.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil desponta como educação elementar na sociedade

colonial. A tentativa de catequizar os índios desprezava a importância da leitura e da escrita, restando tão somente o ensino de idioma como forma de aculturar e modelar hábitos e comportamentos aos dos portugueses, espanhóis e demais colonizadores europeus, assim, a leitura, a escrita, o fortalecimento de ideias e a criatividade não eram considerados necessários, cujas as tarefas não exigiam tais habilidades (PAIVA, 1987).

O processo de alfabetização, nessa perspectiva, colabora para que as pessoas possam transitar com familiaridade entre diversas práticas sociais de uso da linguagem e saibam buscar conhecimentos e informações para continuar aprendendo ao longo da vida (UNESCO, 2008, pag.76).

Essa mesma educação elementar mencionada no Brasil colônia, nos anos 90 é reformulada como a garantia do direito de todos à alfabetização, tendo como base a possibilidade de abrir caminho a uma participação ampliada na vida social, cultural, política e econômica, conforme prerrogativas da Constituição Federal de 1988, ideal anteriormente defendido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Ancorada nesses princípios, a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos estabelece em seu art.11º a importância de se promover a ampliação da alfabetização como direito fundamental à educação, conforme destaca:

A alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação [...], é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas – a maioria mulheres – que não tem a oportunidade de aprender nem mesmo o acesso a esse direito. O desafio é oferecer-lhes esse direito. Isso implica

criar pré-condições para a efetiva educação, por meio da conscientização e fortalecimento do indivíduo. A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante toda a vida (UNESCO, 2008, PAG.88).

Nesse sentido, a EJA passa a ter direitos educacionais básicos, além disso, com a elaboração das Diretrizes Curriculares, a modalidade passa a fazer, de fato, sentido na vida do aluno, apesar de que sua legislação é resultado de conflitos sociais, e assim, atende às necessidades individual e coletiva (SOARES, 2002).

A instrução é direito do aluno, essa deve ser gratuita, de forma que o aluno consiga ter acesso e entenda o que está escrito, a instrução tem medidas necessárias e essenciais. A instrução necessária será imprescindível, enquanto a medida essencial será de livre acesso a todos, assim como a instrução superior.

“A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (UNESCO, 2008, PAG.36)

Conforme os escritos de Paiva (1987) a arrancada do progresso nos anos 80 começava a exigir uma educação geral, englobando a educação de adultos que de forma superficial passava a emergir de modo pouco significativo. Mesmo assim a ideia de que a educação exercia um poder de difusão de ideias. Esse cenário era o espaço de intensas batalhas entre os detentores do poder e grupos que desejavam a transformação das estruturas socioeconômicas do País.

Anísio Teixeira era um jovem educador e sonhava em reformar o ensino brasileiro em conjunto com Paschoal Leme defendiam a articulação para integração de planos de cursos para adultos, principalmente da classe operária. A educação passava a ser um instrumento de luta, pois a partir do momento em que se instalava condições de aprendizagens críticas, já não seria possível a manipulação por outros grupos. Os sistemas supletivos foram ampliados. Durante o estado novo foi possível o surgimento de movimentos isolados da educação de adultos e com isso sugeriram Universidades Populares vinculadas a instituições de ensino e bibliotecas. – Havia necessidade de ampliar os programas no campo educacional, principalmente para adolescentes e adultos visando o preparo de mão de obra alfabetizada urbana.

Em 1964, essa iniciativa era conhecida como programas de educação de massas e devido a isso exigia a revisão da metodologia e de seu material didático o que levou a grande crise interna de desemprego de técnicos e trabalhadores especializados por causas financeiras e garantias de manutenção dos programas. A multiplicação de programas de educação de adultos como o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAF e a como o Movimento de Educação de Base MEB (associada ao CNBB) foram os únicos entre tantos que sobreviveram, no entanto, preocupavam grupos da direita que já não podiam subestimar a capacidade de raciocínio da grande maioria de adultos em fase de alfabetização.

A educação passou a ser vista como um instrumento de mudança das estruturas da sociedade e de tomada de poder, quando a diferenciação ideológica se configurou com nitidez entre nós e os grupos contrários à ordem vigente pensaram em utilizá-la como veículo de conscientização das massas de sua situação de exploração (PAIVA, 1987, pag.296)

Apesar do crescimento de simpatizantes e militantes na reformulação da estrutura educacional de

jovens e adultos, no Brasil, a classe operária, procedente das camadas iletradas da população nem chegava a conhecer o caminho da escola, e, conseqüentemente de acesso ao mercado de trabalho. A escola neoliberal tinha a função de reproduzir os valores dominantes, valorizando aspectos técnicos em prejuízo ao direito de o aluno conhecer as fortes ligações entre o conteúdo e sua realidade social, assim, o ensino deixava à margem a posição histórica dessa classe que naquela concepção não tinha valor, por não saber ler nem escrever, quando muito aprendia a partir de modelos pedagógicos infantis, inadequados à situação do aluno jovens e adultos, que era considerado um ser “atrasado”, “ignorante” e preguiçoso” .

Apesar da possibilidade de se investir no desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito, somente alguns deles serão bem-sucedidos na conquista no mercado de trabalho, o que, na prática, suscitará a existência de desempregados e trabalhadores precarizados ou subempregados (PAIVA & OLIVEIRA (orgs, 2009, pag.64)

Atualmente, apesar da criação de diversos programas, em destaque o “Alfabetizar para Construir”, a Educação de Adultos ainda enfrenta barreiras e longos desafios, pois estes não atingem, de fato, os padrões e autorealização do aluno trabalhador.

Na visão de Vieira Pinto (1981) o homem é por natureza social e está se vale deste para promover o desenvolvimento e o crescimento econômico. Com o advento da Constituição de 1988 os jovens e adultos que, ao longo do tempo, tiveram sonhos tolhidos pelas circunstâncias da vida começam a ganhar espaço no campo da Educação Formal, sem isso, a Constituição de 1988 se tornaria um caderno de anotações, cuja a prática nunca sairia

do papel. Essa concepção falsa e descabida ignorava o conhecimento do adulto, não encarando-o como um ser eminentemente social e sabedor, assim como ignorava também a evolução de suas faculdades cerebrais e, principalmente que o trabalho assim como a educação eram e continuam sendo o fator fundamental que assinava sua natureza e participação social, pois o trabalho tem uma finalidade coletiva.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - O ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 14/1996 [...])* VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%7ao.htm.

Foram muitos os desafios e barreiras enfrentados para a mudança da realidade de vida do aluno jovens e adultos. O adulto, mesmo analfabeto passava a ser considerado a fase mais ricas de toda existência humana, haja vista que começava a ser incorporado no modelo pedagógico fatores como trabalho, cultura, experiências, os quais se constituíam fatores de socialização do saber, constituído no seio da sociedade e, por conta disso, possui direitos de igualdade aos alfabetizados, o que significa que sua condição de analfabeto ou semianalfabeto não representa barreiras nas práticas sociais e, portanto exercem importante papel como mobilizador de transformação social.

O educando adulto é antes de tudo membro atuante da sociedade. [...] Não apenas por ser um trabalhador, e sim pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência. O adulto analfabeto é um elemento frequentemente de alta influência na comunidade. Por isso é que se faz tão imperioso e lucrativo inseri-lo

(VIEIRA PINTO,1982, sp).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 assevera que a regularidade de acesso e permanência na escola, do aluno jovens e adultos é garantida por lei e obrigatoriamente precisa ser respeitada a circunstância e a condição social de cada um, para tanto um dos critérios que define sua especificidade é a flexibilidade de acesso ao trabalhador, à dona de casa, ao agricultor, ao índio e Portadores de Necessidades Especiais.

Título III Do Direito à Educação e do Dever de Educar.

Art.4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]

VII – Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Nesse contexto, vislumbra-se que as oportunidades negadas ao aluno jovens e adultos, desde o século XX, foram aos poucos superadas, em meio a desafios e conflitos entre governo e sociedade, direitistas e opositores, empresários e profissionais defensores da reformulação de políticas públicas de reintegração e inclusão se desenvolvendo ao longo da história brasileira.

Apesar disso, a redefinição da história da alfabetização galgou êxito ao longo da história, sobretudo nas década de 90 a 2000, oportunidade em que envolveram-se as esferas Federal, Municipal, Estadual, os quais em parcerias com a sociedade civil assumiram o compromisso de escolarizar o aluno jovens

e adultos que passaram a maior parte de suas vidas longe do convívio na sala de aula, criando-se em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) responsável por administrar e desenvolver a gestão de programas de apoio à alfabetização e educação básica de jovens e adultos.

A INCLUSÃO ESCOLAR E AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS

A educação vive atualmente momentos de reflexão sobre a criação de políticas públicas inclusivas no cenário mundial. O fenômeno da inclusão tem sido interpretado como aquele capaz de, por meio de programas educacionais abertos e qualificados, tem a finalidade de promover uma educação com base no espírito humanístico, na criatividade produtiva sob o ponto de vista crítico e, principalmente na igualdade de acesso a todos, sobretudo a Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, na rede regular de ensino.

Sabe-se que a legislação é explícita quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças, termo largamente utilizado para denominar o aluno jovens e adultos e outros com necessidades educacionais. Contudo, vale ressaltar que é insuficiente e insatisfatório esse acolhimento, embora o aluno com necessidades educacionais especiais seja capaz de executar suas habilidades intelectuais. Nesse contexto, é imprescindível que os sistemas educacionais se organizem para assegurar as matrículas e a constância dos alunos, com o objetivo de permanecer a intelectualidade pedagógica e a qualidade de ensino.

Avaliando que os fundamentos teóricos-metodológicos da Educação Inclusiva se baseiam em um entendimento sobre Educação de qualidade para todos e são fundamentados no respeito à diversidade de alunos, é essencial uma atividade dos educadores de maior qualidade para que seja possível realizar o avanço dessa reforma educacional, a qual é essencial para o

atendimento das necessidades dos estudantes, portadores ou não de deficiência.

Lamentavelmente, a não capacitação dos professores está entre os empecilhos mais citados para a educação inclusiva. É desafiador fazer com que a inclusão ocorra, além do mais a possível perda de oportunidade e atraso na aprendizagem faz com que os profissionais não desempenhem seu papel de forma completa para o desempenho integral do indivíduo. Então, procurou-se contextualizar, tendo como referência a especificidade da EJA e outros casos de Necessidades Educacionais Especiais, presentes no ensino regular. Para isso, procurou-se abrir questionamentos reflexivos acerca da discussão da inclusão, realizando um percurso histórico, mostrando os diferentes tipos de inclusão. Esse percurso aponta para a interpretação do uso do termo “Necessidades Educacionais Especiais”, vocábulo usado nos dias atuais, mas que requer um entendimento do seu uso na escola, principalmente o papel do professor no processo de inclusão, ambos são fundamentais para o sucesso dos alunos, que apresentam necessidades especiais, e que transitam pelo espaço escolar.

Ao comprovar o sentido que a ciência educativa traz sobre inclusão evidencia-se que é de extrema importância a relação entre professor/aluno para o sucesso na aprendizagem, a preocupação remonta em contribuir para a construção de “possíveis ações na prática do dia-a-dia”, dos professores do ensino regular que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio que no decorrer do ano letivo se deparam com alunos com necessidade especiais.

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO PARA INCLUSÃO

Mantoan (2003) chama a atenção sobre a importância e o cuidado com relação à linguagem utilizada na escola acerca de sistemas de políticas educativas. Segundo a autora, falar sobre a função dos

vocábulos “integração e inclusão” na escola merece antes a análise da consciência crítica a respeito dos temas e alerta para a distinção entre esses termos que, utilizados com os sentidos semelhantes, provocam equívocos irreparáveis no processo ensino aprendizagem da Educação Especial no ensino regular, haja vista que por essa linha de pensamento não se alcança um trabalho significativo diferenciado. Isto segundo Mantoan (2003) leva à distorção/redução de uma ideia desviando dos desafios de uma mudança efetiva dos propósitos da prática.

Os termos “integração” e “inclusão”, apesar de admitirem significados semelhantes, se expressam em situações diferentes. Enquanto a integração se justifica na inserção de alunos com deficiências nas escolas, anteriormente excluídos, buscando, por meio de inúmeras possibilidades educacionais, possibilitar o trânsito do aluno entre o ensino regular e escolas especiais, a inclusão tem a responsabilidade de não permitir o afastamento desse aluno do contexto escolar, implicando mudança nas perspectiva global da educação, propondo um sistema de ensino que alcance a necessidade de todos os alunos, suprimindo a ideia de ensino regular e ensino especial, como campos educacionais em separados. Esta filosofia de trabalho, segundo Mantoan (2003, pag.15) supõe a abolição completa dos serviços segregados da educação especial, dos programas de reforço escolar, das salas de aceleração, das turmas especiais”, em função de uma turma única e com direitos iguais de acesso ao ensino aprendizagem.

A linguagem é um instrumento que facilita a interação, ou seja, por meio dela é possível expressar, voluntaria ou involuntariamente, anuência, respeito ou preocupação ediscriminação em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características. Sendo assim, ao desejarmos expressar ou descrever construtivamente, numa visão inclusiva, sobre algum contexto de cunho afetivo, é indispensável conhecer e empregar corretamente os termos técnicos, pois a

terminologia correta é sobretudo importante quando inserirmos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos. Todavia, embora os preconceitos criados pela própria sociedade e condenando o aluno portador de necessidades especiais o direito de inclusão está assegurado, conforme o art.22 da Declaração de Hamburgo, que assevera o seguinte:

Na mesma linha da Declaração de Salamanca, urge promover a integração e participação das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Cabe-lhes o mesmo direito de usufruir oportunidades educacionais, de ter acesso a uma educação que reconheça e responda às necessidades e objetivos próprios, onde as tecnologias adequadas de aprendizado sejam compatíveis com as especificidades que demandam.

Nesse sentido, o preconceito é uma realidade, porém é inegável direito do aluno, tanto que hoje o programa “Brasil Alfabetizado” conta com interprete de Libras, bem como com a instalação de Sala de Integração de Recursos para garantir a participação do aluno com necessidades especiais a pessoas cegas e com baixa visão. Além disso, o programa de inclusão incentiva a formação de professores a produzir material em Sistema Braille, participar de oficinas sobre o tema (Braille), que inclui sistema de leitura a partir do tato, audiolivros e sorobã (instrumento de contagem), técnica de locomoção para promover amobilidade dos cegos para que estes possam desenvolver a aprendizagem e compartilhar da cultura plural humana.

No Brasil, a expressão ‘necessidades educacionais especiais’ popularizou-se o linguajar, no meio acadêmico, em palestras, em público, em rodas de conversas e debates. Surgiu da finalidade de diminuir ou paralisar os efeitos negativos de terminologias adotadas antes para distinguir as pessoas de forma única, por apresentarem barreiras físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas

habilidades, condutas desviantes, etc.

Segundo a Deliberação nº 02/03- CEE, a terminologia 'necessidades educacionais especiais' deve ser utilizada para referir-se às crianças e jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, provavelmente imposta a desigualdades dos grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por motivos distantes, fracassam em seu método de aprendizagem escolar.

Acompanhada, deste modo às precariedades de aprendizagem, não essencialmente vinculadas às deficiências. A forma como é tratada o aluno, a distinção e falta de empatia, fazem com as ações pedagógicas desafiem cada vez mais seu desenvolvimento no trabalho. Nesse sentido Santos (1995, pag.19) alerta para o seguinte: "É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza".

Ao que diz respeito ao atendimento especializado nas escolas ou as pessoas que dele necessitar, a Política Nacional de Educação Especial distingue as necessidades e coloca o aluno no ranque de destaque para sanar todas as dúvidas e diz que o aluno que necessita de cuidados especiais é aquele que precisa de atenção especial em relação aos demais alunos e que solicitem de materiais pedagógicos e metodologia específicas, assim sendo classificados: alunos com deficiência; alunos com condutas típicas e alunos com superdotação/altas habilidades.

É importante reafirmar que as 'necessidades especiais', não se mencionam às barreiras apresentadas pelas pessoas, mas sim às requisições de ampla disponibilidade que realmente possa aperfeiçoar as condições de emancipação e libertação desses indivíduos.

Assim sendo, para que as alterações ocorram expressivamente, independentes da terminologia empregada, é imprescindível provocar reações desiguais

no pensamento e no sentimento das pessoas, ou seja, advém de uma verdadeira tomada de consciência deste 'visivelmente novo' fato.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNÇÃO DA ESCOLA E DO EDUCADOR

Santos (1995) alerta que a escola e os programas de inclusão não podem ignorar a complexidade que envolve a diversidade educacional e, portanto, não é possível produzir conhecimento com base em um paradigma, isto porque existem outras formas de conhecimento que vão contribuir para a redução da exclusão escolar. Morin (2001) aponta que os caminhos percorridos pela escola, espaço de diversos programas de ensino e alfabetização, deve ser repensada em razão de efeitos trágicos provocados pelas "hiperespecializações" dos saberes, o que dificultam a articulação crítica e consciente com outros saberes que acaba por cortar a realidade passando assim a uma educação com visão mecanicista e reducionista e, conseqüentemente, excludente. A esse respeito Mantoan (2003, pag.12) diz o seguinte: "Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças".

Pensando nisso, podemos ver que existe uma diferença e um certo preconceito entre as pessoas, então a cultura e a forma de se viver são diferentes entre ambos e temos uma distinção entre a sua tradição e um choque de realidade nas salas de aula que as vezes essa disparidade passa despercebida e não é toda vez que percebem essa discrepância entre os alunos em todo o sistema acadêmico. A escola segundo Mantoan (2003) faz das possíveis ações restritas a seu espaço de socialização uma válvula de escape para justificar que não recorrem a outros meios, que não buscam novas saídas e que não se aprofundam nas causas geradoras de exclusão e fracasso escolar, onde ao aluno

atribuir-se o termo “deficiente”, quando a causa é a própria escola.

Este contexto não trata apenas de deficientes físicos ou visuais, mais de alunos que são penalizados pela repetência, evasão, discriminação e exclusão, resultado da própria cultura escolar que não se atenta para as diferenças individuais, as quais precisam ser analisadas, buscando os caminhos assertivos para a inclusão. Assim, evidencia-se que as propostas e políticas educacionais não valorizam as diferenças. Na visão dessa autora, as deficiências estão impregnadas de forma incondicional no indivíduo e que nada se explica senão os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência, as predisposições para o trabalho, geralmente restritos à política da escola e não do aluno. A respeito disso (Mantoan, 2003, pag.18) afirma o seguinte:

A diferença, nesses espaços, “é o que o outro é” – nele é branco, ele é religioso, ele é deficiente – “é o que está sempre no outro”, que está separado de nós para ser protegido ou para nos protegermos dele. Em ambos os casos, somos impedidos de realizar e de conhecer a riqueza da experiência da diversidade e da inclusão.

Nesse sentido, apostar na prática que é preciso tratar pessoas Portadoras de Necessidades como diferente é tolher suas reais condições de inclusão, é desconstruir e excluir alguém que possui o direito de ser parte e fazer do processo educativo. É preciso compreender que possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, esta sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e ‘justificado’ na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem.

Nesse contexto, historicamente a escola se diferenciou pela abrangência da educação que delimita a escolarização como direito de alguns grupos,

autenticando um processo de eliminação através de suas políticas e práticas educacionais, que repetem a ordem social. Apesar disso, sendo a escola, o espaço principal e fundamental da aparição da diversidade, decorre a precisão de repensar e proteger a escolarização como princípio inclusivo, distinguindo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados.

Assim, o movimento de inclusão se baseia em propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. Entretanto, compreendemos que a realidade desse artifício inclusivo ainda é bem distante do que se propõe na legislação e solicita ainda muitas discussões relativas ao tema.

O que se entende é que numa alegoria entre a legislação e a realidade educacional, a abrangência dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se concretizou da forma almejada, a proposta de educação atual vigente ainda não ajeita, nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Assim sendo, ainda, se faz imprescindível maior aptidão profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de probabilidades de recursos educacionais. A garantia de uma educação de qualidade para todos sugere, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta aceitação se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade singular e grupal, bem como pelo respeito ao ato de estudar e de construir.

A Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que necessitam se adaptar a ela chega estabelecendo um novo exemplo, onde a escola é que precisa se acomodar-se às necessidades e especificidades do aluno, buscando, além de sua constância na escola, o seu elevado desenvolvimento. Ou seja, na educação

inclusiva, uma escola deve se organizar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com propriedade para todos os seus alunos.

Avaliando que, cada aluno numa escola, oferece características próprias e um conjunto de importâncias e subsídios que os tornam únicos e especiais, constituindo uma dessemelhança de interesses e compassos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diferença na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, abolindo absolutamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

A abrangência de alunos com cuidados especiais nas salas de aulas têm sido bastante discutido e gera um desconforto por tanta discrepância, com tudo as escolas tentam fazer a inclusão desses alunos, assim garantem os direitos que todo cidadão têm, suas necessidades e qualidades necessárias, tentando acabar com essa desigualdade que existe.

As escolas, de modo geral, têm informação das leis acerca da inclusão bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais, contudo assinalam alguns entraves pelo fato de não haver a ratificação necessária, como por exemplo, a carência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação. É evidente a dura realidade das condições de trabalho e os limites da concepção profissional, o número superior de alunos por turma, a rede física imprópria, o despreparo para ensinar "alunos especiais". Nessa lógica, é sabido que para que a inclusão se execute não basta a abonação apenas na legislação, mas demanda modificações intensas e extraordinárias no sistema de ensino. Essas modificações deverão levar em conta o contexto sócio-econômico, além de serem gradativas planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade.

De outro modo, o processo de Inclusão já está

posto e não se trata de desativar o que está funcionando, mas sim de se procurar alternativas e formas de articulações que liberem esse novo modo de ver e pensar a escola. Assim sendo, a educação inclusiva beneficia não só aluno com necessidades educacionais especiais, mas, também os demais alunos que passam a contrair atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de juntos ganharem uma metodologia de ensino distinta e da disposição de maiores recursos.

Na concepção histórico-crítica, logo, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se concretize, permitindo o resgate de sua cidadania e aumentando suas perspectivas existenciais, não basta a divulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação para docentes e nem a necessidade de registro em colégios públicos.

CONTRIBUIÇÕES AO PROFESSOR DO ENSINO REGULAR PARA A PRÁTICA INCLUSIVA

Mantoan (2003) faz uma alerta quanto a posicionamento do professor de ensino regular em relação à prática pedagógica inclusiva. Segundo a autora, o professor do ensino regular possui uma visão funcional e mudanças e qualquer mudança na prática docente passa a ser trágico, tendo em vista que rejeita qualquer sugestão que afronte suas práticas, experiências e conhecimentos consideradas verdadeiras e únicas adquiridas ao longo do tempo.

É sabido que ensinar é uma empreitada que envolve sobretudo conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; propriedade do conhecimento a ser socializado; capacidade técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; aptidão para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular implica uma grande reforma no sistema educacional. Como sugere Paulo Freire (1978), o

professor necessita ser um facilitador da aprendizagem, ser aquele que interage ativamente com conceitos, valores, atitudes na sala de aula, os quais serão ser usados pelos alunos nas práticas sociais. Somente dessa forma o processo de inclusão faz sentido para o aluno e para a escola.

No capítulo III = da Educação, da cultura e do Desporto -, artigo 205, a Constituição prescreve em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] *atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*

Para Fávero e Ramos 2002 (apud Mantoan, 2003) não é possível interpretar e praticar o ensino regular em separado do ensino especial. Eles apontam que erroneamente a escola busca cumprir o que determina a Constituição Federal de 1988, todavia, a CF 1988 prevê atendimento especializado, prevendo necessidade visuais, auditivas e de locomoção e não o processo interativo para a construção do conhecimento que representa os instrumentos e mecanismos de acessibilidade ao processo educativo.

Na visão de Mantoan (2003) a palavra “preferencialmente” refere-se a “atendimento especializado, ou seja, à utilização de instrumentos e práticas adequadas à necessidade específica do aluno com deficiência, ou seja, barreiras que impedem a inclusão do aluno no processo de ensino aprendizagem e de se relacionar com o ambiente externo, tais como libras, braile e outros recursos e outros recursos e ferramentas os quais devem estar disponíveis na escola regular,

Assim, a sala de aula é o espaço de socialização do saber cultural, onde todos têm o direito de acesso, além disso, o ensino especial pode ser ofertado fora da sala de aula, porém respaldado pelo ensino regular, que não ocorre somente na sala de aula, mas fora dela. MANTOAN (2003, pag.21).

Um professor que atua utilizando como objeto de estudo a vida do aluno e seus conhecimentos prévios, problematizando a aula mediado pela linguagem conhecida e utilizada pelo aluno, independente das diferenças, tem em mãos um instrumento significativo de criticidade e inclusão, uma vez que investe nas diferenças que os alunos atribuem a um determinado objeto, devido a sua condição cultural. Sendo assim, “os diferentes significados que os alunos atribuem a um dado objeto de estudo e as suas representações vão se expandindo e se relacionando e revelam, pouco a pouco, uma construção original de ideias, que integra a construção de cada um.” (MANTOAN, 2003, pag.39).

Dessa forma, ao favorecer o envolvimento de todos, Mantoan (2003) provoca situações de curiosidade e criticidade, mitigando os vícios pedagógicos, em razão de práticas reais de ensino, construindo conhecimento com maior adequação. Então o ensino em salas de aulas tem uma maleabilidade na educação, a forma como é ministrada o conteúdo e sua aplicabilidade em avaliações tem uma elasticidade da forma como é dada, gerando um trabalho em equipe que promovam o egresso das pessoas. Mesmo que seja uma constante batalha fazer com que haja esse egresso não se deve desanimar e assim continuar tentando que seja feita essa igualdade entre as pessoas.

Somos cômicos de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “despreparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado. Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica o intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve a finalidade de discorrer sobre a “inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no espaço da escola regular, incluindo de

modo especial, o Jovens e Adultos que, devido a circunstâncias que o levaram a afastar-se da escola, passa a ser considerado um “excluído” e “diferente”, portanto, portador de necessidades especiais de aprendizagem. Nessa modalidade de ensino, os desafios, assim como os avanços renderam conflitos de direitistas e opositores que defendiam a liberdade e o direito à educação contra defensores de privilégios à classe elitista e letrada que detinham o poder de estudar e atuar nas práticas sociais do conhecimento e do trabalho. Hoje, o acesso de jovens e adultos iletrados na sala de aula é fruto desses conflitos que culminaram na criação de legislação e políticas educacionais específicas, respeitando-se as diferenças e as condições de acesso. Esses embates protagonizaram terminologias como “exclusão”, “integração” e “inclusão”.

Na tentativa de promover políticas educacionais acessíveis a todos, a escola assim como os professores vêm empregando esses vocábulos de forma distorcida no espaço escolar, mostrando o despreparo e a ausência de leitura em relação ao fazer pedagógico nesses contextos. Para superar essa prática, ao longo do tempo, o sistema de ensino vem tentando derrubar as falsas ideias empregadas a esses vocábulos, que respondem tão somente à ideia de inclusão. Contudo, a ideia de inclusão corrobora a necessidade de que todos, e principalmente os portadores de necessidades especiais, independentemente de sua condição física ou psicológica, tenham direito ao ensino e aprendizagem de qualidade, de forma total e global, dentro e fora da escola, para não correr risco de evasão e repetência e ter que ser reintegrado na sala de aula.

A inclusão não ofusca, nem delimita o direito do aluno especial no ensino regular, para o que defende que conhecer e oportunizar processo de aprendizagem é compromisso de todas as áreas de ensino, cuidando da especificidade de cada aluno, para isso, a escola e o professor precisam estar preparados para desenvolver práticas que permitam o trânsito do aluno em situações e espaços igualmente de direito. Isto é válido tanto para

aluno do ensino regular como para Portador de Necessidades Especiais, ou seja, todos são iguais e com o mesmo direito a atendimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Alfabetização de jovens e adultos: lições práticas**. Brasília: UNESCO, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, b.s. Entrevista com o professor Boaventura de Souza Santos. 1995.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DPA&,2002.

PAIVA, Vanilda Pereira Paiva. **Educação Popular e educação de adultos**. Edições Loyola.São Paulo: 1987.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: AutoresAssociados: Cortez, 1982.

GESTÃO EDUCACIONAL – DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

EDUCATIONAL MANAGEMENT - DEFINITIONS AND PRINCIPLES FOR ITS IMPLEMENTATION

Rauleyle Guerra das Neves ¹

RESUMO

Planejar políticas públicas para a educação seja qual for o aspecto é muito complicado e necessita de respaldo legal para que as mesmas possam acontecer de forma igualitária e em todo o território. No tocante ao Poder Público, essa atribuição é racionada entre as diferentes esferas governamentais (União, Distrito Federal, Estados e Municípios), sob a forma de regime de colaboração (CF, Art. 211 e LDB, Art.8º). A gestão educacional em nosso país é baseada no aparelhamento dos sistemas de ensino de toda as esferas, federal, estadual e municipal, bem como dos encargos desses sistemas; das várias formas de articulação entre as instâncias que determinam as normas, executam e deliberam no setor educacional; e da oferta da educação pelo setor público e privado. Os mesmos possuem um papel a desempenhar no contexto educacional do País. No que diz respeito a educação básica, cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios ofertá-la, por sua vez, o ensino médio é um dever dos Estados e do Distrito Federal e a educação infantil dos Municípios. O texto trás pontos a serem observados acerca da gestão das organizações de educação, mas apresenta os elementos e particularidades do serviço, principalmente pelo fato da escola ser uma instituição de influência e transformação da sociedade local. Discute a necessidade que as escolas estão tendo pela carência ou falta de encaminhamentos advento as orientações recebidas por sua esfera, o que as obriga em criar mecanismos que preencha uma lacuna que diz respeito ao mundo educacional

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gestão Educacional. LDB. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Planning public policies for education, whatever the aspect, is very complicated and needs legal support so that they can happen equally and throughout the territory. With regard to the Public Power, this attribution is rationed between the different governmental spheres (Union, Federal District, States and Municipalities), in the form of a collaboration regime (CF, Art. 211 and LDB, Art. 8). Educational management in our country is based on equipping education systems at all levels, federal, state and municipal, as well as the burdens of these systems; the various forms of articulation between the instances that determine the norms, execute and deliberate in the educational sector; and the provision of education by the public and private sector. They have a role to play in the educational context of the country. With regard to basic education, it is up to the States, Federal District and Municipalities to offer it, in turn, secondary education is a duty of the States and the Federal District and early childhood education of the Municipalities. The text brings points to be observed about the management of education organizations, but it presents the elements and particularities of the service, mainly because the school is an institution of influence and transformation of the local society. Discusses the need that schools are having due to the lack or lack of referrals, coming to the guidelines received by their sphere, which forces them to create mechanisms that fill a gap that concerns the educational world. Keywords: Distance Education, Continuing Education, Public Policies.

KEYWORDS: Education. Educational Management. LDB. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A ideia de trabalhar a gestão democrática surge pela necessidade de implementar uma gestão

participativa, coletiva e transparente. O Estado exige que não só a educação, mas o funcionamento das instituições sociais seja democrático, pois a democracia é o pilar do Estado moderno contemporâneo. Ter a sociedade civil

¹ Graduado em Pedagogia, Pós-Graduado em Gestão Educacional, Psicopedagogia, Mestre em Educação com especialidade em Educação Superior e Mestre em Educação, Doutorando em Ciências da Educação, pela ACU. E-mail: rauleyle@hotmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/1053958131768377.

discutindo, participando, sugerindo e fiscalizando o poder público de maneira geral é um grande avanço no processo de administração/gestão escolar. É nesse entendimento que a gestão democrática da escola pública ganha um caráter fundamental para a consolidação da democracia tanto dentro da escola como na sociedade.

Os principais pontos que fizeram buscar maior aprofundamento da temática foram: sentir a necessidade da implantação de uma educação participativa; compreender seu funcionamento; e esclarecer pontos importantes que precisam de ajuste na sua elaboração, implementação e consolidação.

No Brasil a utilização do termo Administração, em especial Administração Escolar, esteve presente desde que o país criou o seu sistema de ensino, na década de 1930; ele representava na verdade um conformismo com a situação, fundamentava - se na coação legal e burocrática. Essa forma de gerenciar baseia-se nas raízes do autoritarismo da sociedade política e nos interesses dominantes, que buscam resultados qualitativos e desprezam a qualidade e a formação humana, que deve ser uma busca constante da escola.

Somente a partir do final da década de 1970 é que professores e a sociedade civil organizada passaram a exigir novos rumos à prática administrativa da educação, interferindo e cobrando do administrador uma mudança de postura e o abandono do autoritarismo burocrático em benefício da representação democrática.

Para que realmente seja feito a implementação da gestão democrática e participativa nas escolas públicas brasileiras, é preciso que todos os envolvidos, tanto a comunidade escolar quanto a comunidade local e a sociedade em geral, conheçam e entendam a importância da gestão democrática participativa como ela acontece e qual é o seu papel e a importância que tem a sua participação nesse processo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem básica e enfoque de cunho bibliográfico pautado em questões relacionadas a Gestão educacionais e o entendimento por questões relacionadas a gestão democrática.

DESENVOLVIMENTO

A escola pública, como instituição de Estado e que pertence ao público, deve estar vinculada diretamente à gestão democrática, pois o termo gestão já pressupõe que seja uma administração democrática, participativa e transparente. Este é o grande desafio dos nossos gestores: colocar em prática, dentro do cotidiano da escola, um modelo de gestão que possa ouvir todos os segmentos da escola, discutir seus principais problemas e encaminhar soluções coletivas que atendam aos interesses da maioria.

Nesse sentido, a gestão democrática, na verdade é uma proposta inovadora que se estabelece através de relações mútuas de poder entre o pensar e o agir. A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada, são questões que estão relacionadas a esse debate (Medeiros, 2003, p. 47).

No Brasil, com a reabertura político-democrática, pós Ditadura Militar (1964 - 1985), a Constituição Federal de 1988 chegou para definir a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). Alguns anos mais tarde,

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, vem reforçar esse princípio, acrescentando apenas “e a legislação do sistema de ensino” (Art. 3º, Inc. VIII). A partir de então, o tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

A discussão sobre gestão escolar leva a refletir sobre o modelo de Estado que estamos vivendo; é bem verdade que ao longo de tantas lutas pela democratização da escola a mesma não teria acontecido se não apresentássemos avanços no modelo de sociedade e de organização do Estado. No período da ditadura as escolas refletiam esse modelo centralizador, conservador, antidemocrático e muitas vezes perseguidor dos que tinham ideias contraditórias as deles. Com o processo de democratização do Estado na década de 1980, passou-se a defender uma escola também democrática. Nesse modelo neoliberal, as instituições tendem a ter um caráter mais aberto e participativo, o que terminou levando para as escolas seus ideais, embora a centralização e a meritocracia ainda sejam concepções defendidas no modelo neoliberal.

Em nosso país, a gestão educacional segue a um sistema determinado por orientações gerais sobrevindas da LDB. Segundo Vieira (2002), essas diretrizes vão estabelecer, pela primeira vez em forma de lei, as incumbências para os estabelecimentos de ensino, bem como prevê a flexibilidade no que se refere às formas de organização.

A gestão da educação nacional se expressa através da organização dos sistemas de ensino federal (União), estadual e municipal, com suas incumbências e formas de articulação própria no que diz respeito à oferta de educação escolar.

Segundo Vieira (2002), as competências dos diferentes entes federativos são:

União: assume o papel de coordenar, articular e redistribuir em relação às demais unidades federadas. Compete, também, ao governo federal definir e assegurar as grandes linhas do projeto educacional do país.

Estados e Distrito Federal: tem como atribuição específica o ensino médio. Bem como, a cada um deles compete “elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com os planos nacionais, integrando as suas ações e as dos municípios.

Estados, Distrito Federal e Municípios: apresenta a educação básica como uma atribuição compulsória. Enquanto que a oferta do ensino fundamental é responsabilidade compartilhada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Municípios: tem como atribuição a educação infantil. Incumbe também “organizar, manter e desenvolver o seu sistema de ensino, integrando-os as políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

Nesse sentido, a escola é a instituição onde esse direito se viabiliza, e sua função é a socialização do saber sistematizado. Essas orientações vieram para atender a necessidade de haver um ensino o mais padronizado possível a nível nacional, seguindo o exemplo de países desenvolvidos.

É necessário ainda citar a diferença da gestão educacional, bem como da gestão escolar, trata das incumbências que os estabelecimentos de ensino possuem, respeitando as normas comuns dos sistemas de ensino. Cada escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; cuidar do ensino-aprendizado do aluno, proporcionando meios para a sua recuperação; e articular-se com as famílias e a comunidade, proporcionando um processo de integração.

Outro ponto importante na gestão escolar é a autonomia que a escola possui e que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Através dessa autonomia as escolas conseguem atender as especificidades regionais e locais, assim como as diversas clientela e necessidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade.

Dessa forma, podemos apreender que a gestão educacional é envolvida através das ações desenvolvidas pelos sistemas de ensino. Já a gestão escolar, situa-se no campo da escola e trata dos trabalhos que estão cargo, daquele ou aqueles que estão a frete da instituição de ensino, ou seja, procura promover o ensino e a aprendizagem para todos.

A gestão escolar, como mencionado acima, é o processo administrativo completo de uma instituição de ensino, seja ela do ensino básico, superior, técnico, profissionalizante ou do conhecimento livre. Para alcançar o sucesso em sua administração, o gestor precisa compreender cada área da instituição, sendo sete as principais.

Gestão Pedagógica: é a base estrutural da instituição. É nessa área que se estabelece as diretrizes do ensino, as metodologias e os conteúdos das grades curriculares. Também é o setor responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e professores.

Gestão Acadêmica: área responsável pelos processos burocráticos e de secretaria, como as

matrículas, contratos, documentações. Mantém a base de dados dos alunos atualizada.

Gestão Financeira: cuida do orçamento da instituição de ensino. Gerencia os custos, gastos, receitas e investimentos. É responsável, também, por controlar a inadimplência dos alunos.

Gestão de Recursos Humanos: alinhada à gestão pedagógica, essa área gerencia todo o time que trabalha na instituição, contratando profissionais capacitados e motivando desde os professores a alcançarem a excelência na qualidade das aulas ministradas até à equipe de captação e vendas a matricularem mais alunos.

Gestão da Comunicação: a comunicação é a alma do negócio, inclusive para o mercado educacional, seja para atrair mais alunos e fechar novas matrículas, seja para conquistar a fidelidade dos alunos atuais e evitar a evasão escolar. Uma boa gestão de instituição de ensino investe na comunicação, interna e externa.

Gestão da Tecnologia da Informação: cuida da estrutura tecnológica da instituição de ensino e promove melhorias contínuas no uso de ferramentas e equipamentos, a fim de otimizar a gestão de dados e processos burocráticos.

Gestão Administrativa: é o elo que une todas as áreas. Para que o plano pedagógico seja aplicado com qualidade, a gestão precisa estar comprometida tanto com o processo educacional quanto com o uso correto dos recursos da instituição, bem como ajudar na motivação dos alunos e do corpo docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deixa claro nos artigos mencionados a cima que a gestão democrática do ensino na escola pública está garantida, porém dá margem à liberdade que as unidades da federação têm para que possam fazer as adaptações necessárias de acordo com as suas realidades e peculiaridades locais.

Vale ressaltar que outra lei de âmbito nacional e de tamanha importância, como a Lei nº 13.005/14, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), criado para estabelecer as Metas e Objetivos a serem atingidos pela educação nacional no período de dez anos, estabelece entre as suas diretrizes, no seu Art. 2º: “São diretrizes do PNE: [...] VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”.

Além, das diretrizes que contemplam a gestão democrática, a Lei contempla também, na sua Meta 19, assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2014).

Foi definido inclusive o prazo para que os sistemas de ensino tenham adotado a gestão democrática, com apoio técnico e financeiro para sua implementação.

Construir um processo de gestão democrática e participativa nas escolas públicas brasileiras é o anseio de todos que estão inseridos na construção educacional e lutam para que todos possam participar e ter acesso a uma educação e a um ensino de qualidade, isso não é uma tarefa fácil, mas é possível desde que haja políticas públicas que incentivem a participação de todos os envolvidos no processo educacional e considerando tudo que foi discutido e analisado numa perspectiva de gestão democrática e participativa percebemos que desenvolver esse tipo de gestão é um anseio de todos os profissionais da educação e principalmente da equipe gestora das escolas porque facilita no processo de tomada de decisão e ajuda a comunidade a entender o seu verdadeiro papel não só dentro do contexto educacional, mas na sociedade como um todo.

Certamente, nenhuma dessas áreas citadas a cima são trabalhadas de forma isolada. Uma Gestão Escolar hábil exige muitas trocas de subsídios apoiada por uma absorção muito bem definido para garantir que as ações estejam fluindo de forma eficiente. As equipes

podem ser comprimidas ou expandidas conforme os recursos da sua instituição e de acordo com as potencialidades dos profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

_____. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo; 20. Edição; Petrópolis RJ: Vozes, 2012. 581 p.

LÜCK, Heloísa. et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5ª Ed. São Paulo, 2001. Revista Española de Pedagogia, Madrid, Año LXIV, n. 233 enero-abril, 2006

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In. VIEIRA, Sofia Lerche (org.) Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A Editora (Biblioteca ANPAE), 2002, p. 13 – 45.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.



ISSN 2595-8704

The background of the entire page is a dark blue gradient. It features two large, semi-transparent silhouettes. One is a person's head and shoulders in profile, wearing glasses and reading a book. The other is a full-body silhouette of a person in a suit standing and looking to the right.

excellence
REVISTA CIENTÍFICA

Revista Científica Excellence - Periódico Multidisciplinar.

Periodicidade: Bimestral.

Editora Inova | ISSN: 2595-8704.

E-mail: revista@excellenceeduc.com

Site: www.excellenceeduc.com